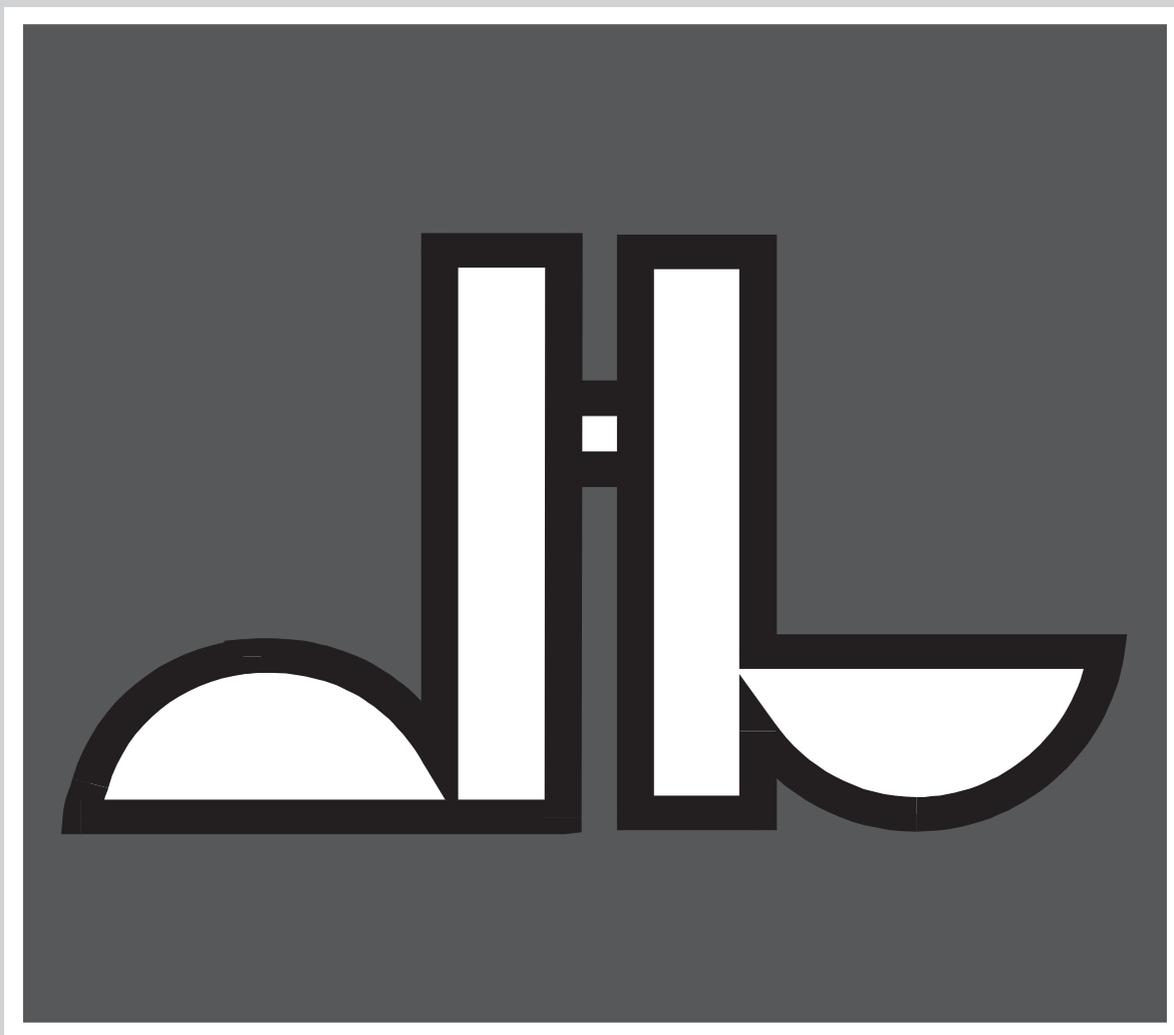




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

---

CPQ NZXKK/ P à225 / QUINTC/HGKT'C.'21 FG NOVEMBRO FG 4235 / DTCU'NK/FH

---

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

### **Presidente**

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

### **1º Vice-Presidente**

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

### **2º Vice-Presidente**

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

### **1º Secretário**

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

### **2º Secretária**

Senadora Angela Portela (PT/RR)

### **3º Secretário**

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

### **4º Secretário**

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

### **Mesa do Senado Federal**

#### **Presidente**

Renan Calheiros (PMDB/AL)

#### **1º Vice-Presidente**

Jorge Viana (PT/AC)

#### **2º Vice-Presidente**

Romero Jucá (PMDB/RR)

#### **1º Secretário**

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

#### **2ª Secretária**

Angela Portela (PT/RR)

#### **3º Secretário**

Ciro Nogueira (PP/PI)

#### **4º Secretário**

João Vicente Claudino (PTB/PI)

#### **Suplentes de Secretário**

**1º** - Magno Malta (PR/ES)

**2º** - Jayme Campos (DEM/MT)

**3º** - João Durval (PDT/BA)

**4º** - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

### **Mesa da Câmara dos Deputados**

#### **Presidente**

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

#### **1º Vice-Presidente**

Andre Vargas (PT/PR)

#### **2º Vice-Presidente**

Fábio Faria (PSD/RN)

#### **1º Secretário**

Marcio Bittar (PSDB/AC)

#### **2º Secretário**

Simão Sessim (PP/RJ)

#### **3º Secretário**

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

#### **4º Secretário**

Biffi (PT/MS)

#### **Suplentes de Secretário**

**1º** - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

**2º** - Wolney Queiroz (PDT/PE)

**3º** - Vitor Penido (DEM/MG)

**4º** - Takayama (PSC/PR)

## EXPEDIENTE

**Doris Marize Romariz Peixoto**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Claudia Lyra Nascimento**

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de  
Plenários e de Elaboração de Diários

**""Zuleide Spinola Costa da Cunha**

Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de  
Debates Legislativos

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 27ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.....</b>	02376	
1.1 – ABERTURA .....	02376	
1.2 – ORDEM DO DIA		
<b>1.2.1 – Item 1</b>		
Projeto de Lei nº 1/2013-CN, que altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. <b>Aprovado</b> , com votos contrários dos Deputados Claudio Cajado, Marcus Pestana, Rubens Bueno, Humberto Souto, Eduardo Azeredo e Mendonça Filho e dos Senadores filiados ao PSDB e ao DEM, após <b>Requerimentos nºs 7 a 9/2013-CN</b> , tendo usado da palavra os Congressistas Arthur Oliveira Maia, Mendonça Filho, Walter Pinheiro, Domingos Sávio, Aloysio Nunes Ferreira, Cláudio Puty, Danilo Forte, Esperidião Amim, Claudio Cajado, Givaldo Carimbão, Ronaldo Caiado, Ivan Valente, Marcus Pestana, Janete Rocha Pietá e Rubens Bueno. À sanção.....	02391	
<b>1.2.2 – Item 2</b>		
Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. <b>Leitura do Adendo de Plenário ao Substitutivo</b> , tendo usado da palavra os Congressistas Danilo Forte (Relator), Rubens Bueno e Afonso Hamm... 02435	02435	
<b>1.2.3 – Comunicação da Presidência</b>		
Convocação de sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados, às 9 horas, destinada a apreciar Projeto de Decreto Legislativo nº 919/2013.....	02442	
<b>1.2.4 – Item 2 (continuação)</b>		
Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. <b>Usam da palavra</b> os Congressistas Domingos Sávio, Cláudio Cajado, Wellington Dias, Danilo Forte (Relator) e Anthony Garotinho.....	02442	
<b>1.2.5 – Comunicação da Presidência</b>		
Instituição, no âmbito do Senado Federal, da Comenda Senador Abdias Nascimento; e criação da Medalha em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra. ....	02446	
<b>1.2.6 – Item 2 (continuação)</b>		
Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. <b>Aprovado o Substitutivo, com correção de erro material e com Adendo de Plenário</b> , com voto contrário dos Deputados Claudio Cajado e Ivan Valente, após <b>Requerimentos nºs 10 a 16/2013-CN</b> , tendo usado da palavra os Congressistas Darcísio Perondi, José Airtton, Danilo Forte (Relator), Domingos Sávio, Cesar Colnago, Miro Teixeira, Sandro Alex, Cláudio Cajado, Walter Pinheiro, José Pimentel e Ivan Valente. ....	02448	
Redação Final do Projeto de Lei nº 2/2013-CN ( <b>Parecer nº 98/2013-CN</b> ). <b>Aprovada</b> , com voto contrário dos Deputados Claudio Cajado e Ivan Valente; e do Senador Randolfe Rodrigues. À sanção. ....	02529	
<b>1.2.7 – Apreciação de matéria</b>		
Requerimento nº 6/2013-CN, de autoria de Líderes partidários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. <b>Aprovado</b> , tendo usado da palavra os Congressistas Jair Bolsonaro, Vieira da Cunha, Pedro Simon, Domingos Sávio, Randolfe Rodrigues, Ronaldo Benedet, Walter Pinheiro, Alice Portugal e Rose de Freitas.....	02531	
<b>1.2.8 – Questão de ordem</b>		
Suscitada pelo Deputado Jair Bolsonaro e respondida pela Presidência. ....	02544	
<b>1.2.9 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 6/2013-CN)</b>		
Projeto de Resolução nº 4/2013-CN, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Randolfe Rodrigues e outros Congressistas, que torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964. <b>Aprovado</b> , com voto contrário de Jair Bolsonaro e Guilherme Campos, após <b>Parecer nº 99/2013-PLEN-CN</b> , proferido pelo Deputado Domingos Sávio, em substituição às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tendo usado da palavra os Congressistas Jair Bolsonaro e Delegado Protógenes. À promulgação.....	02544	
<b>1.2.10 – Suspensão da sessão à 0 hora e 40 minutos do dia 21 de novembro e reabertura à 0 hora e 44 minutos.....</b>	02550	

<b>1.2.11 – Item 3</b>			
Projeto de Lei nº 4/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	02550	(dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	02582
<b>1.2.12 – Item 4</b>		<b>1.2.18 – Item 10</b>	
Projeto de Lei nº 6/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica. <b>Aprovado o Substitutivo.</b> (Prejudicado o Projeto de Lei nº 6/2013-CN). À sanção.....	02551	Projeto de Lei nº 17/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00 (quarenta e oito milhões, treze mil e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02585
<b>1.2.13 – Item 5</b>		<b>1.2.19 – Item 11</b>	
Projeto de Lei nº 7/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	02555	Projeto de Lei nº 18/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção. ..	02592
<b>1.2.14 – Item 6</b>		<b>1.2.20 – Item 12</b>	
Projeto de Lei nº 8/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02561	Projeto de Lei nº 22/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção. ...	02595
<b>1.2.15 – Item 7</b>		<b>1.2.21 – Item 13</b>	
Projeto de Lei nº 10/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02571	Projeto de Lei nº 24/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	02597
<b>1.2.16 – Item 8</b>		<b>1.2.22 – Item 14</b>	
Projeto de Lei nº 12/2013-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e nove reais), em favor de Companhias Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e dois mil), para os fins que especifica. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	02572	Projeto de Lei nº 26/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02600
<b>1.2.17 – Item 9</b>		<b>1.2.23 – Item 15</b>	
Projeto de Lei nº 16/2013-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00		Projeto de Lei nº 29/2013-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02616
		<b>1.2.24 – Item 16</b>	
		Projeto de Lei nº 30/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00 (quatrocentos e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado.</b> À sanção.....	02621
		<b>1.2.25 – Item 17</b>	
		Projeto de Lei nº 31/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios	

<p>da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica. <b>Aprovado</b>, após <b>Requerimento nº 17/2013-CN</b> (Prejudicado o Substitutivo). À sanção.....</p>	02633	<p>51.002.603,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado</b>. À sanção..... 02671</p>
<p><b>1.2.26 – Item 18</b></p>		<p><b>1.2.30 – Item 22</b></p>
<p>Projeto de Lei nº 33/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00, para os fins que especifica. <b>Aprovado</b>. À sanção.....</p>	02638	<p>Projeto de Resolução nº 3/2009-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências. <b>Apreciação adiada para o dia 10 de dezembro próximo</b>, tendo usado da palavra o Deputado Cláudio Cajado..... 02673</p>
<p><b>1.2.27 – Item 19</b></p>		<p><b>1.2.31 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão conjunta .....</b></p>
<p>Projeto de Lei nº 34/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Secretaria de Portos da Presidência da República e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado o Substitutivo</b>. (Prejudicado o Projeto de Lei nº 34/2013-CN). À sanção.....</p>	02651	<p>2.3 – APÓS A ORDEM DO DIA 2.4 – ENCERRAMENTO..... 02674</p>
<p><b>1.2.28 – Item 20</b></p>		<p><b>3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO</b> <b>3.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamen-tos Públicos e Fiscalização</b></p>
<p>Projeto de Lei nº 40/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 240.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <b>Aprovado</b>. À sanção..</p>	02668	<p>Parecer nº 98/2013-CN, que apresenta a re-dação final do Projeto de Lei nº 2/2013-CN</p>
<p><b>1.2.29 – Item 21</b></p>		<p><b>CONGRESSO NACIONAL</b></p>
<p>Projeto de Lei nº 42/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$</p>		<p><b>4 – COMISSÕES MISTAS</b> CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) ..... 02675 CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)..... 02682 Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)..... 02686 CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) ..... 02687 Comissões Mistas Especiais ..... 02688 <b>5 – CONSELHOS E ÓRGÃO</b> Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) ..... 02692 Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) ..... 02693 Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011) ..... 02697</p>

# Ata da 27ª Sessão Conjunta, em 20 de novembro de 2013

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 19 horas e 41 minutos e encerra-se à 1 hora e 19 minutos do dia 21 de novembro de 2013.)

É o seguinte o registro de comparecimento

das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 27ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL ÀS 20 HORAS

Período : 20/11/13 07:00 até 21/11/13 01:18

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CÁSILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍCIDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X

PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

### **Compareceram: 69 Senadores**

É o seguinte o registro de comparecimento das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados:

## 54ª LEGISLATURA

## TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

## SESSÃO CONJUNTA Nº 027 - 20/11/2013

Início : 20/11/2013 19:41

Fim : 21/11/2013 01:18

Total de Presentes : 453

	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
625 - Marcio Junqueira	PROS	PpPros
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
007 - Raul Lima	PP	PpPros
Presentes Roraima: 7		
<b>AMAPÁ</b>		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	SDD	
Presentes Amapá: 5		
<b>PARÁ</b>		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
031 - Nilson Pinto	PSDB	
023 - Wladimir Costa	SDD	
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 13		
<b>AMAZONAS</b>		
038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Henrique Oliveira	SDD	
633 - Plínio Valério	PSDB	

	Partido	Bloco
<b>AMAZONAS</b>		
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		
<b>RONDONIA</b>		
642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	PpPros
583 - Marcos Rogério	PDT	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 7		
<b>ACRE</b>		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
055 - Gladson Cameli	PP	PpPros
052 - Henrique Afonso	PV	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
Presentes Acre: 5		
<b>TOCANTINS</b>		
061 - Ângelo Agnolin	PDT	
060 - Eduardo Gomes	SDD	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 6		
<b>MARANHÃO</b>		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp
072 - Domingos Dutra	SDD	
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplicio Araújo	SDD	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PROS	PpPros
Presentes Maranhão: 16		
<b>CEARÁ</b>		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PROS	PpPros

	Partido	Bloco
<b>CEARÁ</b>		
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	SDD	
592 - Gera Arruda	PMDB	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros
Presentes Ceará: 20		
<b>PIAUI</b>		
111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	PpPros
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marillos Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 10		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
<b>PARAÍBA</b>		
131 - Benjamin Maranhão	SDD	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	

**PARAÍBA**

136 - Wellington Roberto  
Presentes Paraíba: 9

PR PrPtdobPrp

**PERNAMBUCO**

142 - Anderson Ferreira  
144 - Augusto Coutinho  
146 - Bruno Araújo  
152 - Carlos Eduardo Cadoca  
156 - Eduardo da Fonte  
158 - Fernando Coelho Filho  
143 - Gonzaga Patriota  
145 - Inocêncio Oliveira  
149 - João Paulo Lima  
150 - Jorge Corte Real  
151 - José Augusto Maia  
147 - José Chaves  
153 - Luciana Santos  
154 - Mendonça Filho  
155 - Pastor Eurico  
554 - Paulo Rubem Santiago  
161 - Pedro Eugênio  
163 - Raul Henry  
157 - Roberto Teixeira  
159 - Sergio Guerra  
160 - Silvio Costa  
164 - Wolney Queiroz  
Presentes Pernambuco: 22

PR PrPtdobPrp  
SDD  
PSDB  
PCdoB  
PP PpPros  
PSB  
PSB  
PR PrPtdobPrp  
PT  
PTB  
PROS PpPros  
PTB  
PCdoB  
DEM  
PSB  
PDT  
PT  
PMDB  
PP PpPros  
PSDB  
PSC  
PDT

**ALAGOAS**

162 - Arthur Lira  
607 - Francisco Tenório  
166 - Givaldo Carimbão  
167 - João Lyra  
168 - Maurício Quintella Lessa  
170 - Rosinha da Adefal  
Presentes Alagoas: 6

PP PpPros  
PMN  
PROS PpPros  
PSD  
PR PrPtdobPrp  
PTdoB PrPtdobPrp

**SERGIPE**

173 - Almeida Lima  
174 - Andre Moura  
619 - Fabio Reis  
176 - Laercio Oliveira  
177 - Márcio Macêdo  
179 - Mendonça Prado  
Presentes Sergipe: 6

PMDB  
PSC  
PMDB  
SDD  
PT  
DEM

**BAHIA**

522 - Acelino Popó  
182 - Afonso Florence  
180 - Alice Portugal  
184 - Amauri Teixeira  
189 - Antonio Brito

PRB  
PT  
PCdoB  
PT  
PTB

**BAHIA**

191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	SDD	
186 - Claudio Cajado	DEM	
622 - Colbert Martins	PMDB	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
194 - Erivelton Santana	PSC	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrp
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
207 - Luiz Argôlo	SDD	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	SDD	
210 - Mário Negromonte	PP	PpPros
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PpPros
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	

Presentes Bahia: 36

**MINAS GERAIS**

220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrp
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PpPros
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	SDD	
237 - Eduardo Azeredo	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
238 - Fábio Ramalho	PV	
244 - Gabriel Guimarães	PT	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
606 - Humberto Souto	PPS	

**MINAS GERAIS**

604 - Isaias Silvestre	PSB	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jó Moraes	PCdoB	
531 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PSD	
250 - Júlio Delgado	PSB	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
629 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
258 - Newton Cardoso	PMDB	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
262 - Renzo Braz	PP	PpPros
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
636 - Silas Brasileiro	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
Presentes Minas Gerais: 48		

**ESPÍRITO SANTO**

543 - Camilo Cola	PMDB	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	SDD	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		

**RIO DE JANEIRO**

286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	

**RIO DE JANEIRO**

285 - Alexandre Santos	PMDB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	SDD	
291 - Benedita da Silva	PT	
632 - Celso Jacob	PMDB	
295 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
613 - Eurico Júnior	PV	
301 - Felipe Bornier	PSD	
623 - Fernando Lopes	PMDB	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros
323 - Stepan Nercessian	PPS	
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp
Presentes Rio de Janeiro: 39		

**SÃO PAULO**

329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	PpPros
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	

**SÃO PAULO**

389 - Cândido Vaccarezza	PT	
569 - Carlos Roberto	PSDB	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
343 - Delegado Protógenes	PCdoB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
362 - João Dado	SDD	
361 - João Paulo Cunha	PT	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olímpio	PP	PpPros
381 - Nelson Marquenezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp
373 - Paulo Maluf	PP	PpPros
372 - Paulo Pereira da Silva	SDD	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
386 - Roberto Santiago	PSD	
391 - Salvador Zimbaldi	PROS	PpPros
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp
393 - Valdemar Costa Neto	PR	PrPtdobPrp
581 - Vanderlei Siraque	PT	

**SÃO PAULO**

395 - Vicente Candido	PT
396 - Vicentinho	PT
550 - Walter Feldman	PSB
553 - Walter Ithoshi	PSD
397 - William Dib	PSDB

Presentes São Paulo: 64

**MATO GROSSO**

400 - Carlos Bezerra	PMDB	
401 - Eliene Lima	PSD	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
405 - Sâguas Moraes	PT	
404 - Valtenir Pereira	PROS	PpPros
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp

Presentes Mato Grosso: 6

**DISTRITO FEDERAL**

545 - Augusto Carvalho	SDD	
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Pitiman	PSDB	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros

Presentes Distrito Federal: 8

**GOIÁS**

416 - Armando Vergílio	SDD	
415 - Carlos Alberto Lerêia	PSDB	
422 - Flávia Moraes	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
575 - Magda Mofatto	PR	PrPtdobPrp
564 - Marina Santanna	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	PpPros
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	PpPros
431 - Sandro Mabel	PMDB	
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB	

Presentes Goiás: 17

**MATO GROSSO DO SUL**

638 - Akira Otsubo	PMDB
432 - Biffi	PT
433 - Fábio Trad	PMDB
435 - Geraldo Resende	PMDB

**MATO GROSSO DO SUL**

436 - Mandetta DEM  
 437 - Marçal Filho PMDB  
 439 - Reinaldo Azambuja PSDB  
 438 - Vander Loubet PT

Presentes Mato Grosso do Sul: 8

**PARANÁ**

440 - Abelardo Lupion DEM  
 445 - Alex Canziani PTB  
 451 - Alfredo Kaefer PSDB  
 452 - Andre Vargas PT  
 441 - André Zacharow PMDB  
 443 - Assis do Couto PT  
 442 - Cida Borghetti PROS PpPros  
 444 - Dilceu Sperafico PP PpPros  
 449 - Dr. Rosinha PT  
 461 - Eduardo Sciarra PSD  
 450 - Fernando Francischini SDD  
 466 - Giacobbo PR PrPtdobPrp  
 448 - Hermes Parcianello PMDB  
 455 - João Arruda PMDB  
 456 - Leopoldo Meyer PSB  
 454 - Luiz Carlos Haully PSDB  
 542 - Luiz Nishimori PR PrPtdobPrp  
 631 - Marcelo Almeida PMDB  
 458 - Nelson Meurer PP PpPros  
 457 - Nelson Padovani PSC  
 588 - Odílio Balbinotti PMDB  
 463 - Osmar Serraglio PMDB  
 603 - Professor Sérgio de Oliveira PSC  
 459 - Rosane Ferreira PV  
 460 - Rubens Bueno PPS  
 465 - Sandro Alex PPS  
 469 - Takayama PSC  
 468 - Zeca Dirceu PT

Presentes Paraná: 28

**SANTA CATARINA**

475 - Décio Lima PT  
 470 - Edinho Bez PMDB  
 471 - Esperidião Amin PP PpPros  
 574 - João Pizzolatti PP PpPros  
 474 - Jorge Boeira PP PpPros  
 476 - Jorginho Mello PR PrPtdobPrp  
 477 - Luci Choinacki PT  
 478 - Marco Tebaldi PSDB  
 480 - Mauro Mariani PMDB  
 479 - Onofre Santo Agostini PSD  
 482 - Paulo Bornhausen PSB  
 481 - Pedro Uczai PT

**SANTA CATARINA**

483 - Rogério Peninha Mendonça

PMDB

484 - Ronaldo Benedet

PMDB

560 - Valdir Colatto

PMDB

Presentes Santa Catarina: 15

**RIO GRANDE DO SUL**

487 - Afonso Hamm

PP

PpPros

486 - Alceu Moreira

PMDB

489 - Alexandre Roso

PSB

490 - Beto Albuquerque

PSB

499 - Bohn Gass

PT

495 - Danrlei De Deus Hinterholz

PSD

491 - Darcísio Perondi

PMDB

578 - Eliseu Padilha

PMDB

493 - Enio Bacci

PDT

525 - Fernando Marroni

PT

502 - Giovani Cherini

PDT

498 - Henrique Fontana

PT

505 - Jerônimo Goergen

PP

PpPros

501 - José Otávio Germano

PP

PpPros

506 - Jose Stédile

PSB

500 - Luis Carlos Heinze

PP

PpPros

494 - Manuela D'Ávila

PCdoB

496 - Marco Maia

PT

507 - Marcon

PT

509 - Nelson Marchezan Junior

PSDB

510 - Onyx Lorenzoni

DEM

497 - Osmar Terra

PMDB

513 - Paulo Pimenta

PT

511 - Renato Molling

PP

PpPros

556 - Ronaldo Nogueira

PTB

515 - Ronaldo Zulke

PT

512 - Sérgio Moraes

PTB

514 - Vieira da Cunha

PDT

516 - Vilson Covatti

PP

PpPros

Presentes Rio Grande do Sul: 29

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As listas de presença acusam o comparecimento de 66 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e 437 Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Há, portanto, número regimental.

Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Mauro Lopes pede para registrar a presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Deputado Inocêncio Oliveira.

**O SR. NEWTON CARDOSO** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, queria registrar presença, Newton Cardoso, de Minas Gerais.

**O SR. SILVIO COSTA** (PSC – PE) – Sr. Presidente, Deputado Silvio Costa. Quero consolidar minha presença também.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PR – PE) – Quero levar o meu mais veemente protesto...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS – PR) – Sr. Presidente, Deputado Sandro Alex, pedindo registro da presença no painel da sessão ordinária da Câmara ocorrida hoje, que foi encerrada para iniciar esta sessão do Congresso.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Deputado Paulo Pimenta pede registro da presença na sessão da Câmara.

**O SR. IZALCI** (PSDB – DF) – O Deputado Izalci também, Sr. Presidente.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SDD – DF) – Deputado Augusto Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará as presenças de V. Ex<sup>as</sup> e levará o assunto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PROS – RJ) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, pode abrir os postos para aqueles que não marcaram presença poderem fazê-lo. Os postos, não precisa ser o painel, mas os postos para marcação de presença. São esses postos aqui.

V. Ex<sup>a</sup> já não vem à Câmara há muito tempo, porque V. Ex<sup>a</sup> é Senador já há bastante... Há um grande número de anos. Agora, se for o caso, abrir o painel vai evitar esse coxar de presenças, porque muita gente não marcou.

**O SR. LÁZARO BOTELHO** (PP – TO) – Deputado Lázaro Botelho também quer marcar presença.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (PSDB – PR) – O Deputado Alfredo Kaefter registra presença na sessão da Câmara anterior.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Presidente, pede consolidação da presença na sessão da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e vai levar o assunto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Eu ouço, pela ordem, o Deputado Inocêncio Oliveira.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO WAGNER** (PV – RN) – O Deputado Paulo Wagner registra presença na sessão anterior.

**A SR<sup>a</sup> NILDA GONDIM** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu quero registrar minha presença. Deputada Nilda Gondim. PMDB.

**O SR. ANDERSON FERREIRA** (PR – PE) – Deputado Anderson Ferreira Rodrigues também registra sua presença na sessão anterior.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PR – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – ...quando recebi um ofício dizendo para encerrar a sessão às 17 horas. É

um desrespeito com a Câmara dos Deputados, que tem se repetido frequentemente.

Não é possível marcarmos uma reunião, deixar a Câmara de votar matérias importantes, e, convocada para às 17 horas, começar a sessão às 19h45. Duas horas e quarenta e cinco minutos de atraso.

Quero levar o meu mais veemente protesto como o Senado Federal tem-se comportado em relação à Câmara dos Deputados. Isso tem se repetido diversas vezes. E nós, agora...

Se eu fosse Presidente da Câmara, eu não daria mais a sessão. Hoje mesmo, nós não faríamos esta sessão, porque eu tinha aberto a sessão às 19 horas, convocado uma sessão extraordinária para que pudessemos marcar nossa posição.

A culpa foi da Constituinte, que deu tantos poderes ao Senado Federal e só deu dois poderes à Câmara, que foram as matérias iniciar na Câmara e cassar o mandato dos seus membros.

Aliás, o Senado já quis até tirar parte dessa prerrogativa, porque o Senado queria que as matérias comessem uma na Câmara e outra no Senado.

V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa; V. Ex<sup>a</sup> tem sido um bom Presidente. Mas, dessa parte, Sr. Presidente, eu quero levar o mais veemente protesto que um Parlamentar pode fazer contra o Senado Federal e a maneira como ele tem se comportado em relação à Câmara dos Deputados.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito de V. Ex<sup>a</sup> a leitura do Requerimento nº 6/2013 e a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4/2013, que está previsto para o Período do Expediente da sessão do dia de hoje e que torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pela Presidência do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta do Congresso Nacional de 2 de abril de 1964.

Nesses termos, peço o deferimento de V. Ex<sup>a</sup> para a leitura e a apreciação desse requerimento no período do Expediente desta sessão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria, antes de qualquer coisa, comunicar ao Senador Randolfe Rodrigues, aos Senadores, aos demais Senadores e aos Deputados,

que há um acordo para que nós possamos iniciar a Ordem do Dia pelo PLN nº 1; em seguida, nós votaremos o PLN nº 2, que é, como todos sabem, a LDO; em terceiro lugar, nós votaremos o Projeto de Resolução a que V. Ex<sup>a</sup> se refere; e, em seguida, nós votaremos os créditos orçamentários.

Foi esse o acordo, é esse o procedimento que nós vamos seguir.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente. Permita-me, Excelência!

Eu só gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se é possível perguntar agora, não somente para todos os Líderes, mas para todos os Parlamentares – e aí seria importante a manifestação de todos os Parlamentares, porque é assim que pede o Regimento – se esse acordo e essa ordem podem ser aqui acordados.

Como estamos em uma Casa de cavalheiros, digamos assim, se todos os Parlamentares assim acordarem com essa ordem proposta por V. Ex<sup>a</sup>, acertada por V. Ex<sup>a</sup>, que assim acredito, se concordarem com esse encaminhamento para votação conforme V. Ex<sup>a</sup> está propondo, em não alterar, porque qualquer alteração a isso importaria então em derrubar a ordem, então teria pleno acordo. Mas aí seria importante haver aqui um acordo e perguntar ao conjunto do Plenário se o conjunto dos Srs. e das Sr<sup>as</sup> Congressistas concorda com esse encaminhamento que a Mesa aqui está apresentando, para não restar dúvida alguma para o conjunto do Plenário.

Obviamente, de minha parte, acordo com esse encaminhamento que V. Ex<sup>a</sup> aqui está apresentando com essa pauta, com essa ordem.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Suplicy. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem, sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse garantida, se possível, a inversão de ordem, ou respeitando a ordem que V. Ex<sup>a</sup> anunciou, mas que fosse votado o Item 9, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2013, que abre o Orçamento de Seguridade Social da União em favor do Ministério do Desenvolvimento Social, em outros termos, que tem o Parecer 77 da Comissão Mista de Orçamentos pela aprovação do projeto.

Que seja garantida a votação, respeitando o acordo feito pelos Líderes, mas que seja garantida a votação desse projeto, Sr. Presidente. Item 9.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Assumo com o Senador Suplicy o compromisso de que vamos avançar na Ordem do Dia e, com certeza, chegaremos à apreciação do projeto a que V. Ex<sup>a</sup> se refere agora. Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Deputado Osmar Terra.

**O SR. OSMAR TERRA** (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Só queria registrar a minha presença desde o início da sessão anterior da Câmara.

Deputado Osmar Terra.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS SOUZA** (PSD – AM) – Sr. Presidente, só para registrar a minha presença na sessão anterior.

Deputado Carlos Souza.

**O SR. WELITON PRADO** (PT – MG) – Sr. Presidente, para registrar a presença na sessão da Câmara.

Deputado Weliton Prado.

**O SR. ARACELY DE PAULA** (PR – MG) – Para registrar a presença.

Deputado Aracely de Paula.

**O SR. BENJAMIN MARANHÃO** (SDD – PB) – Para registrar a presença na sessão da Câmara.

Deputado Benjamin Maranhão.

**O SR. VALDIVINO DE OLIVEIRA** (PSDB – GO) – Para registrar a presença na sessão da Câmara.

Deputado Valdivino de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra as presenças de V. Ex<sup>as</sup> e levará o assunto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI** (PSD – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, para fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>.

Já que houve acordo, que os líderes não venham querer discutir a agora a matéria, como está acostuada esta Casa.

Vamos votar sem discussão, haja vista que houve acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há uma proposta para nós avançarmos na Ordem do Dia e deixarmos a discussão para depois. Se nós fizermos isso, vamos ter um rendimento, garanto, muito bom nesta sessão do Congresso Nacional.

**O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI** (PSD – SC) – Parabéns, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**A SRª BRUNA FURLAN** (PSDB – SP) – Presidente, a Deputada Bruna Furlan está presente desde o início.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registrará a manifestação de V. Exª.

**O SR. LUIZ FERNANDO FARIA** (PP – MG) – Sr. Presidente, o Deputado Luiz Fernando Faria também gostaria de registrar presença na sessão anterior da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Exª e levará o assunto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – O Deputado Marcus Pestana também pede registro de presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 1** da pauta.

Há, sobre a mesa, um requerimento que requer a retirada de pauta de proposição constante da Ordem do Dia. É justamente esse item, o primeiro item da pauta. Portanto, deixamos de acatar o requerimento e indeferimos a tramitação dele, porque é uma atribuição da Mesa do Congresso Nacional.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

**REQUERIMENTO  
Nº 7, DE 2013**

**Requer a retirada de pauta de proposição constante da Ordem do Dia.**

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50, c/c art. 41 do Regimento Comum, a retirada de pauta de proposição constante do item (1) referente ao PLN nº 1, de 2013-CN.

Sala de Sessões, 20-11-2013 – Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Líder do Solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 1** da pauta:

**PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2013-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, que “Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”, tendo Parecer nº 20 de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição das duas emendas apresentadas.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, é um requerimento de retirada de pauta dessa matéria.

Sei que é atribuição da Mesa do Congresso fazer a pauta, mas o Deputado pode requerer, o Partido pode requerer, através deste instrumento que está na mão de V. Exª, a retirada de pauta. Se V. Exª não concorda, V. Exª tem que submeter isso ao Plenário da Casa. Isso é um procedimento corriqueiro do nosso Regimento Interno. De sorte que solicito a V. Exª que vote o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A retirada de item da pauta é competência da Mesa. V. Exª, na forma do Regimento, requereu, e a Mesa indeferiu, porque é competência da Mesa a retirada e inclusão de matéria na própria pauta.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA) – V. Exª tem que colocar esse requerimento em votação. A Mesa não pode se sobrepor ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal diz, no seu inciso V.

*Art. 175.....  
.....  
V – pela retirada de qualquer matéria, para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão nos avulsos e para sanar falhas de instrução.*

Portanto, isso é uma competência da Presidência da Mesa. Por isso, não vamos...

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, com todo o respeito que tenho por V. Exª, mas é um procedimento corriqueiro aqui nesta Casa, na Câmara dos Deputados e Senado da República, que se apresente um requerimento, e a Mesa submeta o requerimento à votação do Plenário.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – Presidente, o que o...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como V. Exª sabe, o Regimento do Senado é o primeiro subsidiário do Regimento Comum.

Por isso, não podemos atender ao requerimento no que se refere à sua tramitação.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me perdoe, mas o Deputado tem razão. Há previsão sim de requerimento de retirada de pauta, e esse requerimento tem que ser submetido à votação. Não tem

sentido se argumentar que esse dispositivo não pode ser submetido à votação e apreciação, à discussão e votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Só pode, repito, retirar de pauta nas condições que foram lidas e previstas no Regimento do Senado Federal, que, como disse e repito, é o primeiro subsidiário ao Regimento Comum do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Item 1 da pauta.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1, de 2013, que altera o *caput* do art. 2ª...

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou insistir porque quero ler aqui o artigo que declino a V. Exª para que possa acolher o nosso requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se V. Exª insistir, eu vou insistir em indeferir. Não vai ter outra solução no Regimento a não ser essa.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (PMDB – BA) – O Regimento Comum, Sr. Presidente.

**A SRª JÔ MORAES** (PCdoB – MG) – Deputada Jô Moraes não conseguiu registrar a presença, mas está presente.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (PMDB – BA) – O Regimento Comum, no seu art. 41, diz o seguinte.

*Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter a sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.*

O art. 42 diz o seguinte:

*Art. 42. A retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor e dependerá de despacho da Presidência.*

[Mas está aqui claramente colocado no parágrafo único.]

*Parágrafo único. Competirá [Sr. Presidente] ao Plenário decidir sobre a retirada de proposição com a votação iniciada.*

Competirá ao Plenário. Está claro aqui. V. Exª não pode se sobrepor ao Plenário. Por mais que V. Exª seja o Presidente do Congresso Nacional, o Plenário é soberano. Isso está claro, aqui, no art. 42, do Regimento Comum.

Então, insisto com V. Exª que submeta ao Plenário a apreciação do requerimento que apresentamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Queria, mais uma vez, reforçar

que o Regimento do Congresso Nacional é omissivo com relação a essa matéria. Portanto, recorremos ao Regimento do Senado Federal, que é o primeiro subsidiário ao Regimento do Congresso Nacional.

O art. 42 que V. Exª...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Regimento Comum, art. 42, isso que eu queria enfatizar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O art. 42 a que V. Exª se refere diz: “a retirada de qualquer proposição”. Não é a retirada da pauta, da Ordem do Dia. Trata de proposição, que são coisas completamente diferentes.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero chamar a atenção inclusive para o artigo que é do Regimento Comum, que V. Exª também acabou de ler.

No art. 42, ele diz o seguinte: além de qualquer proposição, que só poderá ser requerida por seu autor, dependerá de despacho da Presidência. Consequentemente, ainda tem o parágrafo único, que fala sobre essa questão da retirada de matéria, com votação iniciada.

Portanto, o *caput* é muito claro quando, inclusive, confere – como o artigo do Regimento do Senado – à Mesa a competência para deferir sobre a matéria.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA) – Sendo assim, solicitamos uma verificação de presença com base no art. 28.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a informação do Senador Walter Pinheiro, mas o Regimento trata, no art. 42, de retirada de qualquer proposição. É de tramitação, proposição de tramitação, não é da Ordem do Dia.

**O SR. JOÃO DADO** (SDD – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Portanto, plenamente respaldado no Regimento do Senado, que, repito, é o primeiro subsidiário, vamos dar continuidade à Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então requeremos uma verificação de quorum, para a continuidade da sessão, com base no art. 28.

**O SR. JOÃO DADO** (SDD – SP) – Sr. Presidente, apenas para registrar, Deputado João Dado, esteve presente na sessão anterior da Câmara dos Deputados.

**O SR. ROBERTO SANTIAGO** (PSD – SP) – Sr. Presidente, Deputado Roberto Santiago registra a presença na sessão anterior na Câmara dos Deputados.

**O SR. RENATO SIMÕES** (PT – SP) – Sr. Presidente, Deputado Renato Simões também registra a presença na sessão anterior na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registrará a manifestação de V. Ex<sup>as</sup> e comunicará o fato ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Retomamos a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu insisto que estou pedindo uma questão de ordem, com base no art. 29, §2º, que no curso de sessão pode ser verificada a presença de Senadores e de Deputados. Requeremos uma verificação de quorum, com base no §2º do art. 29.

**O SR. LUIZ PITIMAN** (PSDB – DF) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Pitiman, esteve presente na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

O art. 135 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, diz exatamente o seguinte:

*Art. 135. Se durante sessão do Congresso Nacional que estiver apreciando matéria orçamentária, verificar-se a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28 do Regimento Comum, o Presidente da Mesa encerrará os trabalhos ex-officio, ou por provocação de qualquer parlamentar, apoiado por no mínimo 1/20 (um vigésimo) dos membros da respectiva Casa, ou por Líderes que os representem.*

Só nessa condição poderemos impedir a continuidade da sessão, e não é o caso que verificamos na intervenção que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA) – A pauta não trata só de matéria orçamentária, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB – AL) – Voltamos, portanto, à Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA) – A pauta não trata só de matéria orçamentária. Não trata só de matéria orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 2013...

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA) – Vamos pedir a verificação de quórum, Presidente, me desculpe, mas V. Ex<sup>a</sup> está insistindo de uma forma que não tem condição da gente continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB – AL) –... que “Altera o *caput* do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 20, de 2013, que teve como Relator o Deputado Ricardo Berzoini, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto.

Nós temos sobre a mesa duas inscrições: a do Deputado Cláudio Puty e do Deputado Domingos Sávio.

Eu queria reiterar o apelo para que deixássemos esta discussão para logo após a votação da matéria.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB – MG) – Sr. Presidente, para justificar: Júlio Delgado na Sessão da Câmara esteve presente e não registrou presença.

Deputado Júlio Delgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação do Deputado Júlio Delgado.

Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Obrigado.

Sr. Presidente, estivemos nos dedicando, desde a sessão do Congresso de ontem, a um profundo debate e que, inclusive, teve, na sua conclusão, a participação direta de V. Ex<sup>a</sup> para que pudéssemos encontrar um ponto de equilíbrio e, acima de tudo, pudéssemos concluir levando em conta o interesse nacional. E aí fica evidente que a necessidade de aprovarmos a LDO e, conseqüentemente, darmos ao País um Orçamento é um interesse em questão que, sem dúvida, nos une a todos. E a oposição deixou bem claro, desde o primeiro momento, e cumprimos isso, que nós não faríamos aquele tipo de obstrução que aposta no quanto pior, melhor.

Nós queremos que o País funcione, que ele tenha LDO, tenha Orçamento. Mas tínhamos as nossas ponderações importantes, como aquela que não permite que o Governo, na ausência do Orçamento, pudesse continuar fazendo investimentos, seja no PAC, seja nas empresas estatais.

Conseguimos a sensibilidade das Lideranças do Governo e de V. Ex<sup>a</sup>, para retirar da LDO esse artigo, que, no nosso entender, tirava as prerrogativas do Congresso Nacional. Nesse propósito, nós também assumimos o compromisso de votar as demais matérias, embora tenhamos divergências com relação a algumas delas.

Portanto, nós estaremos prontos para iniciar a votação, fazemos, depois, as nossas considerações finais e, obviamente, nos reservar o direito de nos manifestar contra aquilo que não entendemos ser adequado para o País. Mas não estaremos aqui para impedir a votação ou para criar dificuldades no momento em que se precisa da união de todos em benefício do interesse nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

Nós agradecemos a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Ouçõ, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em seguida, há alguns oradores inscritos para discutir a matéria: o Deputado Cláudio Puty e o Deputado Mendonça Filho.

Senador Aloysio, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, próceres do Governo...

**O SR. RONALDO ZULKE** (PT – RS) – Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Zulke solicita o registro da sua presença na sessão anterior da Câmara. Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. LUÍS CARLOS HEINZE** (PP – RS) – Sr. Presidente, O Deputado Luis Carlos Heinze não registrou a presença na sessão da Câmara, anterior

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e levará o assunto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, os representantes do atual Governo garganteiam o fato de o Brasil ser a sétima economia do mundo, membro do Grupo dos 20, não obstante nós tenhamos aqui, infelizmente o 83º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

Hoje nós estamos aprovando, Sr. Presidente, a LDO para o ano de 2014.

Veja: nós estamos no dia 20 de novembro. A LDO deveria balizar a elaboração do Orçamento de 2014. O Orçamento está prestes a ser aprovado, e a Oposição não criará obstáculos fúteis à aprovação do Orçamento, porque nós não queremos dar ao Governo o pretexto de não executar as obras e os serviços que a Nação espera dele, por conta do atraso da aprovação do Orçamento. Mas o fato é que o Orçamento já está na sua etapa final e só agora estamos votando a LDO.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E depois, as pessoas se espantam, a Presidente convoca reuniões de emergência, para trazer um pouco mais de credibilidade às contas públicas do Governo. Nós estamos hoje, nesta sessão também, alterando a LDO de 2013, já no final do Orçamento de 2013, para quê? Para desobrigar a União de cumprir, no caso do não comparecimento dos Estados e Municípios, já hoje estrangulados com as desonerações arbitrárias que o Governo concede à revelia deles. A União, se for aprovado o Projeto de Lei Orçamentária nº 1, estará desobrigada de qualquer compromisso com o superávit primário do setor público consolidado. O superávit primário do setor público consolidado passa a ser uma mera expressão, um mero enfeite, algo que não serve para nada. Enfeite serve para alguma coisa. A expressão “resultado primário do setor público consolidado” não servirá mais para nenhum indicador. Então, é mais um passo no rumo ao desmoronamento da credibilidade das contas públicas brasileiras.

Por essa razão, nós iremos votar contra esta matéria, por entendermos que ela é absolutamente nefasta para o País neste momento. Mas nós não vamos derrubar a sessão. Nós queremos que, ainda que tarde, o Brasil tenha uma LDO, para não passarmos a vergonha de entrarmos, no ano que vem, sem LDO aprovada.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Deputado Daniel Almeida, para justificar o não registro da presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Registro a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANDREIA ZITO** (PSDB – RJ) – Deputada Andreia Zito, também registrando a presença na sessão da Câmara, anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e vai comunicar o fato ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. LEONARDO QUINTÃO** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Leonardo Quintão, para justificar a ausência na sessão anterior.

**O SR. FERNANDO LOPES** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Deputado Fernando Lopes, para justificar a ausência na sessão anterior.

**A SR<sup>a</sup> ALICE PORTUGAL** (PCdoB – BA) – De maneira igual, a Deputada Alice Portugal, do PCdoB, registra a presença na sessão anterior.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PROS – CE) – Sr. Presidente, Deputado Antonio Balhmann registra a sua presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará as presenças de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Presidente, também Deputado Mendes Thame pede registre a presença da sessão anterior da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação do Deputado Mendes Thame e comunicará o fato ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Cláudio Puty. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB – PR) – Presidente, Luiz Carlos Hauly registra a presença na sessão anterior, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputado Duarte Nogueira pede o registro na sessão anterior da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CHICO DAS VERDURAS** (PRP – RR) – Sr. Presidente, o Deputado Chico das Verduras quer registrar sua presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JÚLIO CESAR** (PSD – PI) – Sr. Presidente, o Deputado Júlio Cesar, se estivesse presente aqui, estaria na sessão anterior.

**A SR<sup>a</sup> ÉRIKA KOKAY** (PT – DF) – Sr. Presidente, Erika Kokay...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Júlio Cesar.

**O SR. LUIZ CARLOS** (PSDB – AP) – Deputado Luiz Carlos registra presença na sessão anterior.

**A SR<sup>a</sup> ERIKA KOKAY** (PT – DF) – Sr. Presidente, Erika Kokay também registra sua presença na sessão anterior.

**O SR. DIMAS FABIANO** (PP – MG) – Deputado Dimas Fabiano também faz o mesmo registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra as manifestações de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. NILSON PINTO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Deputado Nilson Pinto registra sua presença na sessão da Câmara anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AFONSO HAMM** (PP – RS) – Deputado Afonso Hamm: também registro minha presença pelo Partido Progressista na sessão da Câmara, a sessão anterior, e agora, aqui, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Deputado Eduardo Azeredo registra sua presença também na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Eduardo Azeredo.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR – MG) – Sr. Presidente, Lincoln Portela, sessão anterior: registrando presença também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação do Deputado Lincoln Portela.

**O SR. PAULO WAGNER** (PV – RN) – Deputado Paulo Wagner, do PV, registra presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e comunicará o fato ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, um breve pronunciamento. Estava disposto a dele abrir mão, mas, face às palavras da oposição, achei por bem defender o PLN nº 1.

O que nós estamos aprovando hoje aqui, sob a forma do PLN nº 1, é uma medida fiscal correta, é uma medida fiscal pró-crescimento e é mais um passo que o Governo Dilma dá.

É importante dizer que nós estamos só aprovando isso no final de 2013, mas este parecer está pronto desde maio. Diversos setores deste Congresso postergaram grandemente porque, se fosse por vontade da Bancada do Governo e por vontade da Presidente Dilma, já teria sido aprovado quando enviado para cá.

Nós estamos mudando o arcabouço institucional que foi criado na década de 1990, que é um arcabouço fortemente influenciado pelo neoliberalismo e que começou a ser mudado quando instauramos, nas LDOs,

o abatimento do superávit primário, a permissão para diminuir o superávit primário.

Mesmo com essas reduções feitas nas LDOs anteriores, o nosso superávit primário é um dos maiores do mundo, perdendo, talvez, para a Arábia Saudita e para a Itália, que tem uma relação dívida/PIB muitas vezes superior a que tem o Brasil – a relação dívida/PIB da Itália é de cerca de 100% e a do Brasil é de 34%.

Em segundo lugar, qual é o princípio que rege essa alteração? Do ponto de vista do longo prazo econômico, não faz sentido o Governo central fomentar o crescimento econômico com desonerações, com reduções do IPI, exatamente para poder fomentar o crescimento com medidas contracíclicas, e, ao mesmo tempo, ser obrigado a compensar o superávit primário de Estados e Municípios, porque assim o arcabouço criado na década de 90 o exige. Nós temos de alterar isso. Não alterando, isso exigiria que, neste ano, por exemplo, teríamos de aportar quase R\$40 bilhões para compensar o superávit de Estados e Municípios, inclusive de Minas Gerais e de São Paulo, que concordam com essa medida, porque os seus Secretários de Fazenda assim concordaram. Numa medida contraditória, a União desonera; ao desonerar, reduz o repasse de FPE e teria de compensar, com outra mão, o superávit de Estados e Municípios. Isso não faz sentido do ponto de vista do crescimento econômico.

Do ponto de vista do curtíssimo prazo do problema que nós estamos enfrentando agora, não me parece ser sensato a União ter que, mesmo cumprindo um superávit primário neste ano – 70 bilhões da União mais 10 bilhões de Estados e Municípios, no consolidado de 2% do PIB –, aportar quase 40 bilhões para poder cobrir o buraco deixado por Estados e Municípios. Do ponto de vista econômico, isso é correto. Do ponto de vista do curto prazo para recuperação da economia brasileira, é corretíssimo.

Obviamente, temos divergências fundamentais com a oposição neoliberal ao nosso Governo, mas essas divergências são resolvidas na política e no voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAJOR FÁBIO** (PROS – PB) – O Deputado Major Fábio quer registrar que estava presente na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Major Fábio.

Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> para discutir a matéria.

**O SR. SANDES JÚNIOR** (PP – GO) – O Deputado Sandes Júnior quer registrar a sua presença na sessão anterior, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação do Deputado Sandes Júnior.

**O SR. FRANCISCO FLORIANO** (PR – RJ) – Sr. Presidente, Francisco Floriano, PR, do Rio de Janeiro, para colocar a presença na sessão anterior, por gentileza.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e vai comunicar ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Senadoras, eu sei que o Líder do meu Partido, o Deputado Caiado, fez um acordo com a representação do Governo no sentido de que nós não obstruíssemos o processo de votação da pauta de hoje do Congresso Nacional. E evidentemente estamos aqui para cumprir aquilo que foi acordado pelo nosso Líder.

No entanto, acho que é importante que possamos aproveitar este pequeno espaço da sessão do Congresso Nacional para refletir de forma alta, o Brasil e o Plenário do Congresso também, sobre o que está sendo votado neste instante: a retirada da obrigatoriedade de a União cumprir a meta fiscal de Estados e Municípios, o que é histórico, consagrado. É mais, no meu modo de ver, uma artimanha do Governo Federal, que, a cada dia que passa, perde o controle fiscal das finanças e da economia brasileira.

E não é por outro motivo que o Brasil está onde está, crescendo de forma medíocre. A previsão inicial, no início deste ano, do Ministro Guido Mantega, era de que nós iríamos crescer 4%, e estamos chegando ao final deste ano de 2013 com perspectiva de crescermos algo como 2%. Então, a deterioração fiscal do Brasil é flagrante, clara. Os alicerces básicos da economia brasileira estão cada vez piores.

Este quadro é sentido e percebido no dia a dia do cidadão brasileiro. Falo não só no aspecto do equilíbrio das finanças públicas, mas poderia falar também daquilo que afeta o dia a dia da população brasileira, como, por exemplo, a inflação.

A inflação oficial, durante o Governo da Presidente Dilma, nunca esteve no centro da meta; sempre esteve no limiar do teto da meta. E ela celebra, por incrível que pareça, o fato de estar no teto da meta como se fosse algo extraordinário.

No entanto, isso é reflexo direto justamente do descontrole, da falta de compromisso de equilíbrio fiscal por parte do Governo Federal. Governo que tem usado de artimanhas e artifícios. Recriou, é verdade, a conta-movimento, extinta ainda à época do Governo Sarney, que funcionava no Banco do Brasil, e repassou essa chamada conta-movimento para o BNDES, o que virou, literalmente, um orçamento paralelo ao Orçamento Geral da União, sem nenhuma supervisão, controle ou acompanhamento por parte do Parlamento brasileiro, o que é mais um absurdo de gestão econômica por parte do atual Governo.

Então, meu caro Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, eu não poderia, de forma alguma, assistir a mais esse passo na direção da irresponsabilidade fiscal e ficar calado.

A política econômica não é traçada pelos Estados tampouco pelos Municípios. Ela é tocada basicamente pelo governo central, pelo Ministério da Fazenda. E, à medida que o Ministério da Fazenda se omite na sua responsabilidade maior de definir a meta fiscal, evidentemente estamos assistindo a um cenário que piora cada vez mais a economia brasileira e contribui para o descontrole da inflação.

A inflação, no dia a dia, na cesta básica, que afeta o cidadão mais simples do Brasil, está batendo à casa dos 10%. Temos uma inflação de 6,5%, que é a inflação global, inclusive dos preços controlados artificialmente pelo próprio Governo. Mas, quando falamos da inflação livre, a inflação de mercado, aquela que afeta o bolso do trabalhador, essa é de 10%. E o trabalhador brasileiro está sentindo na pele a perda de renda decorrente do descontrole fiscal, da falta de compromisso da estabilidade econômica do atual Governo.

Então, quero deixar aqui registrada minha rejeição à medida que mostra claramente um descompromisso, mais um descompromisso, Sr. Presidente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – ... por parte da gestão da Presidente Dilma com o equilíbrio das contas públicas.

Ela almeja e deseja, evidentemente, a sua reeleição. Se houver, por acaso – eu espero que não aconteça –, a sua reeleição, em 2015 vamos assistir a um grande ajuste econômico, porque o Brasil vai estar numa situação bastante crítica. Se porventura acontecer o que eu espero – a sua derrota –, um novo governo, a se iniciar a partir de 2015, terá também a necessidade de rearrumar a casa, porque a gestão do PT usou, até agora, o que foi feito de reforma lá atrás pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e está

sacando a descoberto nessa conta que vai ser paga, no final das contas, pela própria sociedade brasileira.

Fica aqui o meu registro de protesto com relação à matéria que está sendo votada e que provavelmente vai ser aprovada, lamentavelmente, num descompromisso com as finanças públicas do País.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. AELTON FREITAS** (PR – MG) – Presidente Renan, Aelton Freitas pede que registre a sua presença na sessão anterior.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CHAVES** (PTB – PE) – Deputado José Chaves...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Deputado Almeida Lima, aqui no fundo do plenário.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sérgio Guerra, para informar a presença na sessão que se encerrou. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação do Deputado Sérgio Guerra,...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... a quem cumprimento com satisfação.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, Deputado Almeida Lima, aqui no fundo do plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – ... para requerer a V. Ex<sup>a</sup> que estabeleça o mínimo de silêncio no plenário. O plenário é hoje do Congresso Nacional, com mais 81 Senadores, mas está repleto de assessores, e nós não estamos conseguindo ouvir nada. E não dá para aumentar mais o volume da audição aqui do plenário. Está insuportável isso aqui. E isso representa muito mal para a Casa. A imprensa que aqui está vai falar mal do Congresso Nacional, porque nós não sabemos nem qual é o primeiro item da pauta, embora ela tivesse sido distribuída com antecedência. É preciso chamar a atenção para isso. Quando há sessões da Câmara, há controle de entrada de assessores. Isso aqui virou um mercado. É esse o requerimento que eu faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Deputado Almeida Lima faz um apelo à Casa para que nós façamos silêncio e dessa forma possamos avançar na nossa Ordem do Dia.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Domingos Sávio, pela ordem.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo no início da sessão, manifestei o esforço que fizemos para construir um entendimento do qual V. Ex<sup>a</sup> teve inclusive, como é de costume, pela sua habilidade, pelo seu espírito conciliador, uma participação fundamental na conclusão. E pôde inclusive testemunhar quando eu dizia que para nós, do PSDB, avançarmos em todas as matérias, inclusive o PLN nº 1, que é importante para as questões que interessam ao Governo, do qual nós discordamos em alguns aspectos, mas não só ele, diversos outros projetos que tratam de suplementação orçamentária, que estão na pauta, e especialmente a LDO, que nós tínhamos duas emendas, dois destaques do PSDB que tínhamos apresentado, inclusive entregue os originais das emendas ao Senador Walter Pinheiro e ao Relator, Deputado Danilo Fortes.

O Relator, Deputado Danilo Fortes, nos comunicou, inclusive na presença de V. Ex<sup>a</sup>...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ... para concluir, nos comunicou que aquela nossa emenda que tratava de suprimir a possibilidade de investimentos sem aprovação de orçamento, ele estava acolhendo.

Eu aproveitei para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nós até abrimos mão de suprimir investimentos na área da saúde, da ordem de mais de R\$4,5 bilhões, que seriam suprimidos nessa hipótese da ausência do orçamento, e nós abrimos mão, mesmo depois do acordo, porque entendemos que a questão da saúde deve ser sempre priorizada.

Mas o nosso segundo requerimento, sobre o qual eu disse, textualmente, tratar-se de uma emenda do Senador Aécio Neves... A emenda do Senado Aécio Neves visa única e exclusivamente a dar uma maior transparência às questões das emissões de títulos públicos cujos recursos são destinados ou para uma empresa estatal, para ampliar capital no BNDES, por exemplo, ou para um determinado fundo de que o Governo participe. Enfim....

*(Interrupção de som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ... o Senador apresentou a emenda e o Deputado Danilo

disse – e V. Ex<sup>a</sup> ouviu – que havia acolhido parcialmente atendendo, dando uma explicitação à destinação desses recursos e apenas se preocupando em não ferir o sigilo bancário. Pedi que indicasse como e S. Ex<sup>a</sup> disse-me que, posteriormente, com a assessoria, nos indicaria.

Nós nos debruçamos sobre o relatório que S. Ex<sup>a</sup> está apresentando, de que não consta o acolhimento sequer parcial.

Insisto, Sr. Presidente, para que haja a boa sequência do nosso acordo, para que nós possamos votar o PLN nº 1 e os demais, que isso seja revisto, que a nossa proposta seja acolhida. Não queremos quebrar sigilo bancário de ninguém, nem de empresa estatal, mas queremos que haja essa transparência na emissão de títulos públicos, tão somente isso. Feito isso, o acordo está mantido de nossa parte. Se isso não for mantido, infelizmente nem o PLN nº 1 haverá de prosperar, porque sem acordo não acredito que tenhamos ambiente para a votação.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, como Relator da matéria e como fui citado, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo, nós agradecemos, sinceramente, a intervenção do Deputado Domingos Sávio. Realmente, nós todos trabalhamos no sentido da realização desse acordo. É muito importante a palavra de V. Ex<sup>a</sup> no sentido da confirmação dele. Inclusive sou testemunha de parte das conversas que se observaram no gabinete da Presidência do Senado Federal. E, não me engano, havia uma restrição apenas com relação ao sigilo, já que não podíamos tratar de sigilo.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na formatação do relatório da LDO, que é o segundo ponto da pauta, nós tivemos uma preocupação, sempre, com a questão da transparência das contas públicas. Tanto é que nós avançamos muito no que diz respeito à obrigação, aos procedimentos e até à forma de apresentação desses relatórios. Em nenhum momento fugimos disso.

No segundo momento, toda vez que há emissão de títulos para capitalizar seja uma empresa pública, seja um banco público, uma fundação ou uma autarquia, há necessidade – inclusive já consta da Lei de Responsabilidade Fiscal – de se colocar a origem desses recursos e a formatação dos programas que vão ser exercidos com esses recursos. Em momento algum, a gente pode extrapolar até onde vai a execução, porque senão nós podemos cair no risco de expor empresas

privadas e empresas públicas que são beneficiadas com esses recursos públicos. Essa é a preocupação.

Quando da reunião no seu gabinete, da Presidência do Senado, com a presença de todos os Senadores, foi tratado e usado como exemplo o BNDES. Mas, entendendo que a extensão do programa não fere quebra de sigilo até o momento da emissão e da programação da aplicação de recursos, o que nós não podemos é extrapolar com relação a isso para não expor empresas privadas ou empresas públicas. Mas até aí tudo bem, sem problema nenhum. Nós vamos acatar o dispositivo que está sendo apresentado no destaque, porque aumenta a transparência do que está sendo feito.

Por isso eu disse, tanto ao Deputado Domingos Sávio como aos representantes do PSDB, que a gente havia acatado parcialmente o destaque feito pelo Senador Aécio Neves.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu acho que a...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou, então, acompanhar com o Relator qual redação será dada. Nós não temos objeção a que se faça uma adequação à redação dada pelo Senador Aécio Neves, desde que seja garantida essa transparência que nós pretendemos. Feito isso, estará mantido o acordo. Eu gostaria que o Relator nos apresentasse – e confiamos absolutamente nele –, mas queremos que isso fique explicitado para não haver dúvida na hora da votação. Isso deve anteceder as votações que estão em curso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E nós agradecemos muito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – A permissão será acatada, até porque é um princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal da qual somos fiéis cumpridores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

Concedo a palavra ao Deputado Arthur Maia.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SDD – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, há alguns dias, há algumas semanas, esta Casa entrou no buraco negro. Há três semanas não votamos nada aqui na Casa.

Há três semanas, fizemos uma reunião na Presidência e tínhamos uma pauta extremamente importante

para o Brasil, que envolvia o Marco Civil da Internet, o Código de Processo Civil, a questão dos Agentes Comunitários de Saúde, o Fator Previdenciário, que é uma luta simbólica da vida do nosso Partido Solidariedade.

De lá para cá, por questões que desconhecemos, nós vimos claramente uma posição da maioria de querer barrar essas votações, porque acha que nada que possa, eventualmente, criar algum gasto deva ser votado. E, com isso, paralisamos os trabalhos aqui na Câmara dos Deputados.

Estamos agora numa sessão do Congresso Nacional, e a pauta que foi elaborada por V. Ex<sup>a</sup> é realmente importante para o Brasil, porque nós temos, efetivamente, que votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que, na semana que vem, tanto a Câmara como o Senado voltarão para outra pauta que é importante também. E nós não conseguiremos, até final do ano, votar o orçamento se não avançarmos numa reunião importante como esta.

De sorte que, neste sentido, nos foi feito um apelo pelo Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, de que nós adiantássemos a votação aqui e que na semana que vem tenhamos condição também de avançar com a pauta aqui da Câmara.

Neste sentido, a posição do Solidariedade que havia sido tomada, de fazer obstrução, está neste momento sendo retirada, para que nós possamos dar continuidade e votar, efetivamente, para o bem do Brasil, a LDO e possamos avançar, em seguida, para a votação do Orçamento da semana que vem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>. A intervenção de V. Ex<sup>a</sup> demonstra o espírito público do Partido que V. Ex<sup>a</sup> lidera nesta Casa do Congresso Nacional.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque, que passam a ser lidos.

Requerimento de destaque do Deputado Esperidião Amin e outros Deputados e Senadores, e outros Congressistas, com relação à Emenda nº 2. (**Requerimento nº 8, de 2013.**)

Requerimento de destaque com relação à Emenda nº 1, do Deputado Cláudio Cajado e outros Srs. Congressistas. (**Requerimento nº 9, de 2013.**)

São os seguintes os requerimentos na íntegra:

# REQUERIMENTO Nº 8, DE 2013-CN

PLN Nº 1, DE 2013-CN

**REQUERIMENTO PARA VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 2, AO PROJETO DE LEI  
Nº 1, DE 2013-CN, QUE ALTERA A LEI Nº 12.708, DE 2012  
(Do Deputado ESPERIDIÃO AMIN E OUTROS)**

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006-CN, que seja submetida a votos no Plenário do Congresso Nacional, a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 1, de 2013, que altera a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

A referida Emenda, conforme cópia anexa dispõe:

Inclua-se, no artigo 1º do Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, o seguinte dispositivo:

"Art. 118. ....

Parágrafo único: Nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, as despesas relativas a transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas ou aumentadas em decorrência da aprovação de emendas no âmbito do Congresso Nacional, não poderão ser objeto de limitação de empenho e movimentação financeira em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de aplicação direta do Governo Federal.

## JUSTIFICAÇÃO

É notório o uso político indevido pelo Poder Executivo da execução orçamentária para influir a tramitação de proposições no âmbito do Congresso Nacional. A fixação de condições políticas, e não meramente técnicas ou legais, para liberação de emendas parlamentares, por meio do contingenciamento, atenta contra a isonomia do mandato legislativo e o próprio estado democrático de direito, na medida em que constrange o exercício pleno do Poder Legislativo.

As LDOs da União contemplam, desde 2002, princípio pelo qual a execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais devem obedecer aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Para dar eficácia ao citado princípio, a emenda propõe adicionar parágrafo único ao art. 118 da LDO 2013, limitando o contingenciamento unilateral de programações derivadas de emendas, dentro de certas condições e limites. Nos termos do art. 9º, § 2º da LRF, cabe ao Congresso decidir critérios e ressalvas ao contingenciamento da execução orçamentária e financeira.

Sala das Sessões, em        de junho de 2013.

  
Deputado ESPERIDIÃO AMIN

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI  
 DE ALTERAÇÃO DA LDO**

**Emenda - 00002**  
 PLN 001/2013  
 Mensagem 026/2013-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 01/2013- CN PÁGINA  
1 DE 1

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
XII		118			

**TEXTO**

Inclua-se, no artigo 1º do Projeto de Lei nº 01, de 2013-CN, o seguinte dispositivo:

"Art. 118. ...

Parágrafo único: Nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, as despesas relativas a transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas ou aumentadas em decorrência da aprovação de emendas no âmbito do Congresso Nacional, não poderão ser objeto de limitação de empenho e movimentação financeira em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de execução direta do Governo Federal."

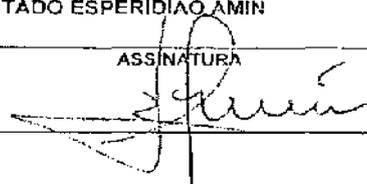
**JUSTIFICACÃO**

É notório o uso político indevido pelo Poder Executivo da execução orçamentária para influir a tramitação de proposições no âmbito do Congresso Nacional. A fixação de condições políticas, e não meramente técnicas ou legais, para liberação de emendas parlamentares, por meio do contingenciamento, atenta contra a isonomia do mandato legislativo e o próprio estado democrático de direito, na medida em que constrange o exercício pleno do Poder Legislativo.

As LDOs da União contemplam, desde 2002, princípio pelo qual a execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais devem obedecer aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Para dar eficácia ao citado princípio, a emenda propõe adicionar parágrafo único ao art. 118 da LDO 2013, limitando o contingenciamento unilateral de programações derivadas de emendas, dentro de certas condições e limites. Nos termos do art. 9º, § 2º da LRF, cabe ao Congresso decidir critérios e ressalvas ao contingenciamento da execução orçamentária e financeira.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos  
 Públicos e Fiscalização  
 Recebemos em 29/10/2013  
*Claudia Pente* 4828

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN	UF SC	PART. PP
DATA 11	ASSINATURA 		

**REQUERIMENTO PARA VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE  
LEI Nº 1, DE 2013-CN, QUE ALTERA A LEI Nº 12.708, DE 2012  
(Do Deputado ESPERIDIÃO AMIN E OUTROS)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 118 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO/2013), dispondo que as emendas parlamentares, relativas às transferências para Estados, DF e Municípios, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de execução direta do Governo Federal.

**LISTA DE SUBSCRITORES.**

	NOME DO PARLAMENTAR	GABI NETE	ASSINATURA
+ 1	LEOMAR QUINTANILHA <sup>4</sup> <del>5</del>	478	<i>L. Quintanilha</i>
✓ 2	Onipe Ste Azevedo	400	<i>Onipe Ste Azevedo</i>
✓ 3	ARTHUR LIRA <sup>5</sup>	942	<i>Arthur Lira</i>
✓ 4	Jose Alcides	908	<i>Jose Alcides</i>
✓ 5	José Carlos Araújo	246	<i>José Carlos Araújo</i>
✓ 6	ROGERIO MENDONÇA	686	<i>Rogério Mendonça</i>
✓ 7	Alfredo Gandim	833	<i>Alfredo Gandim</i>
✓ 8	Jerônimo Goergen	316	<i>Jerônimo Goergen</i>
✓ 9	Milka Mariz	328	<i>Milka Mariz</i>
✓ 10	Renan Filho	907	<i>Renan Filho</i>
✓ 11	HUGO MOTTA	582	<i>Hugo Motta</i>
✓ 12	JOÃO APARÍCIO	633	<i>João Aparício</i>
✓ 13	DR. UERLINO	560	<i>Dr. Uerlino</i>
✓ 14	Manoel Frezza	548	<i>Manoel Frezza</i>
✓ 15	Beto Albuquerque	338	<i>Beto Albuquerque</i>
✓ 16	PEDRO NOVATIS	813	<i>Pedro Novatis</i>
✓ 17	Avalochi Reis	77	<i>Avalochi Reis</i>
✓ 18	OTIEL LIMA	635	<i>Otiel Lima</i>
✓ 19	Aqueline Roriz	408	<i>Aqueline Roriz</i>

**REQUERIMENTO PARA VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE  
LEI Nº 1, DE 2013-CN, QUE ALTERA A LEI Nº 12.708, DE 2012  
(Do Deputado ESPERIDIÃO AMIN E OUTROS)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 118 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO/2013), dispondo que as emendas parlamentares, relativas às transferências para Estados, DF e Municípios, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de execução direta do Governo Federal.

**LISTA DE SUBSCRITORES**

	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b>	<b>GABI NETE</b>	<b>ASSINATURA</b>
20	✓ ARIOSTO HENRIQUE ✓	575	<i>Ariosto Henrique</i>
21	✓ MARIO NEGROMONTE ✓	345	<i>Mario Negromonte</i>
22	✓ AUIZ FERNANDO ✓	339	<i>Auíz Fernando</i>
23	✓ WALDIR MARANHÃO ✓	541	<i>Waldir Maranhão</i>
24	✓ RUBENS BUENO ✓	63	<i>Rubens Bueno</i>
25	✓ SANDRO ALIX ✓	221	<i>Sandro Alix</i>
26	✓ CLEBER DE ENDE ✓	710	<i>Cleber de Ende</i>
27	✓ JÚLIO CECIL ✓	944	<i>Júlio Cecil</i>
28	✓ ARNANDO JORDY ✓	376	<i>Arnando Jordy</i>
29	✓ RONALDO FONSECA ✓	382	<i>Ronaldo Fonseca</i>
30	✓ ANTHONY CAROLINHO ✓	714	<i>Anthony Carolinho</i>
31	✓ RODRIGO GALIÃO ✓	308	<i>Rodrigo Galvão</i>
32	✓ LINA PEREIRA ✓	545	<i>Lina Pereira</i>
33	✓ PAULO QUARTIERO ✓	301	<i>Paulo Quartiero</i>
34	✓ PAULO FEIJÓ ✓	336	<i>Paulo Feijó</i>
35	✓ BONETE PEREIRA ✓	206	<i>Bonete Pereira</i>
36	✓ SÉRGIO OLIVEIRA ✓	629	<i>Sérgio Oliveira</i>
37	✓ JOSÉ HUMBERTO ✓	267	<i>José Humberto</i>
38	✓ JUAN DE ALCANTARA ✓	808	<i>Juan de Alcântara</i>

**REQUERIMENTO PARA VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE  
LEI Nº 1, DE 2013-CN, QUE ALTERA A LEI Nº 12.708, DE 2012  
(Do Deputado ESPERIDIÃO AMIN E OUTROS)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 118 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO/2013), dispondo que as emendas parlamentares, relativas às transferências para Estados, DF e Municípios, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de execução direta do Governo Federal.

**LISTA DE SUBSCRITORES**

	NOME DO PARLAMENTAR	GABI NETE	ASSINATURA
39	Guilherme Campos ✓	283	
40	Sergio Guerra ✓		
41	Marcina Mendel ✓	943	
42	EDUARDO SCIARETTA ✓	433	
43	Lionel Borghetti ✓	412	
44	Flumiminyense ✓	924	
45	Roberto Brito ✓	733	
46	Roberto Teixeira ✓	456	
47	Nikeia de Cury ✓	711	
48	Ynguito Mello ✓	329	
49	Albino Santos ✓	268	
50	EDUARDO PEREIRA ✓	722	
51	ELVISES LARA ✓	618	
52	WILSON LEITÃO ✓	825	
53	Vanduí Macari ✓	348	
54	Carlos Augusto ✓	207	
55	DR. OSMAR DE MOURA ✓	639	
56	Kesay Colnago ✓	602	
57	Antônio Embenahy ✓	810	

**REQUERIMENTO PARA VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2013-CN, QUE ALTERA A LEI Nº 12.708, DE 2012 (Do Deputado ESPERIDIÃO AMIN E OUTROS)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 118 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO/2013), dispondo que as emendas parlamentares, relativas às transferências para Estados, DF e Municípios, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) em percentuais médios superiores àqueles aplicados ao conjunto das despesas de execução direta do Governo Federal.

**LISTA DE SUBSCRITORES**

	NOME DO PARLAMENTAR	GABI NETE	ASSINATURA
58	João Campos ✓	315	
59	Fernando Franciscini ✓	265	
60	Jutany Jr ✓	802	
61	Marcelo Centeno ✓	811	
62	Alto Jares ✓	705	
63	Wilson Maynard ✓	920	
64	Carlos Jares ✓	319	
65	Márcio Comotto ✓	708	
66	Bruno Nogueira ✓	718	
67	Dr. Marco Feliciano ✓	254	
68	Dr. Carlos Fereira ✓	559	
69	Dr. Alexandre Fereira ✓	459	
*70	Edson Silva ✓	921	
71	Humberto Fontes ✓	558	
72	Luís Carlos Henriques ✓	1470	
73	Paulo Moraes ✓	445	

Ofício nº. 316 /2013 – SGM

Brasília, 31 de maio de 2013.

Ao Senhor

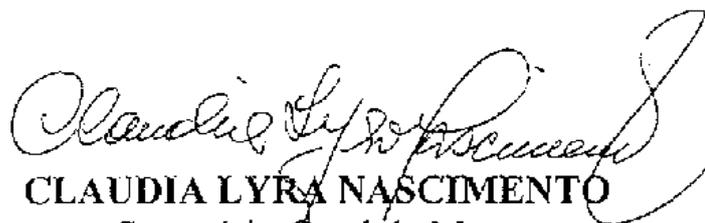
**Mozart Vianna de Paiva**

Secretário-Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral da Mesa,

Solicito a V. S<sup>a</sup>, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às fls. 4 a 7 do requerimento para votação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 1 de 2013-CN.

Atenciosamente,



**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**  
Secretária-Geral da Mesa

**SGM n.º 121/2013**

Brasília, 03 de junho de 2013.

À Senhora

**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

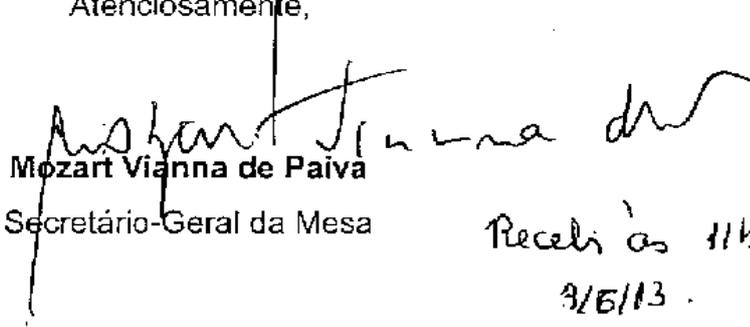
**N E S T A**

**Assunto: Conferência de assinatura de Deputado.**

Senhora Secretária-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 316/2013-SGM de 31 de maio de 2013, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às folhas 4 a 7 do requerimento para votação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 1 de 2013-CN.

Atenciosamente,

  
**Mozart Vianna de Paiva**

Secretário-Geral da Mesa

Recebido às 11h25 de  
3/6/13.

Marcelo Araújo

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP

Conferência de Assinaturas

03/06/2013 10:50:10

Página: 001

**Proposição:** OF. 0316/13  
**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL  
**Data de Apresentação:** 03/06/2013  
**Ementa:** Solicita a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao requerimento para votação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 1 de 2013-CN.

**Folha: 04**

Deputado	Partido	UF	Confere
LEOMAR QUINTANILHA (licenciado)	PMDB	TO	SIM X
ONOFRE SANTO AGOSTINI	PSD	SC	SIM ✓
ARTHUR LIRA	PP	AL	SIM ✓
JOSÉ ROCHA	PR	BA	SIM ✓
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PSD	BA	SIM ✓
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC	SIM ✓
NILDA GONDIM	PMDB	PB	SIM ✓
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	SIM ✓
MILTON MONTI	PR	SP	SIM ✓
RENAN FILHO	PMDB	AL	SIM ✓
HUGO MOTTA	PMDB	PB	SIM ✓
JOÃO ARRUDA	PMDB	PR	SIM ✓
DR. UBIALI	PSB	SP	SIM ✓
MÁRCIO FRANÇA	PSB	SP	SIM ✓
BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	SIM ✓
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	SIM ✓
OSVALDO REIS	PMDB	TO	SIM ✓
OZIEL OLIVEIRA	PDT	BA	SIM ✓
JAQUELINE RORIZ	PMN	DF	SIM ✓ AB

**Folha: 05**

Deputado	Partido	UF	Confere
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	SIM ✓
MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	SIM ✓
LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG	SIM ✓

WALDIR MARANHÃO ✓	PP	MA	SIM ✓
RUBENS BUENO ✓	PPS	PR	SIM ✓
SANDRO ALEX ✓	PPS	PR	SIM ✓
CLEBER VERDE ✓	PRB	MA	SIM ✓
JÚLIO CESAR ✓	PSD	PI	SIM ✓
ARNALDO JORDY ✗	PPS	PA	SIM ✓
RONALDO FONSECA ✓	PR	DF	SIM ✓
ANTHONY GAROTINHO ✗	PR	RJ	SIM ✓
RODRIGO MAIA ✓	DEM	RJ	SIM ✓
LIRA MAIA ✓	DEM	PA	SIM ✓
PAULO CESAR QUARTIERO ✓	DEM	RR	SIM ✓
PAULO FEIJÓ ✓	PR	RJ	SIM ✓
GORETE PEREIRA ✓	PR	CE	SIM ✓
LAERCIO OLIVEIRA ✓	PR	SE	SIM ✓
JOSÉ HÜMBERTO ✓	PHS	MG	SIM ✓
BONIFÁCIO DE ANDRADA ✗	PSDB	MG	SIM ✓ <sup>16</sup>

Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
GUILHERME CAMPOS ✓	PSD	SP	SIM ✓
SERGIO GUERRA ✓	PSDB	PE	SIM ✓
MOREIRA MENDES ✓	PSD	RO	SIM ✓
EDUARDO SCIARRA ✓	PSD	PR	SIM ✓
CIDA BORGHETTI ✗	PP	PR	SIM ✓
RACEMA PORTELLA ✓	PP	PI	SIM ✓
ROBERTO BRITTO ✓	PP	BA	SIM ✓
ROBERTO TEIXEIRA ✓	PP	PE	SIM ✓
WIEIRA DA CUNHA ✓	PDT	RS	SIM ✓
JORGINHO MELLO ✓	PR	SC	SIM ✓
HÉLIO SANTOS ✓	PSD	MA	SIM ✓
EDUARDO AZEREDO ✓	PSDB	MG	SIM ✓
ELEUSES PAIVA ✓	PSD	SP	NÃO ✗
NILSON LEITÃO ✓	PSDB	MT	SIM ✓
VANDERLEI MACRIS ✓	PSDB	SP	SIM ✓
CARLOS SAMPAIO ✓	PSDB	SP	SIM ✓
DR. CARLOS ÁLBERTO ✓	PMN	RJ	SIM ✓
CESAR COLNAGO ✓	PSDB	ES	SIM ✓
ANTONIO IMBASSAHY ✗	PSDB	BA	SIM ✓

**Folha: 07**

Deputado	Partido	UF	Confere
✓ JOÃO CAMPOS ✓	PSDB	GO	SIM ✓
✓ FERNANDO FRANCISCHINI ✓	PEN	PR	SIM ✓
✓ WUTAHY JUNIOR ✓	PSDB	BA	SIM ✓
✓ MARCELO CASTRO ✓	PMDB	PI	SIM ✓
✓ CELSO JACOB ✓	PMDB	RJ	SIM ✓
✓ NELSON MARQUEZELLI ✓	PTB	SP	SIM ✓
✓ CARLOS SOUZA ✓	PSD	AM	SIM ✓
✓ VALDIR COLATTO ✓	PMDB	SC	SIM ✓
✓ BRUNO ARAÚJO ✓	PSDB	PE	SIM ✓
✓ PASTOR MARCO FELICIANO ✓	PSC	SP	SIM ✓
✓ COSTA FERREIRA ✓	PSC	MA	SIM ✓
✓ ROSANE FERREIRA ✓	PV	PR	SIM ✓
✗ EDSON SILVA ✗	PSB	CE	(SIM)
✓ HUMBERTO SOUTO ✓	PPS	MG	SIM ✓
✓ LUIS CARLOS HEINZE ✓	PP	RS	SIM ✓
✓ ALCEU MOREIRA ✓	PMDB	RS	SIM ✓

# REQUERIMENTO Nº 9, DE 2013-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 0001 ao PLN nº 01 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em      de      de 2013.

*Ronaldo Caiado*  
Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Mandetta	577	<i>[Signature]</i>
3	Prof.ª Dorinha Nóbrega	432	<i>[Signature]</i>
4	MENDONÇA FILHO	314	<i>[Signature]</i>
5	Luiz de Azevedo	939	<i>[Signature]</i>
6	Vitor Simões	824	<i>[Signature]</i>
7	CEZAR ANTONIO	747	<i>[Signature]</i>
8	Alcides Almeida Filho	518	<i>[Signature]</i>
9	Vitor Almeida	536	<i>[Signature]</i>
10	Osvaldo Albuquerque	231	<i>[Signature]</i>

## DESTAQUE A EMENDA 0001 - PLN 1/2013

11	Jorge M. Mello	538	
12	Juliano Freixo	524	
13	Paulinho	721	
14	Marcelo Leite	841	
15	Rodrigues Maia	308	
16	Felipe M. M. A. M. A.	528	
17	CLAUDIO CATÃO	630	
18	Paulo C. Queiroz	301	
19	Antonio P. S. S.	508	
20	Osvaldo Lorenzoni	828	
21	Renato Aguiar	572	
22	Ruy Carneiro	568	
23	Nilson Lino	527	
24	Luiz Carlos	750	
25	Roberto Brito	733	
26	Jair Bolsonaro	482	
27	Raimundo G. Mates	725	
28	Nice Leão	815	
29	Jorginho Mello	329	
30			
31	Renato Molling	337	
32	E. Amin	252	
33	Dimas Fabiano	325	
34	Dauro Nogueira	525	
35	William Sib	304	

36	Marcely de Paula	201	
37	Silas Lãmara	532	
38	Sabino L. Branco	911	
39	Carlos Souza	319	
40	Plínio Vedeiro	610	Plínio Vedeiro
41	Arthur O. Maia	537	Arthur O. Maia
42	Genécias Noronha	244	
43	Bruno Araújo	718	
44	Paulo Abi-Atkel	460	
45	Astrubal Bentes	410	
46	Edio Lopes	350	
47	Paulo Magalhães	903	
48	Luizkênia Lemos	889	
49	Maicos Medvedo	287	Maicos Medvedo
50	Sancho Makel	443	
51	Carlos A. Cléria	830	
52	Luiz Costa Pereira	927	
53	Cláudio Castro	401	
54	Bruna Furlan	836	Bruna Dias Furlan
55	Abelardo Carmoinho	009	Abelardo Carmoinho PSB SP
56	Jefferson Lemos	346	
57	Ussida Lima	726	
58	Cláudio Nishimori	901	
59	Odílio Balbinotto	978	
60	Jaime Martins	377	

61	Marcel Júnior	601	
62	José de Freitas	946	
63	Alvaro Otsubo	277	
64	Domicílio Feliciano	938	
65	Luiz L. Hoaty	220	
66	Odysseu Lorenzoni	828	
67	Ronaldo R. Caiado	227	
68	Samuel Vitor	920	
69	Ademir Amorim	212	
70	Augusto Custódio		
71	Belimbo Rosado	840	
72	Jairo Stabile	809	
73	Arnaldo Jardim	245	
74	Felipe Bornier	216	
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

*[Handwritten signatures and scribbles in the right column of the table]*

NIL  
comitagem  
(3)

*[Handwritten signatures and scribbles in the right column of the table, including names like 'Felipe Bornier']*

# EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO

Emenda - 00001  
PLN 001/2013  
Mensagem 026/2013-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 1/2013 - CN

PÁGINA  
1 DE 1

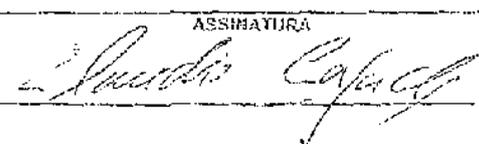
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------	-------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Exclui o art. 1º do PLN nº 1, de 2013, renumerando os demais.

JUSTIFICAÇÃO

A redação do artigo 1º da redação enviada pelo Executivo se mostra danosa às finanças públicas. O governo propõe transformar o compromisso da União de atingir a meta de superávit primário do setor público consolidado em mera faculdade, acabando com o conceito da própria meta. Metas só fazem sentido se houver um responsável por atingi-la, desobrigar-se dessa responsabilidade significa que cada ente passará a trabalhar individualmente por sua meta sem que a preocupação com o todo seja trabalhada. As metas financeiras existem por um motivo de ordem prática muito importante: garantir a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. Não bastassem as várias possibilidades de abatimento da meta já previstas na LDO 2013, a desobrigação significa que o governo está abrindo mão do esforço fiscal para que as finanças públicas estejam à mercê de um "se der, deu".

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR CLAUDIO CAJADO	UF BA	PART. DEM
DATA 11	ASSINATURA 		

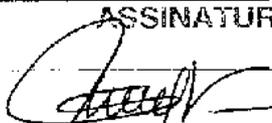
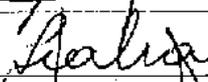
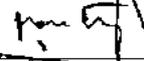
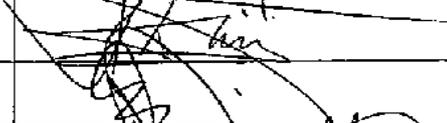
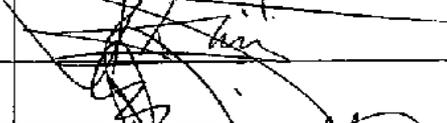
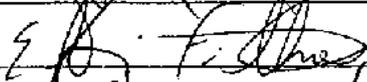
## REQUERIMENTO DE DESTAQUE

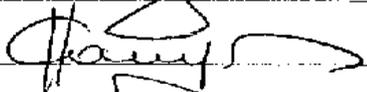
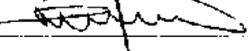
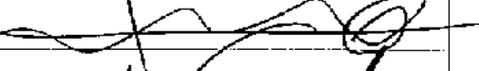
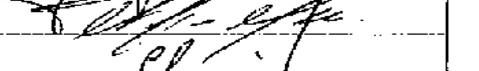
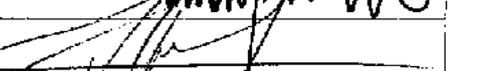
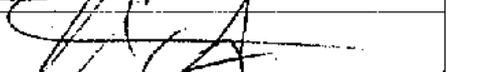
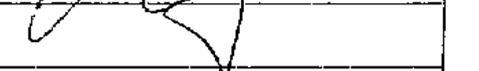
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 0001 ao PLN nº 01 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em      de      de 2013.

Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Mandetta	577	
3	Prof. <sup>a</sup> Lourdes Leal	432	
4	MENDONÇA FILHO	314	
5	Luiz de Azevedo	939	
6	Vitor Rangel	824	
7	C. F. R. M. Filho	742	
8	Ali. Almeida Filho	518	
9	Clara Maria	536	
10	Davi Alcolumbre	231	

11	Jorge K. Madsen	538	
12	Julio Campos	524	
13	Paul Paula	721	
14	Alexandre Leite	841	
15	Rodrigo Maia	308	
16	FELIPE MAIA	528	
17	CLAUDIO CANTO	630	
18	Paulo C. Quatrin	301	
19	Walter Pinheiro	508	
20	Odysseu Lorenzoni	828	
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:18:00

Página: 001

**Proposição:** DTQ 0001/13**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL**Data de Apresentação:** 20/11/2013

**Ementa:** Conferência de assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de Destaque para votação em separado da emenda 001 ao PLN 01 de 2013, solicitada por meio do OF. 450/2013 do Senado Federal.

**Folha: 10**

Deputado

CLAUDIO CAJADO

Partido

DEM

UF

BA

Confere

SIM

1

**Folha: 11**

Deputado

REINALDO AZAMBUJA

Partido

PSDB

UF

MS

Confere

SIM

RUY CARNEIRO

PSDB

PB

SIM

NILSON PINTO

PSDB

PA

SIM

LUIZ CARLOS

PSDB

AP

SIM

ROBERTO BRITTO

PP

BA

SIM

JAIR BOLSONARO

PP

RJ

SIM

RAIMUNDO GOMES DE MATOS

PSDB

CE

SIM

NICE LOBÃO

PSD

MA

SIM

JORGINHO MELLO

PR

SC

SIM

RENATO MOLLING

PP

RS

SIM

ESPERIDIÃO AMIN

PP

SC

SIM

DIMAS FABIANO

PP

MG

SIM

DUARTE NOGUEIRA

PSDB

SP

SIM

WILLIAM DIB

PSDB

SP

SIM

1/2

**Folha: 12**

Deputado

ARACELY DE PAULA

Partido

PR

UF

MG

Confere

SIM

SILAS CÂMARA

PSD

AM

SIM

SABINO CASTELO BRANCO

PTB

AM

SIM

CARLOS SOUZA

PSD

AM

SIM

PLÍNIO VALÉRIO

PSDB

AM

SIM

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:18:00

Página: 002

ARTHUR OLIVEIRA MAIA	SDD	BA	SIM
GENECIAS NORONHA	SDD	CE	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	SIM
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM
EDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA	SIM
MARCOS MEDRADO	SDD	BA	SIM
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	SIM
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	BA	SIM
LUCIANO CASTRO	PR	RR	SIM
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	SIM
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	SIM
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	SIM
JAIME MARTINS	PSD	MG	SIM

**Folha: 13**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	NÃO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM
OSMAR TERRA	PMDB	RS	SIM
ADEMIR CAMILO	PROS	MG	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE	SIM
BETINHO ROSADO	PP	RN	SIM
JAIRO ATAÍDE	DEM	MG	SIM
ARNALDO JARDIM	PPS	SP	SIM
FELIPE BORNIER	PSD	RJ	SIM

A 60

**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:18:00

Página: 003

**Folha: 14**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANDETTA	DEM	MS	SIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO	SIM
MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM
VITOR PENIDO	DEM	MG	SIM
EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
ELI CORREA FILHO	DEM	SP	SIM
LIRA MAIA	DEM	PA	SIM
DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	SIM

A

**Folha: 15**

Deputado	Partido	UF	Confere
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	SIM
JÚLIO CAMPOS	DEM	MT	SIM
LAEL VARELLA	DEM	MG	SIM
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	SIM
RODRIGO MAIA	DEM	RJ	SIM
FELIPE MAIA	DEM	RN	SIM
CLAUDIO CAJADO (REP)	DEM	BA	SIM
PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR	SIM
MENDONÇA PRADO	DEM	SE	SIM
ONYX LORENZONI (REP)	DEM	RS	SIM

AC

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero justificar o requerimento e, acima de tudo, quero justificar a retirada especialmente àqueles que confiaram na minha solicitação e deram a sua assinatura em grande número.

Este requerimento se fazia necessário antes da aprovação da PEC das emendas parlamentares impositivas. Confiando que o Senado já tenha aprovado e remetido à Casa, como já o fez, e numa breve deliberação, estas providências cautelares constantes deste requerimento se fazem desnecessárias, em função da evolução satisfatória que tivemos tanto na Câmara quanto no Senado.

Então, agradecendo àqueles que apuseram as suas assinaturas, eu peço para ser desconsiderado o requerimento e retirado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência defere a solicitação do Deputado Esperidião Amin e de outros Srs. Senadores com relação à retirada do requerimento.

**O SR. MARCO TEBALDI** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Deputado Marco Tebaldi.

Eu quero registrar a minha presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, comunicando-a ao Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Presidente, retirados os destaques, vamos à votação imediata da proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu consulto o Deputado Cláudio Cajado, se ele também retira o seu requerimento.

**O SR. JOÃO LYRA** (PSD – AL) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado João Lyra.

**O SR. JOÃO LYRA** (PSD – AL) – Eu estava presente na sessão da Câmara, Deputado João Lyra estava presente, e quero notificar isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra com muita satisfação a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado João Lyra.

**O SR. JOÃO LYRA** (PSD – AL) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu consulto o Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Agora, Presidente, V. Ex<sup>a</sup> falou o nome certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, o acordo que fizemos, nós iremos votar a matéria, ressaltados os destaques e, obviamente, iremos ao processo de votação dos destaques, sem que haja o pedido de verificação. Esse foi o acordo.

Portanto o destaque que apresento é em função de o Governo não realizar a sua maquiagem contábil.

Hoje, nós estamos retrocedendo a metas a que nos propusemos atender. E, a partir do momento em que o Governo Federal deixa de assumir o compromisso com o atingimento do superávit em função de desobrigar a colocação dos recursos que Estados e Municípios deixam de atingir, como economia, para atingirmos o superávit e fazer o...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Isso vai transpor ao mercado que o Governo está tendo um descontrole nas suas contas. Por isso que o Brasil, dentre os países que integram os BRICS, está mais vulnerável e poderá prejudicar enormemente a nossa economia, o setor produtivo, com elevação de juros, com elevação do dólar e, principalmente, causando inflação.

O descontrole fiscal é a mazela do setor público. Portanto, esse destaque vem defender que o Governo não faça sua maquiagem, possa atuar com o objetivo primordial de atingir as metas fiscais que se propôs a atingir quando aprovamos a LDO e o Orçamento do exercício atual.

Portanto, esse destaque é importante e eu peço o apoio dos Congressistas para aprová-lo.

**A SR<sup>a</sup> ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Sr. Presidente, Deputada Rosinha da Adefal. Registro a presença nesta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Registra, com satisfação, a manifestação da Deputada Rosinha da Adefal.

**O SR. RENZO BRAZ** (PP – MG) – Sr. Presidente, Renzo Braz registra presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra, com satisfação, a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e vai comunicá-la ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Deputado Carimbão.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PROS – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até que enfim nós conseguimos votar, hoje, no Congresso Nacional, matérias de muita importância para o País. Imagine os créditos suplementares que estavam parados nesta Casa e V. Ex<sup>a</sup> traz ao plenário para que nós possamos votar.

Quero aqui parabenizar a postura do nosso companheiro Bolsonaro, que gostaria, e é compreensível pela parte dele, de fazer obstrução e vai deixar para o final. Quero dizer que foi muito importante, porque nós, sim, votaremos todas as matérias que estão em pauta. São mais de dez itens e, é claro, se ainda der tempo, nós ainda teremos sessão da Câmara Federal.

Parabéns, Senador Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado para discutir a matéria.

**O SR. NILTON CAPIXABA** (PTB – RO) – Sr. Presidente, quero registrar minha presença. Deputado Nilton Capixaba, PTB, Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra, com satisfação, a manifestação do Deputado Capixaba.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, nós estamos votando o PLN 1, de 2013. Qual é o objetivo de votarmos esse projeto?

Vejam bem a realidade do atual Governo. Esse Governo aprovou, em 2012, a LDO. A LDO de 2012 previa exatamente um PIB de 5,5%. Agora, já está projetando o PIB para 2,5%. Ele projetou tanto o superávit primário do setor público, ou seja, Governo Federal mais Estados e Municípios, em 155 bilhões, ou seja, isso significava 3,10% do PIB. Essa é a radiografia que o Governo apresentou a esta Casa em 2012. O que ocorreu em 2013? O Governo aprovou uma lei, a Lei nº 12.795; alterou a LDO e aí ele excluiu do superávit primário, além do PAC, que já estava previsto, o Plano do Brasil sem Miséria, as desonerações. Então, ele retirou mais R\$110 bilhões do superávit primário e chegou a um total assumido de R\$90 bilhões.

Agora ele vem com o PLN 1 e retira R\$47,7 bilhões do superávit dos Estados e Municípios. E vem um Deputado do PT dizer: “Não, mas a União não tem responsabilidade sobre isso.” Como não? Por acaso algum Estado chega lá no Banco Mundial e faz um empréstimo? Tem que passar pelo Tesouro; tem que ser aprovado pelo Senado. Aí, sim, neste momento, os Estados têm que pagar uma taxa de juros, que é uma taxa especulativa – todos nós já votamos essa matéria aqui, que hoje está no Senado – em que o indexador de uma dívida hoje do Estado chega próximo de 16%, 17%; as desonerações que são feitas não são repassadas aos Municípios, o Governo Federal faz cortesia com o chapéu alheio, desonera montadoras, linha branca, faz todo tipo de benefício, e os penalizados são os Estados e Municípios. Agora, querem posar de

vestais dizendo que os Municípios e os Estados estão atrapalhando o superávit do Governo Federal.

Vejam os Senhores – para poder concluir – a que ponto dramático nós chegamos, de um superávit primário de R\$155 bilhões, igual a 3,19%, 3,10% do PIB, nós vamos chegar hoje, se aprovarem esse PLN 1, a exatamente um superávit de R\$42,9 bilhões, significando 0,88% do PIB. Essa é a realidade que nós temos no País, essa é a radiografia real de um Governo que quebrou o País. A conclusão que se tira de tudo isso é exatamente essa, isso mostra a total falência do Governo brasileiro. Incompetência, má gestão e corrupção quebraram o Governo brasileiro. Está aí o resultado final, comprovado por este Projeto de Lei nº 1, como também por toda a exposição que aqui fizemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PROS – AL) – Deputado Givaldo Carimbão..

**O SR. FÁBIO RAMALHO** (PV – MG) – Presidente, Deputado Fábio Ramalho para registrar a presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação do Deputado Fábio Ramalho, com os cumprimentos. Eu peço ao Deputado Cláudio Puty que, por favor, emita parecer sobre o requerimento do Deputado Cláudio Cajado à Emenda nº 1. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VICENTE ARRUDA** (PROS – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Vicente Arruda registra a presença na sessão anterior da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos cortar essa Emenda porque ela praticamente anula os efeitos do PLN. Por isso, encaminhamos em sentido contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer do Relator indicado é contrário, portanto, à emenda.

**O SR. PAULO ABI-ACKEL** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel deseja registrar sua presença. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. PAULO ABI-ACKEL** (PSDB – MG) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passa-se, portanto, à votação

do requerimento de destaque, que tem parecer contrário do Relator na Câmara dos Deputados.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Para orientar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de orientar a Bancada do DEM para votar a favor do destaque de forma absolutamente tranquila, porque será uma ajuda que estaremos dando a que o Governo conserte o seu funcionamento, a sua forma de contabilizar, porque não é possível que nós passemos para o resto do mundo, que passemos para o mercado, que nós passemos para os gestores públicos que têm responsabilidade, uma demonstração de que aquilo que nós nos comprometemos a fazer nós não cumprimos. Nós votamos isso.

Nós não podemos ficar alterando as metas que nós votamos, pois cada vez o Governo vai dizer que atinge a meta porque desce o que se tinha programado ou planejado para atingir.

Portanto, peço o apoio para que a Bancada vote “sim” ao destaque, para podermos retirar do texto essa condição que foi posta de atingir o superávit de forma fictícia, tirando da União a responsabilidade de cobrir a não responsabilidade fiscal das contas estaduais e municipais.

**O SR. VANDER LOUBET** (PT – MS) – Sr. Presidente, Deputado Vander Loubet para registrar a presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e a comunicará ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Vamos colocar em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados; requerimento, que, repito, tem parecer contrário. **(Requerimento nº 9, de 2013-CN)**

Os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – Sr. Presidente, consigne em ata o meu voto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa consignará em ata o voto do Deputado Mendonça Filho, favorável ao requerimento.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, constar em ata o voto da Bancada do PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa consignará também em ata a manifestação da vontade da Bancada do PPS.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

O requerimento deixa de ser apreciado pelo Senado porque foi rejeitado na Câmara dos Deputados. Passamos à votação do projeto.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Para orientar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, para orientar a Bancada.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP. Sem revisão do orador.) – É só orientação.

Sr. Presidente, o pessoal vai votar favoravelmente a esse projeto, no sentido de desobrigar que o Governo Federal tem de aumentar o superávit primário para compensar o não cumprimento das metas de superávit dos Estados e Municípios pela seguinte questão: nós já fazemos um megassuperávit primário, que é para pagar juros da dívida pública, que é para pagar banqueiros nacionais e internacionais. Isso vem aliviar.

O que se está pedindo do outro lado é aumentar ainda mais o superávit primário. É apenas um alívio, porque, na verdade, a grande questão é o pagamento da dívida pública, também com esse superávit primário, mas também com o rendimento da Conta Única do Tesouro e outras fontes, como a emissão permanente de títulos da Dívida Pública, lucros do Banco Central, recebimento de juros e amortização da dívida dos Estados e dos Municípios.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Por isso, eu queria dizer que essa questão não muda o modelo. Nós vamos pagar no Orçamento R\$1 trilhão ou mais em juros, amortizações e rolagem da dívida.

A parte que cabe ao superávit primário, que é na verdade uma categoria econômica inventada pela teoria neoliberal, que não existia em macroeconomia capitalista essa ideia de superávit primário, foi uma grande invenção. Isso é fundamentalmente para canalizar recursos para o capital financeiro.

Por isso o PSOL entende como uma medida paliativa, mas positiva, no sentido de não entregar mais dinheiro para os bancos e para o capital financeiro.

O PSOL vota “sim”.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Para orientar, o Deputado Marcus Pestana.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, essa não é uma questão periférica, é uma questão central. Estamos destruindo a credibilidade da contabilidade pública, a credibilidade da responsabilidade fiscal. Estamos sendo extremamente originais destruindo um conceito que tem curso universal internacional. Superávit primário é um conceito que está sendo esculhambado no Brasil. Abate-se tudo, só que os atores relevantes sabem fazer a conta de volta e apurar o esforço fiscal efetivo.

Isso é que está levando ao nosso voo de galinha, ao PIB médio de 2% e à nossa taxa de investimento raquítica de 18% do PIB. Esse é o dilema brasileiro, a desconfiança da política econômica é plena, mundo afora, e essa é a mudança que deve ser feita.

Por isso, o PSDB votará contra, pela credibilidade da contabilidade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, os Senadores do PSDB votarão contra esse projeto por razões inversas às razões do PSOL. Porque responsabilidade fiscal não é um conceito de direita. A irresponsabilidade fiscal, a falta de poupança dos governos para pagar suas dívidas, a falta de credibilidade na contabilidade pública aumentam a taxa que os bancos cobram do Governo para rolar as dívidas governamentais. Pelo contrário, um governo irresponsável é um governo que paga mais caro para rolar suas dívidas quando lança títulos do Tesouro.

Então, por esta razão, por considerar que esse projeto corrói a esfarrapada credibilidade do Governo brasileiro na gestão das contas públicas, é que o PSDB votará contra.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – Sr. Presidente, para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM – PE) – Sr. Presidente, quero ratificar mais uma vez a nossa posição já que descontrole fiscal afeta a população de duas maneiras: aumento de juros, de um lado, e aumento da inflação. É isso o que o Governo está proporcionando.

Para mim parece um absurdo que o Governo central brasileiro, que, como se sabe, pela Constituição e pelo bom senso tem responsabilidade com relação à política cambial e fiscal, esteja dizendo: a política fiscal do Governo Federal é exclusivamente do Governo central e se exclui a responsabilidade direta de Estados e Municípios. Isso é inacreditável! Inaceitável!

Na verdade, o Governo central não vai abrir mão, por exemplo, de opinar quando da concessão de empréstimos para Estados e Municípios, Sr. Presidente. E mostra claramente que a gente está crescendo a taxas medíocres de 2% ao ano não por outra razão, por conta justamente da política econômica desastrosa que está penalizando duplamente o povo brasileiro: o aumento da taxa de juros, um esforço fenomenal por parte do Banco Central do Brasil, e, de outra parte, a inflação, que se não fora a questão dos preços controlados, dos preços administrados, ela estaria rodando à casa de 10%, como de fato está afetando o dia a dia da população brasileira, quando vai ao supermercado ou à feira, sentindo e percebendo no bolso o descontrole da economia proporcionado pelo desgoverno atual. Por isso, votamos contra esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma questão rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, estou aqui ao lado do Relator, ele reiterou na presença de V. Ex<sup>a</sup> e de toda essa Plenária a sua disposição de acolher, desde que não ferisse a questão do sigilo bancário, etc. Nós estamos aguardando uma redação que ele está tratando de produzir com a sua assessoria. Num gesto de confiança a V. Ex<sup>a</sup>, ao Relator e ao Senador Walter Pinheiro, de que acordos são para ser cumpridos, não estamos entrando em processo de obstrução.

Veja bem, nós estamos já em processo de votação de um projeto extremamente estratégico e importante para o Governo, mas existem vários outros, não só de abertura de crédito, a LDO e o próprio Orçamento. Não queremos que esta seja uma noite triste, negra, em que se deixe de cumprir a palavra dada.

Portanto, nós estamos cumprindo a nossa parte, esperamos que haja o cumprimento de incluir os dois destaques do PSDB: a emenda do Senador Aécio Neves e a nossa emenda que já foi mencionada que impede os investimentos sem aprovação de orçamento nesta Casa, na LDO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem o meu compromisso de que o acordo não será embaçado e, mais uma vez, nós recorreremos ao Relator da matéria para que possa dirimir qualquer dúvida.

**A SR<sup>a</sup> JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma reclamação.

Sr. Presidente...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, é uma matéria envolve emissões de título. Então, a gente tem que fazer algumas consultas ao setor financeiro do Governo, mas o acordo será mantido. Nós vamos confirmar, reafirmar que vamos cumprir o acordo até no que diz respeito às emissões.

**A SRª JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente, art. 96.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – A partir das despesas e das execuções orçamentárias a gente não pode ir porque fere o sigilo bancário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço só ao Deputado Domingos Sávio...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Quando foi feito o acordo na mesa do senhor, esse acordo era restrito ao BNDES.

Aqui chegou a informação de que se ampliava, porque a emenda do Senador Aécio Neves vai além do BNDES. Vai também para as autarquias, para as fundações, para as empresas públicas e para as sociedades de economia mista. Então, essa abrangência é que está dificultando uma redação final. Mas estamos concluindo a redação final, vamos apresentá-la aos queridos e caríssimos Deputados da oposição e do PSDB para que a gente possa fazer a aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Essa questão é parte do item 2 da pauta.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sem dúvida, mas o acordo incluía que não obstruíamos o item 1 e os demais para votarmos o item 2.

Veja bem, quando o Deputado Danilo fala que ali se mencionou o BNDES, o Deputado Danilo já tinha em mãos o teor do destaque, o teor da emenda, assim como o Senador Walter Pinheiro. Portanto, em momento algum, deixamos de colocar de maneira clara e explícita o que nós pretendíamos. E não pretendemos, em momento algum, imiscuirmos ou infringirmos o princípio constitucional e sagrado do respeito ao sigilo.

Não há, da nossa parte, nenhuma intenção. Não há na emenda. Se ele entender que precisa fazer adequação que o faça. Não queremos quebra de nenhum sigilo, queremos apenas transparência na destinação dos recursos provenientes da emissão de títulos da dívida do Tesouro. É algo que o País merece: transparência na gestão dos recursos públicos do nosso País.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Todo o relatório foi feito dentro da transparência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Pode ficar tranquilo, estamos fazendo.

**A SRª JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente, art. 96 da Câmara.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Se me der 15 minutos, eu apresento a redação final. Dê-me 15 minutos que eu apresento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputada Janete.

**A SRª JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente, hoje é o Dia de Zumbi, Dia da Consciência Negra, e nós gostaríamos de protestar e solicitar que fosse retirada dos *Anais* desta Casa a expressão que o Deputado Sávio colocou no seu pronunciamento: “uma noite negra.” Por que noite negra? De uma forma negativa e pejorativa.

Nós não podemos aceitar isso. Assim, como negra assumida, quero fazer, neste Congresso, o meu protesto no Dia de Zumbi dos Palmares.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Eu prefiro que seja uma noite rubro-negra, Sr. Presidente.

**A SRª LUCIANA SANTOS** (PCdoB – PE) – Muito bem, Deputada Janete Pietá.

Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras da Deputada Janete Pietá, mas quero justificar aqui que eu não marquei presença no painel eletrônico por estar em atividade em comissão. Quero aproveitar o momento para registrar minha presença: Deputada Luciana Santos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Exª.

Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas para...

**A SRª SANDRA ROSADO** (PSB – RN) – Sr. Presidente, para justificar que, como eu estava presidindo a CPI, não registrei minha presença no painel anterior e gostaria que o senhor comunicasse isso à Mesa da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Exª.

**A SRª SANDRA ROSADO** (PSB – RN) – Obrigada, Presidente.

Obrigada, Deputado Rubens Bueno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR.) – Sr. Presidente, apenas para deixar claro que esse projeto de lei do Congresso Nacional é a demonstração clara, claríssima, objetiva, de que esse Governo é incompetente. É tão incompetente que chega, nos últimos dias, na sessão em que estamos votando neste ano o Orçamento e, antes da LDO, vem um projeto de lei

do Congresso Nacional para mudar os números e os parâmetros daquilo que se chama aqui “ajuste fiscal” para o Governo fechar suas contas. É mais um jeitinho brasileiro. Não bastasse o que acontece hoje com a economia, de forma geral, o Governo gasta absurdamente, criando mais ministérios, criando mais estatais, esbanjando dinheiro para todo canto, começando obras e não as concluindo.

Esse é um governo incompetente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR.) – Esse projeto é a demonstração clara de um governo incompetente e despreparado para a economia brasileira.

**O SR. NELSON PADOVANI** (PSC – PR) – Sr. Presidente, Nelson Padovani, PSC, esteve na sessão anterior da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG.) – Sr. Presidente, citado pela Deputada Janete, por quem tenho todo o respeito, todo o carinho, mas ela ou não ouviu o que eu disse, não compreendeu o contexto do que eu disse...

**A SR<sup>a</sup> JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Ouvi sim, Deputado. Compreendi sim.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Porque é muito simples para qualquer cidadão compreender a diferença entre escuridão e luz, entre uma noite sem luz, que não haja clareza. É algo tão simples.

Não há nenhuma analogia, nenhuma correlação com qualquer possibilidade de alguém que tenha ouvido toda a minha colocação fazer qualquer correlação com qualquer possibilidade de eu estar me referindo a etnias, a pessoas, a cor de A ou B. Isso aí é algo absurdo. Eu tenho, na minha história de vida...

**A SR<sup>a</sup> JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ...em todos os meus momentos, um respeito profundo pela etnia negra, que, aliás, é a etnia da qual se originam praticamente 100% dos brasileiros, inclusive eu, com muita honra, com ancestrais afrodescendentes.

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu mantenho o meu protesto e peço que a votação continue. Agora não adianta vir com apologias.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Muito orgulho para mim, e é óbvio que, não só hoje, no Dia Nacional da Etnia Negra, não só hoje, mas sempre.

Agora, vir trazer isso no meio do debate em que nós estamos discutindo o futuro do País, do Orçamen-

to do País... E eu fiz um apelo para que houvesse luz, para que houvesse clareza, para que não houvesse obscuridade nas palavras, nos acordos feitos. Nenhuma referência, absolutamente nenhuma possibilidade de confundir.

Portanto, eu fiz questão de deixar claro, até num gesto também de respeito da Deputada Janete e num gesto também de estarmos aqui de maneira clara, louvando o Dia Nacional da Consciência Negra, louvando o propósito de integração. Não vamos fazer disso propósito aqui de divisão.

Portanto, um gesto de respeito à Deputada Janete. Se ela me entendeu mal, que fique claro o meu respeito a todos os nossos irmãos. Não há a menor possibilidade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ...me referindo a uma possibilidade de uma atitude obscura, da falta de luz, de clareza nas ideias, com qualquer referência de natureza racial, que não existe na minha biografia, na minha história.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida.

**A SR<sup>a</sup> JANETE ROCHA PIETÁ** (PT – SP) – É, mas só que eu gostaria, Sr. Presidente... Eu acho que nós estamos aqui em um processo de votação, mas, muitas vezes, algumas expressões expressam racismo, expressam machismo, e eu gostaria de dizer que esta noite de debate pode ser uma noite polêmica, podemos dizer divergência, mas dizer noite negra eu quero manter a minha fala de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que retire dos *Anais* desta Casa esta expressão, e principalmente no dia 20 de novembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Deputada Janete.

Eu consulto ao Deputado Garotinho: em que hora V. Ex<sup>a</sup> gostaria de fazer uso da palavra, na forma regimental, como Líder da Bancada?

Nós vamos passar à votação do projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas que aprovam o projeto nos termos do parecer na Câmara permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do Deputado Claudio Cajado, do Deputado Marcus Pestana, do Deputado Rubens Bueno, do Deputado Humberto Souto – nós estamos votando na Câmara –, do Deputado Eduard Azeredo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Do PSDB como um todo, dos Deputados da Bancada do PSDB.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Igualmente, em relação aos Senadores do PSDB...

**O SR. EDUARDO DA FONTE** (Bloco/PP – PE) – Porém, o PP e Pros são totalmente a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Igualmente

em relação aos Senadores do PSDB, consigne, por favor, nosso voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos votar, portanto, no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto nos termos do parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra os votos do PSDB, do DEM e de outros Srs. Senadores.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 1, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 26, DE 2013-CN  
(nº 152/2013, na origem)**

Altera o *caput* do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário de R\$ 108.090.000.000,00 (cento e oito bilhões e noventa milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV, de forma a buscar obter um resultado para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 155.851.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco bilhões, oitocentos e cinquenta e um milhões de reais).

§ 4º O governo central poderá ampliar o seu esforço fiscal de forma a buscar obter o resultado para o setor público consolidado não financeiro, referida no *caput*.” (NR)

Art. 2º O Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**ANEXO**  
**(Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)**

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, LDO-2013, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2013 e indica as metas de 2014 e 2015. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter uma política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB, a redução das taxas de juros e a melhora do perfil da dívida pública. Nesse sentido, são estabelecidas anualmente metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são indicativos, por sofrerem influência de fatores fora do controle direto do governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhora dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle e transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

Por sua vez, as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo, têm contribuído para o desenvolvimento econômico com maior justiça social e para o aumento da demanda interna. Esta última também tem se fortalecido por meio do aumento do investimento público federal, cujo montante mais que dobrou, passando de 1,5% do PIB em 2003 para 3,2% do PIB em 2010 e ficando pouco abaixo deste patamar em 2011. O sucesso da consolidação da estabilidade econômica, nos últimos anos, combinado com o esforço de ampliação dos investimentos na revitalização da infraestrutura física no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2) e com a melhora no rendimento das famílias nas camadas mais pobres, criou condições para o crescimento mais acelerado da economia.

Após crescer 7,5% em termos reais em 2010, o PIB cresceu 2,7% em 2011 em decorrência das medidas adotadas no final de 2010 e no começo de 2011 para enfrentar a aceleração da inflação no começo do ano. Entre as ações de política econômica, destacam-se: a política fiscal consistente, que elevou o esforço fiscal do Governo Central em R\$ 10,0 bilhões, somando R\$ 128,7 bilhões; a política monetária mais restritiva implementada no começo de 2011; e a adoção de diversas medidas macroprudenciais para fortalecer o sistema financeiro e com efeito sobre o crédito.

Os resultados dessa política são visíveis: no menor crescimento do consumo do governo em 2011 frente a 2010; na menor expansão do consumo das famílias, com reflexo no comércio (cujo crescimento passou de 10,9% em 2010 para 3,4% em 2011), e no transporte de mercadorias; no menor

aumento nos serviços de intermediação financeira (de 10% em 2010 para 3,9% em 2011) em decorrência da desaceleração na concessão de crédito; no menor crescimento da indústria, com destaque para a indústria de transformação; e no menor crescimento do consumo de eletricidade.

Apesar da desaceleração em função da política econômica restritiva, tanto o investimento quanto o consumo das famílias cresceram mais que o PIB. O investimento aumentou 4,7%, impulsionado pela construção civil, equipamentos de transporte e máquinas para a indústria. O consumo das famílias cresceu impulsionado pela queda na taxa de desemprego (6,0%, menor taxa da série histórica), pelo aumento no rendimento médio real e na massa salarial real (4,8%), bem como pela formalização dos trabalhadores do setor privado, que atingiu 63,2% da população ocupada no setor privado, ampliando a parcela da população com acesso ao crédito.

Quanto às contas externas, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 52,6 bilhões em 2011, aumento de 11% ante o ano anterior. O saldo negativo em transações correntes, contudo, foi financiado pelo recorde no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 66,7 bilhões, que elevou a participação do Brasil no fluxo global de investimentos de 1,3% em 2006 para 4,2% em 2011. A estabilidade macroeconômica, a solidez institucional e o dinâmico mercado interno explicam, em parte, o aumento do IED. Esses criam fundamentos para o crescimento econômico sustentado, que gera maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais, assim como a maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, essa maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos. Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 352,0 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2011, com o montante de ativos externos superando em US\$ 72,9 bilhões os passivos. A manutenção de contas externas equilibradas, aliada à responsabilidade fiscal e monetária, contribuiu para que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

Em 2011, o superávit primário do setor público não financeiro somou R\$ 128,7 bilhões ou 3,11% do PIB. A dívida líquida do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 39,1% do PIB em 2010 para 36,4% em 2011. Ademais, o governo tem conseguido diminuir os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao melhorar o perfil de vencimentos, bem como ao reduzir a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, o País conseguiu manter, em 2011, a melhora na composição da dívida pública mobiliária federal (DPMF), alcançada nos últimos anos. Foi possível, inclusive, manter a tendência de redução de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis. Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio e de queda do percentual a vencer em 12 meses.

Em 2012, o produto interno bruto cresceu 0,9% afetado pelo cenário externo adverso, em decorrência de novo recrudescimento da crise financeira internacional e das incertezas decorrentes deste.

Ao longo de 2012 a crise financeira se intensificou na Área do Euro em função: (i) da desaceleração econômica observadas na Alemanha, França e Reino Unido, com impactos nos demais países da Área do Euro; (ii) do aumento das dívidas da Espanha e Itália, com queda no PIB destes países e aumento do desemprego; (iii) da deterioração dos fundamentos macroeconômicos de países menores da Área do Euro. Em decorrência destes eventos houve redução na classificação da dívida da França pelas três principais agências de classificação de risco e deterioração das expectativas dos agentes.

Nos EUA, o impasse entre republicanos e democratas no debate da questão fiscal e a incerteza constante adicionada à economia em função do que ficou denominado de “Abismo Fiscal” ajudaram a deteriorar as expectativas dos agentes econômicos, em adição ao cenário incerto existente na Área do Euro. O resultado deste cenário adverso evidenciou-se no PIB: em 2012 o PIB dos EUA cresceu 2,2% e o PIB da Área do Euro caiu 0,5%.

Os países emergentes também foram afetados por cenário adverso. Houve menor crescimento na China, Índia, África do Sul e outros países. Na China o PIB cresceu 7,8% ante previsão de 9,0%, na Índia o PIB cresceu 5,0% frente a previsão de 7,6%, e, na África do Sul o PIB cresceu 2,5% ante previsão de 3,6%.

O desempenho da economia mundial afetou a economia brasileira por diferentes canais de transmissão, com destaque para o comércio exterior e o estado de confiança dos empresários. O comércio mundial caiu e a crise europeia aumentou as incertezas dos agentes econômicos ao redor do mundo. Além disso, as políticas monetárias de aumento da liquidez (*quantitative easing*) dos países desenvolvidos inundaram os mercados financeiros internacionais, levando a fluxos de capitais que apreciaram as moedas das economias emergentes e dificultam o manejo da política monetária nestes países.

O aumento das incertezas dos agentes quanto à evolução futura da economia e da demanda acabaram afetando a produção industrial, que se retraiu 0,8% em 2012 frente a 2011, e gerando ociosidade na capacidade produtiva instalada. A antecipação de compras de veículos ao final de 2011 somou-se à incerteza quanto à evolução da economia e à ampliação da capacidade instalada ociosa, afetando a decisão de investir dos empresários, o que provocou queda no investimento da economia, apesar do aumento do investimento público.

No setor externo, um dos impactos da crise, fica evidenciado na queda do valor exportado, que somou US\$ 242,6 bilhões em 2012, redução de US\$ 13,5 bilhões frente a 2011. Com isto houve redução de US\$ 10,4 bilhões no superávit da balança comercial, principal contribuição para a pequena elevação do déficit em transações correntes. O saldo negativo em transações correntes, contudo, foi financiado pelo forte ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 65,3 bilhões, próximo do recorde histórico de 2011 (US\$ 66,7 bilhões) e mantendo a participação do Brasil no fluxo global de investimentos acima de 4,0%.

A estabilidade macroeconômica, a solidez institucional e o dinâmico mercado interno explicam, em parte, o aumento do IED. Esses criam fundamentos para o crescimento econômico sustentado, que gera maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais, assim como a maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, essa maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos. Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 378,6 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2012, com o montante de ativos externos superando em US\$ 72,9 bilhões os passivos. A manutenção de contas externas equilibradas, aliada à responsabilidade fiscal e monetária, contribuiu para que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

A percepção do Governo Brasileiro quanto às consequências da crise permitiu a adoção de medidas econômicas tempestivas para mitigar parte dos efeitos deste novo acirramento da crise financeira internacional, com destaque para: (i) redução do IPI de diversos bens, com ênfase em veículos e eletrodomésticos; (ii) desoneração tributária de diversos setores; (iii) aquisição pública de máquinas e equipamentos; (iv) concessões de obras de infraestrutura; e (v) reformas no sistema financeiro que permitiram a redução da taxa Selic.

Adicionalmente, a atuação da política monetária tomou-se menos restritiva desde agosto de 2011, com redução da taxa de juros básica da economia e reversão de diversas medidas macroprudenciais que encareciam o crédito. Em outubro de 2012, a taxa Selic atingiu 7,25%, a menor taxa dos últimos 15 anos.

O consumo das famílias cresceu 3,1%, mitigando a redução na demanda mundial e permitindo acentuado ajuste de estoques na indústria nacional e a retomada do crescimento econômico a

partir do segundo semestre de 2012, com aumento da produção industrial e recuperação do investimento no 4º trimestre do ano.

Em 2012, a dívida líquida do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 36,4% do PIB em 2011 para 35,2%. Ademais, o governo tem conseguido diminuir os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao melhorar o perfil de vencimentos, bem como ao reduzir a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, o País conseguiu manter, em 2012, a melhora na composição da dívida pública mobiliária federal (DPMF), alcançada nos últimos anos. Foi possível, inclusive, manter a tendência de redução de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis. Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio.

As perspectivas para 2013 indicam crescimento real do PIB de 3,5%. A estimativa de crescimento neste patamar caracteriza-se pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, ou seja, do crescimento sustentável, que deve ser atingido em 2014.

A demanda doméstica apresenta-se robusta, o investimento continuará se destacando como principal indutor do crescimento da economia, voltando a crescer quase o dobro do crescimento do PIB. Da mesma forma, o consumo das famílias será novamente impulsionado pelo mercado de trabalho forte, com aumento da população ocupada, desemprego baixo, crescimento da renda e expansão do crédito. Esse ambiente tende a ganhar força com a demanda doméstica sendo impulsionada, entre outros, pelos efeitos defasados das ações de política econômica implementadas.

Do lado da oferta, projeta-se a retomada da atividade industrial em 2013, uma vez que a desaceleração desta no primeiro semestre de 2012 ocorreu com concomitante aumento no consumo das famílias, reduzindo os estoques, o que cria espaço para a elevação da produção. Adicionalmente, o governo ampliou o leque de medidas adotadas para garantir o aumento da competitividade da indústria nacional, com destaque para o Plano Brasil Maior, adoção de margens de preferência, desonerações tributárias para diversos setores, redução da tarifa de energia elétrica, câmbio mais competitivo, concessões de obras de infraestrutura, reforma de marcos regulatórios de setores importantes na área de logística e juros reais mais baixos.

Além do aumento da produção industrial e dos serviços amparados pela demanda doméstica robusta, destaca-se a produção agrícola, que em 2013 deve apresentar nova safra recorde, somando 183,4 milhões de toneladas de grãos, alta de 13,2% frente a 2012. Destaque para feijão, com aumento de 18,6%, soja com alta de 26,8%, trigo (12,4%) e arroz (4,6%).

Apesar da situação financeira internacional incerta, o preço das *commodities* agrícolas permanece estável em patamar elevado e o preço de bens manufaturados apresenta tendência de queda, fato que gera dois grandes benefícios: (i) ambiente externo com perspectiva deflacionária; e (ii) mantém os termos de troca brasileiros em patamar elevado. Esses termos de troca ajudam a manter o superávit comercial e a reduzir o custo das importações. Além disto, o maior volume de reservas internacionais e a condição de credor líquido em moeda estrangeira reduziram o custo do financiamento externo, inclusive para empresas privadas, e aumentaram a capacidade do País de enfrentar períodos com restrição de liquidez externa.

Ao lado da política macroeconômica, a execução da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) implicará o aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia, de forma a garantir elevadas taxas de crescimento sem gerar pressões inflacionárias. O aumento do investimento público será feito sem prejuízo à política fiscal, que continuará comprometida com a sustentabilidade da dívida pública.

Diante deste cenário, a projeção para a taxa de crescimento real anual do PIB é de 3,5% para 2013 (Tabela 1), sendo mais elevada no ano de 2014 em virtude da Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil. A taxa de inflação em 2013 deverá se manter consistente com a meta fixada pelo

Conselho Monetário Nacional – CMN. As estimativas de taxa de câmbio levam em consideração expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma progressiva queda das taxas de juros reais, incorporada nas projeções de mercado.

Tabela 1 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados

Variáveis	2013	2014	2015
PIB (crescimento real % a. a.)	3,5	4,5	5,0
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	7,27	7,28	7,19
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	2,00	2,06	2,08

Para 2013, a meta de superávit primário está fixada em R\$ 155,9 bilhões para o setor público não financeiro, o que equivale a 3,2% do PIB nominal estimado para o ano. A meta de superávit primário é programada em 3,1% do PIB nos dois anos seguintes. A meta anual de superávit primário do Governo Central para 2013 é de R\$ 108,1 bilhões, equivalente a 2,22% do PIB estimado para o ano. A meta do Governo Central poderá ser reduzida até o montante de R\$ 65,2 bilhões, relativos à realização de investimentos prioritários e à desoneração de tributos. A meta das empresas estatais federais, por sua vez, mantém-se em R\$ 0,0 para 2013 e para os próximos dois anos.

Tabela 2 – Trajetória Estimada para a Dívida Líquida do Setor Público e para o Resultado Nominal

Variáveis (em % do PIB)	2013	2014	2015
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro *	3,20	3,10	3,10
	0,33	0,29	0,26
Previsão para o reconhecimento de passivos			
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	33,4	30,9	28,4
Resultado Nominal	-0,95	-0,70	-0,42

\* Não considera a redução relativa aos investimentos prioritários e às desonerações tributárias.

O superávit primário de R\$ 155,9 bilhões, o crescimento real projetado da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público não-financeiro como proporção do PIB ao longo desse período (Tabela 2). Mesmo considerando o reconhecimento de passivos contingentes, a trajetória da dívida pública líquida como proporção do PIB permanece com tendência decrescente, passando de 39,1% em 2010 para 28,4% em 2015. Estes resultados, mais uma vez, confirmam o compromisso do governo com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado com inclusão social.

**Anexo IV.1.a da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012**

Discriminação	Preços Correntes					
	2013		2014		2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>I. Receita Primária</b>	1.200.462,6	24,62	1.289.030,7	23,88	1.428.204,1	23,92
<b>II. Despesa Primária</b>	1.092.372,6	22,41	1.172.958,7	21,73	1.299.819,1	21,77
<b>III. Resultado Primário Governo Central ( I - II )</b>	108.090,0	2,22	116.072,0	2,15	128.385,0	2,15
<b>IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais</b>	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
<b>V. Resultado Primário Governo Federal ( III + IV )</b>	108.090,0	2,22	116.072,0	2,15	128.385,0	2,15
<b>VI. Resultado Nominal Governo Federal</b>	-35.221,0	-0,72	-25.682,0	-0,48	-12.673,0	-0,21
<b>VII. Dívida Líquida Governo Federal</b>	1.066.785,0	20,20	1.088.718,0	18,60	1.108.855,0	17,20

Observação:

A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para os investimentos prioritários e as desonerações tributárias.

## Preços Médios de 2013 - IGP-DI

Discriminação	2013		2014		2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>I. Receita Primária</b>	1.200.462,6	24,62	1.216.939,0	23,88	1.284.122,8	23,92
<b>II. Despesa Primária</b>	1.092.372,6	22,41	1.107.358,6	21,73	1.168.689,6	21,77
<b>III. Resultado Primário Governo Central ( I - II )</b>	108.090,0	2,22	109.580,4	2,15	115.433,1	2,15
<b>IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais</b>	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
<b>V. Resultado Primário Governo Federal ( III + IV )</b>	108.090,0	2,22	109.580,4	2,15	115.433,1	2,15
<b>VI. Resultado Nominal Governo Federal</b>	-35.221,0	-0,72	-24.245,7	-0,48	-11.394,5	-0,21
<b>VII. Dívida Líquida Governo Federal</b>	1.040.780,9	20,20	1.011.599,3	18,60	981.247,5	17,20

Observação:

A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para os investimentos prioritários e as desonerações tributárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos apreciar agora a LDO, Senador Benedito de Lira.

**Item 2** da pauta:

### **PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2013-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, *que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”*.

Parecer nº 74 de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo.

Ao projeto de lei foram apresentadas 4.085 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem como Presidente o Senador Edison Lobão Filho, em seu Parecer nº 74, que teve como Relator o Deputado Danilo Fortes, concluiu pela apresentação do substitutivo.

Eu concedo a palavra ao Deputado Danilo Fortes, como Relator da matéria. Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados Federais, primeiro, quero agradecer ao Líder do meu Partido, Deputado Eduardo Cunha, pela oportunidade que me deu de ser Relator desta matéria tão importante para os destinos da Nação brasileira no ano de 2014, e ao meu Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Edison Lobão, que foi de uma paciência extraordinária em todo o debate que nós fizemos ao longo desses sete meses em que discutimos essa matéria.

E o fizemos exatamente para que pudéssemos dar ao Brasil um Orçamento que saísse da ficção, que saísse da peça contábil e que fosse indutor, que fosse gerador, que fosse capaz de ser um agente transformador das realidades do Brasil, principalmente daquelas que mais necessitam do Poder Público no seu investimento, tendo como princípio básico a execução orçamentária, para que pudéssemos dar sustentabilidade tanto aos programas de Governo como às iniciativas parlamentares, no sentido de fazer com que esses recursos sejam capazes de reduzir as desigualdades regionais, sejam capazes de ajudar na erradicação da miséria e da pobreza no nosso País.

Dentro dessa convicção e da presteza de colocarmos essa questão, conseguimos fazer um relatório que traz diversas modificações. São modificações na postura da relação do Poder Executivo com o Poder Legislativo e modificações que garantam a efetividade do Orçamento público, na certeza de que, votando

aqui, conseguindo colocar os recursos na LOA, esses recursos possam chegar ao seu destino final, possam chegar ao seu investimento, possam ser capazes de mudar a realidade deste País de dimensões continentais.

Diversas mudanças foram feitas e, inicialmente, uma importante. Nós nos prendíamos muito, pois, muitas vezes, Estados, Municípios e universidades públicas estaduais tinham dificuldade de executar programas do Governo Federal ou até mesmo emendas parlamentares, porque não tinham recursos da contrapartida. Nós fizemos uma redução drástica, uma redução importante, uma redução grande, no que diz respeito à obrigação das contrapartidas.

Nós só não a extinguimos, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal nos obriga a tê-las. Muitas vezes, destinava-se o recurso de uma emenda parlamentar para um abastecimento na seca do Semiárido nordestino, e, muitas vezes, esse recurso não era aplicado, porque o Município não tinha condições de dar 10%, 20%, 30% de contrapartida para uma emenda desse tipo.

As universidades estaduais queriam cumprir, muitas vezes, com compromissos de programas do Ministério da Educação e não tinham recursos para contrapartidas, porque elas têm autonomia financeira com relação aos Estados, e, muitas vezes, o Governador não acompanhava de perto a execução desses programas. Então, os reitores das universidades estaduais estiveram aqui conosco, junto com o Presidente Henrique Eduardo Alves, e nós entendemos o drama e a dificuldades que eles tinham exatamente para cumprir a obrigação desses programas.

Então, reduzimos esses programas exatamente para 0,1%, que era o mínimo necessário para cumprirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal e para que o gestor não fizesse uma escolha de sofia, muitas vezes, entre qual projeto ele ia retirar, qual ele ia dar continuidade e qual ele ia executar, porque os Municípios brasileiros, hoje, sofrem uma dificuldade muito grande com relação à questão financeira, muitas vezes, em função das desonerações que foram feitas pelo Parlamento, pelo Governo Federal, e que diminuíram o repasse financeiro a Estados e Municípios. E eles não têm condições de executar esses programas. Então, houve essa redução, que é de fundamental importância para a implementação dessas emendas.

Com relação aos investimentos, incluímos também a capacidade de os Municípios fazerem os projetos de engenharia. Nós sabemos que hoje os projetos de engenharia são um gargalo importante com relação à sua execução. E os Municípios, muitas vezes, não tinham recursos nem poderiam alocar, dentro dos programas, dentro das emendas parlamentares, recursos para os projetos de engenharia. Agora, na nova

formatação, esses projetos de engenharia poderão também ser inclusos na despesa dos programas com o Governo Federal.

O Cauc. O Cauc é um verdadeiro martírio para o gestor municipal. Chegou ao ponto de, em fevereiro deste ano, 93% dos Municípios brasileiros estarem inscritos no Cauc, porque o Cauc era uma certificação que o computador da Receita Federal, de hora em hora, atualizava; e, muitas vezes, o gestor vinha a Brasília processar, digitalizar um convênio com o Governo Federal, e, ao concluir, na impressão do documento, ele não podia assinar, porque estava inadimplente.

Nós disciplinamos o Cauc, exatamente para que o Município não fosse penalizado. E, com esse disciplinamento, do mesmo jeito que as certidões federais têm um prazo de validade de quatro meses, o extrato do Cauc também terá um prazo de validade de quatro meses, para poder o gestor ter condições e ambiente de poder trabalhar com uma tranquilidade maior, em vez de estar, de hora em hora, atualizando o Cauc.

O orçamento impositivo. O orçamento Impositivo é uma realidade do Congresso Nacional. É a verdadeira carta de alforria, aqui conduzida como bandeira principal do nosso Presidente Henrique Eduardo Alves. Nós votamos a PEC, muito bem relatada pelo companheiro Edio Lopes. Mas a PEC sofreu modificações no Senado da República e voltará, de novo, a esta Casa. E, se novas modificações forem feitas, novamente voltará para o Senado Federal. Então, é mais fácil nós concluirmos a votação do orçamento impositivo aqui, agora, no Congresso Nacional, já com a garantia da sua execução para 2014, enquanto nós processaremos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) –...a votação com relação à conclusão da votação, em segundo turno, na Câmara dos Deputados Federais.

Enfim, Sr. Presidente, demos à Defensoria Pública do País o mesmo patamar de reconhecimento que foi dado ao Ministério Público e que foi aprovado pelas Casas Parlamentares, garantindo à Defensoria Pública também a oportunidade de ser reconhecida no Orçamento da União com um orçamento próprio e autonomia para a sua execução.

Reconhecemos a importância das instituições na continuidade das suas ações. Destacamos a importância, inclusive, de instituições como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, a EBC nas despesas continuadas do Governo Federal, para que não sofram distorções. Reconhecemos a necessidade de investimentos dos conselhos tutelares, que são importantes na defesa das pessoas, dos Direitos Humanos, principalmente dos mais desprovidos, os idosos, as crianças...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – ... as mulheres e as minorias.

Para concluir, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)*

Garantimos uma nova formatação no que diz respeito à análise da prioridade através dos órgãos repassadores de recursos federais de maior demanda – a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil –, para que tenham uma maior agilidade exatamente na aprovação e na elaboração da análise dos projetos para uma melhor execução.

Enfim, Sr. Presidente, nós procuramos exatamente fazer com que os órgãos regionais também fossem reconhecidos – Sudene e Sudam – e tivessem autonomia financeira para poderem ter orçamentos próprios que estavam vinculados ao Ministério da Integração.

É, de fato, um orçamento que reconhece – há aqui uma emenda do Deputado José Priante, aprovada no plenário também – a questão da não necessidade do Cauc para os Municípios pobres, os Municípios que estão em área de território da cidadania no nosso País.

Tudo isso fez um arcabouço capaz...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – ...de garantirmos um relatório que sintetiza a vontade do Congresso Nacional, sintetiza a vontade dos Srs. Parlamentares. Todos foram ouvidos. Mais de quatro mil emendas foram analisadas. Fez-se um debate exaustivo através, inclusive, de audiências públicas nos Estados para assimilarmos a necessidade de fazer com que o Orçamento tenha eficiência e efetividade na sua execução.

Por isso, peço encarecidamente a todos os Parlamentares, sejam eles da Base Aliada, sejam eles da oposição, sejam eles dos mais diversos partidos e das diferentes regiões do País, que nós nos unamos exatamente na votação dessa LDO, para que possamos garantir que a Lei Orçamentária Anual cumpra as determinações dessa LDO e, com isso, tenhamos um Orçamento melhor para o País, um Orçamento mais democrático, um Orçamento mais efetivo, capaz de fazer o que a política tem que fazer na vida das pessoas, que é a transformação da vida das pessoas para melhor.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Sr. Relator, Deputado, gostaria de fazer um questionamento e um esclarecimento. Queria ouvir de viva voz do meu ex-companheiro de movimento estudantil, que fosse falado claramente como é que ficou a questão do duodécimo dos investimentos. Como está indo para o texto final que vai ser votado.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Há um adendo, porque o texto final já foi apresentado. Há um adendo de supressão, que será inclusive patrocinado pelo Relator, de suprimir a questão da continuidade de obras do PAC em duodécimo. Isso inclusive foi acordado com os representantes da Liderança do Governo.

É o seguinte o Adendo, na íntegra:

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 2/2013-CN (PLDO 2014)**

**Negrito sublinhado:** incluído em relação ao Substitutivo

**Tachado:** excluído em relação ao Substitutivo

## **SUBSTITUTIVO AO PL Nº 2, DE 2013-CN (PLDO 2014)**

# **ADENDO**

## **PLENÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

**Altere-se o Substitutivo ao PLDO 2014 aprovado na CMO, de modo a refletir as seguintes correções:**

### **1. No art. 52:**

**Onde se lê:**

Art. 52. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo III, inclusive daquelas a que se refere o anexo específico previsto no art. 75 desta Lei;

II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET, bolsas e auxílios educacionais dos programas de formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, bolsas para ações de saúde da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH e Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, bem como Bolsa-Atleta e bolsas do Programa Segundo Tempo;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - realização de eleições e continuidade da implantação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores pela Justiça Eleitoral;

VII - importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, no valor da cota fixada no exercício financeiro anterior pelo Ministério da Fazenda;

VIII - concessão de financiamento ao estudante;

IX - ações em andamento decorrentes de acordo de cooperação internacional com transferência de tecnologia;

X - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária com o Identificador de Uso 6 (IU 6);

XI - investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC com execução já iniciada;

XII - despesas contratualmente assumidas no âmbito do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais; e

XIII - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 1º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 38 aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2014 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014 no Congresso Nacional e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2014, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

#### **Leia-se:**

Art. 52. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo III, inclusive daquelas a que se refere o anexo específico previsto no art. 75 desta Lei;

II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET, bolsas e auxílios educacionais dos programas de formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, bolsas para ações de saúde da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH e Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, bem como Bolsa-Atleta e bolsas do Programa Segundo Tempo;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - realização de eleições e continuidade da implantação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores pela Justiça Eleitoral;

VII - importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, no valor da cota fixada no exercício financeiro anterior pelo Ministério da Fazenda;

VIII - concessão de financiamento ao estudante;

IX - ações em andamento decorrentes de acordo de cooperação internacional com transferência de tecnologia;

X - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária com o Identificador de Uso 6 (IU 6); e

XI - investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC com execução já iniciada;

~~XII - despesas contratualmente assumidas no âmbito do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais; e~~

XIII– outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 1º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 38 aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2014 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014 no Congresso Nacional e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2014, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

## 2. No art. 68:

### Onde se lê:

Art. 68. Será consignada, na Lei Orçamentária de 2014 e nos créditos adicionais, estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, para fazer face, estritamente, a despesas com:

I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no caput seja autorizada por lei ou medida provisória.

### Leia-se:

Art. 68. Serão consignadas na lei orçamentária de 2014 e nos créditos adicionais a estimativa da receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, para fazer face, estritamente, a despesas com:

I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no caput seja autorizada por lei ou medida provisória.

**§ 1º Serão informadas ainda as emissões quaisquer que sejam a finalidade e a forma destas, incluindo emissões para fundos, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.**

**§ 2º O disposto no caput não se aplica a emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para a realização de operações de crédito por antecipação de receita, nem em operações com o Banco Central do Brasil para a permuta por títulos do Tesouro Nacional em poder da autarquia ou para assegurar-lhe a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária.**

### 3. No art. 101:

#### Onde se lê:

Art. 101. Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no art. 100 desta Lei será assegurado aos membros do Congresso Nacional:

I - para efeito de consulta, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, por iniciativa própria, a qualquer tempo;

II – por meio da disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas referidos nos incisos I, II, V, XI, XV e XVI do art. 100, as quais deverão ser disponibilizadas aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto por esses órgãos.

#### Leia-se:

Art. 101. Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no art. 100 desta Lei será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional para consulta, aos sistemas ou informações referidos nos incisos I, II, V, XI, XV e XVI do art. 100, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros. ~~+I— para efeito de consulta, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, por iniciativa própria, a qualquer tempo; II— por meio da disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas referidos nos incisos I, II, V, XI, XV e XVI do art. 100, as quais deverão ser disponibilizadas aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto por esses órgãos.~~

### 4. No art. 101-A:

#### Onde se lê:

Art. 101-A. O custo global das obras e dos serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

§ 1º O disposto neste artigo não impede que a administração federal desenvolva sistemas de referência de custos, aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção daqueles de que trata o caput, incorporando-se às composições de custo unitário desses sistemas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO, devendo sua necessidade ser demonstrada por justificativa técnica elaborada pelo órgão mantenedor do novo sistema, o qual deve ser aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e divulgado pela internet.

§ 2º No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no caput deste artigo, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

§ 3º Na elaboração dos orçamentos-base, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão considerar especificidades locais ou de projetos na elaboração das respectivas composições de custos unitários, desde que demonstrada, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado, a pertinência dos ajustes para obras ou serviços de engenharia a serem orçados.

§ 4º Deverá constar do projeto básico a que se refere o inciso IX do caput do art. 6º da Lei no 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo.

§ 5º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos unitários do orçamento-base da licitação exceder o limite fixado no caput e § 1º, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

**Leia-se:**

Art. 101-A. O custo global das obras e dos serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil **ou como de infraestrutura de transporte.**

§ 1º O disposto neste artigo não impede que a administração federal desenvolva sistemas de referência de custos, aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção daqueles de que trata o caput, incorporando-se às composições de custo unitário desses sistemas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO, devendo sua necessidade ser demonstrada por justificação técnica elaborada pelo órgão mantenedor do novo sistema, o qual deve ser aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e divulgado pela internet.

§ 2º No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no caput deste artigo, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

§ 3º Na elaboração dos orçamentos-base, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão considerar especificidades locais ou de projetos na elaboração das respectivas composições de custos unitários, desde que demonstrada, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado, a pertinência dos ajustes para obras ou serviços de engenharia a serem orçados.

§ 4º Deverá constar do projeto básico a que se refere o inciso IX do caput do art. 6º da Lei no 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo.

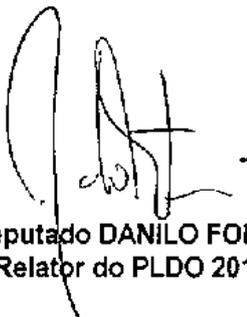
§ 5º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos unitários do orçamento-base da licitação exceder o limite fixado no caput e § 1º, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo, **dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.**

§ 6º **Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, previstos no art. 6º, inciso VIII, alíneas “a” e “e”, da Lei no 8.666, de 1993, na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles fixados no caput, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado, assegurado ao controle interno e externo o acesso irrestrito a essas informações para fins de verificação da observância deste parágrafo.**

§ 7º **No caso da contratação integrada prevista no art.9º, da Lei n. 12.462, de 2011, o valor estimado da contratação e o custo global serão calculados em conformidade com o art. 9º, § 2º, inciso II, da referida Lei.**

**5. Alterem-se os pareceres das emendas de modo a refletir o texto do presente Adendo.**

Plenário do Congresso Nacional, em            de novembro de 2013.

  
Deputado **DANILO FORTE**  
Relator do PLDO 2014

  
Senador **LOBÃO FILHO**  
Presidente da CMO

**O SR. AFONSO HAMM** (PP – RS) – Presidente.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Relator, o inciso XI do art. 52 foi excluído. Essa é a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço ao Deputado Danilo Forte que delongue um pouco a sua permanência aí na tribuna, para que nós possamos esclarecer algumas...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Décimo primeiro e décimo segundo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ...dúvidas com relação à matéria. Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Se isso foi excluído do texto. Essa é a pergunta que nós, da oposição, estamos fazendo para manter o acordo.

**O SR. AFONSO HAMM** (PP – RS) – Presidente. Deputado Afonso Hamm. Eu queria só fazer uma manifestação e dizer que a nossa colaboração... Eu apresentei 85 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO. Dessas 85, obtive a aprovação de 22 delas de forma parcial – queria agradecer o Relator – e três de forma integral, de maneira que a nossa contribuição foi oportuna, importante, no sentido de nós promovermos principalmente um controle maior dos gastos, a efetividade da aplicação desses recursos. Inclusive em relação à pesquisa, nós falamos que os recursos destinados à Embrapa e à pesquisa neste País não devam ser contingenciados.

E também cumprimentar pela questão do orçamento chamado impositivo. Não é bem impositivo. É da natureza deste Parlamento garantir a execução sem um comprometimento outro, para viabilizar obras estruturantes nos Municípios e nos nossos Estados.

Portanto, queria fazer um agradecimento ao Relator e naturalmente que estamos solidários à aprovação da LDO.

Muito obrigado.

**O SR. OSMAR JÚNIOR** (PCdoB – PI) – Sr. Presidente,...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR JÚNIOR** (PCdoB – PI) – Deputado Osmar Júnior, do PCdoB do Piauí, solicita o registro de sua presença nas sessões do dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra com satisfação a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. ARNON BEZERRA** (PTB – CE) – Presidente, da mesma forma, o Deputado Arnon Bezerra quer registrar a presença na Câmara e aqui no Congresso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Arnon Bezerra, da mesma forma nós registramos com satisfação a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ZECA DIRCEU** (PT – PR) – Presidente, o Deputado Zeca Dirceu, da mesma forma, registra a presença nas sessões da Câmara e nesta aqui do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra com satisfação a manifestação do Deputado Zeca Dirceu.

**O SR. EURICO JÚNIOR** (PV – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Eurico Júnior, do PV do Rio, também quer registrar a presença na sessão da Câmara e também do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra também, com satisfação, a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e a comunicará ao Presidente do Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, que nos pede para comunicar a convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, quinta-feira, 21 de novembro, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2013.

Portanto, o Presidente da Câmara dos Deputados pede-nos para comunicar aos Srs. Deputados e às Sr<sup>as</sup> Deputadas a convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, quinta-feira, às 9 horas. Consequentemente, está cancelada a sessão convocada para hoje.

**O SR. ÁTILA LINS** (PSD – AM) – Sr. Presidente, o Deputado Átila Lins quer justificar sua ausência na reunião da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Átila Lins, a Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de me dirigir ao Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Relator, dentro do acordo que fizemos, queria destacar a V. Ex<sup>a</sup> que nós aguardamos o seu pronunciamento com relação ao art. 52, incisos XI e XII, lembrando, inclusive, que num gesto de entendimento com V. Ex<sup>a</sup> nós abrimos mão de suprimir o outro inciso que tratava dos investimentos na saúde.

Num primeiro momento, fizemos um acordo para que fosse acolhida, integralmente, a minha emenda. A minha emenda suprimia tudo aquilo que era novidade, ou seja, manteríamos a redação da LDO de 2013 para 2014 com relação aos duodécimos para o custeio, para situações de calamidade e não teríamos investi-

mentos garantidos na LDO na ausência de orçamento aprovado. Abrimos mão, inclusive, dos R\$4,5 bilhões de investimentos para algumas autarquias da saúde, mas o XI e XII são a essência da nossa emenda, que são os investimentos em obras do PAC ou nas demais empresas e autarquias federais.

Portanto, é isso o que aguardamos de V. Ex<sup>a</sup>. E também a redação final que possa ser dada à Emenda nº 3, de autoria do Senador Aécio Neves, que é objeto do entendimento que V. Ex<sup>a</sup>, com a assessoria, está construindo. Entregarei agora, em suas mãos, o acordo que fizemos aqui, também, durante todos esses trabalhos, de acolhimento da Emenda Supressiva do §2º do art. 51-A, que é relativa àquela questão do Orçamento Impositivo, que eu entrego às mãos de V. Ex<sup>a</sup> e que é também uma contribuição na área da saúde e que teve a liderança da Frente Parlamentar da Saúde, empenhada nesse trabalho para que nós possamos concluir nesta noite, de forma brilhante, de forma consensual, e servir ao interesse de nosso País. Entrego ao nosso Relator para que ele possa concluir o acordo que firmamos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo Fortes, eu lhe pediria só um pouquinho de paciência. Seria importante nós ouvirmos, primeiro, a intervenção do Deputado Cláudio Cajado e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup> responderia a todos de uma só vez.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Presidente, eu queria reportar-me ao nobre Relator para dizer que o acordo firmado, evidentemente, é de não obstrução ao projeto, à discussão e à votação. Porém, os partidos de oposição, especialmente PSDB, PPS e o DEM, não concordam com as fragilidades existentes na LDO. Eu ressalto, inicialmente, o orçamento impositivo com a vinculação de 50% para a área de saúde. Na verdade, esse é um assunto que, aparentemente, beneficia os Deputados, porque, quando se fala em orçamento impositivo, todos somos favoráveis, mas da forma como a Câmara votou. Da forma como o Senado alterou e remeteu para cá, retira dinheiro da saúde, porque, antes, tínhamos um piso para a saúde, e as emendas parlamentares iriam aumentar os recursos da saúde.

O *royalty* do pré-sal, que nós aqui votamos, iria aumentar os recursos da saúde. O que fez o Senado? Juntou tudo para atendimento ao piso da saúde; portanto, vai diminuir os recursos da saúde. Por outro lado, você colocar custeio para emenda de investimento parlamentar é uma loucura! É uma loucura! Nós não podemos assinar embaixo que o Parlamentar vai dar dinheiro para prefeito e governador, para pagar des-

pesas e custeio. Emenda parlamentar é para investimento! E mais: quando nós formos votar, lembrem-se: a emenda é apresentada com base na expectativa da receita corrente líquida. Em termos atuais, seriam R\$14 milhões. Quando ela for paga, quando ela for executada, vai ser com base na receita corrente líquida, efetivada no ano anterior. A cálculos atuais, são 12 milhões. Só aí já são 2 milhões a menos. Ninguém se apercebeu desse detalhe.

Portanto, cuidado com esta coisa de dizer: “Nós estamos agora recebendo a emenda impositiva, sonho do Parlamento”. Não, Sr. Presidente, esse relatório é, neste particular, danoso aos Parlamentares, porque o problema da saúde de custeio é um problema do Executivo, é um problema de gestão. Estão colocando no colo dos congressistas este problema.

Sem contar que há de se lembrar, Presidente, que nós tivemos escândalos como o da sanguessuga, como o das ambulâncias, oriundos de emendas parlamentares neste sentido.

Precisamos nos alertar para que amanhã possamos votar uma coisa pensando que é positiva e reverter isso numa imagem negativa da emenda parlamentar.

A emenda parlamentar, hoje, é necessária para os Municípios que não têm recursos para fazer investimento. E é por isso que nós a queremos impositiva, mas da forma como a Câmara votou, sem a obrigatoriedade dos 50% da saúde, sem vinculação com custeio e, principalmente, sem diminuir o recurso da saúde.

Vou apresentar um destaque a isso e espero o apoio dos colegas. E mais, se nós aprovarmos na LDO, se nós aprovarmos na LOA, e não aprovarmos a PEC, nós teremos a execução impositiva no ano de 2015, ou melhor, 2014, sem que a PEC esteja aprovada.

Então, eu faço um apelo aos colegas para que nós apoiemos a retirada não no destaque, que não deu tempo de apresentar, porque esta discussão, infelizmente, não foi pautada, ainda – a partir deste momento está sendo –, para que os Congressistas tenham consciência desta questão.

Portanto, se for aprová-la na LDO, nós não podemos aprová-la na LOA. E pedimos ao Executivo que possa vetar esta matéria sem aprovação da PEC, porque é um absurdo essa vinculação.

Por outro lado, outras fragilidades. A LDO apresenta a mesma questão que votamos agora no PL nº 1. Faz com que haja nas desonerações a não redução da receita. Não é possível o Governo desonerar setorialmente e não fazer com que essa receita seja estimada novamente, e o relatório da LDO manter este absurdo, como também a questão do superávit. Reduz a previsão de superávit, faz a maquiagem contábil, ante-

cipando os dividendos das estatais, para poder chegar ao número cujo planejamento não previa esse buraco.

Portanto, nós não podemos fazer uma LDO com a expectativa de que vai haver uma contabilidade maquiada. Eu disse lá na CMO, maquiagem é bonita nas mulheres, para ficarem ainda melhores como exemplo perfeito da natureza na criação Divina, mas não na contabilidade, Sr. Presidente.

Esses destaques foram apresentados, e eu espero que V. Ex<sup>a</sup>, a exemplo do que fizemos no PL nº 01, mantenha o acordo e possa votar.

E chamo a atenção do plenário, para poder votar favoravelmente aos destaques do Democratas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço ao...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

Como não vamos mais ter sessão da Câmara e não foi reaberto o painel, os Senadores provavelmente já tiveram oportunidade lá, eu gostaria de pedir que fosse reaberto o painel. Mas, de qualquer forma, registro a presença, Deputado Wellington Fagundes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Todos os Deputados que tiveram as suas presenças registradas na Casa, nós levaremos em consideração a manifestação de cada um.

Infelizmente, nós não pudemos, depois das 19 horas, abrir o painel e fazer com que as presenças possam contar para a realização desta sessão do Congresso Nacional.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Presidente, para complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Em aditamento. Aliás, eu vou requerer ao Presidente da Câmara que restabeleça o painel da última sessão da Câmara de hoje, senão nós teremos a possibilidade de não encontrar, a essa hora, o quórum necessário, se não houver o restabelecimento do painel. Se for um novo painel, dificilmente vai se dar a sessão.

Então, eu peço que, antes de tomar essa decisão, que já vi que V. Ex<sup>a</sup> não vai tomar, mas alertar o Presidente da Câmara, que sem dúvida está nos vendo, de que já existe em plenário a solicitação de manutenção do painel.

Obrigado.

**O SR. STEPAN NERCESSIAN** (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Stepan Nercessian, na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, para responder as dúvidas que foram levantadas.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, me permita?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias, Líder da Bancada do PT. Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a aquiescência do nosso Relator.

Só aqui fizemos o entendimento em relação a essa correção do texto, aqui apresentada, que trata exatamente da possibilidade dos investimentos, da emenda da saúde ser para investimento ou ser para custeio.

E aqui peço a aprovação do Relator.

**O SR. JOÃO DADO** (SDD – SP) – Sr. Presidente, Deputado João Dado, para registrar a presença na sessão da Câmara.

**O SR. MANDETTA** (DEM – MS) – Sr. Presidente, Deputado Mandetta, registrando a presença durante o dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Mandetta.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Dentro da postura nossa da busca do entendimento e da construção da transparência, o que nos foi levantado pelo Deputado Rubens Bueno já está devidamente feito no acordo à emenda da supressão dos incisos X e XI do art. 52.

Não é do 11, é do 52. Com relação à questão que aqui já tínhamos colocado dos investimentos no que diz respeito às obras do PAC e no que diz respeito aos investimentos das empresas estatais, até porque há compreensão do Governo da importância de esta Casa votar a LOA, a Lei Orçamentária para 2014. E há o desprendimento e a vontade da Base Aliada de votá-la também.

Com relação à emenda do nobre Senador Aécio Neves, aqui encaminhada pelo Líder Domingos Sávio, que representa o PSDB na Comissão de Orçamento, foi feito o acordo de que o §1º do art. 68 ficará com a seguinte redação:

§1º Serão informadas ainda as emissões, quaisquer que sejam a finalidade e a forma destas, incluindo emissões para fundos, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

§2º O disposto no *caput* não se aplica às emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para a realização de operações de crédito por antecipação de receita, sem operações com o Banco Central do Brasil, para permuta por título do Tesouro Nacional em poder da autarquia, ou para assegurar a manutenção de carteira e de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária.

Então, essa redação foi aqui também acordada e será a redação que será encaminhada.

Com relação aos demais destaques, esta aqui é uma Casa democrática, é uma Casa em que as pessoas podem, é lógico, os Deputados e Senadores, exarar os seus desejos e as suas vontades, mas há questões inclusive que polemizam umas com as outras.

Então, a sugestão do Relator era que votássemos o mérito da LDO, no que diz respeito já ao que está acordado e que está sendo endossado inclusive por adendos do próprio Relator que já foram apresentados à Mesa, e depois ressalvamos alguns destaques, como é o caso do destaque da Frente Nacional de Saúde, e a retificação que poderá ser feita com a apresentação pelo Senador Wellington Dias.

**O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Deputado Carlos Alberto Leréia pede que seja feito o registro da presença.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu concedo a palavra ao Deputado Anthony Garotinho.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT – SC) – Sr. Presidente, Pedro Uczai também manifesta presença nesta sessão como à tarde também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esta Presidência registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (PR – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Deputados, hoje, Dia Nacional da Consciência Negra, eu quero homenagear uma pessoa com quem tive oportunidade de conviver e que foi Senador, Abdias Nascimento.

Ao lado de Abdias Nascimento, eu pude compreender a profunda injustiça, que ainda hoje sobrevive no Brasil, contra os negros. E foi sob sua inspiração que, no ano de 1999, como Governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo como minha Vice-Governadora a Benedita da Silva, fui o primeiro governador do País a instituir cotas na universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, para aqueles que tinham muita dificuldade de ingressar no ensino superior, porque nós sabemos o quanto é desigual este País.

Hoje, Sr. Presidente, é com muita alegria que vejo pessoas que no passado criticaram a minha atitude, alguns jornais que fizeram editoriais dizendo da minha atitude de implantar no Estado Rio de Janeiro uma política afirmativa, uma política de oportunidade, de combate à discriminação ao inverso, promovendo a inclusão.

De 1999 para cá, primeiro, foram algumas universidades estaduais a seguir o exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; depois, as universidades federais; e hoje praticamente todas as universidades do País, estaduais e federais, já adotam a política de cotas.

Então, neste dia, Sr. Presidente, eu quero prestar homenagem àquele que me inspirou, àquele que me ajudou a compreender o quanto o Brasil ainda é um País marcado pelo racismo e pela discriminação.

Ao ex-Senador pelo PDT, Abdias Nascimento, com quem eu tive a alegria de conviver momentos importantes da minha vida, eu presto a minha homenagem hoje no Dia da Consciência Negra neste País.

O Senador Abdias foi um grande homem, um lutador da causa dessas pessoas vítimas de discriminação. Lembro-me, numa certa ocasião, de uma conversa que tive com ele e com Darcy Ribeiro, num encontro onde tratávamos de políticas afirmativas, em que ele dizia o seguinte:

*O Brasil é um país que se esquece daqueles que deram a maior contribuição para sermos a Nação que somos hoje. O Brasil, enquanto não fizer uma autocrítica da sua história e reconhecer o papel que os negros tiveram na construção do país, jamais terá corrigido essa injustiça histórica.*

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de dizer que hoje, dentre as muitas coisas que realizei, a coisa que mais me traz alegria é saber que fui o primeiro Governador do Brasil a instalar as cotas na universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, medida que depois foi seguida por muitos outros governadores.

Espero, Sr. Presidente, que seja adotada, como agora adotou a Presidente Dilma Rousseff, através de proposição, em outras áreas da atividade, porque é hipocrisia dizer que não há discriminação no Brasil. Há, é forte, é dura e é real!

**O SR. EURICO JÚNIOR** (PV – RJ) – Sr. Presidente, Deputado Eurico Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EURICO JÚNIOR** (PV – RJ) – Sr. Presidente, na sexta-feira eu estive na escola de samba União de Jacarepaguá com o Presidente Reinaldo Bandeiras, levado pelo compositor James Bernardes, quatro vezes vitorioso na disputa do samba-enredo da escola nos últimos cinco anos.

A escola União de Jacarepaguá é do Grupo A, o Grupo de Acesso, e este ano traz o enredo Os Yorubás; a História do Povo Nagô. Esse enredo tem tudo a ver, é a história do Candomblé, é a origem do Candomblé, tem tudo a ver com o Dia Nacional da Consciência Negra, que hoje estamos comemorando.

Eu queria aproveitar para mandar um abraço a todo o povo da escola União de Jacarepaguá, do Grupo de Acesso, e também um abraço a todos os que lutaram para que o Dia da Consciência Negra pudesse virar um feriado, como é no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARIOSTO HOLANDA** (Bloco/PROS – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Ariosto Holanda pede para registrar a sua presença na Câmara.

Deputado Ariosto Holanda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Ariosto.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Sr. Presidente, Deputado Dr. Rosinha, da mesma maneira, presente nesta sessão e na sessão da tarde da Câmara dos Deputados, porque não consegui registrar a presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>s.

Quero só comunicar à Casa...

**O SR. VITOR PENIDO** (DEM – MG) – Sr. Presidente, eu queria confirmar a presença na sessão anterior da Câmara, em razão de estar em produção, trabalhando na Casa.

Muito obrigado. Vitor Penido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu queria só comunicar que hoje criamos no Senado Federal a medalha, em comemoração ao dia 20, que é o Dia mundial da Consciência Negra, a Medalha Abdias Nascimento.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Dia Nacional, só nacional, 20 de novembro, por causa de Zumbi dos Palmares.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É Dia Nacional.

Abdias Nascimento, que foi exemplar na defesa das etnias que construíram este País e contra qualquer tipo de discriminação.

Eu tive a honra de ser contemporâneo do Abdias, se não me engano, aqui na Câmara Federal e depois no Senado da República. De modo que, neste dia, a partir de uma iniciativa da Senadora Lídice da Mata, tivemos a oportunidade da iniciativa no Senado Federal.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero me associar a essa homenagem, porque Abdias também foi um companheiro nosso aqui na Câmara, como V. Ex<sup>a</sup> citou, e foi Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Exatamente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Foi um dos precursores de todas as lutas pela igualdade racial aqui no Brasil.

Aqui no Brasil, o Abdias era reconhecido como uma referência nessas lutas todas, que depois ganharam uma expressão muito grande. Mas eu diria que o Abdias, para nós aqui no Brasil, sem ter tido o mesmo fim trágico, correspondeu ao Martin Luther King nessas lutas pelos direitos civis dos cidadãos que eram tratados de forma desigual.

V. Ex<sup>a</sup> prestou uma homenagem justíssima a um grande brasileiro.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, à família do Abdias, a todos os discípulos do Abdias, porque ele criou mais de uma geração de seguidores na luta pela igualdade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Garotinho.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** (Bloco/PR – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando fiz o meu pronunciamento, não sabia da iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> de ter criado a medalha em homenagem a Abdias Nascimento. Então, felicito-o pela iniciativa, porque eu, que convivi com ele, sei da sua dedicação, do seu amor e de como ele se dedicava a esclarecer as pessoas sobre essa questão da discriminação racial no País.

Parabéns ao Senado brasileiro.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Democrático Trabalhista, cujos quadros o Senador Abdias Nascimento honrou, não poderia deixar de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, os Senadores da República por essa merecidíssima homenagem.

Nós tivemos o orgulho de ter o Senador Abdias Nascimento militando sempre ao lado de Leonel Brizola. Ele foi, como disse o Deputado Miro Teixeira, com muita propriedade, uma das grandes lideranças, senão a maior liderança, na luta contra a discriminação racial no nosso País.

Fica aqui, portanto, o nosso reconhecimento a essa justíssima homenagem e, acima de tudo, nosso reconhecimento à trajetória de luta de Abdias Nascimento contra o preconceito racial e pela igualdade em nosso País.

**O SR. PROFESSOR SETIMO** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Professor Setimo registra a presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, apenas pelo Democratas, quero me congratular com todos os que expuseram as homenagens justas ao Abdias e também ao Dia da Consciência Negra.

Sou do Estado da Bahia, Estado que tem uma miscigenação, uma cultura muito oriunda da raça negra, temos orgulho dos nossos negros, da nossa cultura, do que aprendemos com eles.

Portanto, que hoje seja um dia que sirva de margem a que todos nós possamos viver bem e, principalmente, respeitar e admirar essa belíssima raça negra.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo Fortes para concluir definitivamente e resolver as questões que foram levantadas.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Em função da extemporaneidade da apresentação dos destaques, tanto do Senador Wellington Dias quanto da Frente Parlamentar da Saúde e compreendendo a necessidade, a importância da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é inovadora e que traz grandes avanços na gestão, na aplicação e na transparência com relação à gestão dos recursos públicos no nosso País, eu, como Relator, ouvindo os companheiros na Comissão de Orçamento – e aqui agradeço à companheira Rose de Freitas, ao companheiro José Priante, representante da nossa Liderança, Deputado Eliseu Padilha, nosso Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Edison Lobão – cheguei à conclusão de que era necessário comungarmos de um acordo que viabilizasse essa votação nesta noite, até como homenagem a todas as minorias que necessitam de uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Na busca da transformação da economia brasileira, resolvemos acatar esses dois destaques, e, com isso, concluímos uma peça única, uma peça que atende a todas as demandas aqui apresentadas. Garanto ao senhor que esse relatório, sem sombra de dúvida, representa o sentimento da Casa, dos Parlamentares brasileiros, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, e que possa viabilizar e dar a garantia de que teremos, com certeza, um Orçamento para 2014 melhor do que foram os orçamentos passados recentemente.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, por essa oportunidade.

**O SR. RAUL LIMA** (PP – RR) – Sr. Presidente, Deputado Raul Lima registrando a presença na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero aqui elogiar... Se há um falando, eu sento. Há outro falando no meu lugar? Então, eu sento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso querido Deputado, Vice-Líder do PMDB, pelo trabalho extraordinário. Foi demorado, foi um obstáculo, foi uma maratona e o senhor conseguiu. E, agora, o senhor construiu um acordo de Lideranças interessante, juntando todos os partidos, para que possamos avançar em muitas áreas. Parabéns, Deputado Danilo. Parabéns, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ AIRTON** (PT – CE) – Sr. Presidente, primeiro quero felicitar o Deputado Danilo Fortes pelo trabalho realizado, um trabalho muito importante de preservar, inclusive, os interesses dos Municípios em algumas questões muito importantes. V. Ex<sup>a</sup> sabe o problema de cálculos dos Municípios, que todo ano sofrem em função de vários problemas de gestões anteriores, o que leva ao cancelamento de vários convênios. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma noção, só de emendas tive mais de R\$10 milhões sendo cancelados em função de problema de cálculos de alguns Municípios.

Essa é uma conquista importante que dá mais fôlego para que os Municípios possam se estruturar e ter condições de resolver as pendências que surgem ao longo dos problemas de inadimplências. Por isso essa é uma conquista importante que eu queria ressaltar.

Outra questão, Sr. Presidente, que quero ressaltar também, Deputado Danilo, é a questão do Orçamento Impositivo, que eu considero uma das maiores conquistas da República. Todos sabemos da questão dos interesses que são colocados pela mídia, muitas vezes, injustamente, condicionando a liberação dos recursos a uma questão de toma lá, dá cá, isso desqualifica a atuação do Parlamento e, acima de tudo, faz com que nós fiquemos em uma situação constrangedora. Por isso, acho que o relatório do Danilo inova, reforça e coloca para esta Casa a responsabilidade de resolver definitivamente também essa questão.

Por isso, meu companheiro Danilo, queria parabenizá-lo, esperando que esta Casa possa votar, de forma unânime, esse relatório para que possamos...

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, neste exato momento, milhares de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias estão assistindo esta Sessão na expectativa de que, a partir do acordo realizado aqui nesta Casa, nós pudéssemos normatizar todo aquele processo da Emenda Constitucional 63, que estabelece o piso nacional.

Nós queremos reafirmar que, apesar de a Presidente Dilma ter convocado os Líderes da Base para não votarem a matéria dessa importância, nós, através do Presidente Henrique Alves, está reafirmando o compromisso, tão logo a pauta da Câmara Federal seja desobstruída, ele bote essa matéria em votação. Então, esse comunicado é para todos que estão assistindo a TV Câmara e TV Senado.

**O SR. JOSÉ AIRTON** (PT – CE) – A votação desse relatório é muito importante neste momento que estamos vivendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria só fazer um apelo. Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse concluir...

**O SR. JOSÉ AIRTON** (PT – CE) – Para concluir, Sr. Presidente. Esperar que possamos votar o orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –... porque temos ainda matérias importantíssimas para serem votadas.

**O SR. JOSÉ AIRTON** (PT – CE) – Está concluída a minha intervenção, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Como todos que desejavam discutir a matéria já tiveram a oportunidade de discuti-la, nós encerramos a discussão e passamos à votação.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque do Senador Valdir Raupp, do Deputado Carlos Sampaio, do Deputado Carlos Sampaio, do Deputado Reinaldo Azambuja, do Deputado Cláudio Cajado, do Deputado Claudio Cajado, do Deputado Reinaldo Azambuja, – esse não tem número – também do Deputado Cláudio Cajado.

São os seguintes os requerimentos na íntegra:

## REQUERIMENTO Nº 10, DE 2013-CN

### Destaque para Votação em Separado de Expressão

Senhor(a) Presidente(a),

Nos termos do art. 132, combinado com o art. 139, inciso II, da Resolução nº 01, de 2006 do Congresso Nacional, do Regimento Comum, requeremos **DESTAQUE para VOTAÇÃO EM SEPARADO** da expressão "assim definido em lei", constante no § 3º do artigo 51-A do Substitutivo ao PLDO 2014 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 / PL nº 02/2013-CN), para fins de **SUPRESSÃO**, com o fito de adequação do texto do PLDO 2014 ao texto da PEC 22-A/2000 (cognominada "PEC do Orçamento Impositivo"), conforme aprovada no Senado Federal no último dia 12 de novembro do corrente ano.

Plenário do Congresso Nacional, em

de novembro de 2013.

  
Senador VALDIR RAUPP  
PMDB/RO

APOIAMENTO

	Assinatura	Nome Parlamentar
1		
2		
3		WERVERTON ROCHA
4		Giovanni Cherini
5	G. J.	Guilherme Campos
6		Wladimir Menezes
7		Carlos Maldaner
8	Juan Carlos	Bonete Pereira
9		WALTER PINHEIRO
10	Walter Amado	WALTER PINHEIRO PRADO
11	JORGE PITTAR	
12	Ben Zoini	
13	Julio Cesar	JULIO CESAR
14	Julia Gondim	MILDA GONDIM
15		Glauco Bohm Gass
16	Jose Priante	
17		
18	LOUVAIVA MENDES	
19	ARNALDO FARIA DE SA	
20	HUGO LEAC	
21		
22	CELSO SALES PNUBRS	N. N.
23	Viktor Levatti - 228	
24	PERONIA SIA	
25	PAULO FOLFETI	Paulo

26		JÚLIO DELGADO
27		ROBERTO BALESTRA
28		MAJOR FÁBIO
29		FERNANDO LOPES
30		RENATO MOLLING <span style="float: right;">GAB. 337</span>
31		CLÁUDIO PUTY <span style="float: right;">CLAUDIO PUTY</span>
32		GLAUBER BRAGA <span style="float: right;">GLAUBER BRAGA</span>
33		JOSÉ CARLOS ARAGÃO
34		DR. JORGE LIMA <span style="float: right;">JUNIOR COIMBRA</span>
35		JUNIA COIMBRA
36		VICENTINHO <span style="float: right;">VICENTINHO</span>
37		MAURO BENEYDES <span style="float: right;">MAURO BENEYDES</span>
38		GERALDO REZENDE <span style="float: right;">GERALDO REZENDE</span>
39		EDIO LOPES
40		EDIO LOPES
41		ZÉLIO COIMBRA <span style="float: right;">ZÉLIO COIMBRA</span>
42		JOÃO AZEVEDO
43		EUNÍCIO OLIVEIRA
44		EDVALDO BRAGA
45		VALDIR RAMP
46		ROMERO JÚNIOR
47		JOSÉ ASRIPINO
48		FLEXA RIBEIRO

49	<i>Tomás de Uza</i>	<i>[Signature]</i>
50	FLEXS GIGEIM	<i>[Signature]</i>
51	CICERO LUCENA	<i>[Signature]</i>
52	SERGIO SOUSA	<i>[Signature]</i>
53	ACR GULONZ	<i>[Signature]</i>
54	EDUARDO LOPES	<i>[Signature]</i>
55	BLAÍRO MAGGI	<i>[Signature]</i>
56	INACIO ARRUDA	<i>[Signature]</i>
57	ELIESTO ANDRADE	<i>[Signature]</i>
58	OSWALDO FERREIRO	<i>[Signature]</i>
59	WILSON MONTE	<i>[Signature]</i>
60	PAULO ALIEM	<i>[Signature]</i>
61	CYRO MIRANDA	<i>[Signature]</i>
62	ÁLVARO DIAS, Senador	<i>[Signature]</i>
63	SARAIVA FELIPE	<i>[Signature]</i>
64	RODRIGO RUCKENBERG	<i>[Signature]</i>
65		

BENEDITO DE LIRA

Ofício nº. 449 /2013 – SGM

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Ao Senhor

**Mozart Vianna de Paiva**

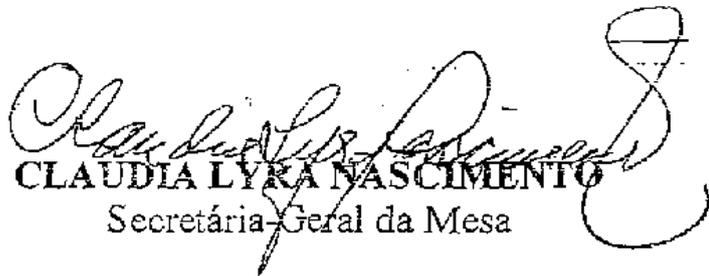
Secretário-Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral da Mesa,

Solicito a V. S<sup>a</sup> a conferência de assinaturas das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados, apostas no requerimento de Destaque em separado, cujo primeiro signatário é o Senador Valdir Raupp, pertinente ao PLN 2/2013.

De outro modo, demando certa urgência, uma vez que a matéria será apreciada em 19/11/2013, às 19h30min.

Atenciosamente,

  
CLAUDIA LYRA NASCIMENTO  
Secretária-Geral da Mesa

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

18/11/2013 14:44:52

Página: 001

**Proposição:** PLN 0002/13  
**Autor da Proposição:** WEVERTON ROCHA E OUTROS  
**Data de Apresentação:** 18/11/2013  
**Ementa:** Encaminha assinaturas de apoio ao REQ de destaque para votação em separado do PLN 2/13.

**Folha: 02**

Deputado	Partido	UF	Confere
✓ WEVERTON ROCHA	PDT	MA	SIM
✓ GIOVANI CHERINI	PDT	RS	SIM
✓ GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
✓ GORETE PEREIRA	PR	CE	SIM
✓ WELITON PRADO	PT	MG	SIM
✓ JORGE BITTAR	PT	RJ	SIM
✓ RICARDO BERZOINI	PT	SP	SIM
✓ JÚLIO CESAR	PSD	PI	SIM
✓ NÍLDA GONDIM	PMDB	PB	NÃO
✓ BOHN GASS	PT	RS	SIM
✓ JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	SIM
✓ EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
✓ LOURIVAL MENDES	PTdoB	MA	SIM
✓ ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	SIM
✓ HUGO LEAL	PROS	RJ	SIM
✓ PASTOR EURICO	PSB	PE	SIM
✓ CELSO JACOB	PMDB	RJ	SIM
✓ WILSON COVATTI	PP	RS	SIM
✓ DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	SIM
✓ PAULO FOLETTTO	PSB	ES	SIM

**Folha: 03**

Deputado	Partido	UF	Confere
✓ JÚLIO DELGADO	PSB	MG	SIM
✓ ROBERTO BALESTRA	PP	GO	SIM
✓ MAJOR FÁBIO	PROS	PB	SIM

**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

18/11/2013 14:44:52

Página: 002

✓ FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	SIM
✓ RENATO MOLLING	PP	RS	SIM
✓ CLÁUDIO PUTY	PT	PA	SIM
✓ GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	SIM
✓ JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PSD	BA	SIM
✓ DR. JORGE SILVA	PROS	ES	SIM
✓ JÚNIOR COIMBRA	PMDB	TO	SIM
✓ VICENTINHO	PT	SP	SIM
✓ MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	SIM
✓ GERALDO RESENDE	PMDB	MS	SIM
✓ PENNA	PV	SP	SIM
✓ ÉDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
✓ LELO COIMBRA	PMDB	ES	SIM
✓ JOÃO ARRUDA	PMDB	PR	SIM

37.

Folha: 04

Deputado

SARAIVA FELIPE ✓

Partido

PMDB

UF

MG

Confere

SIM

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SGM n.º 460/13**

Brasília, 18 de novembro de 2013.

À Senhora

**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

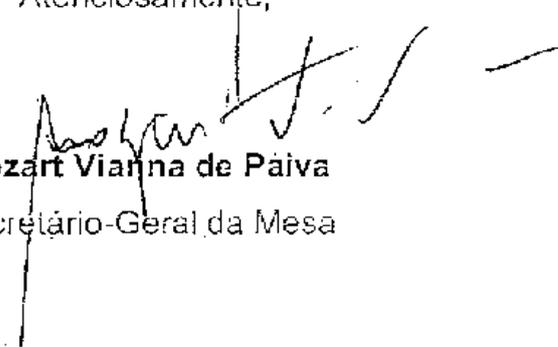
N E S T A

**Assunto: Conferência de assinatura de Deputado.**

Senhora Secretária-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 449/2013-SGM, de 18 de novembro de 2013, a conferência das assinaturas apostas às folhas de n.ºs 2, 3 e 4 do Requerimento de destaque em separado, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Senhores Parlamentares, apresentado ao PLN 02/13 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014).

Atenciosamente,

  
**Mozart Vianna de Paiva**  
Secretário-Geral da Mesa

**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional**

Requerente: Senador Valdir Raupp

Votação em separado da expressão "assim definido em lei" do art. 51-A, §3º

Conferência em 18 de novembro de 2013

Senadores	Partido	UF	Confere?	f.
Valdir Raupp	PMDB	RO	sim	1
Eduardo Suplicy	PT	SP	sim	1
Wilder Moraes	DEM	GO	sim	2
Casildo Maldaner	PMDB	SC	sim	2
Walter Pinheiro	PT	BA	sim	2
Eunício Oliveira	PMDB	CE	sim	3
Eduardo Braga	PMDB	AM	sim	3
Valdir Raupp	PMDB	RO	sim	3
Romero Jucá	PMDB	RR	sim	3
José Agripino	DEM	RN	sim	3
Flexa Ribeiro	PSDB	PA	sim	3
Benedito de Lira	PP	AL	sim	4
Flexa Ribeiro (repetida)	PSDB	PA	sim	4
Cícero Lucena	PSDB	PB	sim	4
Sérgio Souza	PMDB	PR	sim	4
Acir Gurgacz	PDT	RO	sim	4
Eduardo Lopes	PRB	RJ	sim	4
Blairo Maggi	PR	MT	sim	4
Inácio Arruda	PCdoB	CE	sim	4
Clésio Andrade	PMDB	MG	sim	4
Oswaldo Sobrinho	PTB	MT	sim	4
Wilder Moraes (repetida)	DEM	GO	sim	4
Paulo Davim	PV	RN	sim	4
Cyro Miranda	PSDB	GO	sim	4
Alvaro Dias	PSDB	PR	sim	4
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	sim	4

Assinaturas analisadas	26
Conferem com os registres	26
Assinaturas válidas	24

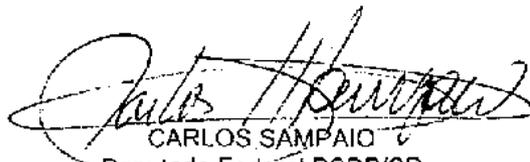
## REQUERIMENTO Nº 11, DE 2013-CN

Requer a votação em separado da emenda nº 2756.0007, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN (PLDO 2014).

Senhor Presidente:

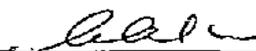
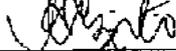
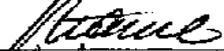
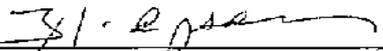
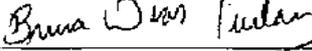
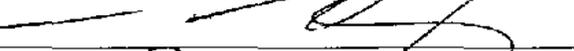
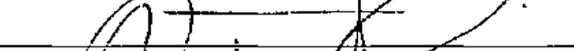
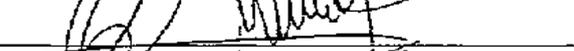
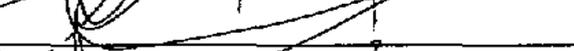
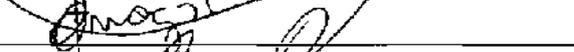
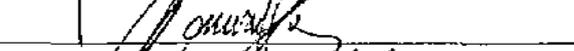
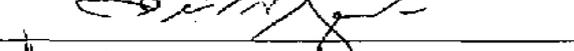
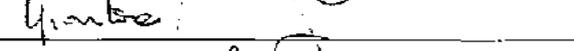
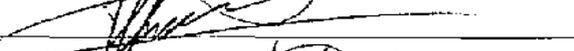
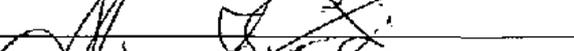
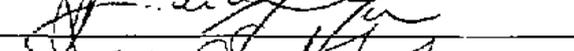
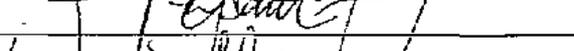
Requeiro, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, combinado com os arts. 80 e 132, da Resolução nº 1/2006, destaque para votação em separado da emenda nº 2756.0007, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO apresentada ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN.

Sala das sessões, em            de            de 2013.

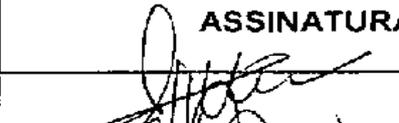
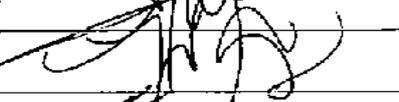
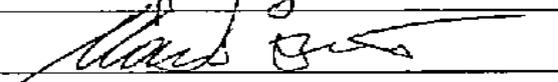
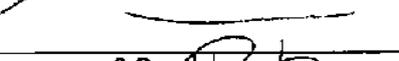
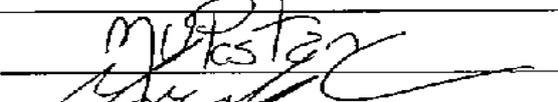
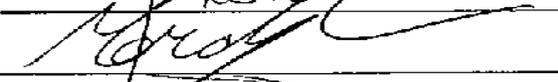
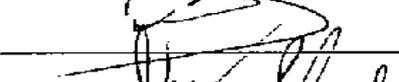
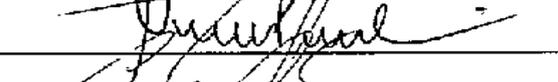
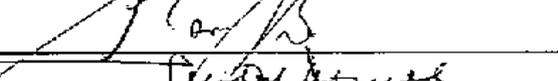
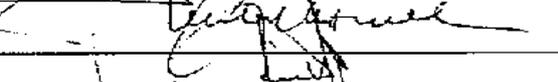
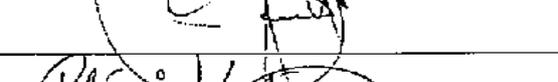
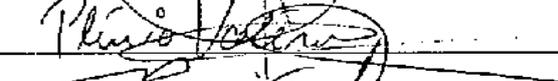
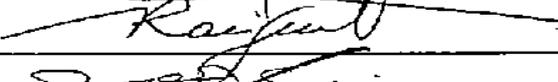
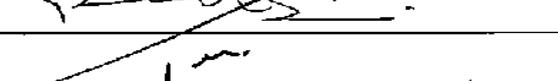
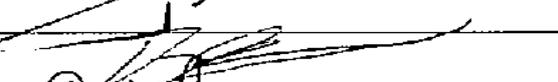
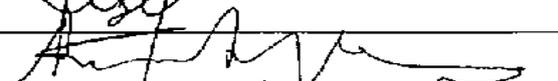
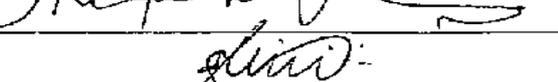
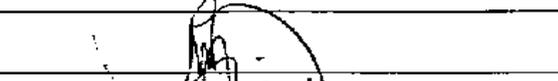
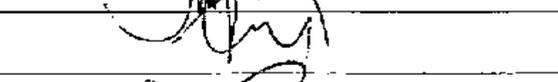
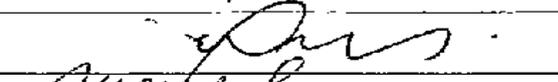
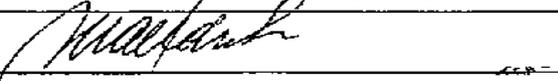
  
CARLOS SAMPAIO  
Deputado-Federal PSDB/SP  
Líder do PSDB/CD

Recebido em 18/10/2013 em 30/10/13

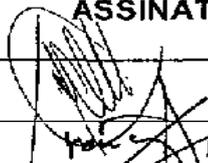
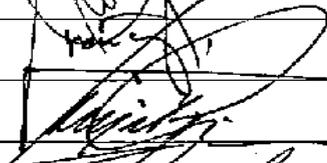
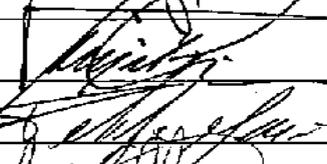
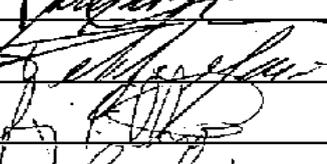
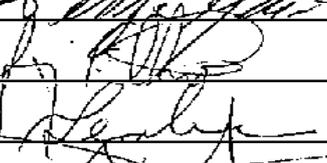
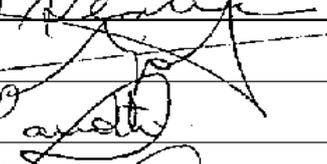
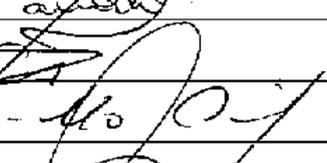
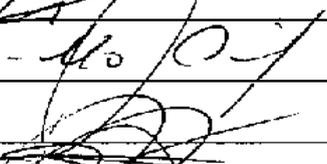
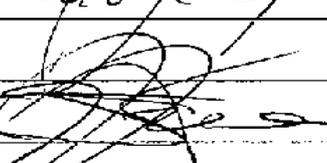
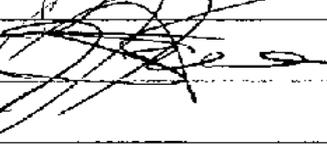
Requer a votação em separado da emenda 2756.0007, do Deputado DOMINGOS SÁVIO, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que impede a execução de investimentos caso a LOA não seja sancionada até 31/12/2013.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1. ALEXANDRE TOLEDO ✓	
2. ALFREDO KAEFER ✓	
3. ANDREIA ZITO ✓	
4. ANTONIO CARLOS MENDES THAME ✓	
5. ANTONIO IMBASSAHY ✓	
6. BONIFACIO DE ANDRADA ✓	
7. BRUNA FURLAN ✓	
8. BRUNO ARAUJO ✓	
9. CARLOS ALBERTO LEREIA ✓	
10. CARLOS BRANDAO ✓	
11. CARLOS ROBERTO ✓	
12. CESAR COLNAGO ✓	
13. DOMINGOS SAVIO ✓	
14. DUARTE NOGUEIRA ✓	
15. DUDIMAR PAXIUBA ✓	
16. EDUARDO AZEREDO ✓	
17. EDUARDO BARBOSA ✓	
18. EMANUEL FERNANDES ✓	
19. IZALCI ✓	
20. JOÃO CAMPOS ✓	
21. JUTAHY JUNIOR ✓	
22. LUIZ CARLOS ✓	
23. LUIZ FERNANDO MACHADO ✓	

Requer a votação em separado da emenda 2756.0007, do Deputado DOMINGOS SÁVIO, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que impede a execução de investimentos caso a LOA não seja sancionada até 31/12/2013.

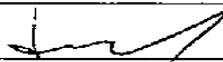
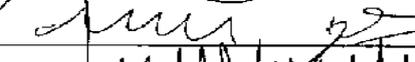
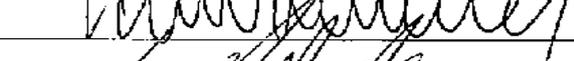
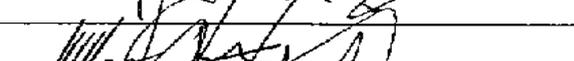
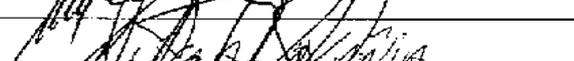
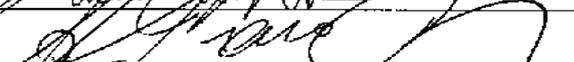
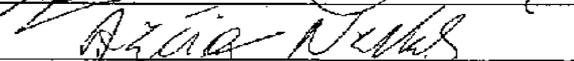
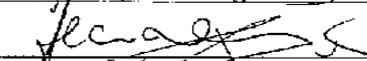
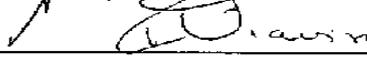
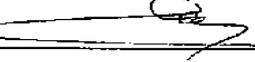
NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
24. LUIZ NISHIMORI ✓	
25. MARA GABRILLI ✓	
26. MARCIO BITTAR ✓	
27. MARCO TEBALDI ✓	
28. MARCUS PESTANA ✓	
29. NELSON MARCHEZAN JUNIOR ✓	
30. NILSON LEITÃO ✓	
31. NILSON PINTO ✓	
32. OTAVIO LEITE ✓	
33. PAULO ABI-ACKEL ✓	
34. PINTO ITAMARATY ✓	
35. PLÍNIO VALÉRIO ✓	
36. RAIMUNDO GOMES DE MATOS ✓	
37. REINALDO AZAMBUJA ✓	
38. RICARDO TRIPOLI ✓	
39. RODRIGO DE CASTRO ✓	
40. RUY CARNEIRO ✓	
41. SERGIO GUERRA ✓	
42. VALDIVINO DE OLIVEIRA ✓	
43. VANDERLEI MACRIS ✓	
44. VAZ DE LIMA ✓	
45. WALTER FELDMAN ✓	
46. WANDENKOLK GONÇALVES ✓	

Requer a votação em separado da emenda 2756.0007, do Deputado DOMINGOS SÁVIO, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que impede a execução de investimentos caso a LOA não seja sancionada até 31/12/2013.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
47. WILLIAN DIB ✓	
48. MENDONÇA FILHO ✓	
49. AUGUSTO COSTA ✓	
50. FELIPE MAIA ✓	
51. EFRAIM FILHO ✓	
52. DONATO NEALME BAZEM ✓	
53. LIRA MAIA ✓	
54. ARNEN ZANOTTO ✓	
55. MAJOR FÁBIO ✓	
56. ARNOLDO JARDIM ✓	
57. OLYX LONZONI ✓	
58. SINDRICKO ANASTAS ✓	
59.	
60.	
61.	
62.	
63.	
64.	
65.	
66.	
67.	
68.	
69.	

Emenda nº 2756 0007  
 Domingos Sávio  
 PLN nº 2 / 2013

Requer a votação em separado da emenda 2756.0007, do Deputado DOMINGOS SÁVIO, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que impede a execução de investimentos caso a LOA não seja sancionada até 31/12/2013.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1. 	Rodrigo Neves
2. Mário Pinto	
3. CASTRO C. LIMA	
4. MARIA DO CARMO	
5. JERBA VILANOVA	
6. José Abelardo	
7. Cícero WLENA	
8. Juvenil Campos	
9. Eryk Miranda	
10. Jaime Lima	
11. FLEIX ZIBBIAN	
12. ALVARO DIAS	
13. 	Rodrigo Neves
14. 	
15. Aux Anália (PP/RS)	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	

30/10/13

Pesquisa Emendas — Portal da Câmara dos Deputados

## Orçamento Brasil

### CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO EMENDAS AO PLN 0002/2013

#### Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO

### Emenda - 27560007

Autor: **Domingos Sávio** Partido: **PSDB**UF: **MG** Localidade: **Minas Gerais**

Capítulo	Seção	Artigo
T	IX	52

#### Ementa da emenda

PSDB 07 - Antevigência da LOA

#### Texto proposto

Art. 52. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de: I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo III, inclusive daquelas a que se refere o anexo específico previsto no art. 75 desta Lei; II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET, bolsas e auxílios educacionais dos programas de formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, bem como Bolsa-Atleta e bolsistas do Programa Segundo Tempo; III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993; IV - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção Defesa Civil; V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos; VI - realização de eleições pela Justiça Eleitoral; VII - Outras despesas correntes de caráter inadiável; VIII - importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, no valor da cota fixada no exercício financeiro anterior pelo Ministério da Fazenda; X - concessão de financiamento ao estudante; XI - ações em andamento decorrentes de acordo de cooperação internacional com transferência de tecnologia; e XII - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária com o Identificador de Uso 6 (IU 6), exceto as classificadas no Grupo de Despesas Investimentos (GND 4). § 1º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 38 aos recursos liberados na forma deste artigo. § 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2014 a utilização dos recursos autorizada neste artigo. § 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014 no Congresso Nacional e da execução prevista neste artigo serão

30/10/13

Pesquisa Emendas — Portal da Câmara dos Deputados

ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2014, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas. § 4º As programações de que trata os incisos VII, VIII e X deste artigo serão executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada ação no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

**Justificativa**

Recorrentemente o Poder Executivo busca inserir na LDO a possibilidade de execução de despesas na antevigência da lei orçamentária. Neste ano, o PLDO 2014 retoma a tentativa de permitir a execução antecipada de despesas de investimentos e inversões financeiras do PAC, obras em andamento do orçamento de investimento das estatais e as despesas do piso da saúde, inclusive os investimentos. É notória a baixa execução do Governo com os investimentos orçados e autorizados em lei no decorrer dos exercícios. Submeter a LOA 2013 a tal autorização de execução em "antevigência" da Lei não só é temerária quanto um acinte ao processo orçamentário e às prerrogativas constitucionais garantidas ao Congresso Nacional.

**Tipo:**

Texto da Lei

[Voltar aos resultados](#) | [Efetuar nova pesquisa](#)

Ofício nº. **444** /2013 – SGM

Brasília, **31** de outubro de 2013.

Ao Senhor

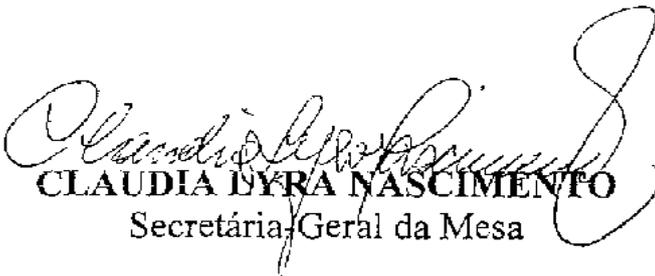
**Mozart Vianna de Paiva**

Secretário-Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral da Mesa,

Solicito a V. S<sup>a</sup>, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às fls. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda nº 2756.0007 ao Projeto de Lei nº 2 de 2013-CN.

Atenciosamente,



**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**  
Secretária-Geral da Mesa

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
 SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Serviço de Análise de Proposições - SERAP  
 { Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: [serap.sgm@camara.gov.br](mailto:serap.sgm@camara.gov.br) }

**CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS**  
 (54ª Legislatura 2011-2015)

**Proposição:** OF. 0444/2013  
**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL  
**Data de Apresentação:** 01/11/2013  
**Ementa:** Solicita conferência de assinaturas dos Senhores Deputados, apostas às fls. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda 2756.0007 ao PL 2/13-CN.  
**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

<b>Totais de Assinaturas:</b>	Confirmadas	056
	Não Conferem	000
	Fora do Exercício	001
	Repetidas	000
	Ilegíveis	000
	Retiradas	000
	Total	057

**Confirmadas**

1	ALEXANDRE TOLEDO	PSB	AL
2	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR
3	ANDREIA ZITO	PSDB	RJ
4	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
5	ANTONIO IMBASSAHY	PSDB	BA
6	ARNALDO JARDIM	PPS	SP
7	AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE
8	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
9	BRUNA FURLAN	PSDB	SP
10	BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
11	CARLOS BRANDÃO	PSDB	MA
12	CARLOS ROBERTO	PSDB	SP
13	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
14	CESAR COLNAGO	PSDB	ES
15	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
16	DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP
17	DUDIMAR PAXIUBA	PROS	PA
18	EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG
19	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
20	EFRAIM FILHO	DEM	PB
21	EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP
22	FELIPE MAIA	DEM	RN
23	IZALCI	PSDB	DF

24	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
25	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
26	LIRA MAIA	DEM	PA
27	LUIZ CARLOS	PSDB	AP
28	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP
29	LUIZ NISHIMORI	PR	PR
30	MAJOR FÁBIO	PROS	PB
31	MARA GABRILLI	PSDB	SP
32	MARCIO BITTAR	PSDB	AC
33	MARCUS PESTANA	PSDB	MG
34	MENDONÇA FILHO	DEM	PE
35	NELSON MARCHEZAN JUNIOR	PSDB	RS
36	NILSON LEITÃO	PSDB	MT
37	NILSON PINTO	PSDB	PA
38	ONYX LORENZONI	DEM	RS
39	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
40	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
41	PINTO ITAMARATY	PSDB	MA
42	PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM
43	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE	DEM	TO
44	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
45	REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS
46	RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
47	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
48	RUY CARNEIRO	PSDB	PB
49	SERGIO GUERRA	PSDB	PE
50	SIMPLÍCIO ARAÚJO	SDD	MA
51	VALDIVINO DE OLIVEIRA	PSDB	GO
52	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
53	VAZ DE LIMA	PSDB	SP
54	WALTER FELDMAN	PSB	SP
55	WANDENKOLK GONÇALVES	PSDB	PA
56	WILLIAM DIB	PSDB	SP

SGM n.º 407/2013

Brasília, 01 de novembro de 2013.

À Senhora

**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

N E S T A

Assunto: **Conferência de assinatura de Deputado.**

Senhora Secretária-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 444/2013-SGM, de 31 de outubro de 2013, a conferência de assinaturas dos Senhores Deputados, apostas às fls. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda 2756.0007 ao PL 2/13-CN.

Atenciosamente,



**Mozart Vianna de Paiva**  
Secretário-Geral da Mesa

**Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional**

Requerente: Deputado Carlos Sampaio

Votação em separado da Emenda nº 2889.0004

Conferência em 31 de outubro de 2013

Senadores	Partido	UF	Confere?	f.
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	sim	5
Mário Couto	PSDB	PA	sim	5
Cássio Cunha Lima	PSDB	PB	sim	5
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	sim	5
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	sim	5
José Agripino	DEM	RN	sim	5
Cícero Lucena	PSDB	PB	sim	5
Jayme Campos (licenciado)	DEM	MT	sim	5
Cyro Miranda	PSDB	GO	sim	5
Lúcia Vânia	PSDB	GO	sim	5
Flexa Ribeiro	PSDB	PA	sim	5
Alvaro Dias	PSDB	PR	sim	5
Aécio Neves	PSDB	MG	sim	5
Ruben Figueiró	PSDB	MS	sim	5
Ana Amélia	PP	RS	sim	5

<b>Assinaturas analisadas</b>	<b>15</b>
<b>Conferem com os registros</b>	<b>15</b>
<b>Assinaturas válidas</b>	<b>14</b>

## REQUERIMENTO Nº 12, DE 2013-CN

Requer a votação em separado da emenda nº 2889.0004, de autoria do Senador AÉCIO NEVES, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN (PLDO 2014).

Senhor Presidente:

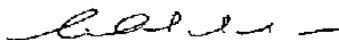
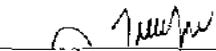
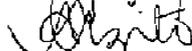
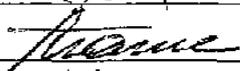
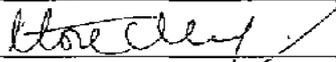
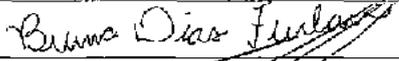
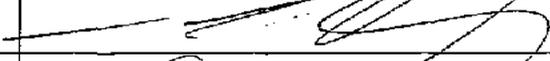
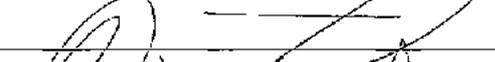
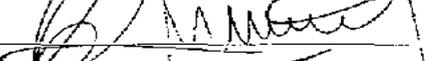
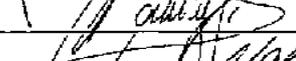
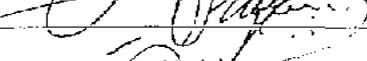
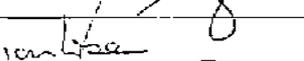
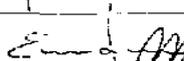
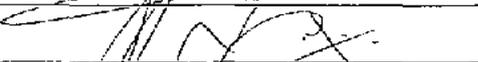
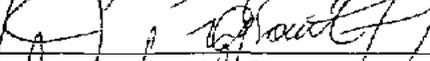
Requeiro, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, combinado com os arts. 80 e 132, da Resolução nº 1/2006, destaque para votação em separado da **emenda nº 2889.0004**, de autoria do Senador AÉCIO NEVES apresentada ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN.

Sala das sessões, em            de            de 2013.

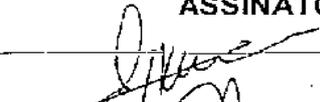
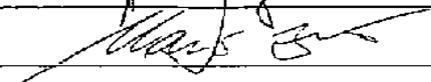
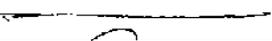
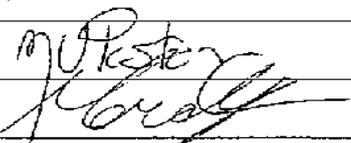
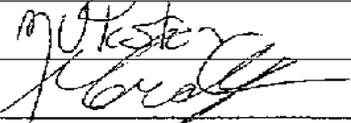
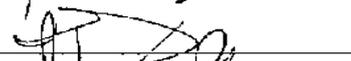
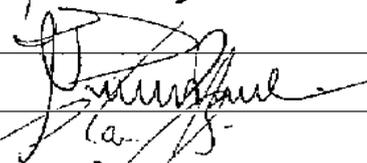
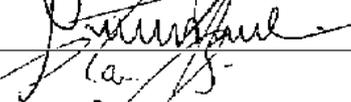
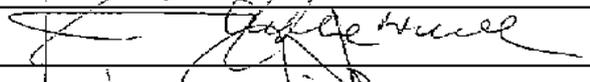
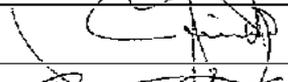
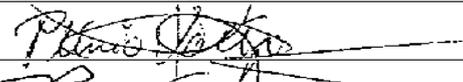
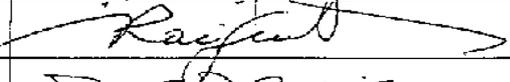
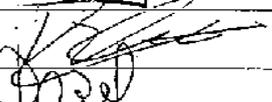
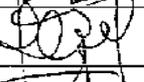
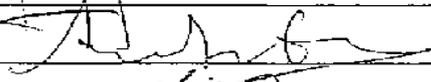
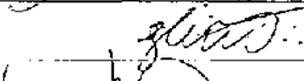
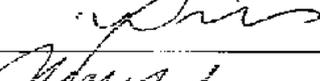
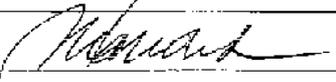


CARLOS SAMPAIO  
Deputado Federal PSDB/SP  
Líder do PSDB/CD

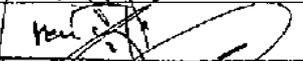
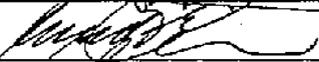
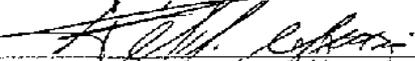
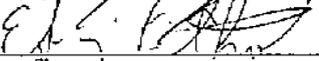
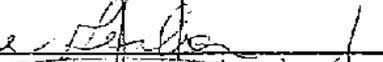
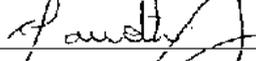
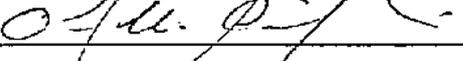
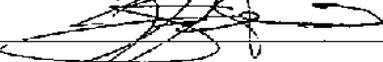
Requer a votação em separado da emenda 2889.0004, do Senador AÉCIO NEVES, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que exige autorização prévia do orçamento para uso de recursos de emissão de títulos repassados a qualquer entidade pública, inclusive o BNDES, para evitar orçamentos paralelos, dos quais o Legislativo não participa.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1. ALEXANDRE TOLEDO	
2. ALFREDO KAEFER	
3. ANDREIA ZITO	
4. ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
5. ANTONIO IMBASSAHY	
6. BONIFACIO DE ANDRADA	
7. BRUNA FURLAN	
8. BRUNO ARAUJO	
9. CARLOS ALBERTO LEREIA	
10. CARLOS BRANDÃO	
11. CARLOS ROBERTO	
12. CESAR COLNAGO	
13. DOMINGOS SÁVIO	
14. DUARTE NOGUEIRA	
15. DUDIMAR PAXIUBA	
16. EDUARDO AZEREDO	
17. EDUARDO BARBOSA	
18. EMANUEL FERNANDES	
19. IZALCI	
20. JOÃO CAMPOS	
21. JUTAHY CAMPOS	
22. LUIZ CARLOS	
23. LUIZ FERNANDO MACHADO	

Requer a votação em separado da emenda 2889.0004, do Senador AÉCIO NEVES, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que exige autorização prévia do orçamento para uso de recursos de emissão de títulos repassados a qualquer entidade pública, inclusive o BNDES, para evitar orçamentos paralelos, dos quais o Legislativo não participa.

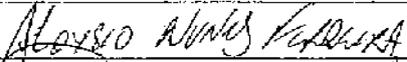
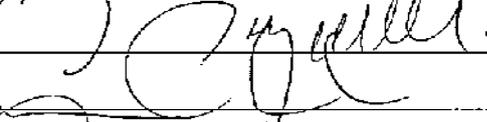
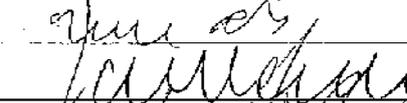
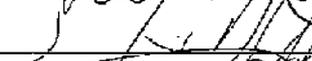
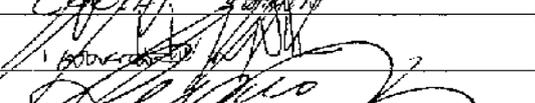
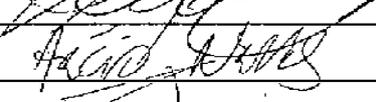
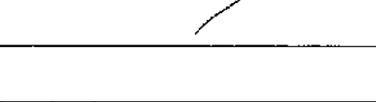
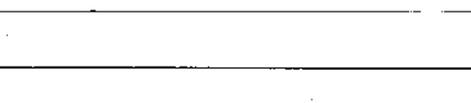
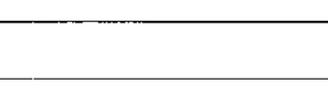
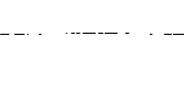
NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
24. LUIZ NISHIMORI	
25. MARA GABRILLI	
26. MARCIO BITTAR	
27. MARCO TEBALDI	
28. MARCUS PESTANA	
29. NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
30. NILSON LEITÃO	
31. NILSON PINTO	
32. OTAVIO LEITE	
33. PAULO ABI-ACKEL	
34. PINTO ITAMARATY	
35. PLÍNIO VALÉRIO	
36. RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
37. REINALDO AZAMBUJA	
38. RICARDO TRIPOLI	
39. RODRIGO DE CASTRO	
40. RUY CARNEIRO	
41. SERGIO GUERRA	
42. VALDIVINO DE OLIVEIRA	
43. VANDERLEI MACRIS	
44. VAZ DE LIMA	
45. WALTER FELDMAN	
46. WANDENKOLK GONÇALVES	

Requer a votação em separado da emenda 2889.0004, do Senador AÉCIO NEVES, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que exige autorização prévia do orçamento para uso de recursos de emissão de títulos repassados a qualquer entidade pública, inclusive o BNDES, para evitar orçamentos paralelos, dos quais o Legislativo não participa.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
47. WILLIAM DIB	
48. MENAONCA Filho	
49. AUGUSTO COUTINHO.	
50. FELIPE MAIA	
51. EFRAIM FILHO	
52. DIONÍSIO ARAÚJO DE SALES	
53. LINA MAIA	
54. PALMIR ZANOTTO	
55. MAJOR FARIO	
56. ARNOLDO JARDIM	
57. ANYX KORNZONI	
58. STANISLAU GOMES	
59.	
60.	
61.	
62.	
63.	
64.	
65.	
66.	
67.	
68.	
69.	

Emenda nº 2889.0004  
 PLN nº 2/2013

Requer a votação em separado da emenda 2889.0004, do Senador AÉCIO NEVES, apresentada ao PLN nº 2, de 2013-CN, que exige autorização prévia do orçamento para uso de recursos de emissão de títulos repassados a qualquer entidade pública, inclusive o BNDES, para evitar orçamentos paralelos, dos quais o Legislativo não participa.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1.	
2. <i>Mário Couto</i>	
3. <i>CASSIO G. LIMA</i>	
4. <i>MARIA DO CARMO</i>	
5. <i>JARBA VASCONCELOS</i>	
6. <i>Jose Américo</i>	
7. <i>CARLOS LUCIANO</i>	
8. <i>Orlando Campos</i>	
9. <i>Lyro Maranh</i>	
10. <i>Janaína</i>	
11. <i>Roberto</i>	
12. <i>Alfredo Dias</i>	
13. <i>Alfredo</i>	
14. <i>Rubén Francisco</i>	
15. <i>Aux. Amelie (PP/RS)</i>	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	

30/10/13

Pesquisa Emendas — Portal da Câmara dos Deputados

## Orçamento Brasil

### CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO EMENDAS AO PLN 0002/2013

#### Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO

### Emenda - 28890004

Autor: **Aécio Neves** Partido: **PSDB**UF: **MG** Localidade: **Minas Gerais**

Capítulo	Seção	Artigo
M	III	68

#### EMENTA da emenda

EMENDA 3- Dê-se ao art. 68 a seguinte redação (BNDES)

#### Texto proposto

Dê-se ao art. 68 a seguinte redação: Art. 68. Serão consignadas na lei orçamentária de 2014 e nos créditos adicionais a estimativa da receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e todas as despesas por ela atendidas, entendendo-se também como despesa a transferência e a entrega dos títulos a interessado específico, a fundo, ou a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista. § 1º O disposto no caput não se aplica a emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para a realização de operações de crédito por antecipação de receita, nem em operações com o Banco Central do Brasil para a permuta por títulos do Tesouro Nacional em poder da autarquia ou para assegurar-lhe a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária. § 2º A emissão de que trata o caput fará face, estritamente, a despesas com: I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal; II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no caput seja autorizada por lei ou medida provisória.

#### Justificativa

Queremos que se exija prévia autorização orçamentária para o uso de recursos derivados da emissão de títulos. Estamos determinando, neste dispositivo, que toda emissão de títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e a despesa a que fará face, sejam consignadas no orçamento. O assunto permanece na ordem do dia porque o governo não cessa de usar o

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
 SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Serviço de Análise de Proposições - SERAP  
 (Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: [secao.sgm@camara.gov.br](mailto:secao.sgm@camara.gov.br))

## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(54ª Legislatura 2011-2015)

Página: 1 de 2

**Proposição:** OF. 0445/2013  
**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL  
**Data de Apresentação:** 01/11/2013  
**Ementa:** Solicita conferência de assinaturas dos Senhores Deputados, apostas às ils. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda 2889.0004 ao PL 2/13-CN.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	056
Não Conferem	000
Fora do Exercício	001
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
<b>Total</b>	<b>057</b>

### Confirmadas

1	ALEXANDRE TOLEDO	PSB	AL
2	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR
3	ANDREIA ZITO	PSDB	RJ
4	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
5	ANTONIO IMBASSAHY	PSDB	BA
6	ARNALDO JARDIM	PPS	SP
7	AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE
8	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
9	BRUNA FURLAN	PSDB	SP
10	BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
11	CARLOS BRANDÃO	PSDB	MA
12	CARLOS ROBERTO	PSDB	SP
13	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
14	CESAR COLNAGO	PSDB	ES
15	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
16	DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP
17	DUDIMAR PAXIUBA	PROS	PA
18	EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG
19	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
20	EFRAIM FILHO	DEM	PB
21	EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP
22	FELIPE MAIA	DEM	RN
23	IZALCI	PSDB	DF

24	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
25	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
26	LIRA MAIA	DEM	PA
27	LUIZ CARLOS	PSDB	AP
28	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP
29	LUIZ NISHIMORI	PR	PR
30	MAJOR FÁBIO	PROS	PB
31	MARA GABRILLI	PSDB	SP
32	MARCIO BITTAR	PSDB	AC
33	MARCUS PESTANA	PSDB	MG
34	MENDONÇA FILHO	DEM	PE
35	NELSON MARCHEZAN JUNIOR	PSDB	RS
36	NILSON LEITÃO	PSDB	MT
37	NILSON PINTO	PSDB	PA
38	ONYX LORENZONI	DEM	RS
39	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
40	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
41	PINTO ITAMARATY	PSDB	MA
42	PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM
43	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE	DEM	TO
44	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
45	REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS
46	RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
47	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
48	RUY CARNEIRO	PSDB	PB
49	SERGIO GUERRA	PSDB	PE
50	SIMPLÍCIO ARAÚJO	SDD	MA
51	VALDIVINO DE OLIVEIRA	PSDB	GO
52	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
53	VAZ DE LIMA	PSDB	SP
54	WALTER FELDMAN	PSB	SP
55	WANDENKOLK GONÇALVES	PSDB	PA
56	WILLIAM DIB	PSDB	SP

**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional**

Requerente: Deputado Carlos Sampaio

Votação em separado da Emenda nº 2756.0007

**Conferência em 31 de outubro de 2013**

Senadores	Partido	UF	Confere?	f.
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	sim	5
Mário Couto	PSDB	PA	sim	5
Cássio Cunha Lima	PSDB	PB	sim	5
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	sim	5
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	sim	5
José Agripino	DEM	RN	sim	5
Cícero Lucena	PSDB	PB	sim	5
Jayme Campos (licenciado)	DEM	MT	sim	5
Cyro Miranda	PSDB	GO	sim	5
Lúcia Vânia	PSDB	GO	sim	5
Flexa Ribeiro	PSDB	PA	sim	5
Alvaro Dias	PSDB	PR	sim	5
Aécio Neves	PSDB	MG	sim	5
Ruben Figueiró	PSDB	MS	sim	5
Ana Amélia	PP	RS	sim	5

<b>Assinaturas analisadas</b>	<b>15</b>
<b>Conferem com os registros</b>	<b>15</b>
<b>Assinaturas válidas</b>	<b>14</b>

Ofício nº. **445** /2013 – SGM

Brasília, **31** de outubro de 2013.

Ao Senhor

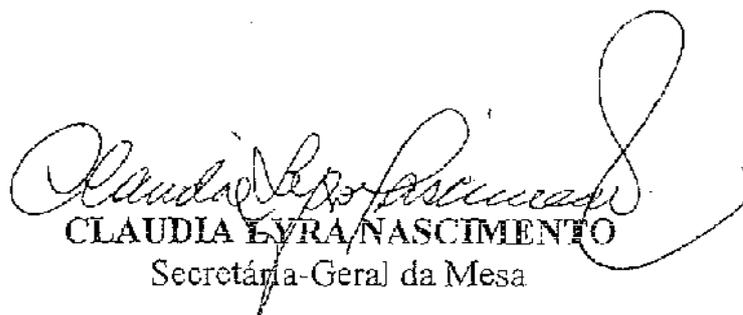
**Mozart Vianna de Paiva**

Secretário-Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral da Mesa,

Solicito a V. S<sup>a</sup>, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às fls. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda nº 2889.0004 ao Projeto de Lei nº 2 de 2013-CN.

Atenciosamente,



**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**  
Secretária-Geral da Mesa

SGM n.º 408/2013

Brasília, 01 de novembro de 2013.

À Senhora

**CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

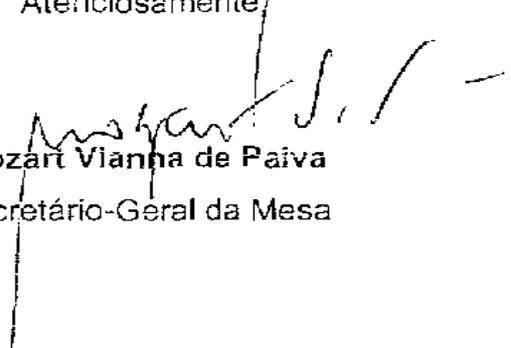
N E S T A

**Assunto: Conferência de assinatura de Deputado.**

Senhora Secretária-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício n.º 445/2013-SGM, de 31 de outubro de 2013, a conferência de assinaturas dos Senhores Deputados, apostas às fls. 2 a 4 do requerimento para votação em separado da Emenda 2889.0004 ao PL 2/13-CN.

Atenciosamente,



Mozart Vianna de Paiva  
Secretário-Geral da Mesa

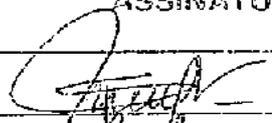
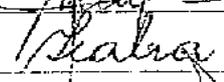
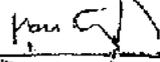
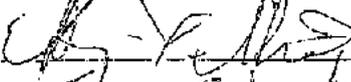
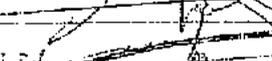
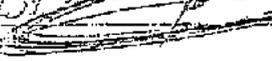
## REQUERIMENTO Nº 13, DE 2013 - CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660009 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Saia das Sessões, em        de        de 2013.

  
 Deputado Ronaldo Caiado  
 Líder do DEMOCRATAS

	NO. E	GAB.	ASSINATURA
2	Mancetta	577	
3	Prof. Newton Azevedo	432	
4	MENONZA FILHO	314	
5	Luiz de Jesus	939	
6	Vitor Renna	829	
7	Efraim Filho	764	
8	Alfonso Filho	519	
9	Diogo Araújo	530	
10	Pereira Albuquerque	531	

DESTAQUE À EMENDA Nº 31660009 AO PLN 0002/2013

11	Jorge T. Mello	538	
12	Juliano Lopes	524	
13	Paulo Villela	711	
14	Alexandre Leste	841	
15	Rodrigo Maia	308	
16	Felipe Maia	528	
17	CLAUDIO CAJADO	630	
18	Paulo Albuquerque	301	
19	Valdir Luc	508	
20	Luiz Lorenzoni	828	
21	Reneo Amery	572	
22	Ruy Carneiro	565	
23	Nilson Pinto	577	
24	Luiz Carlos	750	
25	Roberto Brito	733	
26	Jair Bolsonaro	482	
27	Raimundo G. Matos	725	
28	Nico Arbore	915	
29	Jorginho Mello	329	
31	Renato Melling	337	
32	E AMIN	252	
33	Dimas Fabiani	325	
34	Augusto Nogueira	525	
35	Wilson Rib	304	

36	Aracely de Paula	201	<del>Aracely de Paula</del>
37	Rilas Câmara	532	<del>Rilas Câmara</del>
38		911	<del>911</del>
39	Carlos Souza	319	<del>Carlos Souza</del>
40	Plínio Valério	610	Plínio Valério
41	Arthur D. Maia	537	Arthur D. Maia
42	Genécias Noronha	244	<del>Genécias Noronha</del>
43	Bruno Araújo	718	<del>Bruno Araújo</del>
44	Pauko Abi-Atkel	460	<del>Pauko Abi-Atkel</del>
45	Arbunkal Bentes	410	<del>Arbunkal Bentes</del>
46	Ediie Lopes	350	<del>Ediie Lopes</del>
47		203	<del>203</del>
48	Marcos Medeiros	834	<del>Marcos Medeiros</del>
49	Leidherme Campos	288	<del>Leidherme Campos</del>
50	Randus Mabel	443	<del>Randus Mabel</del>
51	Carlos A. Pereira	822	<del>Carlos A. Pereira</del>
52		822	<del>822</del>
53	Auciano Costas	401	<del>Auciano Costas</del>
54	Bruna Furlan	836	Bruna Furlan
55	Jefferson Campos	346	<del>Jefferson Campos</del>
56	Almeida Lima	726	<del>Almeida Lima</del>
57	Luiz Nishimari	901	<del>Luiz Nishimari</del>
58		238	<del>238</del>
59	Jaime Martins	333	<del>Jaime Martins</del>
60	Mamuel Junior	601	<del>Mamuel Junior</del>

61			
62	Rose de Freitas	946	Rose de Freitas
63	Shirley Azevedo	277	Shirley Azevedo
64	Dominos Feliciano	938	Dominos Feliciano
65	Luiz C. Hardy	220	Luiz C. Hardy
66	Dryca Lorenzoni	828	Dryca Lorenzoni
67	RONALDO CAIADO	227	Ronaldo Caiado
68	USM AZ TURNO	924	USM AZ TURNO
69		212	
70	Augusto Coutinho.		Augusto Coutinho.
71		245	
72		266	Felipe Borner
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

H/C  
 (62)  
 (67)

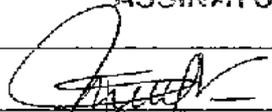
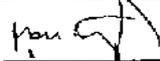
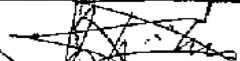
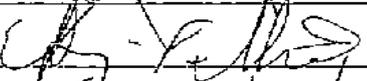
## REQUERIMENTO DE DESTAQUE

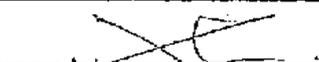
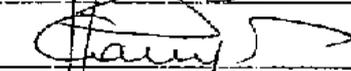
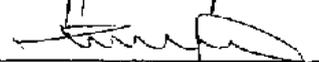
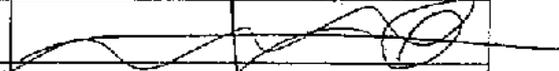
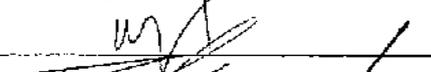
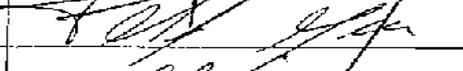
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660009 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em      de      de 2013.

Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Mancetta	577	
3	Prof. <sup>a</sup> Norinha Leão	432	
4	Mendonça Filho	314	
5	Luiz de Jesus	939	
6	Diri Renato	829	
7	Efremim Filho	764	
8	Ali Joneis Filho	579	
9	Diri Alair	516	
10	Devi Alencastro	531	231 

11	Jorge T. Mulden	538	
12	Tulio Campos	524	
13	Rael Varla	721	
14	Alexandre Leite	841	
15	Rodrigo Maia	308	
16	FELIPE PAIVA	528	
17	CLAUDIO CAETANO	630	
18	Paulo C. Aquino	301	
19	Ulisses Lima	508	
20	Duylax Lorenzoni	828	
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:36:41

Página: 001

**Proposição:** DTQ 31660009/13  
**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL  
**Data de Apresentação:** 20/11/2013  
**Ementa:** Conferência de assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de Destaque para votação em separado da emenda 31660009 ao PLN 02 de 2013, solicitada por meio do OF. 450/2013 do Senado Federal.

**Folha: 22**

Deputado	Partido	UF	Confere
REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS	SIM
RUY CARNEIRO	PSDB	PB	SIM
NILSON PINTO	PSDB	PA	SIM
LUIZ CARLOS	PSDB	AP	SIM
ROBERTO BRITTO	PP	BA	SIM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	SIM
NICE LOBÃO	PSD	MA	SIM
JORGINHO MELLO	PR	SC	SIM
RENATO MOLLING	PP	RS	SIM
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC	SIM
DIMAS FABIANO	PP	MG	SIM
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	SIM
WILLIAM DIB	PSDB	SP	SIM

**Folha: 23**

Deputado	Partido	UF	Confere
ARAÇELY DE PAULA	PR	MG	SIM
SII AS CÂMARA	PSD	AM	SIM
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM	SIM
CARLOS SOUZA	PSD	AM	SIM
PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM	SIM
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	SDD	BA	SIM
GENÉCIAS NORONHA	SDD	CE	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:36:41

Página: 002

PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	SIM
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM
EDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA	SIM
MARCOS MEDRADO	SDD	BA	SIM
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	SIM
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	BA	SIM
LUCIANO CASTRO	PR	RR	SIM
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	SIM
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	SIM
JAIME MARTINS	PSD	MG	SIM
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM

**Folha: 24**

Deputado	Partido	UF	Confere
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	NÃO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM
OSMAR TERRA	PMDB	RS	SIM
ADEMIR CAMILO	PROS	MG	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE	SIM
ARNALDO JARDIM	PPS	SP	SIM
FELIPE BORNIER	PSD	RJ	SIM

**Folha: 25**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANDETTA	DEM	MS	SIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO	SIM
MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM
VITOR PENIDO	DEM	MG	SIM

**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:36:41

Página: 003

EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
ELI CORREA FILHO	DEM	SP	SIM
LIRA MAIA	DEM	PA	SIM
DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	SIM

**Folha: 26**

Deputado	Partido	UF	Confere
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	SIM
JÚLIO CAMPOS	DEM	MT	SIM
LAEL VARELLA	DEM	MG	SIM
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	SIM
RODRIGO MAIA	DEM	RJ	SIM
FELIPE MAIA	DEM	RN	SIM
CLAUDIO CAJADO	DEM	BA	SIM
PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR	SIM
MENDONÇA PRADO	DEM	SE	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E  
FISCALIZAÇÃO  
EMENDAS AO PLN 0002/2013  
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014  
ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO**

**Emenda - 31660009**

Autor: **Claudio Cajado** Partido: **DEM**

UF: **BA** Localidade: **Bahia**

Capítulo , Artigo  
M 2

**Ementa da emenda**

Altera Art. 2º para atribuir à União a competência de garantir o superávit primário consolidado

**Texto proposto**

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2014, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 167.360.000,00 (cento e sessenta e sete bilhões e trezentos e sessenta milhões de reais), sendo R\$ 116.072.000.000,00 (cento e dezesseis bilhões e setenta e dois milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV. §1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de resultado primário, de que trata o caput, relativa ao Programa de Dispêndios Globais. §2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2014, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o inciso VI do caput do art. 11.

**Justificativa**

A presente proposta visa atribuir responsabilidade à União para o cumprimento da meta de superávit primário do setor público consolidado, recuperando a redação das LDOs anteriores que atribuem essa responsabilidade à União e está alinhada com o Pacto pela Responsabilidade Fiscal anunciado pela Presidenta em resposta às manifestações ocorridas no exercício de 2013. A proposta se justifica pelos seguintes motivos: 1º) Boa parte das receitas originárias de Estados e Municípios vem do repasse de impostos recolhidos pela União, sabidamente, IPI e IR. A ampliação das exonerções tributárias promovidas pelo Governo Federal nesses dois impostos representa uma frustração de receitas a Estados e Municípios, que não possuem maneiras de compensá-las de outra forma. Assim, atribuir a Governadores e Prefeitos o ônus político de um eventual não

atingimento da meta de superávit primário do setor público consolidado é irresponsável e foge à racionalidade; 2º) Metas só fazem sentido se houver um responsável por atingi-la, desobrigar-se dessa responsabilidade significa que cada ente passará a trabalhar individualmente por sua meta, sem que a preocupação com o todo seja trabalhada. Metas sem responsável por atingi-las são meros indicadores. 3º) As metas financeiras existem por um motivo de ordem prática muito importante: garantir a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. Não bastassem as várias possibilidades de abatimento da meta já previstas no PLDO 2014, a desobrigação significa que o governo está abrindo mão do esforço fiscal para que as finanças públicas estejam à mercê de um *ise der, deud*.

**Tipo:**

Texto da Lei

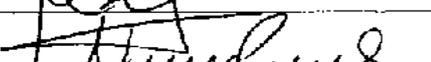
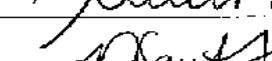
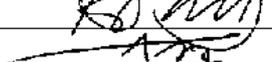
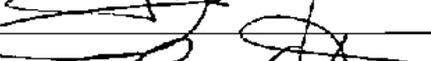
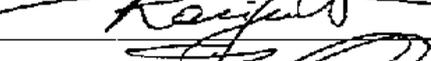
### REQUERIMENTO Nº 14, DE 2013 - CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660055 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2013.

*R/R*   
 Deputado Ronaldo Caiado  
 Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Ronaldo Aguiar	572	
3	Ruy Amorim	565	
4	Nilson Pinho	572	
5	Leví Lopes	750	
6	Roberto Brito	733	
7	Sair Bolsonaro	492	
8	Raimundo J. plate	725	
9	Arce Vozzo	215	
10	Joaquim Melo	329	
11	E. AMIN	252	

**DESTAQUE À EMENDA AO PLN 02/2013 (Nº 31660055)**

11	Dimas Fabiano	325	
12	Quarto Noqueira	525	
13	William Rib	304	
14	Aracely de Paula	201	
15	Silas Câmara	532	
16	Robino A. Branco	911	
17	Carlos Souza	319	
18	Plínio Valério	610	Plínio Valério
19	Arthur C. Maia	537	Arthur C. Maia
20	Genecias Noronha	244	
21	Bruno Araújo	718	
22	Paulo Mi-Abel	460	
23	Severbal Bentes	410	
24	Edine Lopes	350	
25	Paulo Magalhães	903	
26	Mauro Medrado	834	
27	Guilherme Campos	393	
28	Sandro Mabel	443	
29	Carla A. Lúcia	870	
30	João Carlos Boceloni	727	
31	Luciano Sartre	701	
32	Bruna Furlan	988	Bruna Dias Furlan
33	Abelardo Tamorim	609	Tamorim P&B SP
34	Almeida Lima	726	
35	Luiz Nishimori	901	
	Odílio Balbinotti	228	
	Jaine Martins	333	

36	Manoel Junior	601	
37	Jose de Farias	846	
38	Alino Azevedo	277	
39	Dominão Feliciano	938	
40	Luiz C. Hanky	220	
41	Luiz de Deus	939	
42	EFRAIM FILHO	744	
43	Mauadta	544	
44	Luizinho	808	
45	Alexandre Leite		
46	Belardo Fupion	515	
47	Mendonça Filho	314	
48	Onyx Lorenzoni	828	
49	Romildo R. Caiado	227	
50	Ademir Cambó	212	
51	Augusto Cavaliere		
52			
53	Detinho Rosado	840	
54	Jaizo Maide	809	
55	Arnaldo Jaldim	245	
56	Tominho Pinheiro	584	
57	Roberto Bolintea	719	
58	Márcia Mendes	943	
59	Eduardo Suaroz	433	
60	Roberto Santiago	533	

ML  
 43

61	Vitor Paulo	422	Vitor Paulo
62	Zinho	619	
63	Paulo Feijó	336	Paulo Feijó
64	Paulo Kubem Santiago	423	Paulo Kubem Santiago
65			
66			
67			
68			
69			
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

## Orçamento Brasil

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

#### EMENDAS AO PLN 0002/2013

#### Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO

### Emenda - 31660055

Autor: **Claudio Cajado** Partido: **DEM**

UF: **BA** Localidade: **Bahia**

Capítulo	Artigo	Parágrafo
A	3	2

#### **Ementa da emenda**

estabelece limites à antecipação de lucros e dividendos de empresas cujo controle seja detido pelo Poder Público.

#### **Texto proposto**

§ É vedado o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto no caso de ocorrência, no mesmo exercício ou no exercício imediatamente anterior, de operação de crédito ou qualquer outra forma de aporte de capital do controlador em favor da empresa controlada.

#### **Justificativa**

Nos últimos anos temos observado prática recorrente de maquiagem dos dados de receita e despesa governamentais com o intuito de forçar o atingimento de nossas metas fiscais, notadamente aquela referente ao chamado superávit primário. Esses truques contábeis minam a credibilidade de nossas contas públicas, forçando a realização de cálculos paralelos por parte dos agentes de mercado. Um desses artifícios, que tem sido bastante usado mais recentemente, guarda relação com a antecipação de dividendos de empresas estatais. Numa operação de triangulação, o Tesouro injeta recursos na empresa via concessão de crédito. Essa capitalização, que não entra como despesa primária, é compensada por antecipação de dividendos dessa mesma estatal. A “mágica” reside no fato de que a antecipação de dividendos impacta o resultado primário, via inchaço de receitas, que acabam por facilitar o atingimento da meta de superávit primário. Para se ter ideia do alcance dessa medida, a antecipação de dividendos passou de 0,1% do PIB no biênio 2010/2011 para 0,3% do PIB em 2012. Isso representou mais de R\$ 13 bilhões no último ano. No presente ano, 2013, o uso do artifício continua, já respondendo por 1/3 do superávit primário acumulado em 12 meses até maio,

considerando apenas a antecipação de dividendos de bancos públicos como Caixa e BNDES. A presente emenda tem por objetivo evitar que manobras como essa continuem a ser adotadas, reforçando o sentido de responsabilidade fiscal expresso na LRF. Importante observar que não se trata de proibir a antecipação de lucros e dividendos de estatais, mas apenas daquelas que se beneficiaram de crédito do controlador em passado recente. Com isso, espera-se retomar algo da credibilidade perdida em relação aos nossos dados fiscais.

**Tipo:**

---

Texto da Lei

---

[Voltar aos resultados](#) | [Efetuar nova pesquisa](#)

---

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:42:06

Página: 001

**Proposição:** DTQ 31660055/13

**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL

**Data de Apresentação:** 20/11/2013

**Ementa:** Conferência de assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de Destaque para votação em separado da emenda 31660055 ao PLN 02 de 2013, solicitada por meio do OF. 450/2013 do Senado Federal.

**Folha: 27**

Deputado	Partido	UF	Confere
CLAUDIO CAJADO	DEM	BA	SIM
REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS	SIM
RUY CARNEIRO	PSDB	PB	SIM
NILSON PINTO	PSDB	PA	SIM
LUIZ CARLOS	PSDB	AP	SIM
ROBERTO BRITTO	PP	BA	SIM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	SIM
NICE LOBÃO	PSD	MA	SIM
JORGINHO MELLO	PR	SC	SIM
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC	SIM

**Folha: 28**

Deputado	Partido	UF	Confere
DIMAS FABIANO	PP	MG	SIM
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	SIM
WILLIAM DIB	PSDB	SP	SIM
ARACELY DE PAULA	PR	MG	SIM
SILAS CÂMARA	PSD	AM	SIM
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM	SIM
CARLOS SOUZA	PSD	AM	SIM
PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM	SIM
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	SDD	BA	SIM
GENECIAS NORONHA	SDD	CE	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM

**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:42:06

Página: 002

PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	SIM
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM
EDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA	SIM
MARCOS MEDRADO	SDD	BA	SIM
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	SIM
JOÃO CARLOS BAGELAR	PR	BA	SIM
LUCIANO CASTRO	PR	RR	SIM
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	SIM
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	NÃO
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	SIM
JAIME MARTINS	PSD	MG	SIM

**Folha: 29**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	NÃO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	SIM
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM
EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
MANDETTA	DEM	MS	SIM
MENDONÇA PRADO	DEM	SE	SIM
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	SIM
ABELARDO LUPION	DEM	PR	SIM
MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM
ADEMIR CAMILO	PROS	MG	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE	SIM
BETINHO ROSADO	PP	RN	SIM
JAIRO ATAÍDE	DEM	MG	SIM
ARNALDO JARDIM	PPS	SP	SIM

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:42:06

Página: 003

TONINHO PINHEIRO	PP	MG	SIM
ROBERTO BALESTRA	PP	GO	SIM
MOREIRA MENDES	PSD	RO	SIM
EDUARDO SCIARRA	PSD	PR	SIM
ROBERTO SANTIAGO	PSD	SP	SIM

**Folha: 30**

Deputado	Partido	UF	Confere
VITOR PAULO	PRB	RJ	SIM
ZOINHO	PR	RJ	SIM
PAULO FEIJÓ	PR	RJ	SIM
PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE	SIM

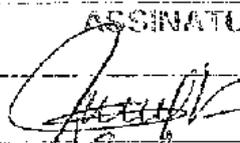
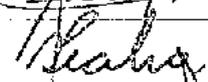
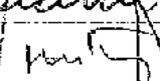
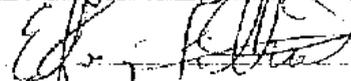
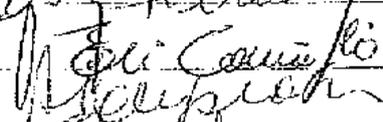
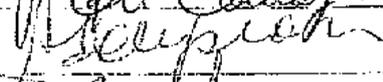
# REQUERIMENTO Nº 15, DE 2013-CN

Senhor Presidente,

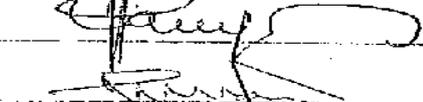
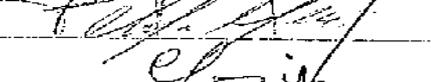
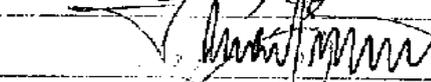
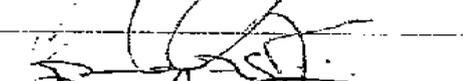
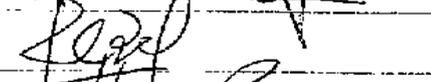
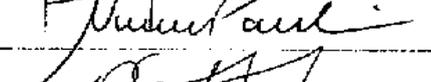
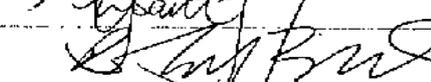
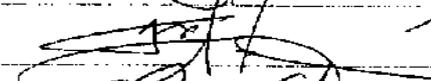
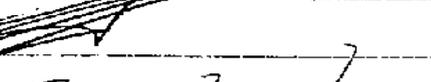
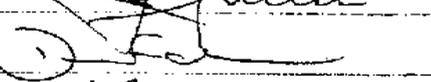
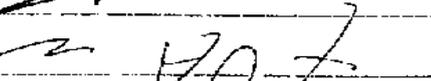
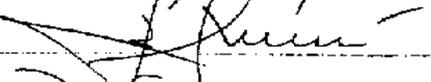
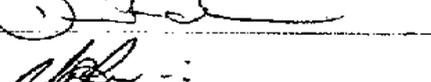
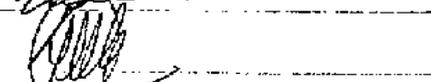
Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660019 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em        de        de 2013.

*R/P*   
Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	CAB.	ASSINATURA
2	Mandetta	577	
3	Profª Daniela Santana	432	
4	MENDONÇA FILHO	314	
5	Luiz de Azevedo	939	
6	Dr. R. R. R.	824	
7	Francisco Filho	744	
8	Dr. Arnaldo Filho	519	
9	Alcides Loureiro	515	
10	Luiz de Azevedo	516	

**Destaque à Emenda nº 31660019 ao PLN 02/2013**

11	Amir Abdolmohamadre	231	
12	Jorge T. Mendonça	537	
13	Júlio Campos	524	
14	Paul Varella	721	
15	Rodrigo Maia	308	
16	Felipe Maia	528	
17	CLAUDIO CAIADO	630	
18	Paulo C. Queiroz	301	
19	Antonio Carlos	608	
20	Osvaldo Lorenzoni	828	
21	Demétrio Aguiar	572	
22	Ruy Lamine	565	
23	Nilson Pinto	527	
24	Luiz Carlos	750	
25	Roberto Brito	733	
26	Jair Bolsonaro	482	
27	Raimundo G. Mattos	725	
28	Nico Lobato	215	
29	Jorgeinho Mello	329	
30			
31	Renatto Melling	337	
32	E. AMIN	252	
33	Dimas Fabiano	325	
34	Quarto Neguiera	525	
35	William Rib	304	

36	Aracely de Paula	201	<i>[Signature]</i>
37	Silas Lãmara	532	<i>[Signature]</i>
38	Robino Castello Branco	911	<i>[Signature]</i>
39	Carlos Souza	319	<i>[Signature]</i>
40	Plínio Vallini	610	Plínio Vallini
41	Arthur O. Maria	537	<i>[Signature]</i>
42	Genesias Branco	244	<i>[Signature]</i>
43	Bruno Araújo	218	<i>[Signature]</i>
44	Paulo Abi-achel	460	<i>[Signature]</i>
45	Andrébal Bentes	410	<i>[Signature]</i>
46	Edio Lopes	350	<i>[Signature]</i>
47	Paulo Magalhães	<sup>903</sup> 903	<i>[Signature]</i>
48	Marcos Machado	834	<i>[Signature]</i>
49	Leuthome Campos	253	<i>[Signature]</i>
50	Samuel Rebel	443	<i>[Signature]</i>
51	Carlos A. Correia	830	<i>[Signature]</i>
52	José L. Barcelos	<sup>928</sup> 928	<i>[Signature]</i>
53	Quiciana Costa	401	<i>[Signature]</i>
54	Bruna Furlan	836	Bruna Das Furlan
55	Abelardo Camarinho	609	Abelardo Camarinho
56	Jefferson Campos	346	<i>[Signature]</i>
57	Doménilo Lima	726	<i>[Signature]</i>
58	Luiz Nishimori	901	<i>[Signature]</i>
59	Alvaro Hammar	<sup>602</sup> 602	<i>[Signature]</i>
60	Jaine Martins	333	<i>[Signature]</i>

61	MANOEL JUNIOR	601	
62	Pere de Freitas	946	
63	Alcio Otsubo	277	
64	Ramiro Feliciano	938	
65	Luiz L. Hardy	270	
66	Dyck Lorenzoni	828	
67	ROSAIR R. CAIADO	277	
68	Ofurou Junior	92	
69	Ademir Camilo	212	
70	Augusto Cavalcanti		
71		216	Felipe Barros
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

*[Handwritten signatures and scribbles covering the right side of the table, including names like 'Felipe Barros' and 'Augusto Cavalcanti']*

NIC  
 63  
*[Handwritten note]*

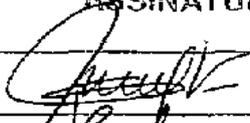
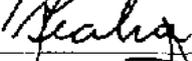
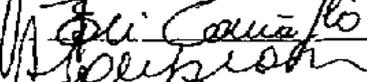
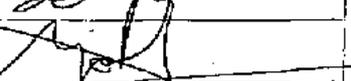
## REQUERIMENTO DE DESTAQUE

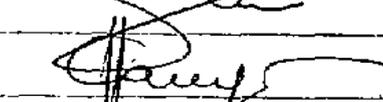
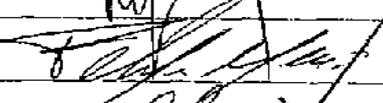
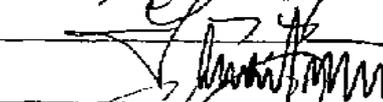
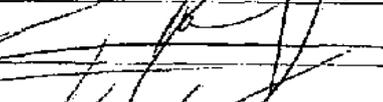
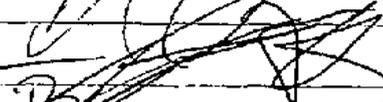
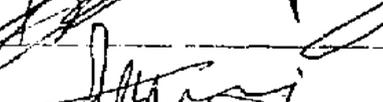
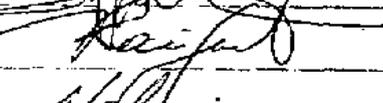
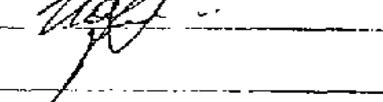
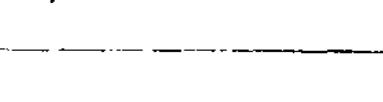
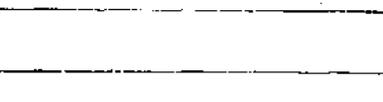
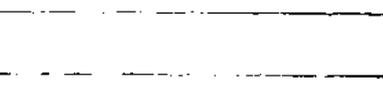
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660019 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em      de      de 2013.

Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Mandetta	577	
3	Luiz Dairino Sombra	432	
4	MENDANCA FILHO	314	
5	Luiz de Azevedo	939	
6	O. L. Remel	824	
7	Francisco Filho	744	
8	St. Pereira Filho	519	
9	Abelardo Lupion	515	
10	Lina Maia	516	

11	Davi Alcolumbre	231	
12	Jorge T. Mendonça	538	
13	Julio Campos	524	
14	Dall Veiros	721	
15	Rodrigo Maia	308	
16	FELIPE MAIA	528	
17	CLAUDIO CASTRO	630	
18	Paulo C. Queiroz	301	
19	Walter Frede	508	
20	Orly Lorenzoni	828	
21	Bruno Araújo	718	
22	Rodrigo Leão	701	
23	Luiz Distinoni		
24	Raimundo F. Matta	725	
25	Quarta Nogueira	525	
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP

Conferência de Assinaturas

20/11/2013 16:13:27

Página: 001

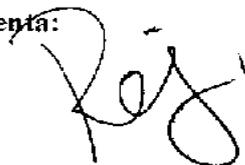
Proposição: DTQ 31660019/13

*68 parlamentares*

Autor da Proposição: SENADO FEDERAL

Data de Apresentação: 20/11/2013

Ementa:



Conferência de assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de Destaque para votação em separado da emenda 31660019 ao PLN 02 de 2013, solicitada por meio do OF. 450/2013 do Senado Federal.

## Folha: 04

Deputado	Partido	UF	Confere
CLAUDIO CAJADO ✓	DEM	BA	SIM

## Folha: 05

Deputado	Partido	UF	Confere
REINALDO AZAMBUJA ✓	PSDB	MS	SIM
RUY CARNEIRO ✓	PSDB	PB	SIM
NILSON PINTO ✓	PSDB	PA	SIM
LUIZ CARLOS ✓	PSDB	AP	SIM
ROBERTO BRITTO ✓	PP	BA	SIM
JAIR BOLSONARO ✓	PP	RJ	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS ✓	PSDB	CE	SIM
NICE LOBÃO ✓	PSD	MA	SIM
JORGINHO MELLO ✓	PR	SC	SIM
RENATO MOLLING ✓	PP	RS	SIM
ESPERIDIÃO AMIN ✓	PP	SC	SIM
DIMAS FABIANO ✓	PP	MG	SIM
DUARTE NOGUEIRA ✓	PSDB	SP	SIM
WILLIAM DIB	PSDB	SP	SIM

## Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
ARACELY DE PAULA	PR	MG	SIM
SILAS CÂMARA	PSD	AM	SIM
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM	SIM
CARLOS SOUZA	PSD	AM	SIM
PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM	SIM

**SGM - SECAP**

**Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:13:27

Página: 002

ARTHUR OLIVEIRA MAIA	SDD	BA	SIM
GENECIAS NORONHA	SDD	CE	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	SIM
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM
EDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA	SIM
MARCOS MEDRADO	SDD	BA	SIM
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	SIM
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	BA	SIM
LUCIANO CASTRO	PR	RR	SIM
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	SIM
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	SIM
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	SIM
JAIME MARTINS	PSD	MG	SIM

25

**Folha: 07**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	NÃO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM
OSMAR TERRA	PMDB	RS	SIM
ADEMIR CAMILO	PROS	MG	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE	SIM
FELIPE BORNIER	PSD	RJ	SIM

41

**Folha: 08**

Deputado	Partido	UF	Confere
MANDETTA	DEM	MS	SIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO	SIM

**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:13:28

Página: 003

MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM
VITOR PENIDO	DEM	MG	SIM
EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
ELI CORREA FILHO	DEM	SP	SIM
ABELARDO LUPION	DEM	PR	SIM
LIRA MAIA	DEM	PA	SIM

**Folha: 09**

Deputado	Partido	UF	Confere
DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	SIM
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	SIM
JÚLIO CAMPOS	DEM	MT	SIM
LAEL VARELLA	DEM	MG	SIM
RODRIGO MAIA	DEM	RJ	SIM
FELIPE MAIA	DEM	RN	SIM
CLAUDIO CAJADO	DEM	BA	SIM
PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR	SIM
MENDONÇA PRADO	DEM	SE	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM
RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	SIM
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	SIM

T: 25  
R: 7  
68

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E**  
**FISCALIZAÇÃO**  
**EMENDAS AO PLN 0002/2013**  
**Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014**  
**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO**

## Emenda - 31660019

Autor: **Claudio Cajado** Partido: **DEM**

UF: **BA** Localidade: **Bahia**

Capítulo	Artigo
M	3

### Ementa da emenda

altera o caput do art. 3º para restringir o abatimento de desonerações de tributos àquelas não consideradas na estimativa de receita.

### Texto proposto

Art. 3º A meta de superávit a que se refere o art. 2º pode ser reduzida em até R\$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais), relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei, e às desonerações de tributos não consideradas na estimativa de receita. § 1º O montante de que trata o caput abrange, na execução da Lei Orçamentária de 2014, o valor dos respectivos restos a pagar. § 2º A Lei Orçamentária de 2014 observará, como redutor da meta primária, o montante constante do respectivo Projeto.

### Justificativa

A alteração proposta visa restringir o abatimento de renúncias fiscais da meta de superávit primário àquelas que não foram consideradas na estimativa de receita. Ora, a despesa deve ser fixada de acordo com a receita estimada, como a meta de superávit primário é considerada na fixação da despesa, abater o valor desonerado significa que esse valor foi considerado duplamente, uma vez ao se estimar a receita e fixar a despesa, e outra ao abater da meta de resultado primário. Ou seja, na estimativa de receita já foi considerada que essa receita não ocorreria, mas mesmo assim o governo quer abater o valor desonerado da meta de superávit primário como se durante o exercício tivesse ocorrido uma receita menor que a inicialmente prevista.

Pesquisa Emendas — Portal da Câmara dos Deputados

**Tipo:**

Texto da Lei

## REQUERIMENTO Nº 16, DE 2013-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 31660054 ao PLN nº 02 de 2013 - CN.

Sala das Sessões, em      de      de 2013.

*Ronaldo Caiado*  
P/P Deputado Ronaldo Caiado  
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Ronaldo Aguiar	572	<i>Ronaldo Aguiar</i>
3	Ruy Carneiro	565	<i>Ruy Carneiro</i>
4	Milton Pinto	527	<i>Milton Pinto</i>
5	Luiz Carlos	730	<i>Luiz Carlos</i>
6	Roberto Brito	733	<i>Roberto Brito</i>
7	Taís Bolsonaro	482	<i>Taís Bolsonaro</i>
8	Raimundo C. Mota	725	<i>Raimundo C. Mota</i>
9	Sica lobão ?	215	<i>Sica lobão ?</i>
10	Jorgeinho Mello	329	<i>Jorgeinho Mello</i>
11			
12	Renato Mulling	337	<i>Renato Mulling</i>
13	E. AMIN	252	<i>E. Amin</i>

**DESTAQUE A EMENDA Nº 31660054 AO PLN 02/2013**

13	Dimitri Fabiano	325	
14	Duante Nogueira	525	
15		304	
16	Aracely de Paula	201	
17	Luiz Corrêa	532	
18	Carlos Souza	319	
19	Plínio Valério	610	Plínio Valério
20	Arthur P. Maia	531	
21		244	
22	Bruno Araújo	718	
23	Paulo Abi-Sakel	460	
24	Edson Bentes Fátima Feltes	410	
25	Fabio Lopes	350	
26	Paulo V. Paolucci Fábio Amador	303	
27	Hernando Medeiros	824	
28	Luiz Henrique Campos	283	
29	Ernildo Natal	442	
30	Carlos A. Duarte	838	
31			
32		407	
33	Bruno Fialho	836	Bruno Fialho
34	Teferson Campos	348	
35	Abelardo Carneiro	609	
36	Almeida Gomes	726	
37	Luiz Nishimori	901	
38	João de Deus	337	
39	Monica Trindade	601	

40	Rose de Freitas	946	<i>[Signature]</i>
41	Allina Otrubio	277	<i>[Signature]</i>
42	Dominicão Telles	938	<i>[Signature]</i> N/C
43	Luiz G. Hardy	220	<i>[Signature]</i>
44	Miz de Deus	939	<i>[Signature]</i>
45	EFRAIM FILHO	748	<i>[Signature]</i>
46	Maudetta	577	<i>[Signature]</i>
47	André Paulo	508	<i>[Signature]</i>
48	Alexandre Leite		<i>[Signature]</i>
49	Abelardo Lupone	515	<i>[Signature]</i>
50	Mendonça Filho	314	<i>[Signature]</i>
51	Dnyx Lorenzoni	828	<i>[Signature]</i>
52	Ronaldo RAIMO	227	<i>[Signature]</i>
53	SILVIO COSTA		<i>[Signature]</i>
54	Almir Carlos	277	<i>[Signature]</i>
55	Augusto Cecílio		<i>[Signature]</i>
56	CHICO DAS VARGAS		<i>[Signature]</i>
57		584	<i>[Signature]</i>
58		719	<i>[Signature]</i>
59		943	<i>[Signature]</i>
60		433	<i>[Signature]</i>
61		533	<i>[Signature]</i>
62		611	<i>[Signature]</i>
63		614	<i>[Signature]</i>
64		336	<i>[Signature]</i>
65		723	<i>[Signature]</i>
66			

## Orçamento Brasil

**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E  
FISCALIZAÇÃO  
EMENDAS AO PLN 0002/2013**

**Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014  
ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO**

### Emenda - 31660054

Autor: **Claudio Cajado** Partido: **DEM**

UF: **BA** Localidade: **Bahia**

Capítulo	Artigo
A	3

#### EMENTA DA EMENDA

estabelece limite ao aumento das Despesas de Custeio.

#### TEXTO PROPOSTO

Art. O aumento das Despesas de Custeio definidas no §1º do art. 12 e no art. 13, caput, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de todos os poderes da União e do Ministério Público Federal ficará limitado, no exercício de 2014, à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observada no ano-calendário anterior, acrescida de 100% da variação real do Produto Interno Bruto nacional no mesmo período, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### JUSTIFICATIVA

Dentro do espírito do pacto pela responsabilidade fiscal, a presente proposição visa limitar o aumento dos gastos correntes. A despesa que se deseja limitar é tratada pela Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, como despesa de custeio, segundo a qual são as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Nessa classificação estão incluídas despesas com Pessoal Civil e Militar, Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos Diversos. A limitação será saudável às finanças públicas, uma vez que despesas correntes servem, em grande parte, a uma burocracia muitas vezes inchada e ineficiente. Segundo matéria veiculada no jornal "O Globo", em 18/05/2013, somente para manter a estrutura e os funcionários das atuais 39 pastas do governo são necessários R\$ 58,4 bilhões por ano. Esta verba está prevista no Orçamento Geral da União de 2013 para o custeio da máquina somente em Brasília, sendo que o valor efetivamente gasto em ações e serviços de saúde pública em 2012 ficou em R\$ 56,4 bilhões, valor inferior ao gasto para a manutenção de uma máquina cara e ineficiente.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/11/2013 16:23:01

Página: 001

**Proposição:** DTQ 31660054/13  
**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL  
**Data de Apresentação:** 20/11/2013  
**Ementa:**

Conferência de assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento de Destaque para votação em separado da emenda 31660054 do PLN 02 de 2013, solicitada por meio do OF. 450/2013 do Senado Federal.

**Folha: 01**

Deputado	Partido	UF	Confere
REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS	SIM
RUY CARNEIRO	PSDB	PB	SIM
NILSON PINTO	PSDB	PA	SIM
LUIZ CARLOS	PSDB	AP	SIM
ROBERTO BRITTO	PP	BA	SIM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	SIM
NICE LOBÃO	PSD	MA	SIM
JORGINHO MELLO	PR	SC	SIM
RENATO MOLLING	PP	RS	SIM
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC	SIM

**Folha: 02**

Deputado	Partido	UF	Confere
DIMÁS FABIANO	PP	MG	SIM
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	SIM
WILLIAM DIB	PSDB	SP	SIM
ARACELY DE PAULA	PR	MG	SIM
SILAS CÂMARA	PSD	AM	SIM
CARLOS SOUZA	PSD	AM	SIM
PLÍNIO VALÉRIO	PSDB	AM	SIM
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	SDD	BA	SIM
GENÉCIAS NORONHA	SDD	CE	SIM
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE	SIM
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	SIM

ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM
EDIO LOPES	PMDB	RR	SIM
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA	SIM
MARCOS MEDRADO	SDD	BA	SIM
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP	SIM
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	SIM
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	BA	SIM
LUCIANO CASTRO	PR	RR	SIM
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	SIM
ALMEIDA LIMA	PMDB	SE	SIM
LUIZ NISHIMORI	PR	PR	SIM
JAIME MARTINS	PSD	MG	SIM
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM

**Folha: 03**

Deputado	Partido	UF	Confere
ROSÊ DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	NÃO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	SIM
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM
EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM
MANDETTA	DEM	MS	SIM
MENDONÇA PRADO	DEM	SE	SIM
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	SIM
ABELARDO LUPION	DEM	PR	SIM
ONYX LORENZONI	DEM	RS	SIM
MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM
SILVIO COSTA	PSC	PE	SIM
ADEMIR CAMILO	PROS	MG	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SDD	PE	SIM
CHICO DAS VERDURAS	PRP	RR	SIM
TONINHO PINHEIRO	PP	MG	SIM
ROBERTO BALESTRA	PP	GO	SIM
MOREIRA MENDES	PSD	RO	SIM
EDUARDO SCIARRA	PSD	PR	SIM
ROBERTO SANTIAGO	PSD	SP	SIM
VITOR PAULO	PRB	RJ	SIM
ZOINHO	PR	RJ	SIM
PAULO FEIJÓ	PR	RJ	SIM
PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE	SIM

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu concedo a palavra ao Relator, para se manifestar sobre os requerimentos.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Com relação ao destaque do Senador Valdir Raupp, essa parte já está incorporada ao texto, que é exatamente uma retificação que precisa ser feita.

Com relação aos demais, tirando os do Deputado Claudio Cajado, todos se pronunciaram, dentro do acordo, no sentido de que iriam retirar os destaques. O único que se pronunciou dizendo que ia mantê-los...

O PSDB vai manter?

Domingos Sávio acordou conosco esse texto. O Deputado Domingos Sávio, que representa o PSDB na Comissão, acordou conosco esse texto. Então, ficou acordado com o PSDB com relação a essa questão. Tirando os do Cajado, todos os demais estavam dentro da discussão do acordo que foi feito.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, para que não pairem dúvidas, a nossa disposição, desde o início, foi a de que a emenda do Senador Aécio Neves fosse acolhida na íntegra.

Quando o Deputado Danilo Forte disse que entendia que em algum aspecto ela poderia ferir sigilos bancários, nós concordamos que ele fizesse alteração nisso que ele imaginava que poderia ferir sigilo bancário, embora, desde o início, eu tenha insistido em que não havia nada envolvendo sigilo bancário.

Na verdade, a mudança que ele fez, no nosso entendimento, desfigura, realmente, o propósito inicial, porque o propósito inicial era que ficasse consignada na Lei Orçamentária toda a destinação daquele recurso proveniente da emissão de título público. Trocando em miúdo: foi feita emissão de título público, que já é feita por lei, por MP, que vem para esta Casa, que já consta no Orçamento. Na hora em que se destina o recurso, nós queríamos que enviasse um projeto de suplementação orçamentária para ser votado dizendo: parte do recurso vai para o BNDES, parte vai para essa finalidade, sem entrar em sigilo bancário de ninguém.

O Deputado Danilo mudou “consignado”, que é obviamente registrado no Orçamento, para “informado”. Então, bastará o Governo mandar um ofício a esta Casa.

Não deixa de ser um avanço, no nosso entendimento, mas não é a transparência, na íntegra, que a medida do Senador propunha.

Por outro lado, como nós temos um propósito firme de contribuir nesta noite para que matérias relevantes para o País, como a LDO e, na sequência, o Orçamento, sejam aprovadas, não há disposição, de nossa parte, de obstruir a sessão em razão disso, mas e bom que fique registrado que o alcance da proposta

do Senador Aécio Neves era maior. Infelizmente, não houve a compreensão para dar a devida transparência e acolher, na íntegra, aquela proposta feita pelo Senador.

Ainda assim, nós não pretendemos obstruir. Vamos nos manifestar contra alguns aspectos, mas pretendemos contribuir para o País, votando o Orçamento e os demais créditos orçamentários.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós consultamos os Srs. Deputados e Senadores quem retira os requerimentos de destaque.

O Deputado Carlos Sampaio está presente, Senador Valdir Raupp, Deputado Marcus Pestana.

Então, vamos votar, vamos abreviar, simplificar esse processo de votação.

Votação do requerimento do Deputado Carlos Sampaio, para a Emenda 27560007. **(Requerimento nº 11, de 2013-CN)**

Os Srs. Deputados na Câmara dos Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento na Câmara dos Deputados.

Não vai ao Senado Federal.

Votação do requerimento do Deputado Carlos Sampaio para a Emenda 2889004. **(Requerimento nº 12, de 2013-CN)**

Votação, na Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

A votação não vai acontecer no Senado Federal.

Votação do requerimento...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, há uma dúvida aqui. Estou sendo comunicado pela assessoria que não foi feita a leitura na íntegra do adendo, e há matéria sendo votada por nós aqui com pleno desconhecimento dela e que, inclusive, não fazia parte do acordo. Eu estou dizendo a informação preliminar que tenho.

O Relator está aqui do nosso lado. Eu acho que nós precisamos ter a devida calma para fazer a votação. Está nas minhas mãos, e eu estou lendo agora.

A leitura que foi feita não trata aqui, por exemplo, no art. 101, se passa a uma outra leitura.

Eu peço mais alguns minutos a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria propor...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ... para que eu consiga entender o que é que está mudando aqui de última hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria só propor a votação dos requerimentos de destaque, e, em seguida, nós garantiremos a palavra, para que as emendas possam ser discutidas.

Eu acho que esse procedimento é adequado.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, só pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Primeiro, o Deputado Danilo, ao tratar da questão anterior, da proposta do Senador Aécio, mudou o caráter completamente. Mesmo assim, nós estamos mantendo aqui a nossa posição.

Agora, se nós vencemos a fase dos destaques para ler depois o adendo, pode não estar da forma como nós queremos. Eu acho que era importante ler o adendo, já que ele colocou no adendo, para que nós possamos abrir mão dos destaques e discutir os destaques, se for o caso.

Eu acho importante que seja lido, para que não haja mais desconfiança.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo, acho que, na medida do possível, é prudente mesmo que nós possamos esclarecer qualquer dúvida levantada, de modo a prosseguirmos na votação, porque esta sessão do Congresso Nacional é consequência de um amplo acordo, e nós temos outras importantíssimas matérias na pauta que deverão ser apreciadas.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, quando foi feito o adendo, eu tive a preocupação de pegar a assinatura do nosso Presidente da Comissão de Orçamento, e a primeira pessoa para quem eu entreguei o adendo foi exatamente o Deputado Domingos Sávio, com as recomendações que foram feitas no acordo inicial, que era a retirada dos incisos XI e XII do art. 52 – aquele suprimido aqui no “leia-se” –, depois, a modificação do art. 68 com a implementação da emenda do Senador Aécio Neves, que, desde o início, sempre tivemos a disposição de aprová-la parcialmente na forma que foi encaminhada e que foi aqui acordada com o Líder do PSDB.

E agora está sendo levantada uma questão, a discussão de outro artigo, que é o artigo 101, que é um artigo em relação ao acompanhamento da execução orçamentária, que já é feito pelo Congresso Nacional na Comissão de Orçamento.

Os consultores da Comissão de Orçamento me pediram para fazer uma redação que desse uma melhor condição de trabalho para eles. Essa redação foi

feita. Nós tivemos a preocupação de também viabilizar uma retificação, num primeiro momento, em relação ao original – isto aqui foi o Relator, o Deputado Danilo Forte, que fez – para dar cumprimento, exatamente, a essa consulta, para que a melhor redação ficasse.

E a redação do 101 ficou: “Para consulta aos sistemas ou informações referidas nos incisos I, II, V, XI, XV, XVI do art. 100 nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes e, por iniciativa própria, a qualquer momento, os demais cadastros”. E suprimimos o resto, exatamente para que os consultores da Comissão de Orçamento tivessem maior facilidade de fazer a execução orçamentária, que é muito importante para subsidiar os Parlamentares que estão na Comissão Mista de Orçamento e também todo o Congresso Nacional.

Com relação aos demais, foram os destaques que já estavam, inclusive, acordados na Comissão Mista de Orçamento. Então, não há inovação com relação a isso. A grande inovação é exatamente o atendimento parcial à emenda do Senador Aécio Neves, que aqui foi acordada com todo mundo. Então, de nossa parte, não houve nenhuma iniciativa de negar transparência ou de fazer o debate com relação a essa questão.

Se for oportuno e couber ainda o destaque com relação a isso, será feito, mas, do ponto de vista da formalidade, regimentalmente, o que ficou acertado no acordo que foi feito inclusive na sala de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente do Senado Federal? É que apenas os destaques do Deputado Cajado iriam a votação.

É que apenas os destaques do Deputado Cajado iriam à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É que nós vamos submeter à votação o substitutivo do Relator, ressalvados os destaques e com as correções feitas durante...

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Presidente, vamos deixar claro que no art. 68 houve uma mudança. Como dizia o nosso Guimarães Rosa, o diabo mora no detalhe. Então, uma pequena alteração de palavra adulterou completamente a intenção do Senador Aécio. E nós queremos discutir isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós garantiremos a V. Ex<sup>a</sup>, conforme combinado, o seguinte procedimento: nós votamos o substitutivo, ressalvados as emendas e os destaques e as correções do Relator. Aí, na oportunidade, nós discutiremos fartamente a emenda do Senador Aécio Neves.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Há uma matéria que, no meu entendimento, é extremamente relevante, é uma inovação, está constando aqui do adendo, e não foi objeto de acordo.

Deputado Danilo, eu quero pedir atenção de V. Ex<sup>a</sup> e quero aproveitar os Líderes que ainda estão presentes. Eu me refiro a todos, da Base do Governo ou da Oposição. Estamos tratando de uma matéria aqui extremamente relevante para o bom funcionamento do Congresso, da Câmara e do Senado.

Hoje, Sr. Presidente, todos os Líderes e as assessorias, especialmente na Comissão de Orçamento, têm acesso, por meio eletrônico, aos dados que são essenciais para que acompanhem a execução orçamentária, todas as matérias relativas ao Orçamento. E recebem aqui a base de dados.

Eu posso destacar o que consta do projeto original, que é o que nós estávamos entendendo que estaríamos votando. No art. 101, o § 2º diz: “(...) por meio da disponibilização em meio eletrônico das bases de dados dos sistemas referidos nos incisos I, II, V, VII, X, XI, XV” – isso é o Siafi, toda aquela estrutura dos convênios e das execuções orçamentárias que serão disponibilizados – “os quais deverão ser disponibilizados aos órgãos de tecnologia e de informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto por esses órgãos”.

Esta é a prática que tem de ser adotada hoje. Isso é essencial para o bom trabalho de todos os partidos. O que está ocorrendo é que agora, no Avulso, está-se mudando isso e adotando-se, com uma linguagem muito ampla até, muito complexa, do ponto de vista...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) –...de acesso pelos meios de informação, só que com um detalhe: nós ficamos restritos a consultar aquilo que eles vierem a nos disponibilizar. Muda substancialmente. Isso é uma limitação à ação do Parlamento em acompanhar a execução orçamentária. Isso é ruim em qualquer tempo, no Governo atual ou em governos futuros. É um absurdo isso.

Portanto, Relator, eu imagino que, com a melhor boa-fé, o senhor tenha incluído uma matéria a pedido de algum burocrata do Governo, o que não ajuda o bom andamento da transparência que tem que haver para que esta Casa exerça plenamente as suas prerrogativas, inclusive de fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária.

Então, eu faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que volte à redação original sobre a qual há acordo. Esta redação que voltou a ser incluída aqui, sobre ela não há acordo e pode inviabilizar todo o esforço que nós estamos fazendo.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS – PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo Forte.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – O burocrata que me pediu para colocar foram exatamente os consultores da Casa. A redação inicial, inclusive, é minha, do Deputado Danilo Forte. Eu tenho responsabilidade sobre essa informação inicial.

O problema é o seguinte: o volume de lançamentos de dados é tamanho que... Por exemplo, eu fui gestor na Funasa. A Funasa não tem disponibilidade de lançar na formatação que os consultores da Câmara querem todas as informações de que eles necessitam. Eles lançam no Siafi.

Inclusive encaminhei, junto com o Senador Lobão, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, a apresentação de um sistema capaz de unificar todos esses dados, tamanha é a nossa preocupação com essa transparência. Acontece que os órgãos de Governo hoje, a grande maioria deles, principalmente as autarquias, não têm condições de disponibilizar as informações nessa formatação.

Então, nós fizemos uma melhoria do quadro, para manter a transparência, manter a informação, mas dando condição ao Poder Executivo, principalmente às autarquias, de fazer essa informação, e não limitá-la apenas à Comissão de Orçamento, mas oferecê-la a todos os membros do Congresso Nacional, à sociedade, às instituições organizadas. Todos eles terão acesso. Agora, eu não posso exigir, eu, que fui gestor, até 2010, da Fundação Nacional de Saúde, que ela tenha disponibilidade de funcionários para fazer a informação dentro do enquadramento que está sendo solicitado pelos consultores da Casa. Neste momento nós não temos condição. Então nós vamos criar uma lei que vai ser ridicularizada depois de amanhã, porque os órgãos não têm condições de executá-la.

O que nós fizemos foi exatamente um aprimoramento entre aquilo que desejávamos, atendendo a esses consultores, e aquilo que pode ser realizado agora pelo Poder Executivo. Eu fui procurado por diversas autarquias que não têm condições de fazer as informações. É esse o problema.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Presidente, para tentar colaborar, o que eu percebo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Miro Teixeira, vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, em seguida, ao Deputado Rubens Bueno e, em seguida, ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – O que eu percebo aqui no plenário é que nós estamos diante de algo intransponível. E aí não adianta, porque vai cair a sessão. É o que eu percebo.

A solução, eu penso que é realmente restabelecer, embora haja precariedade do texto antes apresentado. É preciso restabelecê-lo para não inviabilizar a sessão toda. Eu estou tentando ajudar.

E o reparo eventualmente determinado pela própria necessidade da evolução tecnológica. Eu compreendo que há outros sistemas que são mais simples, mais amigáveis, de linguagem mais amigável tecnologicamente, e que já estão aí disponíveis. Nós podemos, a qualquer tempo, fazer esse ajuste e não inviabilizaríamos a sessão que até agora custou esse grande esforço. Senão o que vai acontecer é uma verificação e vai cair a sessão.

Deixo a sugestão.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS – PR) – Sr. Presidente, pelo PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS – PR) – Quero pedir ao Relator Danilo que possamos, no entendimento, voltar ao texto original, que, aliás, é de V. Ex<sup>a</sup>, para encaminhar a votação. Esse é o pedido do PPS e, acredito, dos demais partidos. Para um bom entendimento, vamos ao texto original, que, aliás, era o que nós tínhamos em mãos até poucas horas atrás.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu vejo essa discussão aqui como uma inovação que não se deseja. Não funcionou até agora assim? Não tem sido assim?

Se é para aperfeiçoar, mas existe resistência, eu não considero que um aperfeiçoamento em que existe resistência e crítica possa ser para melhor. No mínimo ela está sendo contestada. E, se está sendo contestada, eu solicito ao nobre Relator, Deputado Danilo Forte, que aquiesça.

Os consultores que dizem a V. Ex<sup>a</sup>, Relator, que é para melhorar estão sendo confrontados com os próprios consultores aqui no plenário dizendo que não,

que não melhora em nada, que dificulta o acesso às informações. E, se queremos transparência das informações, nós não podemos aprovar esse texto, e sim o texto original.

Portanto, eu solicito que continuemos. Já que isso fez parte do acordo, que nós possamos dar continuidade ao texto que foi originalmente encaminhado.

Portanto, esse também é o posicionamento do DEM.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, o meu intuito é construir o consenso desde o início.

O problema é o seguinte: aprovando na formatação que estava inicialmente, que foi redigida por mim, nós vamos penalizar gestores públicos aos montões, gestores públicos das autarquias, das fundações, das instituições menores, dos pequenos ministérios, porque eles não têm condições de viabilizar essa gama de informação na forma como está colocado, porque não há sistema para isso. Não há sistema para isso. E eles vão ter que responder junto ao Tribunal de Contas, a Ministério Público, porque não vão cumprir a ordenação que está sendo querida aqui, neste momento.

Nós avançamos sim, no sentido de garantir a informação e a transparência da forma com que foi feito o adendo. Mas retornar para o processo inicial, nós estamos abrindo um precedente para prejudicar maleficamente pessoas muito bem intencionadas.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em seguida V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deixe-me tentar ajudar. Acho que o Deputado Danilo, fazendo exatamente essa consulta, a partir da contribuição daqueles que permanentemente laboram por conta das informações, ou seja, o uso de ferramentas, a disponibilidade...

Quando no texto é colocado o acesso a todos os membros do Congresso Nacional, alguém avaliar que isso é dificultador... Para fazer isso, obrigatoriamente há que se disponibilizar essa informação para que, de qualquer parte, qualquer cidadão do Congresso Nacional, qualquer membro do Congresso Nacional possa acessar isso. O que é diferente...

Por isso é que foi colocado dessa maneira e é importante dialogar não só com quem consulta, mas principalmente com quem concretamente gera as ferramentas para o acesso. Nós estamos falando de montagem de base de dados. Base de dados inclusive, se você não tem essa capacidade de fazer...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... a sinergia *(Fora do microfone.)* e a integração entre os diversos sistemas, Sr. Presidente... Eu tenho que depositar num sistema, provocar a conversão para a base de dados desse sistema absorver, para depois promover, de uma vez por todas, o acesso interno. Para que os membros do Congresso Nacional tenham acesso, como está no texto já apresentado segundo sugestão feita ao Relator Danilo, essa base tem que entrar na base de dados do Congresso Nacional. Senão não haveria como os membros do Congresso Nacional, Presidente Henrique, acessarem. Portanto foi nesse espírito, tentando dialogar com as ferramentas do presente e não para buscar a inclusão só de uma determinada etapa. Eu até falei com o Relator que, se houver algum problema, retorne ao texto principal, mas é um erro. A sugestão foi dada a partir do...

*(Interrupção de som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... e não para utilizar isso para esconder dados. Foi exatamente para tentar estabelecer uma melhor relação de operacionalidade, uma melhor relação entre o usuário e a informação no sistema em que ele transita. Foi esse o objeto. Portanto, se esse objeto não é compreendido assim...

Volto a insistir: uma coisa é quem opera, outra coisa é a montagem de uma base de dados para ser operada. Há uma diferença substancial.

Sugiro ao Relator que, se as pessoas estão racionando que é isso, volte para a base anterior, não tem nenhum problema.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, atendendo à explanação feita pelo Senador Walter Pinheiro, de comum acordo com o Deputado Domingos Sávio e com o Deputado Cláudio Cajado, a gente volta para a redação anterior da proposta apresentada pelo Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Nós nos sentimos plenamente contemplados. Veja bem, a proposta anterior a que o Relator se refere é a proposta do que está hoje na LDO de 2013, que atende plenamente às assessorias da Casa e é extensiva, inclusive, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal

de Contas da União. O texto é bem claro: “Com acesso irrestrito para consulta aos seguintes sistemas de informação para o conhecimento de seus dados em meio digital (...)” e vai mencionando o Siafi, o Siop e vários outros sistemas.

Portanto, Presidente, só para, de uma forma muito respeitosa, contradizer o que foi aqui dito, de que isso é um apelo dos consultores, eu recebi aqui um apelo não apenas dos consultores ligados ao PSDB ou aos partidos de oposição, mas dos consultores da Comissão Mista de Orçamento da Casa, servidores de carreira, servidores que trabalham na questão orçamentária de maneira absolutamente suprapartidária.

*(Interrupção de som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Portanto, fica muito claro que estamos defendendo a manutenção de um sistema que hoje funciona bem, garante transparência e eficiência para o trabalho do Congresso Nacional de maneira absolutamente suprapartidária.

Então, voltar ao artigo originário é melhor do que essa proposta com a qual nós realmente não podemos concordar.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Vencida a matéria. Vencida a matéria, volta para a originária.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria cumprimentar a todos, porque chegamos a bom termo, no momento em que registramos, com muita satisfação, a honrosa presença do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Patrocinador do orçamento impositivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos continuar a votação dos requerimentos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só para deixar claro. Vai ser importante que o nosso nobre Relator faça um anexo ao adendo, porque, tendo ele sido objeto da leitura, nos preocupa que isso fique formalizado, retirando aquela substituição e garantindo que será o texto original da LDO de 2013, obviamente, com a devida adequação, se referindo à LDO de 2014.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Faremos a retificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos a retificação: é o compromisso de todos.

Votação do requerimento do Deputado Reinaldo Azambuja, na Câmara dos Deputados. **(Requerimento nº 13, de 2013-CN)**

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Rejeitado, na Câmara.

Portanto, não vai à apreciação no Senado Federal.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Mantém-se o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mantém-se o acordo.

Votação do requerimento, também do Deputado Reinaldo Azambuja, que pede votação em separado da Emenda 31660054. **(Requerimento nº 16, de 2013-CN)**

Votação, na Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Está mantido o acordo.

**O SR. FÁBIO FARIA** (PSD – RN) – Presidente Renan, peço que seja encaminhada minha presença no quórum anterior, daqui da Câmara Federal, Deputado Federal Fábio Faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Fábio Faria.

Votação do requerimento que pede votação em separado da Emenda 31660019, do Deputado Cláudio Cajado.

Os Srs. Deputados – votação na Câmara – que aprovam o requerimento...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, para defender...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Cinco minutos, não é?

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu tenho a necessidade de ter acesso ao adendo assinado, uma cópia dele, pois há um adendo... Na verdade, outro colega Parlamentar nos solicitou, e nós nos deparamos com aquele problema, que já foi resolvido, e agora estamos tendo outra dúvida sobre se já houve outra mudança – conforme diz o Relator – que, no adendo que foi assinado, não está, mas só no adendo que está aqui circulando entre nós. Então, preciso do adendo assinado para não pairar dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Enquanto isso, nós vamos ceder a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de defender este destaque, que diz respeito à questão da maquiagem contábil. Nós temos aqui a previsão de a União poder atingir a meta de superávit consolidado, corresponsável com Estados e Municípios.

O que acontece? Se nós não votarmos este destaque favoravelmente, nós estaremos assinando que o Governo Federal poderá criar rumos na sua conta, desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, afrouxar a governança, que deve ser eficiente, responsável e planejada.

Hoje, o Governo faz inúmeras desonerações a determinados setores produtivos, e os Estados e Municípios, que recebem recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados, perdem receita. E essas perdas de receita comprometem a gestão fiscal.

Ora, é lógico – e nós votamos isso na LDO deste ano – que, havendo uma falta para os Estados e Municípios atingirem as suas metas, o Governo Federal tem que colocar recursos para atingirmos o superávit. Por quê? Porque atingir o superávit é uma condição *sine qua non* à responsabilidade fiscal. E em momentos de crise, como nós estamos vivendo no mundo e aqui no Brasil, afrouxar as contas de forma descontrolada, aumentar o custeio, não ter metas objetivas a serem alcançadas, e simplesmente intenções, significa fragilizar as contas, mascarar contabilmente a fragilidade do Governo.

Portanto, quem quer uma gestão pública responsável, séria, que diz que vai fazer e cumpre ao final, transmitindo informações necessárias e indispensáveis a que haja credibilidade, vota com este destaque. Mas quem quer o afrouxamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o descumprimento de metas que são fundamentais para a manutenção macroeconômica da nossa economia, nós pedimos que observem este destaque do Democratas.

A partir do momento em que nós abrimos mão daquilo que nós votamos na LDO e o Governo reduz os seus compromissos, nós não teremos jamais como confiar naquilo que se diz no início, porque essas mudanças prejudicam muito, maculam e tornam vulnerável a economia do Governo.

Portanto se houver uma crise oriunda de outros países, como, por exemplo, a questão nos Estados Unidos – pode ser que o Congresso americano não dê além de janeiro as autorizações orçamentárias para que o Governo americano cumpra com suas obrigações – essa vulnerabilidade irá ocorrer naqueles países que estão sujeitos a uma fragilidade. E este País chama-se Brasil. Porque, dos demais países dos BRICS, nós é

que estamos crescendo menos, nós é que estamos com as contas sem ajuste e isso vai trazer prejuízos a nossa economia, ao povo brasileiro: é inflação, é juro alto, é o setor produtivo sendo penalizado.

Por isso peço que este Plenário acate essa emenda porque ela é justa, ela vem ao encontro daquilo que defendemos, a gestão pública responsável. A Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser desrespeitada, desmerecida, ela não pode deixar de ter um princípio de gestão administrativa. E o que o Governo faz? A partir do momento em que não cobre os rombos de Estados e Municípios, que não tiveram culpa por conta das desonerações, nós estamos criando um problema gravíssimo para a economia brasileira, e o futuro poderá dizer.

Eu não quero aqui fazer a expectativa do quanto pior melhor, mas, é possível que essa vulnerabilidade nos exponha a ataques especulativos, e quem diz isso não sou eu, são todos os informantes, os consultores financeiros e do mercado. Por isso é importante que não possamos diminuir o que foi feito na LDO e que estava originalmente previsto, sob pena de estarmos assinando uma fragilidade, uma vulnerabilidade que o Brasil não deve merecer.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, para contraditar.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, esta matéria aqui abordada, nós terminamos de votar no item 1 idêntico texto em que, majoritariamente, o Congresso Nacional entendeu que, da base de cálculo, que é responsabilidade dos Estados-membros e dos Municípios, deve ser excluído da obrigação da União Federal... E faz isso porque o Brasil é o terceiro País do mundo que faz o maior superávit primário.

Nós tivemos agora a divulgação do Fundo Monetário Internacional do levantamento dos 20 países que integram as 20 maiores economias do Planeta. E esses dados do Fundo Monetário Internacional demonstram que apenas seis países, dos 20 que integram o Grupo dos 20, fazem superávit primário.

E desses 20 países, o Brasil é exatamente o terceiro país que mais faz superávit primário no mundo. O primeiro deles é a Arábia Saudita, o segundo é a Itália, o terceiro é o Brasil. E dos 20 países mais ricos, os quatro que fazem o menor superávit primário

no mundo: o primeiro deles são os Estados Unidos, o segundo é a Índia, o terceiro é o Reino Unido, e o quarto é o Japão.

Portanto, o Governo brasileiro é um governo responsável, trata bem os recursos públicos, e é por isso que o risco Brasil, que ali em 2003 era de quase 5 mil pontos, hoje está abaixo de 400 pontos, em face da seriedade com que o Congresso Nacional e o Governo Federal tratam a coisa pública.

Exatamente por isso, desde 2011, quando os Estados-membros deixaram de fazer o seu superávit primário, a União passou a cobrir, e como nós não queremos penalizar os Estados-membros, é que nós estamos determinando que a União cobre o superávit primário. A ela a responsabilidade que está na LDO, que é de dois terços do superávit ali previsto.

Nesse item ninguém discute. Neste 2013, o superávit primário da União será da ordem de R\$113 bilhões, e vamos cumpri-lo na sua integralidade. Mas não é justo que os Estados-membros que não fazem a sua parte, que não têm qualquer penalidade, venham exigir que a União, dentro de dez dias, tenha que fazer isso, porque somente após o dia 20 de dezembro daquele exercício é que nós sabemos qual é a falta do cumprimento por parte dos Estados-membros.

Por isso, Sr. Presidente, mantemos a posição do Congresso Nacional, da Base Aliada, que na votação do PLN 1 já disse que a União deve sim fazer o superávit primário da parte que é de responsabilidade da União, e continuar fazendo, entre as 20 maiores economias do Planeta, entre aqueles que têm o melhor superávit primário de todo o mundo.

Por isso, encaminhamos contrariamente a esse destaque, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Deputado Odair Cunha.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós identificamos mais um Item, o 101-A, em que o nobre Relator, no Item 4 do adendo, apresentou uma mudança que, embora em uma frase, é extremamente substancial e com a qual nós não podemos concordar.

O mecanismo de controle de custo de obra, que é um dos principais, se não o maior instrumento de controle do Tribunal de Contas da União, desta Casa Legislativa, do Congresso Nacional, o sistema de controle de custo de obras é um instrumento que tem uma série de normas que devem ser seguidas. Pois bem, está sendo mantido, só que está sendo excluída no Substitutivo apresentado agora – e que não é o que nós votamos na Comissão Mista de Orçamento, por isso não há acordo – a retirada das obras de infraes-

trutura de transporte. Equivale a dizer, tudo o que é transporte rodoviário, portuário, aéreo...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Portanto, Sr. Presidente, algo que é absolutamente substancial na execução de obras do País deixaria de estar submetidas ao mecanismo de controle de custo de obras. Veja que risco esta Casa correria se aprovado. Eu acredito que nós perderíamos, simplesmente, a nossa função precípua de agente fiscalizador, porque aqui é uma Casa legislativa e de função fiscalizadora, tendo o Tribunal de Contas como órgão de apoio, auxiliar ao Legislativo.

Assim, eu deixo claro ao nosso Relator que é imprescindível que volte à redação original e que não tenhamos no adendo o item 4. Portanto, esta é condição também *sine qua non* para que possamos continuar em um ambiente de acordo para votação da matéria.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Danilo.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Realmente houve um engano, um erro no encaminhamento. Isso aí era um destaque que seria apresentado por um Parlamentar, a assessoria aglutinou a outros destaques que estavam junto da peça do adendo e fez a apresentação desse destaque.

Realmente, o Líder da oposição tem razão com relação a esta questão e nós vamos manter a Tabela SIPCI-SINAPI, que é importante, inclusive, para o acompanhamento de preços.

Foi um lapso de encaminhamento por parte da gente com relação a esse adendo e eu reconheço que o Líder Domingos Sávio tem razão com relação a esta questão.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Questão de ordem, Presidente; uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos ao Deputado Danilo Forte...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Tenho humildade suficiente para reconhecer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... que, com humildade e espírito público, tem feito o possível para que nós possamos avançar na apreciação dessa matéria.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço também ao Deputado Domingos Sávio, que tem colaborado enormemente

para que nós possamos colocar, na letra do relatório, do parecer, os termos do que foi acordado durante todo o dia.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Agradeço, Sr. Presidente, o reconhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, é importante. Eu ouvi de alguns pares, e compreendo, pelo avançado da hora, alguns que chegaram a insistir comigo para deixar de discursar, deixar de falar, e, por outro lado, ouvi alguns companheiros dizendo: “Passou da hora de derrubarmos a sessão.” V. Ex<sup>a</sup>, com e experiência que tem, sabe que nós teríamos condições de fazer isso.

Mas reitero, pensando no País e pensando em cumprir o acordo, nós insistimos em dar o formato adequado, correto. Acredito que estamos conseguindo. Para isso, é importante que o Relator mude o adendo, mantenha apenas os itens 1 e 2, que foram objeto de acordo conosco, e retire os itens 3 e 4, para os quais não há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Inclusive, quero mais uma vez agradecer a V. Ex<sup>a</sup>.

Quando iniciamos esta sessão do Congresso Nacional, nós fomos até incompreendidos pelo Deputado Inocêncio Oliveira, que reclamou do horário em que estávamos começando. Mas nós demoramos exatamente porque o processo legislativo funciona mais pelo entendimento, pela conciliação, pelo diálogo. Quando não temos oportunidade de experimentar esse caminho, as coisas ficam mais difíceis.

Vou colocar em votação o requerimento do Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, antes, gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que as alterações que foram objeto de acordo possam ser disponibilizadas para a Bancada do Democratas. Nós estamos tendo acesso única e exclusivamente a uma única cópia dessas erratas, desses adendos, dessas modificações para o PSDB.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que determine que venha para que possamos votar o texto final, porque estamos votando agora os destaques, e o Democratas só votará o texto final com as alterações assinadas e entregues aqui, conforme acordamos. Porque pode ser que surja... Não estou desconfiando de ninguém, pelo contrário, mas estamos vendo que o que estamos combinando tem tido alterações que não foram combinadas.

Então, para que saibamos o que estamos votando e para que haja o cumprimento completo do acordo, a Liderança do Democratas solicita que V. Ex<sup>a</sup> determine que qualquer alteração, que as alterações que estão sendo feitas sejam disponibilizadas agora para que possamos votar o texto final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço ao Deputado Danilo Forte que, por favor, atenda ao pedido do Deputado Claudio Cajado.

É muito importante que avancemos nesse processo. Eu quero, mais uma vez, assumir o compromisso de que não vamos permitir que se atrepele absolutamente nada.

Então, vamos colocar em votação o requerimento.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria só de destacar, em nome da Bancada do PPS, que nós ficamos um pouco incomodados, até porque o Senador Pimentel foi à tribuna falando da Base Aliada.

Quero dizer que nós estamos de acordo com a manutenção desse texto, não é Base Aliada, isso aqui é o interesse nacional. Até porque quando se fala de custeio está dentro do orçamento impositivo. Isso aqui é o embasamento legal que se dá à PEC que está sendo votada, e ainda não aprovada, exatamente para ganhar tempo. Quando se fala inclusive em custeio, exatamente na área da saúde, que tem 50% atrelados a isso, nos valores das emendas individuais dos Parlamentares, é de fundamental importância e por uma razão muito importante. Porque os valores que o Governo paga nos procedimentos de saúde pública no Brasil são uma vergonha. É uma vergonha o que o Governo paga em procedimentos, na área de saúde, para as entidades filantrópicas, especialmente as santas casas.

Por isso é que temos que manter esse texto até que o Governo venha pagar decentemente pelos procedimentos da saúde pública no Brasil, sobretudo àqueles que prestam o serviço que o Governo deveria prestar.

Por isso, Sr. Presidente, vamos votar de acordo, não pelo destaque que foi apresentado, com o interesse do custeio das entidades filantrópicas, especialmente as santas casas do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Deputado Humberto Souto.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Cajado, que retirasse o destaque para não prejudicar as santas casas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há um apelo do Deputado Humberto Souto ao Deputado Claudio Cajado, no sentido de que retire o requerimento.

Nós vamos colocar o requerimento em votação agora.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei, pelo acordo, cinco destaques. E, pelo acordo, não pediríamos a votação nominal. Se V. Ex<sup>a</sup>, para podermos agi-

lizar o procedimento, permitir que eu defenda os cinco – eu defendi um, faltam quatro –, eu farei a defesa dos quatro, para que o Plenário tenha conhecimento, porque muitos dos que aqui estão não participaram diretamente da Comissão Mista do Orçamento e Fiscalização. Então, não têm conhecimento dos detalhes que nós discutimos com mais amplitude.

Mas eu me sinto no direito, ao apresentar esses destaques, de demonstrar a todo o Plenário no que nós discordamos, porque há coisas que foram colocadas pelo Relator com as quais não concordamos. Uma delas eu expus, que é a questão da maquiagem contábil, mas há outras. Há a questão do abatimento à desoneração, que não está na obrigatoriedade de se fazer a reestimativa de receita.

Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, poderei ser conciso, expor em cinco, seis ou sete minutos os quatro destaques, e aí V. Ex<sup>a</sup> dá sequência, e o Plenário fica consciente do que vai votar. Mas abrir mão, infelizmente, não poderei.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Queria só lembrar ao Deputado Claudio Cajado que só faltam ser votados dois requerimentos de destaque: o requerimento que pede a votação em separado da Emenda nº 31660019 e o Requerimento 31, que pede votação em separado da Emenda nº 31660055.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Porque o 51 e o 54 V. Ex<sup>a</sup> está considerando prejudicados? Porque apresentei o 31660054 e 31660051 que diz respeito à renúncia da receita e aumento do custeio, que não foi discutido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É que o requerimento para votação em separado da Emenda nº 31660051 não atendeu ao número necessário. Só foram 55 assinaturas, e nós anunciamos, quando fizemos a leitura do requerimento.

Esse outro, Deputado Claudio Cajado, que pede votação em separado para Emenda nº 31660009, já foi rejeitado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não, tudo bem. Mas no 51, 54, 55 e no 19, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Restam dois requerimentos. Queria propor aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que façamos um acordo de procedimento para concluirmos essa votação com o Deputado Claudio Cajado.

Nós daremos a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por até 5 minutos, para que V. Ex<sup>a</sup>, em globo, discuta os requerimentos.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Acompanhamos esse encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT – MA) – Acompanhamos e o tempo que vocês fizeram isso daqui eu já tinha defendido os cinco e a gente já estava lá na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Sr. Presidente Renan, só antes da questão do Cajado, até para não passar em branco, no acordo durante o dia, com a presença do Senador Pedro Taques e do Aloysio, foi colocada a questão do art. 74 do CNJ, e ele não apareceu aqui. Não está, pelo menos não ouvi do CNJ art. 74.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esse requerimento de destaque foi discutido nas prévias que tivemos durante todo o dia...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Foi temporâneo, foi fora do prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Já havia sido apresentado fora do prazo e houve uma conversa com o próprio Relator no sentido de que, na medida do possível, pudesse ser acolhido nas correções.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Isso foi acolhido? Isso faz parte do acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Porque o requerimento não poderia ser apresentado hoje.

Há uma regra regimental que diz que os requerimentos teriam que ser apresentados até 24 horas.

Deputado Colnago.

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu não participei do acordo, eu não estava junto. A nossa assessoria nos diz que isso era parte integrante do acordo que seria contemplado. Quer dizer, nós estamos aqui, a todo o momento, Sr. Presidente, com a maior boa vontade, porque é uma matéria realmente importante e de interesse nacional. Mas a cada momento surgem situações, volto a dizer, principalmente a questão do Aécio, que vamos discutir, a mudança do caráter de você informar ao Congresso Nacional e o Congresso autorizar esse tipo de despesa na relação da emissão dessas dívidas. Então, nós precisamos, até para encerrar bem a noite, noite de lua e bem clara, estar entendendo todas essas questões. Vou voltar a conversar aqui entre nós, mas havia um acordo de se colocar a questão do art. 74.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Não, o acordo não foi ratificado com relação a essa questão, apenas o Senador Pedro Taques fez o questionamento com o Senador Aloysio. Mas o Senador Aloysio inclusive deixou muito claro que não seria impeditivo para a votação. Foi tirado o encaminhamento político para

essa questão que foi colocada em função do pleito do Poder Judiciário. Tem um encaminhamento político que vai ser feito, numa negociação posterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Inclusive o Deputado Domingos Sávio esta lá conosco e acompanhou, como o Deputado Claudio Cajado também e os próprios Senadores estavam lá, todos os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É aquilo que nós falamos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Essa matéria é polêmica porque também estabelece conflitos de natureza federativa. É matéria que, às vezes, dentro de um partido, há pessoas se posicionando a favor e contra. Nós, mineiros, por exemplo, queremos ver instalado o Tribunal Regional Federal em Minas, assim como os baianos querem ver instalado na Bahia, o paranaenses querem ver no Paraná, e aí não é uma questão partidária, é uma questão que envolve um interesse de natureza federativa. Por isso, creio eu, não acabou sendo objeto de acordo nesse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, lamento não ter atingido o número de assinaturas suficientes, acredito na informação da Mesa, no que se refere à Emenda 54, que dizia respeito a que o Governo pudesse só aumentar seu custeio com base na despesa do exercício anterior, corrigido pela inflação.

Ora, hoje o que está ocorrendo é que o Governo está descontrolado no seu custeio, nas suas despesas. E nós votarmos uma LDO sem essa restrição significa fragilizar mais ainda as contas públicas, como estamos discutindo esta noite exaustivamente, principalmente em relação à questão do superávit primário.

E essas duas emendas que eu destaquei para que o Plenário possa, pelo menos, me dar um voto de apoio, porque até agora eu só fiz apresentar, mas não levei nenhuma, Presidente. A primeira, a 55, diz respeito à questão do Governo Federal maquiar a sua contabilidade, antecipando os lucros das estatais.

Sr. Presidente, nós não podemos assistir passivamente a isso. O Governo arrecada e bate recorde de arrecadação mês após mês, a cada ano, e mesmo assim não consegue fechar suas contas. E o que é que o Governo faz? Antecipa o lucro das estatais para botar dinheiro em caixa e conseguir dizer que conseguiu atingir suas contas. Mas, além disso, diminui a meta porque, se não diminuir, não consegue atingir e fechar

suas contas. E por que isso? Porque quanto mais o Governo arrecada, mais ainda ele gasta, e mais do que arrecadou. Mas não gasta em investimentos, não gasta em programas importantes como, por exemplo, a transposição do Rio São Francisco que está lentamente avançando, quando está. Gasta na máquina administrativa, gasta no custeio, no dia a dia. E isso, Sr. Presidente, fulmina de morte, na minha opinião, a essência da Administração Pública que é promover o desenvolvimento, promover para que Estados e Municípios federados possam ter os recursos do Governo central cooperando, ajudando com que os Estados melhorem a qualidade de vida do povo brasileiro e dos seus contêrreos.

Daí porque fazemos com que essa LDO seja aprovada com essa possibilidade de continuar antecipando os lucros das estatais para fecharmos as contas do Governo significa dizer: “Muito bem, continuem sendo absolutamente irresponsáveis nos gastos, descontrolados e deem o mau exemplo para que outros países não sigam o caminho do Brasil.” Porque isso só está acontecendo conosco. Não vou aqui citar os que estão com hiperinflação porque é um descontrole ainda maior, mas não queremos, Sr. Presidente.

O avanço que nós tivemos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o ajuste das contas, com a responsabilidade fiscal é um patrimônio nacional do povo brasileiro como a não-inflação. Descontrolar as contas significa fragilizar a imagem do Governo, e isso vai repercutir no mercado, mais cedo ou mais tarde.

A outra Emenda, a de nº 19, diz respeito a uma questão também importante: quando o Governo desonera, setorialmente, algumas áreas, ele deixa de ter a previsão daquela arrecadação. Então, por exemplo, o Governo prevê arrecadar R\$1 trilhão, mas desonera, em determinada área, R\$10 bilhões; o Governo tem de reestimar sua receita de arrecadar um trilhão. Por quê? Porque aquela previsão era com base naqueles impostos que seriam arrecadados. A partir do momento em que ele desonera e não cobra o imposto, dá isenção, como é que ele vai manter R\$1 trilhão de arrecadação? Tem de reestimar. E a LDO diz que não, não vai reestimar coisa alguma. Vai desonerar e vai manter a receita como estava.

Pelo amor de Deus! Isso é um absurdo. Como é que nós vamos votar isso, Sr. Presidente? E vai dizer que esse é um assunto levantado pela oposição? Não, esse é um assunto levantado por quem tem responsabilidade fiscal, por quem quer ter as contas justas, apresentadas como foram previstas originalmente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA)** – Só para concluir, para não abusar do tempo de V. Ex<sup>a</sup> e dos Congressistas que até agora se mantêm aqui.

Eu espero que todos nós tenhamos consciência do voto que vamos dar, até porque formará jurisprudência. A partir do momento em que damos ao Governo a possibilidade de maquiagem suas contas, alterar sua contabilidade, reduzir seu superávit e ainda desonerar e manter a receita originalmente prevista, nós estamos criando o fim do mundo, e o mercado está assistindo a isso.

Os gestores, os empresários do setor produtivo, estão vendo o que o Congresso está fazendo, estão vendo o que o Governo está fazendo, e isso não ficará incólume. Nós teremos consequências, e vamos rezar para que não soframos um ataque especulativo, porque o Brasil se vulnera com a aprovação de medidas na LDO e, possivelmente, na LOA (Lei Orçamentária Anual), que não exijam a responsabilidade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA)** – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. DANILO FORTE (PMDB – CE)** – Sr. Presidente, sem querer polemizar mais, ainda, Dr. Ulysses Guimarães dizia que “a grande quimera dos homens é a perfeição, que eles não as têm”.

Nós procuramos construir esse relatório da LDO por princípios. O princípio nº 1 foi o de dar efetividade à Lei de Diretrizes Orçamentárias; o princípio nº 2 foi o de realçar a importância da transparência e do controle da execução dos recursos públicos.

É natural que nós não possamos abranger e contentar todos os gostos e todas as vontades e todos os desejos e todos os Parlamentares. Então, eu não quero aqui aprofundar a polêmica, mas eu quero aqui reconhecer que podemos aprimorar ainda mais, apesar dos saltos que o Brasil tem dado significativamente, principalmente no que diz respeito à inclusão social e à melhoria de vida do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL)** – Nós vamos colocar para votação, em globo, dos dois requerimentos do Deputado Claudio Cajado: um para a Emenda nº 31660055, e o outro para a Emenda nº 31660019. **(Requerimentos nºs 14 e 15, de 2013-CN)**

Votação dos requerimentos, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Rejeitados.

Passamos agora à votação do substitutivo, que, como todos sabem, tem preferência regimental, nos

termos do parecer do relator, com a correção de erro material, com o adendo de Plenário e com as alterações propostas para os arts. 101 e 101-A e o acatamento da proposição apresentada pelo Senador Wellington Dias, pelo Senador Valdir Raupp e pelo Deputado Darcísio Perondi.

Votação do substitutivo na Câmara dos Deputados, nos termos postos pela Mesa.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Presidente, o Democratas vota contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu sei. Nós vamos anunciar.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam na Câmara e as Sr<sup>as</sup> Deputadas permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – V. Ex<sup>a</sup> leu o texto para que os Congressistas saibam?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu li. Fiz questão de dizer que nós estávamos votando substitutivo que tem preferência regimental, nos termos do parecer do relator, com a correção de erro material, com o adendo de Plenário e com as alterações propostas para os arts. 101 e 101-A e o acatamento também das proposições apresentadas pelos Senadores Wellington Dias...

**O SR. CESAR COLNAGO** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, quais são essas alterações dos Senadores. Sr. Presidente, Colnago, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Valdir Raupp e do Deputado Darcísio Perondi.

Eu concedo rapidamente a palavra ao relator para que ele possa esclarecer as dúvidas levantadas pelo Deputado Colnago.

**O SR. DANILO FORTES** (PMDB – CE) – A emenda do Senador Wellington Dias é no que diz respeito ao reajuste à execução orçamentária, com relação às emendas parlamentares dentro do âmbito da rede SUS, a normatização que precisa ser feita, para que os recursos oriundos das emendas possam atender a rede SUS, que é exatamente a demanda que foi acordada com todos os Parlamentares da Base Aliada.

A segunda emenda, a emenda do Darcísio Perondi, é uma emenda que foi formulada pela Frente Nacional de Saúde exatamente no sentido de suprimir a questão do limite da vinculação das emendas parlamentares do orçamento impositivo ao teto do limite da saúde. Ela suprime esse parágrafo.

E a emenda do Senador Valdir Raupp é no sentido de fazer a correção com relação ao §3º do art. 22-A,

que foi exatamente um problema de redação que foi apresentado na Comissão inicial.

E a supressão dos dois artigos foram exatamente aqueles dois artigos que foram propostos pelo Deputado Domingos Sávio para voltar à redação da proposta apresentada pelo Poder Executivo, o 101 e o 101-A.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, com relação à proposta do Senador Wellington Dias, nós já verificamos: da parte do PSDB há acordo.

A proposta citada como do Deputado Perondi, que tive a felicidade de subscrever junto com o Deputado Perondi: também há acordo do PSDB.

O que nos resta para ter um maior esclarecimento é em relação a essa mudança de redação relativamente ao Senador Valdir Raupp, e é apenas para que tenhamos conhecimento dela, já que até agora não tivemos. Aí, acredito, caminharemos para o consenso.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Essa emenda estava na Comissão de Orçamento desde a semana passada.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Os Democratas... Eu falo por mim nesse aspecto: eu sou contra a vinculação das emendas parlamentares na área de saúde. Isso vai dar problema. Se formos ouvir os prefeitos e governadores, as emendas prioritárias não vão ser para custeio na área de saúde. Isso vai dar problema! Eu vou votar contra por conta dessa vinculação. Nós não podemos assinalar uma fase que será não muito meritória para esta Casa.

Por outro lado, emenda parlamentar tem que ser de investimento. Vincular 50% para a saúde e para custeio é um absurdo. Eu não sei como é que os colegas Parlamentares estão aceitando uma excrescência como essa.

Voto contra.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos colocar em votação o substitutivo nos termos...

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Presidente, nós entendemos o seguinte: nós temos uma posição com relação à LDO e apresentamos várias emendas. A esmagadora maioria foi rejeitada, algumas até foram aceitas, mas, particularmente em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós entendemos que grande parte da meta de superávit primário, receita menos

despesa, sem considerar R\$167 bilhões para União, Estados e Municípios... Nós somos contrários. Nós entendemos que o Congresso brasileiro continua cego.

Nós não podemos gastar quase metade do que se arrecada do Orçamento com juros, amortizações e rolagem da dívida pública. Isso é um suicídio político! É pelo mesmo motivo que nós não votamos os 10% do PIB lá no Senado. Vamos sentar em cima. É por esse motivo que nós não votamos 18,5% da receita líquida para a saúde, maiores investimentos em infraestrutura.

O modelo está errado, e o PSOL não pode concordar com isso. É a nossa divergência com a oposição conservadora. Podemos votar contra, mas por motivos diferentes. Nós não queremos superávit primário. Nós queremos o contrário. Não queremos credibilidade para o mercado, nós queremos credibilidade para a sociedade brasileira, aquela que foi para as ruas reivindicar transporte público coletivo de massa, educação pública de qualidade, saúde de qualidade. Aqui, não se discute isso.

O pagamento religioso da dívida pública continua sendo feito. E não há divulgação de mídia. Não é, Danilo? Isso não se divulga. Quase metade do que se arrecada no Brasil vai para pagar juros. Fizemos uma CPI da dívida aqui, protocolamos no Ministério Público, está lá correndo para ir para o STF, para uma auditoria da dívida pública, mas isso não se divulga.

O PSOL é contrário ao substitutivo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Passamos à votação do substitutivo nos termos postos pela Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação na Câmara dos Deputados...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Nós não recebemos nenhuma das alterações que foram solicitadas. Eu pedi a V. Ex<sup>a</sup> que enviasse aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E nós pedimos pacientemente...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não chegou, não chegou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... que o Relator Danilo Forte...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não chegou, não chegou. Eu preciso ver as alterações. V. Ex<sup>a</sup> explicar, Deputado Danilo? Eu já ouvi, mas eu quero ver no papel.

Então, eu peço que V. Ex<sup>a</sup> ou suspenda a sessão...

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Tem de tirar cópia dos documentos que estão sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu assumi o compromisso de que, antes da votação da redação final, nós poderíamos ter a oportunidade de conferir todo esse debate, toda essa discussão. Eu faço um apelo ao Deputado Claudio Cajado para que nós possamos avançar em função desse compromisso assumido por todos nós.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – E a redação final? V. Ex<sup>a</sup> não fará logo depois da votação que se fizer aqui? Vai dar tempo? Ou V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós esclarecemos todos os pontos. E o Relator, pacientemente, tem se colocado à disposição.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu vou esperar. E, na redação final, V. Ex<sup>a</sup> me encaminha, para que nós possamos fazer as adequações.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Até porque não tem como votar a redação final sem a redação. É evidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, é o seguinte: o art. 151 da Resolução nº 1 diz o seguinte: “A Presidência concede o prazo de até três dias para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização consolidar a redação final.” Exatamente porque é uma matéria complexa – e essas diferenças são naturais e afloram durante toda a discussão –, e é fundamental que nós cheguemos a bom termo para concluir a votação da matéria.

Eu agradeço antecipadamente ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, então, vai colocar o texto agora em votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos colocar em votação.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Faço, mais uma vez, uma referência de que este texto integra parte da PEC votada no Senado e que direciona 50% das emendas parlamentares para a área de saúde.

Nenhum prefeito hoje em dia, nenhum Prefeito quer recursos para a Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, porque ele não pode construir e não colocar o pessoal humano. Existem restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelecem que 54% de gasto com pessoal é o limite máximo. Como é que nós vamos vincular isso? Vão se encher os postos de saúde de equipamentos? E, no segundo ano, vai fazer o quê? Está se colocando o problema da gestão para que a emenda parlamentar

resolva. Isso é grave! E eu votarei contra, em função dessa excrecência que está sendo aqui apresentada.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Só para administrar este momento, Sr. Presidente. A LDO é uma lei finita, dentro de uma vigência de apenas um ano. A LDO tem a vigência só para 2014. Ela não é *ad eternum*. Ela é uma lei para 2014, apenas. O Orçamento de 2015 pode ser modificativo.

A segunda questão é a seguinte: a opção da emenda é do Parlamentar.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – O conceito do Deputado Cajado, do ponto de vista dele, é que não deve dar dinheiro para custeio. Há outros Parlamentares que querem colocar dinheiro para custeio. Então, isso fica na autonomia do Parlamentar. E cabe aos órgãos de fiscalização fiscalizar. A quem fizer certo, parabéns; quem fizer errado, que pague pelos seus erros.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Hoje, nós podemos colocar 10%, 20%, 40%, 50% ou até 80% para a saúde. Por que essa amarração? O Governo exigiu isso para colocar um problema no colo dos Congressistas.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Ex<sup>a</sup> discute isso no dia da PEC, Deputado Claudio Cajado. A PEC vai voltar para cá.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Mas isso já vai vigorar para 2014.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas a PEC é superior à LDO. Aí, V. Ex<sup>a</sup> derruba a PEC.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Mas vai vigorar. Por um ano, mas vai vigorar.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos lá, Presidente.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT – MA) – Com o direito que nós temos aqui de divergir, eu só queria pedir ao nosso colega que não generalizasse, porque esta questão dos custeios dos hospitais é muito relativa.

Eu vou no caso nosso do Maranhão. Eu lhe dou a relação, no mínimo, agora, agora, agora, de cem Municípios que precisam de verba de custeio para manter os seus hospitais municipais ou os regionais que estão lá, precisando de verba de custeio para funcionar.

Então, para nós, lá no Maranhão, vai ser muito importante a verba de custeio para ajudar esses hospitais em seu funcionamento.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não pode pagar salário.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT – MA) – Agora, querer...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos colocar em votação o substitutivo.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT – MA) – Vamos ter que discutir aqui.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não pode pagar salário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT – MA) – O que não pode é o hospital de Jenipapo dos Vieiras ficar fechado. Existe prédio, mas não há dinheiro lá para abrir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do substitutivo, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas que aprovam o substitutivo, que tem preferência regimental, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Conforme mencionado...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Contra o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovado, contra o voto do Deputado Claudio Cajado, do Deputado Ivan Valente e de outros Srs. Deputados.

Votação, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam o substitutivo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, na forma do que foi mencionado pela Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. **(Parecer nº 98, de 2013-CN)\***

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Sr. Presidente, só para registrar que a Bancada do PSOL votou contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Bancada do PSOL está contra a LDO.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Apenas para um esclarecimento. V. Ex<sup>a</sup> vai dar, de acordo com o Regimento, três dias para a Comissão Mista de Orçamento se pronunciar sobre a redação final, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a consolidação da redação final.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Consolidação. Perfeito.

Agora, pergunto eu: se nós que fizemos parte do acordo, se alguns dos Líderes dessa parte do acordo não concordarem com essa consolidação lá adiante, o que vai acontecer? É apenas para uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu acho que esse cenário é impossível, porque a consolidação, necessariamente, terá que ser feita de acordo com as notas taquigráficas. Então, é impossível que haja uma consolidação no sentido contrário do que aqui se discutiu.

É outro compromisso que quero, mais uma vez, assumir com V. Ex<sup>a</sup> e com todos os Líderes partidários.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR) – De acordo com o compromisso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Muito bem.

E eu garanto que, se houver alguma coisa que venha a constituir a redação final e que não tenha sido aprovada por esta Câmara, eu vou responder no Conselho de Ética por isso.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu acredito que todos os Pares que compõem a Comissão Mista de Orçamento se debruçarão com plena consciência da responsabilidade que têm. E o Deputado Rubens Bueno é um dos exemplos que nós temos nesta Casa de seriedade, de cuidado, para que tenhamos o respeito à decisão das maiorias. Não se pode construir unanimidade, e nem ela é muito desejável num ambiente democrático. Mas aquilo que foi decidido pela maioria aqui haverá de ser respeitado, sob pena de ser trazido à apreciação de V. Ex<sup>a</sup> e, conseqüentemente, ao Plenário do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação da redação final, na Câmara dos Deputados.

(\*) A Redação Final do Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN será publicada em Suplemento ao presente Diário.

Os Deputados e as Deputadas que aprovam a redação final, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovada a redação final,...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... contra os votos já mencionados na votação do substitutivo.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – Presidente, só para um registro, porque não foi possível,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Pestana.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – ... eu tinha entendido que ia haver um momento possível de discutir a emenda do Senador Aécio Neves.

Só deixar muito claro que a mudança sutil, de “consignação” para “simples informação”, na verdade nós estamos sancionando essa prática nociva para a economia nacional, essa balbúrdia entre Tesouro Nacional, bancos públicos, estatais. A contabilidade criativa, que está minando a credibilidade e ressuscitando uma coisa da ditadura. Havia o orçamento fiscal e o orçamento monetário. Só no BNDES, foram R\$400 bilhões em cinco anos, captados à Selic de 12% ou 13% e emprestados a 6% ou 5%. Então é um absurdo.

O Senador Aécio Neves quis trazer para a órbita do Congresso, na consignação do orçamento, para controle da sociedade, pelo seu instrumento maior, que é o Congresso Nacional, daquilo que vai ser emitido. Agora não. O Governo, a seu bel-prazer, nessa balbúrdia que está sendo feita, totalmente obscura, quando decidir fazer uma emissão para...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu queria...

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB – MG) – ... capitalizar a Petrobras ou o BNDES, vai simplesmente, *a posteriori*, mandar um ofício comunicando o Congresso de que abre mão de uma prerrogativa sua. Isso é lamentável e adultera completamente a intenção inicial do Senador Aécio Neves, de termos um orçamento sério e controle efetivo sobre as finanças públicas.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Presidente, nós estamos com a pauta extensa para créditos suplementares. Há vários PLNs a serem votados, me parece que são 20 ou 21...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os que foram acordados apenas.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos apreciar apenas os que foram acordados. E vamos...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – São seis.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... apreciar também uma proposta que estava contida na Ordem do Dia da sessão anterior do Congresso Nacional, que anula aquela fatídica sessão deste Congresso Nacional, dos dias 1º e

2 de março de 1964, fazendo, portanto, uma reparação histórica. Essa é uma importante matéria.

E faço um apelo aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores para que nós possamos avançar na Ordem do Dia, conforme combinado durante o dia, detalhadamente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, minha indagação diz respeito ao fato de que nós estamos com a Comissão Mista de Orçamento com seus trabalhos suspensos aguardando o término desta sessão para que, eventualmente, haja ou não reunião. Quero indagar a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Edison Lobão Filho, que está aqui no plenário, pediria a atenção do Senador Edison Lobão, para que ele informe se vai haver sessão, após o encerramento desta sessão congressual, na CMO, ou não. Em havendo, se será votado o relatório preliminar. Porque aí nós teremos de discutir o relatório preliminar.

Eu, pessoalmente, serei contra essa questão do orçamento impositivo do jeito que veio do Senado e que me parece está reproduzido no relatório preliminar. Não sei se o Relator, Deputado Miguel Corrêa, estará presente para ler o relatório e acatar ou não as emendas.

Portanto, faço essa indicação a V. Ex<sup>a</sup>. Se V. Ex<sup>a</sup> for cumprir a pauta, nós teremos de saber se haverá...

*(Interrupção de som.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Portanto, é importante que o Senador Edison Lobão Filho se expresse e fale se dará ou não continuidade à reunião da Comissão Mista de Orçamento, se o Relator lá estará e se irá votar ou não para que nós façamos um acordo de procedimento.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, conforme acordo feito dentro da CMO, restam apenas seis PLNs para serem votados lá, já acordados. Por questão apenas de prazo, não puderam ser votados ontem. Então, está mantida a reunião de hoje depois do término da sessão deste Congresso, para que a gente possa, definitivamente, matar esse PLNs dentro da Comissão de Orçamento.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – E o relatório preliminar?

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sobre o relatório preliminar, o Deputado Danilo me pede que seja postergado para amanhã em função de ter havido uma modificação do relatório da LDO. Portanto, precisa ser readequado o relatório preliminar da LOA.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Mas o acordo não é para votar todos os PLNs, Senador, alguns sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Cláudio Cajado, vamos proceder à votação no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

Queria cumprimentar o Deputado Danilo Forte, Relator da matéria, cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Edison Lobão Filho.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só quero registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero cumprimentar todos os Líderes, todos os Deputados e todos os Senadores pela aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que consagra...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, só para registrar o voto contrário, no Senado, do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Contra, o voto do PSOL.

Que consagra avanços. Isso foi possível graças a um amplo acordo que todos os partidos, do qual quase todos os partidos participaram. O Congresso conseguiu aprovar avanços que suspendem a exigência do Cauc. Definitivamente, suspende a exigência do Cauc para todos os Municípios dos territórios de cidadania – esse é um importante avanço; estabelece a ficha limpa para os dirigentes de ONGs que recebem recursos públicos e diminuem as contrapartidas de Estados e Municípios. De modo que a LDO consagra muitos avanços e, mais uma vez, quero parabenizar todos, parabenizando o Relator, Danilo Forte, e o Presidente da Comissão de Orçamento, Edison Lobão Filho.

Passamos ao item 3º da pauta.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o Requerimento nº 6, de 2013, na Câmara, de urgência, para apreciação do Projeto de Resolução nº 4, de 2013.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – Para encaminhar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Senadoras e...

Concedo a palavra.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – Sr. Presidente, há uma lista de encaminhamentos. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> a siguisse. Eu estou inscrito...

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos conceder a palavra a todos os que estão inscritos.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – O Deputado Bolsonaro também está inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em primeiro lugar, concederei a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quanto tempo terei? Cinco minutos? Quanto tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Cinco minutos.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós não podemos mudar o passado. O que aconteceu ou está na memória do povo ou está nos Anais desta Casa. Tudo o que eu falar aqui foi buscado na biblioteca da Câmara dos Deputados. Nada é da minha cabeça, nada é uma sugestão de minha parte. Eu pretendo, Sr. Presidente, mostrar o que realmente aconteceu, não no dia 31 de março ou apenas no dia 2 de abril de 1964. Vou puxar um pouco para algumas semanas antes, porque eu não quero fazer um relato muito extenso do que aconteceu naquela época.

Duas manchetes de jornais aqui, agora, e eu tenho centenas. A primeira aqui, da *Tribuna da Imprensa*, de 21 de fevereiro de 1964. Eu peço atenção aos meus colegas. Diz aqui esta manchete: “Kruschev apóia frente Goulart”. Eu podia encerrar aqui.

Outra manchete, de 24 de fevereiro de 1964: “PCB vai à Rússia por revolução”. Isto, Sr. Presidente, é uma rápida análise do que acontecia antes de 1964. Somando-se a isto, as mulheres, nas ruas, mais do que pediam, exigiam a saída de João Goulart, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A ABI, que englobava praticamente toda a imprensa, pedia também a destituição de João Goulart. A OAB apoiou este movimento. Toda a Igreja Católica foi na mesma linha, bem como os empresários e produtores rurais. Culminando, ainda, para encerrar, com o apoio incondicional de Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, Carvalho Pinto, de Minas Gerais, e Adhemar de Barros, de São Paulo.

No dia 2 de abril, Sr. Presidente, numa sessão do Congresso, foi declarada a vacância da Presidência da República, e o Presidente da Casa, naquele momento, na posição exatamente igual à de V. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Moura de Andrade, diz o seguinte: “Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o Governo da República”. E aqui a taquígrafa,

entre parênteses, embaixo, diz o seguinte: “Aplausos prolongados”. Presentes à sessão, só para citar alguns nomes, Arthur Virgílio, Almino Afonso, José Sarney, Humberto Lucena, Juarez Távora, Nelson Carneiro, Tancredo Neves, Franco Montoro, Ranieri Mazzilli, Gilberto Marinho, entre outros, praticamente uma centena.

Sr. Presidente, isto não foi um golpe. Nós não podemos tocar fogo no *Diário do Congresso* de 3 de abril de 1964, como se ele não existisse.

Então, Sr. Presidente, nós vamos chegar à conclusão, mais cedo ou mais tarde, a quem interessa isto aqui. Pelo que eu saiba, o autor do projeto, nada contra pessoalmente ele, é o nosso Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL. E não entendo por que o apoio incondicional desta Casa em querer apagar um fato histórico.

Isso aí é infantil. Isso é mais do que stalinismo, quando se apagavam fotografias. Aqui se estão apagando diários, sessões de um Congresso, de pessoas aqui que não são golpistas.

Pelo menos está servindo para uma coisa aqui: colocar por terra a farsa de que foi um golpe militar a destituição de João Goulart.

Essa mentira deixa de existir a partir de hoje, como a outra mentira, de que a luta armada só veio à tona depois do AI-5, mais cedo ou mais tarde, também cairá por terra.

E continuando, Sr. Presidente, teríamos então que acabar, ou melhor, anular a sessão de 9 de abril de 1964, quando este Congresso aqui, por 361 votos “sim” e 72 abstenções, elegeu o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco Presidente da República.

Votaram em Castelo Branco, entre outros, o Sr. Diretas Já, Ulysses Guimarães. Ulysses Guimarães votou em Castelo Branco, Sr. Presidente! Que golpe é esse? Franco Montoro também votou, Juscelino Kubitschek, Afonso Arinos, Filinto Müller, e, de novo, o então Deputado à época, José Sarney.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – É um golpista? É um ditador?

Sr. Presidente, nós não podemos apagar a história. Não estamos num regime comunista; não é Stalin que está presidindo ou está à frente da República brasileira, ainda, pelo que parece, estamos nesse caminho, com essa senhora que está lá.

E nós passamos, Sr. Presidente, 20 anos de período, não de ditadura, mas de um regime com autoridade, em que o Brasil cresceu, tivemos pleno emprego, respeito aos direitos humanos – porque hoje em dia a violência está aí fora –, segurança, amor à pátria e democracia. E mais ainda, nenhum presidente militar

ou militar enriqueceu, respondeu a qualquer processo por corrupção.

Assim sendo, Sr. Presidente, se me desse mais um minuto, eu queria ler aqui mais algumas poucas manchetes pós. Vale a pena, porque vou ser o único contrário. Permita-me, Sr. Presidente, por favor, dado o respeito que tenho a V. Ex<sup>a</sup> e a esta Casa, que não podia ser diferente, nada contra a família de João Goulart, que, pelo que me parece, está aqui ainda.

A *Tribuna da Imprensa*, do dia 2 de abril, foi pesada, mas vou ler apenas a manchete: “Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas”.

Vai aqui o *Jornal do Brasil* em três dias consecutivos, pós 31 de março de 64. A primeira manchete: “Desde ontem se instalou no País a verdadeira democracia”; “Pontes de Miranda diz que as Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la”; “Partidos asseguram a eleição do General Castelo Branco”.

Todo o Congresso queria a saída de João Goulart. Todo o Congresso. Tirem esse peso das costas dos militares. Todos nós salvamos o Brasil de uma comunização, de um regime ditatorial.

Continua aqui: “Castelo garante o funcionamento da Justiça”.

A Justiça não funcionava. Salvamos o Legislativo, o Judiciário; salvamos a democracia. Não os militares, todos nós.

Continua aqui, Sr. Presidente: “Lacerda anuncia a volta do País à democracia”.

E vai um do jornal *O Globo* ainda, já que se arrependeram de ter apoiado o regime por 20 anos. *O Globo* de 5 de abril: “A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista”.

*O Cruzeiro* de 10 de abril: “Sabíamos todos que estávamos...”

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Não me censure agora.

“Sabíamos todos que estávamos na lista negra dos apátridas”.

E, para concluir, Sr. Presidente, mais dois apenas, primeiro parágrafo, para concluir, do editorial de Roberto Marinho, o primeiro, de 2 de abril de 64: “Resurge a democracia”.

Fala aqui, Sr. Presidente: “Vive a Nação dias gloriosos, porque souberam unir-se todos os patriotas, independente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial, a democracia, a lei e a ordem.”

E o último editorial de Roberto Marinho, de 7 de outubro de 1984: “Julgamento da revolução”.

Disse Roberto Marinho, ou melhor, escreveu na capa do jornal *O Globo*: “Participamos da revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.”

Eu encerro, Sr. Presidente, pedindo aos nossos companheiros – eu vou pedir verificação nominal em toda forma de votação – que rejeitem esse projeto de decreto legislativo, porque este não é um Congresso stalinista, que apaga a nossa história, tão bem decidida por este Congresso e toda a sociedade, no final de março e início de abril de 1964.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria /PMDB – MA) – Sr. Presidente.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu estou inscrito. Deputado Vieira da Cunha.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu vou conceder a palavra de acordo com a ordem de inscrição. Eu vou conceder a palavra, portanto, primeiro, ao Deputado Vieira da Cunha.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – No meu caso não é para discutir; é pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem, com a aquiescência do Deputado Vieira da Cunha.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a aquiescência do Deputado?

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – Pois não.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós temos um requerimento para inclusão extrapauta na mesa de V. Ex<sup>a</sup> dos PLNs nºs 11,14, 21, 23, 28, 35 e 39. Esses PLNs já foram votados na Comissão de Orçamento com acordo entre todos os Partidos e estão na mesa de V. Ex<sup>a</sup> para serem incluídos; apenas não foram incluídos na pauta antes porque eles foram votados ontem.

E eu queria fazer um último comunicado.

A assessoria da CMO fez todas as contas e cálculos em relação a datas. Se nós não votarmos o relatório preliminar da LOA hoje, ou nesta madrugada, não vai dar tempo de votar a LOA este ano. Porque, eu abrindo o prazo, o menor que o Regimento permite, ainda assim a nossa conta chega a 20 de dezembro, se eu não o votar hoje.

Conforme alguns sugeriram, de passar para a próxima terça, definitivamente explodem-se os prazos da CMO. Portanto, eu faço um apelo aos meus colegas para que, terminada a sessão deste Congresso, nós possamos ir lá na CMO votar o relatório preliminar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA.) – Não teremos tempo de votar *(Fora do microfone)* ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... os seis PLNs que temos lá; não teremos mais tempo, porque já será o dia de amanhã, e amanhã a Comissão não pode mais deliberar PLs.

Portanto, os seis que estão lá serão encaminhados diretamente ao Congresso sem – o que é péssimo – a avaliação da Comissão Mista de Orçamento.

Assim, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça a votação da inclusão extrapauta desses PLs e que possamos votar o mais rápido possível os PLs que estão na mesa desta Presidência.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria ponderar ...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E perguntaria se podem ser votados em bloco esses PLs que estão na mesa a requerimento da Liderança presente do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria ponderar ao Senador Edison Lobão Filho que, como não há parecer ainda publicado para esses projetos de lei para os quais nós recebemos requerimento, nós façamos um esforço para esgotar a pauta acordada – nós vamos votar mais de 20 créditos – e colocaremos essas matérias na Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional do dia 10 de dezembro.

Desde já assumimos o compromisso.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, não esqueça que são créditos suplementares, que viabilizam, inclusive...

O Deputado Danilo Forte me permite um segundo?

São créditos suplementares essenciais para o bom andamento de diversos Ministérios do nosso País. Nós estaremos prejudicando programas importantes dos Ministérios, que precisam desses recursos que serão votados hoje aqui na Mesa da Presidência do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – De minha parte não há problema nenhum. Não havendo objeção do Plenário, nós tocaremos a Ordem do Dia, com muita satisfação.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Já foram votados na CMO, com acordo entre todos os Partidos. Todos os partidos votaram esses PLNs que deram entrada agora como extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A única exigência que vamos ter de fazer, do ponto de vista da melhor condução, é votarmos um a um esses PLs, desde que haja acordo.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor a V. Ex<sup>a</sup>, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, que nós possamos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – ...avançar na pauta, porque o acordo que foi feito foi para votar os PLNs 1 e 2 e créditos. Não se fez acordo para votar todos os créditos, até por que, se for haver a Comissão Mista de Orçamento para votar o relatório, vejo que teremos de conversar. O Senador Edison Lobão Filho tem de chamar uma reunião de Líderes para conversarmos, porque já estamos...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Perfeitamente. Só para esclarecer ao Deputado Cajado...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu faço apenas um apelo para nós discutirmos essa questão, que também é muito importante, e, logo após, nós deliberarmos sobre o terceiro item da pauta, que é uma oportunidade histórica que este Congresso Nacional tem de reparar uma mancha na história do Brasil. Se pudermos avançar nesta pauta, logo em seguida nós voltaremos...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era isso o que eu ia sugerir. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Vamos avançar para o terceiro item. Esse assunto nós vamos debatendo entre nós, porque ele é complicado para fazer tudo hoje, como estão querendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida.

Eu concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Prorrogo a sessão, de ofício, para que nós possamos concluir a nossa Ordem do Dia.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Renan Ca-

lheiros, Presidente do Congresso Nacional, Colegas Deputados Federais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Quem quer, na verdade, apagar a história com o seu pronunciamento é o Colega Jair Bolsonaro, que hoje se superou da tribuna. Ali levou uma coleção de jornais da época, de uma mídia totalmente comprometida com o golpe militar, que de isenção não tinha absolutamente nada.

E eu trago, Deputado Bolsonaro, para contraditar os seus argumentos, o Diário do Congresso Nacional. Aqui estão as notas taquigráficas daquela sessão, que foi, na verdade, um esbulho. Foi, como disse o Presidente há pouco, uma página que envergonha o Parlamento brasileiro.

O Deputado Jair Bolsonaro leu partes, os aplausos daqueles que estavam sustentando o golpe, mas em todas as notas taquigráficas há aplausos, vaias, tumulto. Foi uma sessão tumultuadíssima, em que muitos Deputados e Senadores ergueram sua voz contra aquele esbulho, contra aquele golpe que se praticou não só contra o Presidente Jango, mas contra a democracia.

Quero saudar aqui a presença do ex-Deputado João Vicente Goulart, filho do Jango, e demais familiares do nosso eterno Presidente da República, que aqui acompanham esta sessão.

Como disse V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, é uma sessão histórica, uma sessão que recupera a dignidade do Parlamento brasileiro, porque Jango foi cassado quando se encontrava em Território nacional. O argumento que está aqui nas notas taquigráficas é de que Jango tinha deixado o cargo vago, tinha abandonado o Governo. Absolutamente! Aqui está transcrito o ofício do saudoso Darcy Ribeiro, à época Chefe da Casa Civil, que foi lido na sessão e que dizia que o Presidente João Goulart estava no meu Estado, no Rio Grande do Sul, no seu Estado natal. E para lá se dirigiu exatamente para resistir ao golpe, que acabou se consumando.

Presidente Jango, ungido pela legitimidade do voto popular. Aliás, João Vicente, seu pai ungido duas vezes, porque foi eleito, e à época o Vice era eleito diretamente pelo voto popular; não é como hoje, em que o Vice se elege na carona. Não, foi votado pelo povo, e nessa condição se elegeu Vice de Jânio Quadros.

Quando Jânio Quadros renuncia, há um dos movimentos cívico-populares mais significativos, eu diria o maior da história democrática do Brasil, que é o movimento da legalidade, liderado pelo então jovem Governador Leonel Brizola, que, do Rio Grande, levantou o Brasil pelo respeito à Constituição e garantiu a posse de João Goulart. Mas Jango assume com o parlamentarismo, um parlamentarismo de ocasião.

Mas Jango assume com o parlamentarismo, um parlamentarismo de ocasião, votado também, na calada da noite, para lhe retirar os poderes constitucionais. E eu digo que Jango foi eleito novamente porque lá, em janeiro de 1963, ocorre um plebiscito, o povo brasileiro vai às urnas. Mais de 9 milhões de brasileiros contra apenas 2 milhões reconstituem os poderes legítimos, presidencialistas de João Goulart. E aí ele tem pouco mais de ano de governo verdadeiro. E vem o golpe militar de 64, porque Jango encaminhava o País para fazer as verdadeiras e necessárias reformas estruturais. E essa foi a causa do golpe. A causa do golpe foram as reformas de base, João Vicente, anunciadas naquele famoso comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, que, se tivessem sido feitas, mudariam já...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT – RS) – ...há 50 anos, Presidente Renan, teriam mudado a face deste Brasil, porque Jango pregava a reforma do sistema financeiro, a reforma agrária, a reforma do sistema educacional. Queria um Brasil para os brasileiros, queria transformar as estruturas arcaicas, a sociedade injusta e desigual que o Brasil vivia e que, infelizmente, ainda vive numa sociedade diferente, de igualdade e oportunidade para todos. Jango caiu por isso, porque encaminhava a Pátria brasileira para a sua emancipação.

Portanto, quero aqui em nome do PDT, do Partido Democrático Trabalhista, em nome da linda história do trabalhismo, reconhecer e elogiar a iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Jorge Simon, que oportunizam com essa iniciativa o resgate deste grande patriota, deste grande brasileiro que foi João Belchior Marques Goulart, um orgulho para todos nós gaúchos, um orgulho para todos nós brasileiros, que agora está tendo as causas de sua morte investigadas, exumado que foi há poucos dias. Há peritos que estão avaliando, analisando e investigando se Jango, na verdade, não foi envenenado, porque na década de 70 – e Jango faleceu no dia 6 de dezembro de 1976 – foi a década da Operação Condor, em que vários líderes populares de toda a América Latina foram assassinados. Jango pode ter sido, sim – finalizo, Sr. Presidente –, mais uma vítima daqueles que não queriam que o nosso continente se encaminhasse para fazer as grandes reformas e para construir uma sociedade verdadeiramente fraterna, solidária, justa e democrática.

Finalizo, portanto, pedindo aos Colegas Deputados e aos Colegas Senadores que aproveemos esse Projeto de Resolução, façamos justiça a este grande brasileiro, João Belchior Marques Goulart, anulando aquela sessão que, repito, envergonha o Parlamento brasileiro.

Pelo Estado democrático de direito, pelo respeito à Constituição, pela valorização da democracia, vamos dizer “sim” a esse Projeto de Resolução.

Viva, Jango! Viva o Brasil! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria intercalar Deputados e Senadores, para avançarmos na apreciação do requerimento e, conseqüentemente do Projeto. Para tanto, quero conceder a palavra ao Senador Pedro Simon, que foi um dos subscritores desse Projeto de Resolução e grande amigo de João Goulart, louvando V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, pela feliz iniciativa.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ) – Presidente, enquanto ele chega à tribuna, vou requerer, de acordo com o art. 155, questão de ordem, se V. Ex<sup>a</sup> vai acolher a questão de ordem, de acordo com o art. 155, processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Do que fizemos na sessão anterior, toda questão de ordem, na oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> levantar, será prontamente respondida.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a oportunidade que tenho de falar neste momento. Tem razão V. Ex<sup>a</sup> quando diz que nós vivemos um momento histórico na história do nosso País. Este momento vai ficar marcado na história, nas escolas, nos ginásios, nas universidades. Este momento, esta data vai entrar na biografia do Brasil e vai reconstituir uma grande verdade. O que houve aqui foi uma das páginas mais tristes do Brasil. O que houve aqui foi uma sessão dolorosamente dramática em que o Presidente do Senado usurpou a vontade do povo brasileiro. E nós, que estávamos aqui, tínhamos todas as condições de manter a nossa democracia, quando o Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, entregou o ofício dizendo que o Presidente da República estava no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no exercício do seu cargo, quando o Dr. Tancredo Neves, aos gritos, disse a afirmou: “Telefone para Porto Alegre, peça, nos dê três horas e o Presidente da República estará aqui”. E ele não concordou. Ele, absolutamente, não concordou!

Eu estava lá em Porto Alegre. Eu estava no aeroporto junto a ilustres companheiros nossos esperando o Presidente da República, junto com o Ministro da Guerra que ele tinha nomeado para ser Comandante do III Exército e, chegando lá, o nomeou Ministro da Guerra. Nós o esperamos no aeroporto e, do aeroporto, fomos à casa do Ministro da Guerra, Comandante do

III Exército. E lá estava o Jango debatendo, analisado, mostrando a competência e a vontade que ele tinha, mostrando que ele tinha conversado com o General Amaury Krueel para que ele fosse a Juiz de Fora em direção ao General Mourão.

O General Amaury Krueel disse que, para fazer isso, o Jango tinha que fazer um manifesto atacando o comunismo e protestando contra isso e contra aquilo e o Jango disse: “Eu não sou comunista, todo mundo sabe quem eu sou, mas não farei um manifesto dessa natureza e desse tipo”. “Então, eu vou em direção ao Rio, disse Krueel, e o Jango veio a Brasília e, de Brasília, foi a Porto Alegre.

Brizola insistiu no sentido de fazer resistência. O Comandante do III Exército disse: “A hora é difícil, a hora é dramática, eu não posso garantir a certeza de todo o Comando do III Exército, mas estou com o senhor, Presidente. O que o senhor disser, eu farei”. Foi quando ele tomou conhecimento de que aqui, no litoral brasileiro, forças da Marinha americana estavam prontas para entrar. E quem leu o livro do Embaixador americano naquela época, ele disse que eles ficaram profundamente magoados porque ele não resistiu. Eles queriam que o Jango resistisse porque queriam entrar aqui e fazer a divisão do Brasil: Brasil do Norte e Brasil do Sul. Foi esse o motivo pelo qual o João Goulart não lutou. Não lutou porque ele sentia que a divisão, que a racha, que a guerra civil seria absolutamente inevitável, com perigos para a soberania brasileira.

Então, aquela sessão foi ridícula, foi estúpida, foi imoral. E o que nós queremos, agora, é reconstruir a vontade do Brasil, a verdade para o povo brasileiro. (*Palmas. Muito bem!*)

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas isso. Nós não temos desejo nem de vingança, nem de ódio, nem de mágoa. Nós não temos nada disso. Nós queremos, apenas, reconstituir, mostrar. Quem ler vai saber: no dia 1º de abril Mourão foi em direção ao Rio de Janeiro com suas tropas, o Jango foi a Porto Alegre. Podia ter resistido, sim, e haveria uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis. O que o apavorou não foi o medo de perder ou o medo de morrer; foi a realidade: os Estados Unidos estavam dispostos a entrar aqui para rachar o Brasil.

Esse homem morreu, e se contou tudo o que se diz a respeito dele. Então, muita gente perguntou: “Mas, com esse processo que vocês vão fazer, o que vai acontecer?”

Nós não vamos reconstituir os fatos que aconteceram. O que vai acontecer é que a História vai dizer que no dia 1º de abril o Congresso foi reunido e o Presidente usurpou... De uma maneira estúpida e ridícula, depôs o Presidente da República, colocando

em seu lugar o Presidente da Câmara dos Deputados. Sete dias depois, três ministros militares foram indicados pelo Presidente da Câmara. Esses três ministros, dez dias depois, fizeram um ato institucional, que não tinha número, não era número um, não; era ato institucional. Nesse ato institucional, transformaram o Congresso em colégio eleitoral e elegeram o Sr. Marechal Castello Branco.

Foi isso que aconteceu.

Com relação ao que disse o ilustre Deputado, referindo-se à imprensa... Todo mundo sabe que, lamentavelmente, foi uma hora dolorosa de golpe – golpe no Uruguai, na Argentina, no Chile, no Paraguai, foi em toda a nossa região –, golpe doloroso, cruel e imoral. Naquela ocasião, naquela época, naquele momento, a imprensa era uma só. A verdade era aquela. Vamos até dizer que dentro da Igreja a caminhada com Deus – Pátria e família – foi usada imoralmente nesse sentido. Não há o que se esquecer.

Vamos dizer que a imprensa estava aí, e vamos fazer justiça à Rede Globo, que foi falar de lá. Pelo menos agora, não sei quantos anos depois, ela veio para a opinião pública e leu um manifesto em que ela pede desculpas ao Brasil pelo erro que ela fez ao apoiar aquele golpe. (*Palmas. Muito bem!*)

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Não. Hoje o momento é histórico, o momento é de emoção, o momento é profundamente sério, para nós entendermos o que nós estamos fazendo.

É a mesma hora em que, há tanto tempo atrás, o Jango foi cassado. Mas aqui nós estamos reconstituindo. A história terá que ser mudada e ela haverá de dizer: o Presidente João Goulart, eleito Vice-Presidente da República com Juscelino Kubitschek, eleito pelo voto, eleito Vice-Presidente da República com Jânio Quadros, adversário de Jânio Quadros, pela chapa contrária, mas eleito pelo voto. O Jânio renunciou. Não se sabe por que nem de que fato. O Dr. Brizola, no Rio Grande do Sul, fez o movimento da legalidade, e o Brasil todo aceitou, o Presidente João Goulart assumiu a Presidência. Algumas causas de grande debate, é verdade, algumas causas que hoje são aceitas em termos de Brasil e que hoje estão colocando o Brasil no seu lugar. Foi deposto de uma maneira...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... imoral, indecente e covarde (*Fora do microfone.*). General substituiu General, General substituiu General, e o povo, sem derramamento de sangue, rumou às Diretas Já, e os jovens na rua, ontem, como

estão começando a voltar hoje às ruas, pedindo Estado de direito, de democracia, de paz e de dignidade.

Sr. Presidente, o senhor também haverá de ter a sua página na biografia, porque vão se lembrar de que foi na Presidência do Dr. Renan que este Congresso restabeleceu a verdade histórica. Este Brasil haverá de contar o que aconteceu. Um Congresso que não tem responsabilidade porque foi levado à madrugada sem saber o que estava acontecendo.

O que vale é que três Ministros militares, nomeados pelo Presidente da Câmara no exercício da Presidência, baixaram um ato, e esse ato...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... instituiu um (*Fora do microfone.*) General que ficou lá na Presidência. Ele, e depois dele mais outro, e depois dele mais outro, e depois dele mais outro. Ato institucional que era para ser único passou a ser primeiro, depois veio o segundo, depois veio o terceiro e depois veio o quinto.

E o povo reagiu. E nós estamos aqui, neste momento, agradecendo a Deus por nos dar esta oportunidade; agradecendo a Deus, porque, em paz, num momento de redenção, num momento de avanço, num momento de democracia, nós estamos, aqui hoje, em paz com a nossa consciência.

Obrigado, meu Deus! Obrigado, povo brasileiro, por este momento! Obrigado por estarmos vivendo esta realidade! Obrigado por poder daqui para o futuro... Que nossos filhos possam... Os meus netos haverá de estudar.

O Brasil teve 21 anos de chumbo, mas não foi pela violência do arbítrio de A, de B ou de C. Foi uma imoralidade praticada por alguns, e nós restabelecemos a verdade.

Viva a democracia! Sim, viva! Viva o Presidente João Goulart, que morreu no exílio. E, para ele voltar, foi um sacrifício enorme, para ele restabelecer... Voltar morto a sua cidade, porque, quando vivo, nem a sua mãe, quando morreu, lhe deram oportunidade de fazer uma visita.

Graças a Deus vivemos um grande momento. Que bom, meu amigo! Que bom, meu povo! Que bom, meus irmãos! Eu fico muito feliz, porque nós estamos fazendo uma das páginas mais lindas da história deste País. Olhem bem, olhem para quem está ao seu lado e os senhores haverá de ver. “Eu estive lá!” Assim como se fala, assim como o ilustre Deputado citou os nomes, alguns lamentáveis, que estavam aqui naquela sessão, alguns gritando como Tancredo gritou. Nós vamos dizer – olhem um para o outro: “Eu estava lá, naquela

madrugada, quando o Presidente Renan colocou em votação, e nós votamos e nós fizemos a nossa parte e restabelecemos a verdade na história do Brasil”.

Obrigado, meus irmãos. Até a vitória! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Para que nós pudéssemos apreciar esta matéria hoje, há um acordo que contou com a participação de praticamente todos os partidos desta Casa.

Como todos sabem, Jango...

E, ao falar do Jango, eu gostaria de mais uma vez citar aqui entre nós a honrosa presença do seu filho, João Vicente Goulart, representando a sua família. (*Palmas*)

Como todos sabem, o Presidente João Goulart foi, durante muitos anos, Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado Federal pelo fato de ser Vice-Presidente da República do Juscelino Kubitschek e, depois, do Jânio Quadros. E veio, em seguida, a assumir.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Simon! (*Palmas.*)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Sem revisão do orador. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, colegas Deputados e Deputadas, eu estava inscrito para falar e recebi também a incumbência de V. Ex<sup>a</sup>, o privilégio de poder relatar, nesta noite, o Projeto de Resolução nº 4, de 2013, do Congresso Nacional, que escreve uma bela página na história do Brasil e veio no momento oportuno.

Quis Deus que eu tivesse esta oportunidade, após não só o brilhante tribuno, mas a referência de homem público que é o Senador Pedro Simon, pudesse eu, talvez um dos mais recém-instalados aqui na Casa que representa o povo brasileiro, ter a oportunidade de cumprir esta missão.

E o faço não só com a emoção de quem acredita em tudo que ouviu do nobre Senador Pedro Simon, mas acredita que nós podemos não mudar necessariamente a história, mas aprender com ela e escrever uma nova página, contribuir, sim, para que esta democracia ainda jovem se consolide e, de fato, possa representar os anseios de todo o povo brasileiro.

Se é que é possível dizer que há traição mais dura ou menos dura é quando ela vem praticada por alguns falsos líderes. Este projeto, ao tornar nulo o ato da Mesa promulgado, na ocasião, pelo Senador Auro de Moura Andrade, ao tornar nula a declaração de vacância que ele fez àquela ocasião, resgata, como disse

o Senador Pedro Simon, a verdade da história para que possamos dignificar ainda mais o nome deste ilustre brasileiro João Goulart, saudoso Presidente Jango.

Aproveito para saudar os seus familiares aqui presentes.

O projeto de resolução, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, traz a seguinte ementa:

*Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.*

*O Congresso Nacional resolve:*

*Art. 1º Declarar nula a declaração de vacância da Presidência da República exarada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda sessão conjunta da quinta legislatura do Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964.*

*Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.”*

Sr. Presidente, o nosso relatório se limita a dizer tão somente o seguinte.

Primeiro, é triste, mas é necessário resgatar esta noite para que não se repitam mais coisas desta natureza, tudo o que viveram aqueles que padeceram e deram a própria vida num período sombrio, obscuro da nossa história, tiveram, entre as várias razões, essa desastrosa decisão. Como seguramente deve ter bradado Tancredo Neves e tantos outros bravos brasileiros, diria como muitos disseram: essa atitude covarde de traição. Sabendo que estava em solo brasileiro o Vice-Presidente da República, então Presidente, deveriam, sim, tê-lo convocado e ter dado posse ao Presidente da República, num ato absolutamente legítimo, em missão do Congresso Brasileiro, mas não, num ato de traição à Constituição.

E é importante que esta Casa, antes de aprovar a lei, reflita sobre isso.

Falamos muito sobre golpe militar. Mas é preciso que nós tenhamos a coragem de reconhecer que o Congresso Nacional cometeu, naquela noite, uma das páginas obscuras da sua história. E com justa indignação o Senador Pedro Simon não só a relembrou, mas deu o seu testemunho de que havia informações mais do que suficientes para que decisão daquela natureza não fosse proferida. Mas quis o Senador Auro de Moura Andrade fazê-lo. E, ao declarar a vacância, criou, aí sim, o ambiente para o malfadado golpe militar que levou o Brasil a um período de obscurantismo e de ditadura.

Posto isso, Sr. Presidente, cabe a mim, para não me alongar mais e para que possamos concluir este

ato histórico, dizer que não apenas é absolutamente constitucional, que não apenas atende a todos os preceitos regimentais, mas, mais do que isso, atende aos preceitos da boa ética, cumpre o dever histórico e a missão democrática de resgatar a verdade o referido projeto de lei. Portanto, tem não só o nosso parecer favorável, mas, creio eu, o apoio...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – ... se não da unanimidade, porque esse nunca foi o anseio dos verdadeiros democratas, mas da ampla maioria deste Congresso Nacional, que escreve, sim, a partir de agora, com a aprovação deste projeto de resolução, uma bela página, oportuna nesta democracia que ainda vive momentos de tentar reescrever a Proclamação da República para dizer ao povo brasileiro que há, sim, esperança de um Brasil mais justo, mais ético, em que a justiça prevaleça. É preciso que esta Casa demonstre que quer, sim, uma democracia verdadeira e repudia atos que de alguma forma contribuíram para um passado obscuro na nossa República, na nossa Pátria, na nossa Nação.

Portanto, apresento o nosso parecer favorável à apresentação do projeto de resolução, parabenizando o Senador Pedro Simon, o Senador Randolfe e demais Senadores que subscreveram essa brilhante iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu concedo a palavra, intercalando um Senador e um Deputado, ao Senador Randolfe Rodrigues, um dos subscritores desta matéria.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, quero, primeiro, tratar da questão de fato e de direito que estamos enfrentando nesta noite. Estamos tratando aqui da sessão do Congresso Nacional da madrugada de 1º para 2 de abril de 1964. E eu quero aqui, remontando a essa madrugada de 1º para 2 de abril de 1964, destacar duas questões que foram levantadas nessa sessão pelas quais estamos pedindo a nulidade da sessão.

Passo à primeira questão que estamos aqui arguindo.

Aquela sessão, levantada e proposta na madrugada de 1º de abril de 1964, foi convocada pelo então Presidente do Congresso Nacional, o Sr. Senador Auro de Moura Andrade, a partir de uma percepção do Sr. Senador Auro de Moura de Andrade.

E eu quero aqui destacar uma questão de fato que precede.

Nós não estamos aqui, ao contrário do que dizem, falando de nenhuma questão de mérito militar. Estamos falando de um ato civil, de um ato do Congresso Nacional que deu legitimidade, que deu ar de legalidade a um golpe de Estado, de um ato ilegal.

O Sr. Presidente do Congresso Nacional, o Senador Auro de Moura Andrade, cometeu naquele momento um equívoco. Imaginava que o Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, havia saído do território nacional.

Naquele momento, o então Parlamentar Tancredo de Almeida Neves o advertiu. Dizia ele que o Senhor Presidente da República estava em lugar certo e sabido, em Porto Alegre, na casa do Comandante do 3º Exército, inclusive oferecendo o telefone para, se quisesse, falar com ele. Testemunho inclusive do Senador, na época Deputado Estadual, Pedro Simon.

Ao ser instalada, naquele momento, a sessão, neste plenário do Congresso Nacional, foi feita uma questão de ordem, que está na ata da sessão, por parte do Deputado Sérgio Magalhães, Deputado do PTB. Nessa questão de ordem, apresentada pelo Deputado Sérgio Magalhães, dizia o Deputado:

*Sr. Presidente, o Congresso Nacional, com base no Regimento Comum, apresenta uma questão de ordem para dizer que o Congresso Nacional só pode se reunir para inauguração da sessão legislativa, elaboração ou reforma do Regimento Comum, receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República, deliberar sobre o veto apostado pelo Presidente da República, eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, nos termos da Constituição.*

Advertia o Deputado Sérgio Magalhães que não poderia o Congresso Nacional se reunir para uma comunicação apenas.

Essa questão de ordem foi ignorada naquele momento pelo Presidente.

Mais adiante, o próprio Presidente Auro de Moura Andrade fez com que o 1º Secretário lesse um ofício do Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, então Dr. Darcy Ribeiro, em que era dito claramente o seguinte:

*Sr. Presidente do Congresso Nacional, o Sr. Presidente da República incumbiu-me de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar do esbulho criminoso o mandato que o povo lhe concedeu e investido na chefia*

*do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas, no pleno exercício do poder constitucional do seu ministério.*

Portanto, havia sido comunicado ao Presidente do Congresso Nacional que o Presidente da República estava no uso de suas atribuições constitucionais, em pleno território nacional.

O Presidente do Congresso Nacional tinha essa informação. Não poderia convocar arbitrariamente o Congresso Nacional para uma simples comunicação, muito menos, autoritariamente, declarar vaga a Presidência da República com o Presidente da República no exercício dos seus poderes constitucionais e no Território nacional.

Portanto, Sr. Presidente, nós apresentamos esse projeto de resolução. Faço questão de dizer que me honra subscrevê-lo após o Senador Pedro Simon porque ele é o personagem que está entre nós e que acompanhou os fatos e acontecimentos daquele dia, ele é a testemunha real, fiel, leal, daqueles acontecimentos. Ele, 50 anos depois, vem a esta tribuna emocionar todos nós e juntar o passado com o hoje, a memória do ontem com o hoje, com o presente, apontando para o amanhã, para a memória histórica e dizer qual é o papel que devemos ter para o futuro.

Não se constrói um País decente, um País justo, se não tivermos lealdade

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... com a memória histórica. *(Fora do microfone.)* Não se constrói, Sr. Presidente, um País democrático se a Casa guardiã da democracia não reparar as arbitrariedades e as manchas que foram construídas no passado.

Este Plenário, este Parlamento, lamentavelmente, num momento de sua história, destituiu um Presidente da República, rasgando a Constituição quando o Presidente da República, eleito quatro vezes pelo povo brasileiro, duas vezes eleito Vice-Presidente da República, uma vez quando tentaram destituí-lo, foi levado ao poder pela mais bela mobilização do povo brasileiro. Numa quarta vez foi referendado no poder por um plebiscito com 95% do apoio do povo brasileiro e destituído do poder quando tinha o apoio do povo pobre do Brasil.

Inclusive, segundo o relato...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Para concluir, Sr. Presidente. Relato feito pelo Embaixador Americano, na carta a

Lyndon Johnson, Presidente dos Estados Unidos, no dia 2 de abril, no telegrama que enviou ao telegrama dos Estados Unidos disse: “Sr. Presidente, nossos aliados do Brasil saíram vitoriosos, marcham em São Paulo na Marcha com a Família. Só tenho uma nota triste, as camadas mais pobres não participam da Marcha, porque as camadas mais pobres, lamentavelmente, haviam sido vencidas.”

Sr. Presidente, hoje, se Deus quiser e o permitir, repararemos um gravíssimo pecado que esta Casa cometeu contra a democracia. Não se trata de votar contra nada e contra ninguém; trata-se de votar a favor: a favor da história, a favor da democracia, a favor do Brasil, a favor dos dias... *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mais uma vez nós agradecemos aos Senadores Pedro Simon e Randolfe Rodrigues, que são os primeiros subscritores desse Projeto de Resolução.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Benedit.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RONALDO BENEDET** (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srs. Deputados, as palavras de sabedoria, colocadas por Senadores e Deputados, testemunham o orgulho de nosso Partido, o PMDB, como as de Pedro Simon. Suas palavras emocionam. Neste momento, passada a meia-noite, na hora em que se fez a injustiça contra João Goulart, há mais de quarenta e nove anos, na mesma madrugada, faremos para a história do Brasil a justiça que devemos fazer com a anulação do que está manchando a vida deste Congresso Nacional, desfazendo aquele ato daquela malfadada madrugada.

Aqui eu vi um Deputado que tentava desfazer o que acontecerá aqui, que é a anulação daquele ato do Congresso Nacional, o que me fez lembrar como é bela a democracia que nós conquistamos, Pedro Simon. Ela é tão valiosa e importante para o Brasil que até quem defende a ditadura, quem a quer justificar, pode, em um regime democrático, fazê-lo aqui. Se fosse a ditadura que ele quis e quer defender, esse golpe de Estado que foi dado, nos 21 anos de ditadura no Brasil; obviamente, ele não poderia estar aqui a defender sua vontade. É no regime democrático, louvando e saudando a democracia, que até aqueles que defendem o golpe militar, que defendem a ditadura, têm o direito, na democracia, de vir e fazê-lo na democracia.

Mas imaginem só aqueles que aqui ainda estão se nós estivéssemos naquela madrugada de 1964, do dia 1º para o dia 2 de abril. O Brasil cercado de militares, de tanques de guerra, de baionetas, metralhadoras, ameaça de prisão, e nós aqui o que iríamos

votar, Srs. Deputados? Quem iria levantar a não ser uma palavra aqui dentro dos mais corajosos? E assim foi feito, conquistado, provavelmente, sob o mando e o comando submisso às forças militares, que assim muitos ficaram durante muitos anos, durante 21 anos.

Eles, sem votar, declararam a ausência, a vacância do poder do nosso grande Presidente, este grande homem que aqueles que conhecem a sua história – e sou admirador de João Goulart – sabem que não era um comunista. Ele era um homem além do seu tempo, um empresário bem-sucedido. Tudo em que ele colocava a mão era bem administrado e com grande sucesso. Ele era um homem de grande visão, moderna, para aqueles tempos difíceis do Brasil. Um homem voltado para as reformas de base, que queria adiantar o desenvolvimento brasileiro, dando oportunidade de acabar com a pobreza e a miséria no Brasil. Que foi destituído do poder pelo próprio Getúlio Vargas em um momento justificado, porque o seu crime era dobrar o salário mínimo para o povo brasileiro.

Com as coragens de João Goulart, este homem que não era um comunista, mas um homem com propostas progressistas, avançadas, nós poderíamos ter avançado o Brasil, e perdemos 21 anos de desenvolvimento, infelizmente, com a ditadura e com o golpe militar daquela noite, consolidados, infelizmente, pelo Congresso Nacional.

Como disse o Pedro Simon, nosso grande Senador, nosso orgulho do PMDB, agradeço a Deus por estar aqui neste momento e poder reparar esta mancha da história do Congresso Nacional anulando aquela sessão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um grande prazer estar aqui, neste momento, fazendo parte deste resgate da história do Brasil, restabelecendo o mandato de Presidente da República do nosso grande Presidente João Goulart.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, aqui falo, em nome da Bancada do nosso Partido no Senado, dessa que é, como disse, a experiência viva e alguém que efetivamente pode falar desse fato com uma propriedade muito maior do que qualquer um de nós, e refiro-me a essa figura que no aspecto da relação, nós poderíamos dizer, essa figura bonita, essa figura que a todos nós sempre revela a sua integral e completa entrega ao processo democrático e que atravessou essa fase, que é o nosso Pedro Simon.

Falar, Pedro Simon, de João Goulart, depois do testemunho vivo, das palavras de quem vivenciou o período com sua a relação de proximidade ou das suas raízes, fica muito difícil. Mas é possível a gente falar de um João Goulart de hoje e, como disse muito bem V. Ex<sup>a</sup>, para a gente poder registrar na noite de hoje que aqui estivemos, como naquele momento decisivo, que fez com que João Goulart aceitasse o seu primeiro convite para disputar uma cadeira na assembleia legislativa ou como que tivesse a oportunidade de experimentar, ali na chamada Campanha da Legalidade do Rio Grande do Sul, quando aguardava de Montevideu a vinda de alguém que poderia assumir o governo da República.

Poderíamos dizer aqui, Pedro Simon, no dia de hoje, como se estivéssemos vivendo ontem, de um João Goulart que falou da reforma agrária; de um João Goulart que falou da reforma urbana, temas que estão sendo discutidos até hoje; de um João Goulart que falou da reforma na educação, dos pilares da transformação; de um João Goulart que tocou a essência deste País.

E era isso que incomodava, Pedro Simon, o susto era esse. Por isso não foi só o ataque à figura João Goulart, mas toda a manobra, desde a destituição até a sua partida, na realidade, não era apagar João Goulart, mas era apagar ou a tentativa de apagar isso que aqui nós estamos a fazer no dia de hoje.

Portanto, João Goulart se foi, mas, aqui e agora, presente entre nós, está a obra, a vida, a conquista e, principalmente, o caminho que João Goulart trilhou.

Viva João Goulart entre nós! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma sessão simbólica e de grande peso. Que cada Partido fale através de um representante, pelo adiantado da hora, em homenagem à própria dinâmica da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos o que V. Ex<sup>a</sup> propõe.

Deputada Alice Portugal, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Em seguida, nós temos inscritos os Deputados Protógenes Queiroz e Ivan Valente. Ouviremos a todos. Eu entendo que quanto mais Deputados e Senadores puderem falar, mais nós daremos representatividade, legitimidade a este importante momento da vida nacional, em que temos oportunidade de fazer uma reparação da história e do próprio papel do Parlamento nacional

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Artigo 41. Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós já assumimos o compromisso de, no momento exato, nós...

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – É sobre o encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas V. Ex<sup>a</sup> já falou. Foi o primeiro orador.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Artigo 41, Sr. Presidente. É sobre o encaminhamento.

Posso ler para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> combinar esse procedimento, nós ouviremos a Deputada Alice Portugal e em seguida eu darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – É exatamente sobre concessão da palavra. Mas eu respeito V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

Em seguida nós vamos ouvir o Deputado Bolsonaro.

**A SR<sup>a</sup> ALICE PORTUGAL** (PCdoB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, falo como Vice-Líder do Partido Comunista do Brasil, num momento especial da história deste Parlamento, e sem dúvida alguma, nessa condição, com muito mais autoridade, falariam aqui o Deputado Haroldo Lima – 20 anos Deputado –, o ex-Deputado Aldo Arantes, a Deputada Jô Moraes, torturada no cárcere da ditadura, o Deputado falecido Sérgio Miranda, que viveu na clandestinidade, pela perseguição brutal, e tantos outros, que, do Partido Comunista do Brasil, tiveram as suas vidas interrompidas, ceifadas, prejudicadas, sequeladas pela sanha da ditadura militar que teve o golpe civil articulado aqui neste Palácio, nesta Brasília e, que, lamentavelmente, levou o País a uma confusão acerca da legalidade daquele movimento que se organizava. Essa atitude, através do requerimento assinado por um Senador do Norte e outro do Sul – um, jovem; o outro, um antigo combatente da democracia – aqui, nesta noite, nos traz de volta a história. É, sem dúvida, fundamental que o Brasil saiba que o movimento que levou ao golpe militar foi constituído em bases falsas; foi constituído sobre a pedra fundamental de uma mentira; foi alardeado por uma mídia que estava, naquele momento, não sob a égide de corporações, mas sob a égide da força, da coerção, do monitoramento internacional americano e que mentia porque a outra parte da imprensa estava calada, caçada, amedrontada.

Como, de sorte, o povo brasileiro amedrontado; amedrontado com um parlamentarismo que iniciava um processo de reformas reais. Porque Jango, na sua juventude, no seu vigor, apresentava soluções reais para a crise, para a dependência econômica, para a amplitude das relações políticas do Brasil com o mundo.

E como comunista – isso que pode ainda arrepiar viúvas da ditadura – digo que Jango não era comunista, mas era apreciado, era de fato elogiado e reconhecido por nós. O Partido Comunista foi utilizado como bode expiatório. Éramos um partido antigo, como somos, mas éramos um partido dividido, um partido que se reorganizava da velha tradição de 1922 e que, sem dúvida, em debate iniciado em 1962, dividia-se, uns pró-soviéticos, outros com uma visão brasileira.

Não foi o Partido Comunista que incendiou a possibilidade de se fazer do Brasil uma pátria comunista.

Longe disso, estávamos a traduzir a luta do povo pelas reformas democráticas, como hoje estamos, nesse mais largo período de democracia da história da República, e, pela primeira vez, nos 91 anos de existência, com 28 anos de legalidade e muito gratos aos aliados, em especial, ao velho MDB, ao velho PMDB.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante do Partido Comunista do Brasil, elevamos a mão de maneira clara para votar a favor da anulação daquela vergonhosa madrugada de 1º de abril, que subordinou o povo. Hoje, 20 de novembro, quando Castro Alves disse ao povo brasileiro que preferia, em relação à escravidão, ver a nossa Bandeira rota na batalha do que servindo a um povo de mortalha, digo que essa ata é uma mortalha da liberdade do povo brasileiro. Vamos rasgá-la na noite de hoje para que nunca mais se repita. Sem dúvida alguma, para nós, é motivo de honra ouvir o Senador Pedro Simon, ouvir o jovem Senador que neste momento traz esta iniciativa.

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> ALICE PORTUGAL** (PCdoB – BA) – Para finalizar, Sr. Presidente, o PCdoB votará “sim” para que possamos corrigir o grave erro que subjugou o Brasil por mais de 25 anos.

Muito obrigada.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Sr. Presidente, para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma reclamação, há precedência para a reclamação. Eu elogio esse espírito democrático de V. Ex<sup>a</sup>, mas penso que estamos aqui, especialmente os da Câmara dos Deputados,

não sei se os do Senado, desde muito cedo em atividades. Eu pediria a compreensão, já fizemos isso em outras oportunidades na Câmara, de votarmos logo a matéria e os discursos continuarem depois. Isso é habitual na Câmara.

Eu faço como reclamação por uma razão, porque, em matéria que desperta tanto clamor político, é costume ter uma limitação das discussões, dos encaminhamentos. Acho que V. Ex<sup>a</sup> já superou, até por uma generosidade democrática. Este debate está esgotado. Então, penso que está na hora de votar, sem que depois se retire a palavra de quem quer que seja.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Art. 41, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero cumprimentar o Deputado Miro Teixeira e dizer que, se não houver objeção da Casa, nós adotaremos o procedimento sugerido por V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, uma observação, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputada Rose de Freitas.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu normalmente fico calada, prestando atenção, pois tenho muito a aprender.

É a primeira vez, em toda minha vida nesta Casa, que vou, mesmo sendo voto vencido, contrariar o Deputado Miro Teixeira.

O que nós ouvimos aqui, os que falaram, os que ainda gostariam de falar, estão contribuindo decisivamente para remontar esse período da história para aqueles que estão lá fora, que nos verão amanhã, ouvirão, para que os que estão aqui saibam o que aconteceu.

Quero dizer que agradeço a Deus, primeiro, por estar aqui; segundo, por estar diante do Pedro Simon e ter capacidade de ouvi-lo, ouvir o Senador Randalfe, o Walter Pinheiro, ouvir a Alice Portugal, todos conclamando a história, o resgate, a anulação de um ato arbitrário, de um gesto ditatorial que o Congresso escreveu nas suas páginas.

Então, nunca será demais, ainda que pese ao Orçamento da União, ainda que fiquemos indormidos, mas nunca, disse o Senador Pedro Simon...

*(Interrupção de Som.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Presidente, eu insisto na minha reclamação, por favor.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – ... V. Ex<sup>a</sup> estará na página dessa história. Eu passei por uma servidora e disse assim: "Você também está aqui". Para

dizer que por estar aqui e por ser este momento, não há outro igual, nada parecido, nada com essa atitude política, com essa altivez política, num momento histórico como esse. Acho que todos deveriam ter o direito de falar, ainda que ficássemos indormidos.

Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, porque, se não fosse V. Ex<sup>a</sup> que estivesse presidindo o Congresso, talvez outro não estivesse com a mesma determinação.

Nunca pensei que pudesse eu, uma índia tupiniquim, chegar aqui ao Congresso Nacional e ser Constituinte, muito menos fazer parte de um momento histórico que realmente resgata, ainda que não possa anular...

*(Interrupção de Som.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – ... não poderá, de forma nenhuma, se esquecer do que V. Ex<sup>a</sup> ajudou a concretizar na sessão de hoje.

Agradeço a palavra de todos e quero que meus filhos e netos se lembrem desta data, sobretudo do que estamos fazendo aqui. Não é uma coisa qualquer; nós estamos fazendo a verdadeira história democrática e plena que este País merecia nunca ter perdido por um momento sequer, e perdeu por 21 anos.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Só colocar, como Líder do PSOL, inscrito aí, que concordo com o encaminhamento do Deputado Miro Teixeira. Acho que devemos votar e posteriormente...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – ... poderemos falar. Mais do que isso, votada essa medida simbólica, histórica, devemos fazer uma sessão solene do Congresso Nacional para restaurar a verdade aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O bom senso recomenda que sigamos a recomendação do Deputado Miro Teixeira e sigamos também a recomendação do Deputado Ivan Valente no sentido de que possamos fazer uma sessão do Congresso Nacional para proclamarmos a anulação definitiva daquela sessão do Congresso Nacional que enodou a nossa História. *(Palmas.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – E aí todo mundo fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E aí todos falarão.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Art. 41, só para V. Ex<sup>a</sup> encerrar a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Bolsonaro.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Art. 41, Sr. Presidente.

O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário. Essa quantidade de Parlamentares já extrapolou.

Então, peço que V. Ex<sup>a</sup> encerre a discussão e...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> porque...

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – ... entre no art. 155, Sr. Presidente, pelo processo de votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, porque a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> consubstancia o que foi sugerido pelo Senador Miro Teixeira. Aliás, materializa, corporifica na forma do Regimento.

Em votação o Requerimento nº 6, na Câmara dos Deputados, de urgência, para apreciação do Projeto de Resolução nº 4, de 2013.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Peço processo nominal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço processo nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovado na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente, art. 155.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Sr. Presidente, qualquer matéria da Câmara dos Deputados está preclusa. Agora é votação no Senado.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> atropelou. Por favor, Sr. Presidente. Ontem, V. Ex<sup>a</sup> falou que eu estava certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir que eu responda à questão de ordem, eu responderei.

Na sessão anterior, nós aceitamos o pedido de verificação colocado pelo Deputado Jair Bolsonaro.

Como todos sabem, o art. 155 do Regimento da Câmara dos Deputados diz o seguinte:

*Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre matéria de*

*relevante e inadiável interesse nacional [que é o caso], a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem esse número, aprovada pela maioria absoluta dos Deputados, sem a restrição contida no §2º do artigo antecedente.*

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Só para complementar, a maioria absoluta não se encontra aqui, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Estou respondendo à questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>, depois darei a palavra, pacientemente, como fiz até este momento da sessão.

**O SR. GUILHERME CAMPOS** (PSD – SP) – Presidente, só queria registrar meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Entretanto, a Constituição Federal e como todos sabem o Regimento é um conjunto de normas que são votadas para organizar os trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional. Os Regimentos não podem ser colocados acima da Constituição. E a Constituição no seu art. 47 diz: “Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros”.

Então, V. Ex<sup>a</sup> contra todos os Líderes, todas as Bancadas, isoladamente, não pode paralisar, imobilizar os trabalhos do Congresso Nacional, contrariando expressamente a Constituição Federal.

Nós aceitamos a questão de ordem levantada por V. Ex<sup>a</sup> na outra sessão, mas agora não poderemos fazê-lo para não perdermos a oportunidade de repararmos a História e de repararmos, como disse, o próprio papel constitucional do Parlamento. *(Palmas.)*

Votação no Senado.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento. *(Palmas.)*

Aprovado o Requerimento, passa-se à aprovação da matéria.

**Item extrapauta:**

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2013-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 2013, do Congresso Nacional, que torna nula a declaração de vacância da Presidência da República, efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional, durante a sessão conjunta de 1 e 2 de abril de 1964.

Como todos sabem, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, não poderia ter anunciado a vacância do cargo. Anular aquela sessão é reconhecer que Jango foi deposto e também significa uma desculpa histórica que o Congresso Nacional deve ao País e aos seus cidadãos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Deputado Domingos Sávio, que foi indicado para relatar a matéria, ele já proferiu seu parecer durante sua intervenção.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente, o relatório já está inclusive assinado e à disposição da Mesa Diretora do Congresso Nacional.

É o seguinte o parecer na íntegra:

## **PARECER Nº 99, DE 2013 - CN**

Das MESAS DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013, dos Senadores PEDRO SIMON e RANDOLFE RODRIGUES, e outros Senhores Deputados e Senadores, *que torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.*

RELATOR:

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013, de autoria dos Senadores PEDRO SIMON e RANDOLFE RODRIGUES, e outros Senhores Deputados e Senadores, tem por finalidade “declarar nula a declaração de vacância da Presidência da República exarada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda sessão conjunta da quinta legislatura do Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964”.

Na justificação, os autores assim apresentam a necessidade da medida veiculada pelo Projeto:

[...] Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o então Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, contrariando o art. 85 da Constituição Federal de 1946, que determinava que “o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País sem permissão do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo” declarou vaga a Presidência da República, quando, na verdade, o Presidente João Goulart se encontrava em território nacional.

.....

Em poucos minutos, sem discussão, Jango foi usurpado do cargo de Presidente da República, num ato unilateral do então Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade.

O presente projeto de resolução tem a finalidade de demonstrar que o Congresso Nacional brasileiro, passados 49 anos desse descalabro, não se mantém curvado às circunstâncias que levaram ao regime totalitário e repudia de forma veemente a importante contribuição ao golpe, dada pelo então presidente desta Casa congressual.

Trata-se do resgate da história e da verdade, visando tornar clara a manobra golpista levada a cabo no plenário deste Congresso Nacional na madrugada de 2 de abril de 1964 e corrigir, ainda que tardiamente, uma vergonha histórica para o Poder Legislativo brasileiro.

O Projeto dispõe dos requisitos necessários para sua tramitação, na forma do art. 128 do Regimento Comum.

## II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 130 do Regimento Comum, para proposição dessa espécie, as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados podem oferecer parecer único sobre o projeto.

A iniciativa é altamente louvável. Atualmente, o Brasil busca proceder à necessária reconciliação com o seu passado recente, dos tempos das noites de chumbo da ditadura. Enfrenta, por isso mesmo, o grande desafio de reescrever a sua história, de recuperar memórias perdidas na longa luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

Cumprе recordar que João Goulart assumiu a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Exerceu o seu mandato sob severas pressões, internas e externas, mas procurou manter a estabilidade política e preservar os fundamentos democráticos da República brasileira.

Deposto pelo Golpe Militar de 1964, Jango optou pelo exílio, para assim evitar consequências imprevisíveis que poderiam advir da resistência a sua deposição, com a possível precipitação do País em guerra civil, com derramamento de sangue de vítimas inocentes.

A reconstrução do passado implica, também, a criação de novos marcos da memória nacional. Perfilando-se com este sentimento, o Congresso Nacional propõe-se a promover a reparação histórica do mandato cassado de João Goulart, por meio do presente projeto de resolução, que declara nula a declaração de vacância da Presidência da República proferida pelo Senador Auro de Moura Andrade, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional,

na 2ª sessão conjunta do Congresso Nacional, em 2 de abril de 1964, da 2ª sessão legislativa da 5ª Legislatura (posteriormente, renumerada como 42ª Legislatura pelo Decreto Legislativo nº 79, de 1979).

Ocorre que, nesse dia, João Goulart encontrava-se em território nacional, em viagem ao Rio Grande do Sul, não havendo suporte fático para a vacância da Presidência da República. Como se sabe, um dos requisitos de formação do ato administrativo é o seu motivo ou causa, caracterizado pela situação de direito ou de fato que determina ou autoriza sua realização. Ausente tal elemento integrante da perfeição do ato, justifica-se a declaração de sua nulidade.

Com este projeto, revestido de grande simbolismo, o Congresso Nacional espera contribuir para renovar e solidificar os valores e práticas do regime democrático, aprofundando seu forte compromisso com os princípios mais elevados da Carta Constitucional.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013.

Sala das Sessões,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. M. J. S.', written in a cursive style.

, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mais uma agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, se for possível, um minuto para discutir. Não mais do que isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em discussão.

Eu vou conceder a palavra por um minuto ao Deputado Jair Bolsonaro.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma coisa ficou muito clara aqui. Vários Parlamentares falaram que o Congresso deu um golpe. E eu entendo, Sr. Presidente, que a participação militar, a partir de 9, em especial, 15 de abril, foi para exatamente evitar um mal maior ao nosso País.

Eu não vou dizer que estou satisfeito com o que aconteceu na sessão de hoje aqui, porque eu queria votação nominal, apesar de, com toda certeza, ter apenas o meu voto lá, verde ou vermelho, mas em parte fico satisfeito – repetindo – por um Congresso Nacional e várias Lideranças, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, reconhecerem que um golpe que teria sido dado foi dado por este Congresso Nacional. E faltaram alguns complementos aqui também, quando falaram que João Goulart estava em Porto Alegre. Sim, estava lá, só que estava ao lado da tropa, e um banho de sangue iria se realizar. Essa tropa não ficou ao lado dele, e ele foi obrigado a sair do nosso País.

Eu agradeço a atenção, a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, aos pronunciamentos de nossos colegas, em reconhecer que o golpe, se houve, não foi dado pelos militares.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Protógenes Queiroz.

**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** (PCdoB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, o exemplo do filho do Presidente João Goulart, carinhosamente Jango, João Vicente Goulart, aqui presente. Sou filho da ditadura. Meu pai, João Vicente, era militar da Marinha de Guerra à época do Golpe de 64.

Quero chamar a atenção dos vossos Parlamentares. Na véspera que antecedeu essa madrugada de meia-noite e trinta, nesse exato momento, nós comemoramos aqui o Dia da Consciência Negra, resgatando o histórico e a importância do povo negro na história do Brasil. Resgate esse continuado nesta Casa, Sr. Presidente Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, que nos dá a honra de V. Ex<sup>a</sup> presidir esta histórica sessão, em que esse memorável Senador da República, Pedro Simon, nos deu o tom daquela realidade do passado, do dia 1º de abril, Srs. Deputados, Srs., Senadores. Primeiro de abril é o dia da mentira. Primeiro de abril é o dia da vergonha. Primeiro de abril...

Estamos resgatando aqui a verdade desse 1º de abril, que, mentirosamente, esse ex-Presidente, que enodoou o Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, com uma mentira premeditada, auxiliado pelo golpe militar...

Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs. Deputados, ao resgatar essa memória, uma coincidência de temas – uma coincidência de temas –, ato ilegal, foi dito aqui, ato inconstitucional. Aqui está o nosso festejado escritor Elio Gaspari, que coloca aqui: “Enquanto o Presidente voava para o Rio Grande do Sul, Auro de Moura Andrade, baseado nos fatos e no Regimento, declarou vaga a Presidência da República e organizou uma cerimônia bizarra, no meio da madrugada, acompanhado” – por quem? – “pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal”.

Será que há alguma coincidência? Será que há alguma coincidência nesta data de hoje, Srs. Deputados, Srs. Senadores? Não vou me referir a quais atos ilegais e inconstitucionais praticados nesta República, e este Congresso Nacional tem o dever constitucional de reparar e de resgatar o respeito ao Brasil, o respeito ao povo brasileiro, o respeito a quem votou em V. Ex<sup>as</sup> que estão aqui presentes neste Congresso Nacional.

É isso a que serve o Congresso Nacional. É ao respeito à Constituição da República. É ao respeito ao povo brasileiro. É a resgatar a verdade e enterrar a mentira aqui, saudosamente, mencionada por aqueles que se distanciam da realidade e vivem nos escombros e no mofo da ditadura militar, que não tem mais espaço.

Eu posso falar, porque eu sou filho dessa ditadura militar. Eu posso falar, porque eu sou Deputado Federal do Partido Comunista do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Sr. Presidente, se eu retirar a minha inscrição, nós passamos à votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passamos à votação.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PROS – RJ) – Então, retiro a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E passamos à votação, como consequência.

Declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL – SP) – Viva Jan-  
go, viva a democracia, viva o Brasil.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Sr.  
Presidente, pela ordem.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP – RJ) – Sr.  
Presidente, só registra o meu voto contrário, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Contra os votos dos Deputados  
Jair Bolsonaro e Guilherme Campos.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Sr.  
Presidente, pela ordem.

O senhor está em votação ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos proceder à vota-  
ção no Senado.

Em votação, no Senado.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que apro-  
vam o projeto de resolução que anula aquela fatídica  
sessão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado. (*Palmas.*)

Anular aquela sessão é uma maneira póstuma  
de reposição da verdade.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2013-CN**

**Torna nula a declaração de vacância da Pre-  
sidência da República efetuada pelo Presidente  
do Congresso Nacional durante a segunda sessão  
conjunta de 2 de abril de 1964.**

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Declarar nula a declaração de vacância da  
Presidência da República exarada pelo Presidente do  
Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade,  
na segunda sessão conjunta, da quinta legislatura do  
Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de  
sua publicação.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PT – RJ. Sem  
revisão do orador.) – Presidente, apenas requerendo  
oralmente a V. Exª, na mesma linha do que fez o Depu-  
tado Ivan Valente, que a promulgação seja feita num ato  
solene do Congresso Nacional, inclusive com convite a  
instituições que foram aqui citadas, como a Ordem dos  
Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Impren-  
sa e tantas outras, para que possam participar desse  
momento de correção da história do nosso Parlamento.

Que seja um grande ato, numa hora adequada,  
com a participação mais intensa possível da socieda-  
de civil brasileira.

Parabéns, Presidente.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – Pela  
ordem, Presidente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/Pros – RJ) – Pre-  
sidente, também subscrevo o requerimento do Depu-  
tado Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Faremos o que pedem V. Exªs.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES. Pela  
ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu su-  
geri a V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Deputada Rose de Freitas.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB – ES) – ...que  
fizesse, se for possível, lógico, circular uma edição espe-  
cial histórica apenas com essa votação de hoje, para que  
aqueles que não têm a possibilidade de ver ou ouvir, que  
faça chegar à mão dos brasileiros o *Diário Oficial* com o  
resultado dessa votação histórica de hoje, se V. Exª puder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª e fare-  
mos exatamente o que V. Exª pede.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Sr.  
Presidente, apenas para registrar que o Partido Ver-  
de está fazendo parte da história que resgata a ver-  
dadeira história.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Com satisfação, nós registra-  
mos a participação do Partido Verde nessa histórica  
decisão do Congresso Nacional.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Go-  
verno/PT – SP) – Sr. Presidente, indago se é possível  
votar o Item 9, conforme acordado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos prosseguir na nossa  
Ordem do Dia, votando todos os créditos acordados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Go-  
verno/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – ...com a aquiescência e con-  
tando, mais uma vez, com a paciência dos Deputados,  
das Deputadas, dos Senadores e das Senadoras.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu  
pediria a V. Exª que nos informasse quais são os cré-  
ditos acordados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – São os que estão na pauta,  
apenas os que estão na pauta.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – São  
vinte e tantos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco  
Maioria/PMDB – AL) – É, são vinte créditos, mas é

uma oportunidade para que possamos aprová-los. São créditos orçamentários, e o dia a dia do País...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu sei, nós votamos na CMO. O problema é que nós estamos com a suspensão da Comissão Mista de Orçamento, para deliberar ou não o relatório preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, mas nós já combinamos um procedimento com o Senador Edison Lobão, para que possamos trabalhar no sentido de resgatar esse tempo perdido, de modo a apreciarmos o projeto de lei orçamentária ainda este ano. É um compromisso de todos, e eu quero mais uma vez...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, se nós formos votar os vinte créditos, eu acho que vai comprometer a votação do relatório preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, se não houver discussão, nós fazemos isso rapidamente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, como todos...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Poderíamos votar dez créditos e votar o relatório preliminar. Já é meia-noite e quarenta...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, se os PLNs foram aprovados na Comissão Mista de Orçamento, lá já foi feita a discussão, a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria suspender a sessão por dois minutos e convidar todos os Deputados e Senadores para que nós possamos registrar este momento histórico. Em seguida, nós retomaremos a sessão do Congresso Nacional.

*(A sessão é suspensa à 0 hora e 40 minutos e reaberta à 0 hora e 44 minutos, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, **Item 3:**

### **PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4, de 2013-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”, tendo

– Parecer nº 54, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 54, que teve como Relator o Deputado Fábio Ramalho, concluiu pela aprovação do projeto.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Votação, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, nos termos do parecer.

Passamos à votação, no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

### **PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2013 – CN**

### **MENSAGEM Nº 46, DE 2013 – CN (Nº 219/2013, na origem)**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
 UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DE TRABALHO			Crédito Suplementar						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
2014			Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						230.000.000
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
20 608	2014 099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)							230.000.000
20 608	2014 099F 0001	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) - Nacional							230.000.000
			F	3	2	90	0	388	230.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									230.000.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									230.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 4** da pauta:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica”. – Parecer nº 65, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo.

Ao projeto de lei foram apresentadas 22 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 65, de 2013, concluiu pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 7 e 11; aprovação parcial das Emendas nºs 2, 5,

17, 18, 20 e 21, na forma do substitutivo apresentado, e pela inadmissão ou rejeição das demais emendas.

Discussão do projeto e do substitutivo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto e o substitutivo, declaramos encerrada a discussão.

Eu vou colocar em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos à votação, no Senado Federal.

Em votação, no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Fica prejudicado o projeto e a matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

## [SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 6, DE 2013-CN]

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

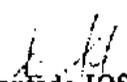
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Sala da Comissão, em

  
Deputado **JOSÉ ROCHA**  
Relator

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes  
UNIDADE: 39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I		CRÉDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO)/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	R	R	7	VALOR
		P	D	3	0	5	
2072	Transporte Ferroviário						129.700.000
	<b>PROJETOS</b>						
24783	2072 1424						127.000.000
	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul						
24783	2072 1424 0801						121.000.000
	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul - Nacional						
	Áreas recuperadas (4 de execução física) = 94	P	4	3	00	0	100
							121.000.000
24783	2072 2744						200.000
	Adequação de Linha férrea - no Município de Dois Córregos - no Estado de São Paulo						
24783	2072 2744 0835						100.000
	Adequação de Linha férrea - no Município de Dois Córregos - no Estado de São Paulo - ao Estado de São Paulo						
	Projeto Elaborado (4 de execução física) = 1	P	4	3	00	0	100
							100.000
2075	Transporte Rodoviário						5.000.000
	<b>PROJETOS</b>						
25783	2075 1424						5.000.000
	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul						
25783	2075 1424 0831						5.000.000
	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul - No Estado de Minas Gerais						
	Áreas recuperadas (14 de execução física) = 4	P	4	3	00	0	100
							5.000.000
	TOTAL - FISCAL						134.700.000
	TOTAL - GERAL						134.700.000

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes  
 UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/ELEMENTO/PROJETO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR	
		1	2	3	4	5	6		
2075	Transporte Rodoviário							133.772.439	
		PROJETOS							
26782	2075 1225	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Imperatriz - no BR-010 - no Estado do Maranhão						5.000.000	
26782	2075 1335 0430	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Imperatriz - na BR-310 - no Estado do Maranhão - No Município de Imperatriz - MA Trecho adequado (km) = 1	P	4	3	30	0	100	5.000.000
26782	2075 1420	Adequação de Trecho Rodoviário - Entrocamento BR-232 (Rio Caetano) - Entrocamento BR-424/PE-218 (Caranhama) - na BR-423 - No Estado do Pernambuco						17.000.000	
26782	2075 1420 0020	Adequação de Trecho Rodoviário - Entrocamento BR-232 (São Caetano) - Entrocamento BR-424/PE-218 (Caranhama) - na BR-423 - No Estado do Pernambuco Trecho adequado (Km) = 3	P	4	3	30	0	100	17.000.000
26782	2075 1421	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Macaé (viaduto PZF) - Entrocamento BR-104/111 - no Estado de Alagoas						17.000.000	
26782	2075 1421 1315	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Macaé (viaduto PZF) - Entrocamento BR-104/111 - no Estado de Alagoas - No Município de Macaé - AL Obras executadas (% de execução física) = 50	P	4	3	30	0	100	17.000.000
26782	2075 1422	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Rafael Jambeiro (Viaduto Distrito de Paraguanã) - na BR-142 - no Estado de Bahia						13.320.484	
26782	2075 1422 2245	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Rafael Jambeiro (Viaduto Distrito de Paraguanã) - na BR-142 - no Estado de Bahia - No Município de Rafael Jambeiro - BA Obras executadas (% de execução física) = 98	P	4	3	30	0	100	13.320.484
26782	2075 1423	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101 - no Estado de Pernambuco						44.300.000	
26782	2075 1423 1025	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101 - no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE Trecho construído (km) = 3	P	4	3	30	0	100	44.300.000
26782	2075 1637	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Ji-Paraná - na BR-164 - no Estado de Rondônia						14.662.000	
26782	2075 1637 0011	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Ji-Paraná - na BR-164 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia Trecho pavimentado (km) = 14	P	4	3	30	0	100	14.662.000
26782	2075 1845	Construção de Interação na Linha Fátima - no Município de Londrina - no Estado do Paraná						500.000	
26782	2075 1845 4201	Construção de Interação na Linha Fátima - no Município de Londrina - no Estado do Paraná - No Município de Londrina - PR Obras executadas (% de execução física) = 0	P	4	3	30	0	100	500.000
26782	2075 1851	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Jequié (sobre a BR-116) - na BR-110 - no Estado da Bahia						11.390.013	
26782	2075 1851 2320	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Jequié (sobre a BR-116) - na BR-110 - no Estado da Bahia - No Município de Jequié - BA Obras executadas (% de execução física) = 10	P	4	3	30	0	100	11.390.013
26782	2075 1880	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Barra do Garças - na BR-071 - no Estado de Mato Grosso						3.000.000	
26782	2075 1880 1053	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Barra do Garças - na BR-071 - no Estado de Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso	P	4	3	30	0	100	3.000.000
26782	2075 1942	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará						2.000.000	
26782	2075 1942 0013	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará - no Estado do Pará Trecho adequado (km) = 1	P	4	3	30	0	100	2.000.000
26782	2075 1943	Construção de Passarelas - no Município de Congonhas (no km 50), Comunidade de Fátima - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais						500.000	
26782	2075 1943 1032	Construção de Passarelas - no Município de Congonhas (no km 50), Comunidade de Fátima - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais - no Estado de Minas Gerais Projeto Elaborado (% de execução física) = 10	P	4	3	30	0	100	500.000
26782	2075 1945	Construção de Travessia Subterrânea para Pedestres - no Município de São Vito (bairro Brigadeiro) - na BR-174 - no Estado de Goiás						2.500.000	
26782	2075 1945 1014	Construção de Travessia Subterrânea para Pedestres - no Município de São Vito (bairro Brigadeiro) - na BR-174 - no Estado de Goiás Projeto Elaborado (% de execução física) = 10	P	4	3	30	0	100	2.500.000
26782	2075 1946	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Guatá - na BR-272 - no Estado do Paraná						1.000.000	
26782	2075 1946 0043	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Guatá - na BR-272 - no Estado do Paraná - no Estado do Paraná						1.000.000	



ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes  
 UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I		CRÉDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	1	2	3	4	5	6	7	VALOR
		P	A	J	S	C	T	X	
2075	Transporte Rodoviário								135.472.435
	PROJETOS								
26782	2075 122W	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - em BR-415 - No Estado da Bahia							15.000.000
26782	2075 122W 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415 - No Estado da Bahia - No Estado da Bahia							15.000.000
		P	4	3	50	0	100		15.000.000
26782	2075 130V	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento MG-422 (Resplendor) - na BR-159 - no Estado de Minas Gerais							500.000
26782	2075 130V 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento MG-422 (Resplendor) - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							500.000
		P	4	2	90	0	100		500.000
26782	2075 141E	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Clapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-154 - no Estado do Amapá							30.000.000
26782	2075 141E 0016	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Clapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-154 - no Estado do Amapá - No Estado do Amapá							30.000.000
		P	4	3	90	0	100		30.000.000
26782	2075 7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/PI - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco							15.000.000
26782	2075 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							15.000.000
		P	4	3	50	0	100		15.000.000
26782	2075 7630	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Margaritão - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro							15.000.000
26782	2075 7630 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Margaritão - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							15.000.000
		P	4	3	50	0	100		15.000.000
26782	2075 7883	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 569,21) - Contorno Montes Claros - Trave Mirabela (Km 289,41) - na BR-133 - no Estado de Minas Gerais							20.000.000
26782	2075 7883 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 569,21) - Contorno Montes Claros - Trave Mirabela (Km 289,41) - na BR-133 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							20.000.000
		P	4	3	50	0	100		20.000.000
26782	2075 7272	Construção de Traversia Urbana - no Município de Santo Antônio da Jesus - na BR-101 - no Estado da Bahia							25.310.439
26782	2075 7272 2275	Construção de Traversia Urbana - no Município de Santo Antônio da Jesus - na BR-101 - no Estado da Bahia - No Município de Santo Antônio da Jesus - BA							25.310.439
		P	4	2	90	0	100		25.310.439
26782	2075 7256	Adequação de Trecho Rodoviário - no Município de Forte Velho - Km 796,9 - Km 723,1 - na BR-364 - no Estado de Rondônia							14.662.000
26782	2075 7256 1116	Adequação de Trecho Rodoviário - no Município de Forte Velho - Km 704,9 - Km 723,1 - na BR-364 - no Estado de Rondônia - No Município de Forte Velho - RO							14.662.000
		P	4	2	50	0	100		14.662.000
	TOTAL - FISCAL								135.472.435
	TOTAL - GERAL								135.472.439

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero, mais uma vez, fazer um apelo ao Deputado Claudio Cajado para que nós possamos avançar nesta pauta.

Eu sei do seu espírito público e do compromisso com o País e se nós pudermos avançar nesta madrugada no rumo da Ordem do Dia, com a qual todos nós, durante o dia, de uma forma ou de outra, nos comprometemos, eu acho que será bom para o Brasil.

Item 5 da pauta, quer dizer, item 3 dos créditos.

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, de 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$942.240.394,00 (novecentos e

quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 70, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 70, que teve como Relator o Deputado Pedro Novais, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição ou inadmissão das emendas.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

## **PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2013-CN MENSAGEM Nº 73, DE 2013-CN (Nº 344/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, no valor de R\$ 932.320.583,00 (novecentos e trinta e dois milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e três reais), sendo:

a) R\$ 400.809.937,00 (quatrocentos milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais) de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

b) R\$ 528.170.646,00 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e setenta mil, seiscentos e quarenta e seis reais) de Contribuição do Salário-Educação;

c) R\$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

d) R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 5.425.443,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.494.368,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14007 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									47.155
ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							47.155
02 122	0570 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	F	3	2	90	0	300	47.155
<b>TOTAL - FISCAL</b>									47.155
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									47.155

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									400.000
PROJETOS									
02 122	0570 7017	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Anajatuba - MA							400.000
02 122	0570 7017 0560	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Anajatuba - MA - No Município de Anajatuba - MA	F	4	2	90	0	100	400.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									400.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									400.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									4.727.925
ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							4.727.925
02 122	0570 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	150	4.727.925
<b>TOTAL - FISCAL</b>									4.727.925
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									4.727.925

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									60.000
ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							60.000
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	F	3	2	90	0	300	60.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									60.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									60.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14326 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									77.213
ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							77.213
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	F	4	2	90	0	100	77.213
<b>TOTAL - FISCAL</b>									77.213
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									77.213

ÓRGÃO: 15000 - Justiça de Trabalho  
 UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									77.213
ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							77.213
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	F	4	2	90	0	100	77.213
<b>TOTAL - FISCAL</b>									77.213
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									77.213

			S	N	P	O	U	T			
			F	D		D		E			
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista										235.000	
PROJETOS											
02 122	0571 1M97	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG							235.000		
02 122	0571 1M97 2056	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG							235.000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>			F	4	2	90	0	100	235.000		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										0	
<b>TOTAL - GERAL</b>										235.000	

ÓRGÃO: 15009 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D		D		E			
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista										1.540.000	
PROJETOS											
02 122	0571 127M	Restauração de Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM							1.540.000		
02 122	0571 127M 0101	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM - No Município de Manaus - AM							1.540.000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>			F	3	2	90	0	350	1.540.000		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										0	
<b>TOTAL - GERAL</b>										1.540.000	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D		D		E			
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista										697.518	
ATIVIDADES											
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							697.518		
02 061	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							697.518		
<b>TOTAL - FISCAL</b>			F	3	2	90	0	150	697.518		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										0	
<b>TOTAL - GERAL</b>										697.518	

ÓRGÃO: 15008 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D		D		E			
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista										1.800.000	
ATIVIDADES											
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.800.000		
02 061	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							1.800.000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>			F	3	2	90	0	389	1.800.000		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										0	
<b>TOTAL - GERAL</b>										1.800.000	

ÓRGÃO: 26090 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D		D		E			
2938 Educação Básica										358.988,583	
ATIVIDADES											
12 368	2030 20BJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica							167.216,936		
12 368	2030 20BJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica - Nacional							167.216,936		
12 368	2030 20RO	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	F	3	2	90	0	312	86.716,936		
12 368	2030 20RO 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional	F	4	2	90	0	312	81.000,000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>			F	3	2	90	0	312	191.263,647		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										0	
<b>TOTAL - GERAL</b>										358.988,583	

ÓRGÃO: 26090 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
2030		Educação Básica								570.000,000
			ATIVIDADES							
12 368	2030 2030	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							570.000,000	
12 368	2030 2030 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							570.000,000	
			S F	3 3	2 2	90 90	0 0	312 313	41 829,354	
<b>TOTAL - FISCAL</b>									570.000,000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0	
<b>TOTAL - GERAL</b>									570.000,000	

ORGÃO: 34000 - Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I			Crédito Suplementar						VALOR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0581		Defesa da Ordem Jurídica								3.675,000
			PROJETOS							
03 122	0581 11KE	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS							3.000,000	
03 122	0581 11KE 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							3.000,000	
03 122	0581 1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	F	4	2	90	0	100	3.000,000	
03 122	0581 1203 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							110,000	
03 122	0581 1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI	F	4	2	90	0	100	110,000	
03 122	0581 1203 0921	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							65,000	
03 122	0581 1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE	F	4	2	90	0	100	65,000	
03 122	0581 1203 1608	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE - No Município de Caruaru - PE							500,000	
03 122	0581 1203 1608	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE - No Município de Caruaru - PE							500,000	
<b>TOTAL - FISCAL</b>									3.675,000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0	
<b>TOTAL - GERAL</b>									3.675,000	

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO II			Crédito Suplementar						VALOR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0578		Gestão de Processo Eleitoral								47,155
			PROJETOS							
02 122	0578 7E46	Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal							47,155	
02 122	0578 7E46 0101	Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Em Brasília - DF							47,155	
			F	4	2	90	0	100	47,155	
<b>TOTAL - FISCAL</b>									47,155	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0	
<b>TOTAL - GERAL</b>									47,155	

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

ANEXO II			Crédito Suplementar						VALOR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0578		Gestão de Processo Eleitoral								400,000
			PROJETOS							
02 122	0578 5439	Construção de Cartórios Eleitorais							400,000	
02 122	0578 5439 7000	Construção de Cartórios Eleitorais - Na Região Metropolitana de São Luís							400,000	
			F	4	2	90	0	100	400,000	
<b>TOTAL - FISCAL</b>									400,000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0	
<b>TOTAL - GERAL</b>									400,000	

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							60.000
PROJETOS									
02 122	0570 14MR	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE							60.000
02 122	0570 14MR 0101	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no Município de Ipojuca - PE - No Município de Ipojuca - PE	F	5	2	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							77.213
PROJETOS									
02 122	0570 1411	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Miracema do Tocantins - TO							77.213
02 122	0570 1411 0484	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Miracema do Tocantins - TO - No Município de Miracema do Tocantins - TO	F	4	2	90	0	100	77.213
TOTAL - FISCAL									77.213
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.213

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdiccional Trabalhista							235.000
PROJETOS									
02 122	0571 1M91	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Divinópolis - MG							235.000
02 122	0571 1M91 2589	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Divinópolis - MG - No Município de Divinópolis - MG	F	4	2	90	0	100	235.000
TOTAL - FISCAL									235.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									235.000

ORGÃO: 34000 - Ministério Público da União									
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							3.675.000
PROJETOS									
03 122	0581 10TY	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE							3.000.000
03 122	0581 10TY 1853	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE - No Município de Aracaju - SE	F	4	2	90	0	100	3.000.000
03 122	0581 139W	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN							500.000
03 122	0581 139W 1262	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN - No Município de Natal - RN	F	4	2	90	0	100	500.000
03 122	0581 1142	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR							175.000
03 122	0581 1142 4071	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR - No Município de Campo Mourão - PR	F	4	2	90	0	100	175.000
TOTAL - FISCAL									3.675.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.675.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 6:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 8, de 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica”.

– Parecer nº 71, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 71, que teve como Relator o Deputado Jorge Bittar, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissão da emenda.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação, no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 8, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 74, DE 2013-CN  
(Nº 345/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R\$ 2.701.933,00 (dois milhões, setecentos e um mil, novecentos e trinta e três reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 32.256.139,00 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**  
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás

Fonte 81: Recursos de Convênios

R\$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	2.323.177	4.764.297	2.441.120
<b>Total</b>	<b>2.323.177</b>	<b>4.764.297</b>	<b>2.441.120</b>
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.650.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.650.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
<b>(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)</b>			<b>791.120</b>

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**  
(Art. 38, § 8º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012)

Unidade: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

Fonte 81: Recursos de Convênios

R\$ 1,00

NATUREZA	2013		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	3.523.000	9.526.051	6.003.051
<b>Total</b>	<b>3.523.000</b>	<b>9.526.051</b>	<b>6.003.051</b>
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.051.933
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.051.933
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
<b>(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)</b>			<b>4.951.118</b>

ÓRGÃO: 09008 - Tribunal de Contas da União  
 UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0550 Controle Externo									14.000.000
PROJETOS									
01 122	0550 14X4	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Sergipe							4.000.000
01 122	0550 14X4 1853	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Sergipe - No Município de Atalaia - SE							4.000.000
01 122	0550 14X5	Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	4.000.000
01 122	0550 14X5 2261	Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - No Município de Salvador - BA							10.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.000.000

ÓRGÃO: 12608 - Justiça Federal  
 UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeira Instância  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal									1.000.000
PROJETOS									
02 121	0569 12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA							200.000
02 122	0569 12RB 0269	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA - No Município de Belém - PA							200.000
		Edifício reformado (percentual de execução física): 5	F	4	2	90	0	100	200.000
02 122	0569 7J50	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA							800.000
02 122	0569 7J50 2056	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA - No Município de Feira de Santana - BA							800.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral de Acre  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 Gestão do Processo Eleitoral									800.000
PROJETOS									
02 122	0570 12US	Construção de Imóvel para Armazenamento de Boas Eleitorais no Município de Rio Branco - AC							800.000
02 122	0570 12US 0166	Construção de Imóvel para Armazenamento de Boas Eleitorais no Município de Rio Branco - AC - No Município de Rio Branco - AC							800.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 30	F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0576 Gestão do Processo Eleitoral									210.000
PROJETOS									
02 122	0576 14WQ	Construção de Canteão Eleitoral no Município de Palmeira dos Índios - AL							210.000
02 122	0576 14WQ 1815	Construção de Canteão Eleitoral no Município de Palmeira dos Índios - AL - No Município de Palmeira dos Índios - AL							210.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 18	F	4	2	90	0	100	210.000
TOTAL - FISCAL									210.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	H S F	G N D	R P	M O D	I Q	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							688.075
		PROJETOS							
02 122	0570 7505	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia							688.075
02 122	0570 7505 2261	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - No Município de Salvador - BA. Edifício construído (percentual de execução física): 2	F	4	2	90	0	100	688.075
TOTAL - FISCAL									688.075
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									688.075

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial  
 Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	H S F	G N D	R P	M O D	I Q	F T E	VALOR
	0520	Gestão do Processo Eleitoral							187.641
		PROJETOS							
02 122	0570 14A2	Construção de Cartório Eleitoral no Lago Sul - DF							187.641
02 122	0570 14A2 6500	Construção de Cartório Eleitoral no Lago Sul - DF - Em Brasília - DF (Lago Sul). Cartório construído (percentual de execução física): 2	F	4	2	90	0	100	187.641
TOTAL - FISCAL									187.641
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									187.641

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial  
 Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	H S F	G N D	R P	M O D	I Q	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.084.412
		PROJETOS							
02 122	0570 1401	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitória Freixo - MA							600.000
02 122	0570 1403 0764	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitória Freixo - MA - No Município de Vitória Freixo - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	0570 1404	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barreirinhas - MA							40.000
02 122	0570 1404 0575	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barreirinhas - MA. No Município de Barreirinhas - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 7	F	4	2	90	0	100	40.000
02 122	0570 1405	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Chapadinha - MA							800.000
02 122	0570 1405 0605	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Chapadinha - MA. No Município de Chapadinha - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	800.000
02 122	0570 1407	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Estrela - MA							600.000
02 122	0570 1407 0517	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Estrela - MA - No Município de Estrela - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	0570 1408	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Humberto de Campos - MA							600.000
02 122	0570 1408 0614	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Humberto de Campos - MA - No Município de Humberto de Campos - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	0570 1409	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Roraima - MA							600.000
02 122	0570 1409 0707	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Roraima - MA - No Município de Roraima - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	0570 1409	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Bernardo - MA							600.000
02 122	0570 1409 0721	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São Bernardo - MA - No Município de São Bernardo - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	0570 140F	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Codá - MA							924.570
02 122	0570 140F 0607	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Codá - MA - No Município de Codá - MA. Cartório construído (percentual de execução física): 100	F	4	2	90	0	100	924.570
02 122	0570 140G	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinheiro - MA							800.000
02 122	0570 140G 0692	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinheiro - MA - No Município de Pinheiro - MA. Cartório construído (percentual de execução física):	F	4	2	90	0	100	800.000





	Vacaria - RS - No Município de Vacaria - RS												400.000
	Edifício construído (percentual de execução física): 19	F	4	2	90	0	181						400.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>												<b>400.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>												<b>400.000</b>	

**ÓRGÃO:** 15000 - Justiça do Trabalho  
**UNIDADE:** 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP  
**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR		
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E				
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								1.051.933		
<b>PROJETOS</b>												
02 122	0571 11BM	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP								1.051.933		
02 122	0571 11BM 3830	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP - No Município de Presidente Prudente - SP	F	4	2	90	0	181		1,051,933		
<b>TOTAL - FISCAL</b>												<b>1.051.933</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>												<b>1.051.933</b>

**ÓRGÃO:** 15000 - Justiça do Trabalho  
**UNIDADE:** 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás  
**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR		
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E				
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								1.650.000		
<b>PROJETOS</b>												
02 122	0571 14J8	Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Quirinópolis - GO								1.650.000		
02 122	0571 14J8 5611	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Quirinópolis - GO - No Município de Quirinópolis - GO	F	4	2	90	0	181		1.650.000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>												<b>1.650.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>												<b>1.650.000</b>

**ÓRGÃO:** 15000 - Justiça do Trabalho  
**UNIDADE:** 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso  
**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								3.326.981
<b>PROJETOS</b>										
02 122	0571 12PN	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Juara - MT								37.178
02 122	0571 12PN 5037	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Juara - MT - No Município de Juara - MT	F	4	2	90	0	100		37.178
02 122	0571 12PO	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jaciara - MT								1.015.807
02 122	0571 12PO 5239	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jaciara - MT - No Município de Jaciara - MT	F	4	2	90	0	100		1.015.807
02 122	0571 12PQ	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Colúzia - MT								169.019
02 122	0571 12PQ 5309	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Colúzia - MT - No Município de Colúzia - MT	F	4	2	90	0	100		169.019
02 122	0571 12PS	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Campo Novo do Pareí - MT								159.205
02 122	0571 12PS 5258	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Campo Novo do Pareí - MT - No Município de Campo Novo do Pareí - MT	F	4	2	90	0	100		159.205
02 122	0571 12PT	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Alto Araguaia - MT								190.512
02 122	0571 12PT 5280	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Alto Araguaia - MT - No Município de Alto Araguaia - MT	F	4	2	90	0	100		190.512
02 122	0571 12PW	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT								1.333.903
02 122	0571 12PW 5411	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT - No Município de Várzea Grande - MT	F	4	2	90	0	100		1,333,903
02 122	0571 12PY	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Nazaré - MT								132.935
02 122	0571 12PY 5399	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado	F	4	2	90	0	100		132.935



		ATIVIDADES							
FUNCAO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0570 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Acre	F	3	2	90	0	100	400.000
		PROJETOS							
02 122	0570 143M	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cruzeiro do Sul - AC							400.000
02 122	0570 143M 0157	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cruzeiro do Sul - AC - No Município de Cruzeiro do Sul - AC	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 14080 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							210.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14PZ	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Coruripe - AL							210.000
02 122	0570 14PZ 1772	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Coruripe - AL - No Município de Coruripe - AL	F	5	2	90	0	100	210.000
TOTAL - FISCAL									210.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

ÓRGÃO: 14080 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							8.084.412
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							159.842
02 122	0570 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	F	3	2	90	0	100	159.842
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	Construção de Cartórios Eleitorais							7.924.570
02 122	0570 5439 7000	Construção de Cartórios Eleitorais - Na Região Metropolitana de São Luís	F	4	2	90	0	100	7.924.570
TOTAL - FISCAL									8.084.412
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.084.412

ÓRGÃO: 14080 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							290.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14QA	Aquisição de imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Itabirito - MG							290.000
02 122	0570 14QA 2705	Aquisição de imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Itabirito - MG - No Município de Itabirito - MG	F	5	2	90	0	100	290.000
TOTAL - FISCAL									290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									290.000

ÓRGÃO: 14080 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Crédito Especial  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							2.370.000
		PROJETOS							
02 122	0570 14DG	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Assaí - PR							305.000
02 122	0570 14DG 4014	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Assaí - PR - No Município de Assaí - PR	F	4	2	90	0	100	305.000
02 122	0570 14DH	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Palmital - PR							765.000
02 122	0570 14DH 4259	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Palmital - PR	F	4	2	90	0	100	765.000

02 122	0570 14DK	Palmas - PR - No Município de Palmas - PR	F	4	2	90	0	100	705.000
		Construção de Cartório Eleitoral no Município de							305.000
		Paraná do Norte - PR							
02 122	0570 14DK 4261	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							305.000
		Paraná do Norte - PR - No Município de Paraná do							
		Norte - PR							
02 122	0570 14DL	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							305.000
		Mangueirinha - PR							305.000
02 122	0570 14DL 4211	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							305.000
		Mangueirinha - PR - No Município de Mangueirinha							
		- PR							
02 122	0570 14E2	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							305.000
		Ipiranga - PR							400.000
02 122	0570 14E2 4160	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							400.000
		Ipiranga - PR - No Município de Ipiranga - PR							
02 122	0570 14E4	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							400.000
		Salto do Lontra - PR							100.000
02 122	0570 14E4 4338	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							100.000
		Salto do Lontra - PR - No Município de Salto do							
		Lontra - PR							
		Cartório construído (percentual de execução física):							100,000
		0							
02 122	0570 14E1	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							250.000
		Mallet - PR							250.000
02 122	0570 14E1 4205	Construção de Cartório Eleitoral no Município de							250.000
		Mallet - PR - No Município de Mallet - PR							
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>2.370.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>2.370.000</b>

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco  
 ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes (R\$ 1,00)							Crédito Especial
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			D	D	D	D	L	E		
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							340.000	
PROJETOS										
02 122	0570 14MR	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no							340.000	
		Município de Ipojuca - PE								
02 122	0370 14MR 0101	Aquisição de Imóvel para o Cartório Eleitoral no							140.000	
		Município de Ipojuca - PE - No Município de Ipojuca								
		- PE								
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>340.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>340.000</b>	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - Rio Grande do Sul  
 ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes (R\$ 1,00)							Crédito Especial
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			D	D	D	D	L	E		
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							400.000	
PROJETOS										
02 122	0571 134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum							400.000	
		Trabalhista de Santa Rosa - RS								
02 122	0571 134F 5073	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de							400.000	
		Santa Rosa - RS - No Município de Santa Rosa - RS								
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>400.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>400.000</b>	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso  
 ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes (R\$ 1,00)							Crédito Especial
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			D	D	D	D	L	E		
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.326.981	
ATIVIDADES										
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.482.645	
02 061	0571 4256 7000	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho -							2.482.645	
		Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da								
		Informação e de Rede de Dados e Voz - No Estado de								
		Mato Grosso								
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>2.482.645</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>2.482.645</b>	
PROJETOS										
02 122	0571 7011	Construção do Edifício-Sede do Fórum							844.336	
		Trabalhista de Confresa - MT								
02 122	0571 7011 5311	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de							844.336	
		Confresa - MT - No Município de Confresa - MT								
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>844.336</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>3.326.981</b>	

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 7:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, de 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 76, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 76, que teve

como Relator o Deputado Nilton Capixaba, concluiu pela aprovação do projeto.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Votação do projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

Votação, na Câmara.

Os Deputados e Deputadas que aprovam o projeto, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara, passamos à votação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

A matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2013 - CN**  
**MENSAGEM Nº 81, DE 2013 - CN**  
**(nº 378/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 62.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 20000 - Ministério da Justiça			Crédito Suplementar							
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal			Recursos de Todas as Fontes: R\$ 1,00							
ANEXO			PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	B S F	G N D	R P	M O D	I L U	F T B	VALOR	
2070			Segurança Pública com Cidadania							62.000.000
			ATIVIDADES							
06 181	2070 2586	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registos Estrangeiros							62.000.000	
06 181	2070 2586 0001	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registos Estrangeiros Nacional							62.000.000	
			F	3	2	90	0	374	42.000.000	
			F	4	2	90	0	374	20.000.000	
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>62.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>62.000.000</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 8:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 12, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 12, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e nove reais), em favor da Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e dois reais), para os fins que especifica”.

– Parecer nº 72, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer, que teve como Relator o Senador Wilder Moraes, concluiu pela aprovação do projeto.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Votação do projeto nos termos do parecer na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos, como consequência da aprovação na Câmara dos Deputados, à aprovação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também no Senado Federal.

A matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 12, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 83, DE 2013-CN  
(nº 380/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00, em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1<sup>º</sup> Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013) crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil e quinhentos e nove reais), em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2<sup>º</sup> Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1<sup>º</sup> são oriundos de geração própria, de saldos de exercícios anteriores de repasses do Tesouro Nacional, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II.

Art. 3<sup>º</sup> Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), relativamente às dotações orçamentárias das empresas constantes do Anexo II, no valor global de R\$ 24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil e duzentos e dois reais).

Art. 4<sup>º</sup> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO</b>		
05 - Defesa Nacional		5.000.000
16 - Transporte		3.107.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.107.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>		
122 - Administração Geral		1.353.600
784 - Transporte Ilimitado		1.853.909
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.207.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		
05 - Defesa Nacional		5.000.000
122 - Administração Geral		5.000.000
16 - Transporte		3.107.509
122 - Administração Geral		396.000
784 - Transporte Ilimitado		1.853.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.107.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>		
0507 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		3.130.000
2824 - Transporte Marítimo		2.837.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.967.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO</b>		
53000 - Ministério da Defesa		5.000.000
43000 - Secretaria de Defesa		3.107.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.107.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS</b>		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		8.107.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.107.509</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>		
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		1.853.509
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		3.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		5.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		2.853.508
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		2.853.509
6.2.3.0.00.00 - Saldo de Exercícios Anteriores		2.853.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.857.509</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>5.000.000</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>2.857.509</b>
<b>ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Defesa</b>		
ANEXO I		Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO</b>		
05 - Defesa Nacional		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>		
122 - Administração Geral		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		
05 - Defesa Nacional		5.000.000
122 - Administração Geral		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>		
0507 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR ENTIDADES ORÇAMENTÁRIAS</b>		
53131 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENORPRON		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS</b>		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>		
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		5.000.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		5.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		5.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.000.000</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>5.000.000</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>0</b>

ÓRGÃO: 52008 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional		5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>

## QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

112 - Administração Geral		5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional		5.000.000
112 - Administração Geral		5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>

## QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0307 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>

## QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>

## QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	5.000.000
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios	5.000.000
6.1.1.0.00.00	Geração Própria	5.000.000
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.000.000</b>
	RECEITAS CORRENTES	5.000.000
	RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 52008 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PR OBJETO	B S P	Q N D	R P	M O D	E (?)	F T E	VALOR
	0307	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							5.000.000
		<b>PROJETOS</b>							
05 122	0807 143W	Ampliação e Modernização da Fábrica Almirante Jurandir Costa Maier de Campos (RJ)							5.000.000
05 122	0807 143W 0033	Ampliação e Modernização da Fábrica Almirante Jurandir Costa Maier de Campos (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	1	4	INV	2	90	0	453
		<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>							<b>5.000.000</b>

ÓRGÃO: 68003 - Secretaria de Portos

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

16 - Transporte		3.207.509
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.207.509</b>

## QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral		350.000
784 - Transporte Hidroviário		2.857.509
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.207.509</b>

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

16 - Transporte		3.207.509
122 - Administração Geral		350.000
784 - Transporte Hidroviário		2.857.509
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.207.509</b>

## QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0307 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		350.000
1074 - Transporte Marítimo		2.857.509
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.207.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
48105 - Companhia Docas do Ceará - CDC		1.357.509
48106 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA		350.000
48112 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.207.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		3.207.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.207.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
4.0.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		2.857.509
5.2.0.0.00.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		2.857.509
6.2.1.0.00.00 Tesouro		2.857.509
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores		1.857.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.857.509</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>2.857.509</b>

ÓRGÃO: 48000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 48105 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO		
26 - Transporte		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO		
784 - Transporte Hidroviário		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
26 - Transporte		1.357.509
784 - Transporte Hidroviário		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA		
2074 - Transporte Marítimo		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
4.0.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		1.357.509
5.2.0.0.00.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		1.357.509
6.2.1.0.00.00 Tesouro		1.357.509
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores		1.357.509
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.357.509</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>1.357.509</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 48105 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/LOCALIZADORE/ODUTO	B S P	O N D	R P	M O D	I II	P T TE	VALOR
<b>PROJETOS</b>									
26 284	2074 143A	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE)							1.357.509
26 284	2074 143A 0021	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará							1.357.509
		Obra executada (percentual de execução física): 17	1	4-INV	2	90	0	495	1.357.509
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>1.357.509</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 48106 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO		
26 - Transporte		350.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>350.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>		
172 - Administração Geral		158.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>158.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO</b>		
36 - Transporte		158.000
172 - Administração Geral		158.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>158.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>		
0803 - Programa de Crédito e Atenuação de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		158.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>158.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPO DE DESPESAS</b>		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		158.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>158.000</b>

ORÇÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADES: 68204 - Companhia Docas do Espírito Santo - CORESA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PR	ES	NO	RP	OD	LU	P	VALOR
6807		Programa de Crédito e Atenuação de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							158.000
		<b>ATIVIDADES</b>							
26 122	6807 4101	Restauração e Adquirição de Bens Imóveis							158.000
26 122	6807 4101 0032	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Espírito Santo	1	4-INV	2	90	0	495	158.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>158.000</b>

ORÇÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - COGERN

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>		
26 - Transporte		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO</b>		
781 - Transporte Hidroviário		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO</b>		
784 - Transporte Hidroviário		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>		
1074 - Transporte Marítimo		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPO DE DESPESAS</b>		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITAS</b>		
6.400.000,00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.500.000
6.700.000,00	Recursos para aumento de Patrimônio Líquido	1.500.000
6.2.1.000,00	Terceros	1.500.000
6.2.1.300,00	Saldo de Exercícios Anteriores	1.500.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.500.000</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>1.500.000</b>

ORÇÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - COGERN

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PR	ES	NO	RP	OD	LU	P	VALOR
2873		Transporte Marítimo							1.500.000
		<b>ATIVIDADES</b>							
26 284	2873 2811	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária							1.500.000
26 284	2873 2811 0001	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional							1.500.000
		Estado realizado (contábil): 99	1	4-INV	2	90	0	495	1.500.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>1.500.000</b>

**ANEXO II** Crédito Suplementar  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO</b>	
26 - Transporte	24.880.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>	
126 - Tecnologia da Informação	350.000
784 - Transporte Hidroviário	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>	
26 - Transporte	24.880.102
126 - Tecnologia da Informação	350.000
784 - Transporte Hidroviário	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>	
6807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	350.000
2074 - Transporte Marítimo	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO</b>	
68000 - Secretaria de Portos	24.880.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS</b>	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	24.880.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>	
6.0.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	24.530.202
6.2.0.0.00.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	24.530.202
6.2.1.0.00.00 Tesouro	24.530.202
6.2.1.1.00.00 Direta	8.062.629
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores	16.577.573
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.530.202</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>24.530.202</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

**ANEXO II** Crédito Suplementar  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO</b>	
26 - Transporte	24.680.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.680.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>	
126 - Tecnologia da Informação	350.000
784 - Transporte Hidroviário	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>	
26 - Transporte	24.680.102
126 - Tecnologia da Informação	350.000
784 - Transporte Hidroviário	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>	
6807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	350.000
2074 - Transporte Marítimo	24.530.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS</b>	
68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	5.037.760
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	1.406.714
68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - COBESP	15.590.139
68210 - Companhia Docas do Pará - CDP	1.388.057
68211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS</b>	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	24.880.102
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.880.102</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	24.530.102
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	24.530.102
6.2.1.0.00.00	Tesouro	24.530.102
6.2.4.1.00.00	Direto	8.007.519
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	16.522.523
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>24.530.102</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>24.530.102</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68106 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO		
16 - Transporte		5.053.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.053.780</b>

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO		
126 - Tecnologia da Informação		350.000
784 - Transporte Hidroviário		4.703.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.053.780</b>

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
16 - Transporte		5.053.780
126 - Tecnologia da Informação		350.000
784 - Transporte Hidroviário		4.703.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.053.780</b>

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA		
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		350.000
2074 - Transporte Marítimo		4.703.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.053.780</b>

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		5.053.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.053.780</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	4.703.780
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	4.703.780
6.2.1.0.00.00	Tesouro	4.703.780
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	4.703.780
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.703.780</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>4.703.780</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68106 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PR. OBLIG.	E S F	O N D	R P	M O D	J U	P T B	VALOR
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							350.000
		<b>ATIVIDADES</b>							
16 126	0807 4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							350.000
16 126	0807 4103 0011	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Espírito Santo	1	4-INV	2	90	0	495	350.000
	2074	Transporte Marítimo							4.703.780
		<b>PROJETOS</b>							
16 784	2074 1430	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vitória (ES)							4.703.780
16 784	2074 1430 0032	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo	1	4-INV	2	90	0	495	4.703.780
		Obra executada (percentual de execução física): 1							
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>5.053.780</b>

ÓRGÃO: 68004 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 65267 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

78 - Transporte	TOTAL GERAL	1.406.714
		1.406.714

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	1.406.714
		1.406.714

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

78 - Transporte		1.406.714
784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	1.406.714
		1.406.714

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	TOTAL GERAL	1.406.714
		1.406.714

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPO DE DESPESAS

493 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	1.406.714
		1.406.714

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.406.714
6.1.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.406.714
6.2.0.0.00.00	Tesouro	1.406.714
6.3.0.0.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	1.406.714
	TOTAL GERAL RECEITAS CORRENTES	0
	TOTAL GERAL RECEITAS DE CAPITAL	1.406.714

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68297 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/PROJETO/EXERCÍCIO/OPORTO	E	O	M	P	AT	E	P	VALOR
	1074	Transporte Marítimo								1.406.714
		PROJETOS								
36	784	2074 1431								1.106.714
		Adequação de Instalações de Apoio, de Manutenção e Armazenagem de Cargas, no Porto de Salvador (BA)								
36	784	2074 1431 0029								1.106.714
		Adequação de Instalações de Apoio, de Manutenção e Armazenagem de Cargas, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia								
		Obra executada (percentual de execução física): 12	1	4	INV	2	90	0	493	1.106.714
25	784	2074 1431 0								180.000
		Adequação de Instalações de Proteção à atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA)								
25	784	2074 1431 0039								180.000
		Adequação de Instalações de Proteção à atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia								
		Sistema instalado (percentual de execução física): 10	1	4	INV	2	90	0	493	180.000
26	784	2074 1431 R								180.000
		Adequação de Instalações de Proteção à atracação e Operação de Navios, no Porto de Ilhéus (BA)								
26	784	2074 1431 R 0029								200.000
		Adequação de Instalações de Proteção à atracação e Operação de Navios, no Porto de Ilhéus (BA) - No Estado da Bahia								
		Obra executada (percentual de execução física): 3	1	4	INV	2	90	0	493	200.000
TOTAL - INVESTIMENTOS										1.406.714

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68297 - Companhia das Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

78 - Transporte	TOTAL GERAL	15.590.129
		15.590.129

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	15.590.129
		15.590.129

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

26 - Transporte	15.590.129
784 - Transporte Hidroviário	15.590.129
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.590.129</b>

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

2074 - Transporte Marítimo	15.590.129
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.590.129</b>

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	15.590.129
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.590.129</b>

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	15.590.129
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	15.590.129
6.2.1.0.00.00	Tesouro	15.590.129
6.2.1.1.00.00	Directo	8.003.619
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	7.587.500
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>15.590.129</b>
RECEITAS CORRENTES		0
RECEITAS DE CAPITAL		<b>15.590.129</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

**ANEXO II**

Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PROJETO	E S F	O N D	R P	M O D	J U	P T E	VALOR
2074 - Transporte Marítimo									15.590.129
<b>PROJETOS</b>									
26 784	2074 3F66	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Baía de Evolução e Junto ao Calç. no Porto de Santos (SP)							15.590.129
26 784	2074 3E06 0033	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Baía de Evolução e Junto ao Calç. no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo							15.590.129
		Dragagem realizada (percentual de execução física): 29	1	4-INV	2	90	0	495	15.590.129
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>15.590.129</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68110 - Companhia Docas do Pará - CDP

**ANEXO II**

Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

16 - Transporte	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.188.057</b>

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

784 - Transporte Hidroviário	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.188.057</b>

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

26 - Transporte	1.188.057
784 - Transporte Hidroviário	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.188.057</b>

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

2074 - Transporte Marítimo	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.188.057</b>

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.188.057</b>

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.188.057
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.188.057
6.2.1.0.00.00	Tesouro	1.188.057
6.2.1.1.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	1.188.057
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.188.057</b>
RECEITAS CORRENTES		0
RECEITAS DE CAPITAL		<b>1.188.057</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68210 - Companhia Docas do Pará - CDP

**ANEXO II** Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PR	R	G	R	M	L	F	VALOR
		ODUTO	S	N	P	O	L	T	
			F	D	P	D	U	R	
2074 Transporte Marítimo									1.188.057
PROJETOS									
26 784	1074 12L7	Ampliação do Terminal de Múltiplo Uso 1, no Porto de Santarém (PA)							1.188.057
26 784	1074 12L7 0015	Ampliação do Terminal de Múltiplo Uso 1, no Porto de Santarém (PA) - No Estado do Pará							1.188.057
		Obra executada (percentual de execução física): 36	1	4-INV	2	90	0	495	1.188.057
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>1.188.057</b>

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

**ANEXO II** Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO**

26 - Transporte	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO**

784 - Transporte Hidroviário	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

26 - Transporte	1.641.522
784 - Transporte Hidroviário	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA**

1074 - Transporte Marítimo	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>

**QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS**

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.641.522
6.2.0.0.00.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.641.522
6.2.1.0.00.00 Tesouro	1.641.522
6.2.1.3.00.00 Saldo de Exercícios Anteriores	1.641.522
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.641.522</b>
RECEITAS CORRENTES	0
RECEITAS DE CAPITAL	1.641.522

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

**ANEXO II** Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PR	R	G	R	M	L	F	VALOR
		ODUTO	S	N	P	O	L	T	
			F	D	P	D	U	R	
2074 Transporte Marítimo									1.641.522
PROJETOS									
26 784	2074 145B	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)							457.429
26 784	2074 145B 0033	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							457.429
		Obra executada (percentual de execução física): 3	1	4-INV	2	90	0	495	457.429
26 784	2074 145D	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ)							1.184.093
26 784	2074 145D 0033	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							1.184.093
		Obra executada (percentual de execução física): 10	1	4-INV	2	90	0	495	1.184.093
<b>TOTAL - INVESTIMENTOS</b>									<b>1.641.522</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 9:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 16, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 16, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica”. – Parecer nº 77, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas 19 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 77, que teve

como Relator o Senador Eduardo Suplicy, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 16, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 96, DE 2013-CN  
(nº 428/2013, na origem)**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00, para os fins que especifica.**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 10:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 17, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$48.013.037,00 (quarenta e oito milhões, treze mil e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 78, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 78, que teve como Relator o Deputado Weverton Rocha, concluiu pela aprovação do projeto.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também no Senado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 17, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 97, DE 2013-CN  
(nº 429/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00 (quarenta e oito milhões, treze mil, trinta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal  
 UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeira Grau  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR			
			F	S	G	R	M	I	T	F	E					
	0569		Prestação Parcial/Parcial na Justiça Federal										25.000.000			
			ATIVIDADES													
02.306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares														25.000.000
02.306	0569 2013 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	F	J	1	90	0	100								25.000.000
TOTAL - FISCAL													25.000.000			
TOTAL - SEGURIDADE													0			
TOTAL - GERAL													25.000.000			

ÓRGÃO: 11000 - Justiça Militar da União		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Suplementar	
UNIDADE: 12101 - Justiça Militar da União		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
ANEXO I	FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/DEALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M G D	I U	F T E	VALOR			
		0566	Prestado Jurisdicional Militar								200.000		
	02 306	0566 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								200.000		
	02 306	0566 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100		200.000		
TOTAL - FISCAL											100.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											200.000		



ÓRGÃO: 72000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios  
 UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF  
 ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos do Tesouro em Fontes R\$ 1,00												
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T F	VALOR						
	0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Determinadas de Lei/Macros Específicas												
			OPERAÇÕES ESPECIAIS												
28 845	0903 0312														13.013.037
															13.013.037
28 845	0901 0312 0033	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal													13.013.037
		Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal - No Distrito Federal	P	1	1	90	0						100		13.013.037
<b>TOTAL - FISCAL</b>															
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>															
<b>TOTAL - GERAL</b>															
			13.013.037												



ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal  
 UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Credito Suplementar  
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	VALOR														
			E	G	R	M	I	F	S	N	O	T					
			F	D	P	D	U	U	E								
0569			Previdência Jurisdicional na Justiça Federal										35.000.000				
0569			PROJETOS														
02122	0569 11RV	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF															35.000.000
02122	0569 11RV 5604	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	0	100								35.000.000
TOTAL - FISCAL													35.000.000				
TOTAL - SEGURIDADE													0				
TOTAL - GERAL													35.000.000				

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 11:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 18, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 18, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 90, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foi apresentada apenas uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer, que teve como

Relator o Deputado Alex Canziani, concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissão da emenda.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria também vai à sanção.

Com os cumprimentos ao Senador Suplicy, Relator da matéria.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 18, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 98, DE 2013-CN  
(nº 430/2013, na origem)**

*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.*

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação total de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente  
 UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	T	VALOR
			F	N	P	O	U	E			
	2036	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios									1.100.000
		<b>ATIVIDADES</b>									
18 541	2036 8308	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação									1.100.000
18 541	2036 8308 0001	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação Nacional	F	3	2	30	0	100			1.100.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>											<b>1.100.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>											<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>											<b>1.100.000</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 12** da pauta.

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 22, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 22, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. – Parecer nº 85, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas quatro emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem como seu Presidente

o Senador Edison Lobão, em seu Parecer nº 85, que teve, como Relator, o Deputado Giovani Cherini, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição ou inadmissão de emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara, passamos à votação do projeto no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada no Senado Federal, a matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 22, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 102, DE 2013-CN  
(nº 434/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 13** da pauta:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 24, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$1.528.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.

– Parecer nº 83, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 82, que teve

como Relator o Deputado Lourival Mendes, concluiu pela aprovação do projeto.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Passamos à votação, no Senado Federal.

Os Senadoras e os Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada no Senado Federal, a matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 24, DE 2013 - CN  
MENSAGEM Nº 104, DE 2013-CN  
(nº 436/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

**Art 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça  
 UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Credito Especial		
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E						
	2070	Segurança Pública com Cidadania											1.100.000	
		ATIVIDADES												
06 181	2070 200G	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal											1.100.000	
06 181	2070 200G 0028	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Estado de Sergipe Obras realizadas (unidade): 1	F	4	2	90	0	100					500.000	
06 181	2070 200G 5027	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Município de Porto Alegre - RS Obras realizadas (unidade): 1	F	4	2	90	0	100					600.000	
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça											428.000	
		ATIVIDADES												
06 122	2112 2000	Administração da Unidade de											428.000	
06 122	2112 2000 0029	Administração da Unidade - No Estado da Bahia	F	4	2	90	0	100					428.000	
TOTAL - FISCAL													1.528.000	
TOTAL - SEGURIDADE													0	
TOTAL - GERAL													1.528.000	

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça  
 UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Credito Especial		
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E						
	2070	Segurança Pública com Cidadania											1.528.000	
		ATIVIDADES												
06 181	2070 200G	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal											1.528.000	
06 181	2070 200G 0029	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Estado da Bahia											200.000	

06 181	2070 200G 2219	Obra realizada (unidade): 2 Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Município de Paulo Afonso - BA	F	4	2	90	0	100	300.000
06 181	2070 200G 5065	Obra realizada (unidade): 1 Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Município de Santa Cruz do Sul - RS	F	3	2	99	0	100	228.000
06 181	2070 200G 5100	Obra realizada (unidade): 1 Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - No Município de São Leopoldo - RS	F	4	2	90	0	100	228.000
06 181	2070 200G 7004	Obra realizada (unidade): 1 Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal - Na BR-101 - Km 23 - No Estado do Sergipe	F	4	2	90	0	100	300.000
			F	4	2	40	0	100	500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>1.528.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>1.528.000</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós estamos procedendo, como todos sabem, à votação de créditos especiais e suplementares que foram acordados, durante o dia, pelas Lideranças de todos os partidos com assento na Câmara dos Deputados e com assento também no Senado Federal.

**Item 14** da pauta:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 26, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 26, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$1.389.085.155,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 79, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas 33 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 79, que teve como Relator o Deputado Bruno Araújo, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição ou inadmissão das emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à apreciação do projeto, no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI**  
**Nº 26, DE 2013-CN**  
MENSAGEM Nº 106, DE 2013-CN  
(nº 438/2013, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, no valor de R\$ 1.033.240.000,00 (um bilhão, trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil reais), sendo:

a) R\$ 33.240.000,00 (trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

b) R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) de Outras Contribuições Econômicas; e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 355.845.155,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S P	C M D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							5.860.000
		ATIVIDADES							
12.364	2032 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							5.800.000
12.364	2032 8282 032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	P	4	2	90	0	100	5.800.000
TOTAL - FISCAL									5.860.000
TOTAL - SEGURIDADE									5.800.000
TOTAL - GERAL									5.800.000

ORÇÃO: 26000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26372 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S P	C M D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							350.000
		ATIVIDADES							
12.364	2032 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							350.000
12.364	2032 8282 032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	F	4	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									350.000
TOTAL - GERAL									350.000

ORÇÃO: 16000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26376 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S P	C M D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
									350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									350.000
TOTAL - GERAL									350.000

ORÇÃO: 16000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26376 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S P	C M D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
									350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									350.000
TOTAL - GERAL									350.000

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR
	2032	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO							27.200.901
		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							
		ATIVIDADE DES							
12 364	2032 20R0	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							27.200.901
12 364	2032 20R0K 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	F	4	2	90	0	100	27.200.901
TOTAL - FISCAL									27.200.901
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.200.901

ORÇÃO: 26000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (S/IMPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	B S P	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR	Credito Suplementar
	2032	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO							1.000.000	
		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								
		ATIVIDADES								
12 364	2032 8202	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000	
12 364	2032 8202 0016	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	F	4	2	90	0	100	1.000.000	
TOTAL - FISCAL									1.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									1.000.000	

ORÇÃO: 26900 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26190 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Amílcar Pereira

ANEXO I		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												VALOR	
FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										F	T
2030		Educação Básica										B	S
		ATIVIDADES										G	N
		Exames e Avaliações de Educação Básica - Nacional										P	D
		Exames e Avaliações de Educação Básica - Nacional										F	3
												2	90
												0	650
TOTAL - FISCAL												33.240.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												33.240.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 16798 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												VALOR	
FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										F	T
2030		Educação Básica										B	S
		OPERAÇÕES ESPECIAIS										G	N
		Apoio ao Desenvolvimento de Educação Básica										P	D
		Apoio ao Desenvolvimento de Educação Básica - Nacional										F	3
												2	30
												0	100
												0	112
												0	312
TOTAL - FISCAL												34.989.446	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												34.989.446	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO I		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												VALOR	
FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										B	S
2031		Educação Profissional e Tecnológica										G	N
		ATIVIDADES										P	D
												F	3
												2	90
												0	312
TOTAL - FISCAL												15.644.254	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												15.644.254	



ÓRGÃO: 5100 - Ministério do Esporte  
 UNIDADE: 5101 - Ministério do Esporte  
 ANEXO 1  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	C	R	M	I	P	T	F	P	E	
Esporte e Grandes Eventos Esportivos													2.150.000
ATIVIDADES													
27 812	2035 201P	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Federação de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social											150.000
27 812	2035 201P 0035	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - No Estado de São Paulo	P	3	2	40	0	100					150.000
27 812	2035 201Q	Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar	P	4	2	40	0	100					2.000.000
27 812	2035 201Q 0026	Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar - No Estado de Pernambuco	P	3	2	40	0	100					1.300.000
27 812	2035 201Q 0031	Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar - No Estado de Minas Gerais	P	3	2	40	0	100					100.000
27 812	2035 201Q 0051	Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar - No Estado de Mato Grosso	P	3	2	90	0	100					600.000
TOTAL - FISCAL													2.150.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.150.000

ÓRGÃO: 7400 - Operações Oficiais de Crédito  
 UNIDADE: 7402 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Mto. de Educação  
 ANEXO 1  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	C	R	M	I	P	T	F	P	E	
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													109.210,554
ATIVIDADES													
Administração de Financiamento Estudantil - FIES													109.210,554

12123	2109 2012.007	Administração de Financiamento Especiais - FIES - Nacional	5	3	2	90	0	100	109.210.534
		TOTAL - FISCAL							109.210.534
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							109.210.534

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito  
 UNIDADE: 74910 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCT - Min. Ciência e Tecnologia  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR		
			F	S	F	G	N	P	M	O	D	J	U	E			
	0902		Operações Especiais: Finaanciamentos aos Setores OPERAÇÕES ESPECIAIS												1.000.000,000		
19 572	0902 0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas															1.000.000,000
19 572	0902 0A37 0001	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas Nacionais	F	S	0	90	0	372									1.000.000,000
TOTAL - FISCAL																	1.000.000,000
TOTAL - SEGURIDADE																	1.000.000,000
TOTAL - GERAL																	1.000.000,000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR		
			E	S	P	O	N	D	M	O	D	J	U	B			
	0571		Prática Jurisdicional Trabalhista												15.644,254		
			ATIVIDADES														
02 061	0571 4256	Aplicação de Casos na Justiça do Trabalho															15.644,254
02 061	0571 4256 7000	Aprovação de Casos na Justiça do Trabalho - Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e de Rede de Dados e Voz - No Estado de Mato Grosso	F	4	1	90	0	100									15.644,254
TOTAL - FISCAL																	15.644,254
TOTAL - SEGURIDADE																	15.644,254
TOTAL - GERAL																	15.644,254

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
 UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			F	S	P	G	N	D	M	O	D	J	U	R	

2025		Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia										200.000
		ATIVIDADES										
19 126	2025 20Y8	Apoio a Projetos de Inclusão Digital										200.000
19 126	2025 20V8 0053	Apoio a Projetos de Inclusão Digital - No Distrito Federal										200.000
TOTAL - FISCAL												200.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												200.000





12.363	2031 8652 0001	Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional	P	3	2	90	0	100	14.000.000
			P	3	2	90	0	312	13.456
			P	4	2	90	0	112	3.986.544
									10.000.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>145.000.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>145.000.000</b>

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 46364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR			
			R	S	F	G	N	D	M	O	D	I	U	T		E		
			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												5.800.000			
			ATIVIDADES															
12.303	2032 20RX	Restrição e Modernização de Instituições Hospitalares Federais																5.800.000
12.302	2032 20RX 0032	Restrição e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	90	0	100										5.800.000
			S	4	2	90	0	100										2.175.000
																		3.625.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>5.800.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>5.800.000</b>

ÓRGÃO: 20000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR				
			B	S	P	G	N	R	D	M	O	C	I	F		T	E		
12.302	2032 20RX	2032 20RX 0021																	
13.302																			
TOTAL - FISCAL																			
TOTAL - SEGURIDADE																			
TOTAL - GERAL																			

Atividade: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Atividade: Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais

Atividade: Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Maranhão

TOTAL - FISCAL: 350.000

TOTAL - SEGURIDADE: 350.000

TOTAL - GERAL: 350.000

ÓRGÃO: 20000 - Ministério da Educação  
 UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Müller

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR				
			S	P	G	N	R	D	M	O	C	I	F	T		E			
14.302	2032 20RX	2032 20RX 7010																	
17.302																			
TOTAL - FISCAL																			
TOTAL - SEGURIDADE																			
TOTAL - GERAL																			

Atividade: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Atividade: Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais

Atividade: Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - Construção e Equipar do Novo Prédio do Hospital Universitário João Müller - No Estado do Mato Grosso

TOTAL - FISCAL: 27.200.901

TOTAL - SEGURIDADE: 27.200.901

TOTAL - GERAL: 27.200.901

ÓRGÃO: 31000 - Ministério do Esporte  
 UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR				
			B	S	P	G	N	R	D	M	O	C	I	F		T	E		
2035																			
TOTAL - FISCAL																			
TOTAL - SEGURIDADE																			
TOTAL - GERAL																			

Atividade: Esporte e Grandes Eventos Esportivos

TOTAL - FISCAL: 2.150.000

TOTAL - SEGURIDADE: 2.150.000

TOTAL - GERAL: 2.150.000

ATIVIDADES												
27 812	2035 20JP 0026	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	P	3	2	40	0	100				2.150.000
27 812	2035 20JP 0026	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - No Estado de Pernambuco	P	3	2	40	0	100				500.000
27 812	2035 20JP 0031	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	40	0	100				500.000
27 812	2035 20JP 1666	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - No Município de Limoeiro - PE	F	3	2	40	0	100				100.000
27 812	2035 20JP 3953	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - No Município de Tabatinga - SP	F	3	2	40	0	100				800.000
27 812	2035 20JP 7000	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - Aldeia Krihuro Puroya Indígenas do Xingu - No Estado do Mato Grosso	P	4	2	40	0	100				150.000
			P	3	2	90	0	100				600.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>												<b>2.150.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>												<b>2.150.000</b>

ÓRGÃO: 7100 - Encargos Financeiros da União  
 UNIDADE: 7101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes em R\$ 1,00										VALOR											
			U	S	P	G	N	D	R	P	M	D		D	I	U	E	T	F					
0909	0909	Operações Especiais: Outras Especiais Especiais																					150.000,000	
28 846	0909 0001	Operações Especiais: Outras Especiais Especiais																						150.000,000
28 846	0909 0011 0001	Operações Especiais: Outras Especiais Especiais																						150.000,000
<b>TOTAL - FISCAL</b>												<b>150.000,000</b>												
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												<b>0</b>												
<b>TOTAL - GERAL</b>												<b>150.000,000</b>												

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 15:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 29, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 29, de 2013-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$44.308.421,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 80, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas 32 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 80, que teve como Relator o Deputado Nelson Meurer, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 29, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 109, DE 2013-CN  
(nº 441/2013, na origem)**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

**I** - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

**II** - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 34.308.421,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), conforme indicado no Anexo II; e

**III** - Operações de Crédito Externas - em Moeda, no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades  
 UNIDADE: 56161 - Ministério das Cidades

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Crédito Suplementar Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROJETO	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F		O N D		R P		M O D		I U		F T E		VALOR
2048 Mobilidade Urbana e Trânsito																
2048 105T				PROJETOS												
15 451			Apóio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados													108.000
15 451			Apóio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	40	0							100	100.000
15 451			Apóio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência													550.000
15 451			Apóio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional	F	4	2	40	0							100	550.000
2054 Planejamento Urbano																
2054 1073				PROJETOS												
15 451			Apóio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano													33.000.000
15 451			Apóio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional	F	4	2	40	0							100	33.000.000
2068 Saneamento Básico																
2068 20NY				ATIVIDADES												
17 512			Apóio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas URBANAS													10.000.000
17 512			Apóio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas RURAIS	S	3	2	80	0							148	10.000.000
TOTAL - FISCAL																
TOTAL - SEGURIDADE																
TOTAL - GERAL																

ÓRGÃO: 56008 - Ministério das Cidades  
 UNIDADE: 56301 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Crédito Suplementar Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROJETO	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F		O N D		R P		M O D		I U		F T E		VALOR
2116 Programa de Cessão e Manutenção do Ministério das Cidades																
2116 2843				ATIVIDADES												
15 453			Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros													108.421
15 453			Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	0							100	108.421
TOTAL - FISCAL																
TOTAL - SEGURIDADE																
TOTAL - GERAL																

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Suplementar	
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR				
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito										550.000	
		<b>PROJETOS</b>											
15 453	2048 14TS	Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal										550.000	
15 453	2048 14TS 0001	Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal - Nacional	F	4	2	90	0	100				550.000	
<b>TOTAL - FISCAL</b>												550.000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												0	
<b>TOTAL - GERAL</b>												550.000	

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Crédito Suplementar	
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR				
	2054	Planejamento Urbano										31.650.000	
		<b>ATIVIDADES</b>											
15 121	2054 8874	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa										550.000	
15 121	2054 8874 0001	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional	F	3	2	30	0	100				550.000	
		<b>PROJETOS</b>											
15 451	2054 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano										31.100.000	
15 451	2054 1D73 0031	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	40	0	100				100.000	
15 451	2054 1D73 7128	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras de Infraestrutura no Contexto Viário de Interesse Urbano - Caspar - SC	F	4	2	40	0	100				31.000.000	
<b>TOTAL - FISCAL</b>												31.000.000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>												0	
<b>TOTAL - GERAL</b>												31.650.000	



ORGÃO: 56000 - Ministério das Cidades  
 UNIDADE: 56002 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNNIS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E	C	R	M	I	F	T	E	VALOR
	2049	Moradia Digna										2.000.000
16.482	2049 105J	PROJETOS										2.000.000
16.482	2049 105J 0023	Apoio à Previsão Habitacional de Interesse Social										2.000.000
		Apoio à Previsão Habitacional de Interesse Social - No Estado do Ceará		F	4	2	40	0			100	2.000.000
TOTAL - FISCAL												2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –**Item 16:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 30, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$404.152.417,00 (quatrocentos e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais), para reforço de dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 81, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 81, de 2013, que teve como Relator o Deputado Cláudio Cajado, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto no Senado Federal, nos termos do parecer, com os cumprimentos ao Relator da matéria, Deputado Claudio Cajado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 30, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 110, DE 2013-CN  
(nº 442/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL**, decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00 (quatrocentos e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, no valor de R\$ 327.757.284,00 (trezentos e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais), sendo:

a) R\$ 302.196.700,00 (trezentos e dois milhões, cento e noventa e seis mil e setecentos reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais) de Receitas de Honorários de Advogados;

c) R\$ 17.550.348,00 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e oito reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais; e

d) R\$ 6.870.236,00 (seis milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais) de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 23.626.133,00 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e trinta e três reais), sendo:

a) R\$ 9.586.717,00 (nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e dezessete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 1.989.764,00 (um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais) de Receitas de Honorários de Advogados; e

c) R\$ 12.049.652,00 (doze milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 52.769.000,00 (cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), conforme indicado no Anexo II.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ORGÃO: 30000 - Ministério da Justiça		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Suplementar																			
UNIDADE: 30403 - Arquivo Nacional		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00																			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										E	S	F	G	N	D	R	P	M	O	D	I	U	P	T	E	VALOR			
		2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça																											3.900.000	
		2112 2000	ATIVIDADES																												3.900.000
04 122		2112 2000 0001	Administração da Unidade																											3.900.000	
04 122		2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional										F			3			2		90			0		100			3.900.000		
TOTAL - FISCAL																										0					
TOTAL - SEGURIDADE																										0					
TOTAL - GERAL																										0					
																										3.900.000					

ORÇÃO: 30000 - Ministério da Justiça		Credito Suplementar									
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
ANEXO I											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
	2076	Segurança Pública com Cidadania							29.600.000		
ATIVIDADES											
06 181	2076 86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							29.600.000		
06 181	207686A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional	F	3	2	90	0	174	12.049.652		
			F	3	2	90	0	374	17.550.348		
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA											
2113											
ATIVIDADES											
06 122	2113 2000	Administração da Unidade							9.586.717		
06 122	21132000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	150	9.586.717		
TOTAL - FISCAL									39.186.717		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									39.186.717		





ORGÃO: 52006 - Ministério da Defesa		UNIDADE: 52121 - Comando do Exército		ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	B S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E							
2058				Política Nacional de Defesa										33.000.000	
				ATIVIDADES											
05 153	2058 20PY	Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército												20.000.000	
05 153	205820PY 0001	Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército - Nacional												20.000.000	
05 331	2058 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento	F	4	2	90	0	100						20.000.000	
05 331	20582865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional	F	3	1	90	0	388						18.000.000	
TOTAL - FISCAL														33.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE														0	
TOTAL - GERAL														33.000.000	

ORGÃO: 52000 - Ministério da Defesa		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Suplementar									
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutica		ANEXO I										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E	S	F	G	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	F	VALOR	
	2058	Política Nacional de Defesa																			302.196.700
		ATIVIDADES																			
05 151	2058 20XV	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB																			302.196.700
05 151	205820XV 0001	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional		F			3			2		90			0				650		302.196.700
				F			4			2		90			0				650		102.196.700
TOTAL - FISCAL																					302.196.700
TOTAL - SEGURIDADE																					0
TOTAL - GERAL																					302.196.700

ORGÃO: 20000 - Ministério da Educação		Crédito Suplementar									
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		ESF	END	GRP	MOD	ICL	FTE	VALOR	
2031		Educação Profissional e Tecnológicas									
		ATIVIDADES									
12.363	2031.8.252	Educação Profissional e Tecnológica a Distância								20.000.000	
12.363	2031.8.252.0001	Educação Profissional e Tecnológica a Distância - Nacional		F	4	2	90	0	100	20.000.000	
TOTAL - FISCAL		20.000.000									
TOTAL - SEGURIDADE		0									
TOTAL - GERAL		20.000.000									

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2070									
Segurança Pública com Cidadania									
PROJETOS									
06 183	2070 14UY	Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil							2.811.027
06 183	207014UY 0001	Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.811.027
			F	4	2	90	0	100	2.177.527
									633.500
2112									
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça									
ATIVIDADES									
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							9.088.973
06 122	21122000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	5.688.973
			F	4	2	90	0	100	5.688.973
									5.000.000
									688.973
06 183	2112 3974	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública							3.400.000
06 183	21123974 0001	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - Nacional	F	4	2	90	0	100	3.400.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									
									11.900.000
									0
									11.900.000





(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Preciso respeitar. É que o Deputado Claudio Cajado tem cumprido e cumprido muito bem o seu papel.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**Item 17:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 31, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica”.

– Parecer nº 84, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo.

Ao projeto de lei foram apresentadas 36 emendas. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 84, que teve como Relator o Deputado Jorge Bittar, concluiu pela aprovação do projeto e da Emenda nº 3, na forma do substitutivo apresentado e pela rejeição ou inadmissão das demais emendas.

Discussão do projeto.

Antes de fazermos a discussão do projeto, há, sobre a mesa, um requerimento assinado pelo Senador Pimentel, que pede, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional com o inciso III do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para votarmos o termo original do Projeto nº 31, de 2013, antes do substitutivo.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 17, DE 2013 – CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional c/c o inciso III do art.

311 do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para votarmos o texto original do PLN nº 31, de 2013, antes do Substitutivo apresentado.

Sala das Sessões, de 2013. – Senador **José Pimentel**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Era essa adequação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Houve um equívoco na Comissão de Orçamento, mas me parece que o Líder do Governo já está com a correção sobre a mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, agradecemos a todos pela adequação da tramitação da matéria.

Votação do requerimento do Senador Pimentel, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)  
Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação, no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)  
Aprovado o requerimento no Senado Federal.

Nós encerramos a discussão e passamos à votação do mérito do projeto na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação do projeto no Senado Federal.

As Senadoras e Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado Federal, fica prejudicado o substitutivo e a matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI**  
**Nº 31, DE 2013-CN**  
**MENSAGEM Nº 111, DE 2013-CN**  
**(nº 443/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Outras Contribuições Econômicas, no valor de R\$ 307.609.675,00 (trezentos e sete milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais);

II - excesso de arrecadação de Outras Receitas Vinculadas, no valor de R\$ 1.523.121,00 (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, cento e vinte e um reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 11.649.029,00 (onze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, vinte e nove reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
 UNIDADES: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,48										Crédito Especial
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										VALOR
2106		Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação										349.019
		OPERAÇÕES ESPECIAIS										
19 122	2106 0037	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI										349.019
19 122	2106 0037 0001	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológicas - ABIPTI - Nacional										349.019
TOTAL - FISCAL												349.019
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												349.019

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
 UNIDADES: 24101 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,48										Crédito Especial
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação										319.131,706
		ATIVIDADES										
19 572	2021 2121	Fomento à Inovação Tecnológica e Adensamento de Unidades Produtoras de Pequenas e Médias Empresas - INOVAPE-ME										1.523.121
19 572	2021 2121 0001	Fomento à Inovação Tecnológica e Adensamento de Unidades Produtoras de Pequenas e Médias Empresas - INOVAPE-ME - Nacional										1.523.121
19 571	2021 213C	Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voltados a Setores Industriais na Associação Brasileira de Pesquisas e Inovação - Embraepi - OS										1.223.121
19 571	2021 213C 0001	Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voltados a Setores Industriais na Associação Brasileira de Pesquisas e Inovação - Embraepi - OS - Nacional										1.223.121
19 571	2021 001V	Projeto apoiado (unidade): 1										10.000.000
19 571	2021 001V 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I										10.000.000
19 571	2021 001V 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional										10.000.000
		Bolsa consolidada (unidade): 977										307.609,675
												307.609,675
												307.609,675



ÓRGÃO: 24000 - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação  
 UNIDADE: 24981 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todos os Fontes em R\$ 1,00												VALOR				
			B	S	P	G	N	D	R	P	M	O	D	F		T	H		
2421 - Ciência, Tecnologia e Inovação			<b>ATIVIDADES</b>												10.000.000				
19 571	2021 2014	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Esforços																	10.000.000
19 573	2021 2014 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Esforços - Nacional	F	3		2				90								142	10.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																		10.000.000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																		0	
<b>TOTAL - GERAL</b>																		10.000.000	

ÓRGÃO: 26100 - Ministério de Educação  
 UNIDADE: 26199 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todos os Fontes em R\$ 1,00												VALOR				
			B	S	P	G	N	D	R	P	M	O	D	F		T	H		
2880 - Educação Básica			<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>												1.000.000				
12 847	2038 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica																	1.000.000
12 847	2038 0509 7016	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Instituto Social das Irmãs de Maria de Bomazur - No Distrito Federal	F	3		2				50								100	1.000.000
2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>												300.000				
12 364	2032 0048	Apoio a Unidades de Ensino Superior Não Federais																	300.000
12 364	2032 0048 7004	Apoio a Unidades de Ensino Superior Não Federais - Constatção e Ampliação de ESCS - Unidades Sarambaia - No Distrito Federal	F	3		3				30								100	300.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																		1.300.000	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																		0	
<b>TOTAL - GERAL</b>																		1.300.000	

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 18:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 33, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 33, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00, para os fins que especifica.” – Parecer nº 86, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas oito emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer nº 86, que teve

como Relator o Senador Casildo Maldaner, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição ou inadmissão das emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara, passamos à apreciação do projeto no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto no Senado Federal, a matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 33, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 113, DE 2013-CN  
(nº 445/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal  
 UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	Crédito Especial		
			E	S	F	G	R	P	M	O	D	F			T	E
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal										14.496.335				
PROJETOS																
02 122	0569 11U3	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG													7.196.689	
02 122	056911U3 3166	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG - No Município de Uberlândia - MG													7.196.689	
		Edifício ampliado (percentual de execução física): 45														
02 122	0569 12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA	F	4	2	90	0	100							7.196.689	
02 122	056912RB 0269	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA - No Município de Belém - PA													3.275.887	
		Edifício reformado (percentual de execução física): 72													3.275.887	
02 122	0569 15ZQ	Construção do Polo Administrativo Regional da Justiça Federal em Ribeirão Preto - SP													500.000	
02 122	056915ZQ 3833	Construção do Polo Administrativo Regional da Justiça Federal em Ribeirão Preto - SP - No Município de Ribeirão Preto - SP													500.000	
		Edifício construído (percentual de execução física): 4													500.000	
02 122	0569 153C	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília	F	4	2	90	0	100							3.523.759	
02 122	0569153C 3664	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - Em Brasília - DF													3.523.759	
		Edifício construído (percentual de execução física): 100													3.523.759	
TOTAL - FISCAL															14.496.335	
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															14.496.335	

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal  
 UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	Crédito Especial		
			E	S	F	G	R	P	M	O	D	F			T	E
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal										3.500.000				
PROJETOS																
02 122	0569 153B	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal 3ª Região - Unidade D													3.500.000	
02 122	0569153B 3928	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal 3ª Região - Unidade D - No Município de São Paulo - SP													3.500.000	



TOTAL - SEGURIDADE 0  
 TOTAL - GERAL 650.000

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	Crédito Especial
			E	G	R	M	I	F	T	E	S	N		
	0570		Gestão do Processo Eleitoral										400.000	
			PROJETOS											
02 122	1403		Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pétrola - PR										400.000	
02 122	1403 4272		Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pétrola - PR - No Município de Pétrola - PR										400.000	
			Cartório construído (percentual de execução física): 100										400.000	
TOTAL - FISCAL													400.000	
TOTAL - SEGURIDADE													0	
TOTAL - GERAL													400.000	

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	Crédito Especial
			E	G	R	M	I	F	T	E	S	N		
	0570		Gestão do Processo Eleitoral										1.500.000	
			PROJETOS											
02 122	137H		Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - RR										1.500.000	
02 122	137H 0238		Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - RR - No Município de Boa Vista - RR										1.500.000	
			Imóvel construído (percentual de execução física): 6										1.500.000	
TOTAL - FISCAL													1.500.000	
TOTAL - SEGURIDADE													0	
TOTAL - GERAL													1.500.000	

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul  
 ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

Crédito Especial

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		<b>PROJETOS</b>							
02 122	0571 140R	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS							400.000
02 122	0571 140R 4708	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS - No Município de Alegrete - RS	F	4	2	90	0	181	400.000
02 122	0571 152O	Edifício construído (percentual de execução física): 22							400.000
02 122	0571 152O 4728	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS - No Município de Arroio Grande - RS	F	4	2	90	0	181	400.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 22							400.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>800.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>800.000</b>

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	Crédito Especial
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								3.342.419
		<b>PROJETOS</b>								
02 122	0571 131I	Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda - PE								364.569
02 122	0571 131I 1674	Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda - PE - No Município de Olinda - PE	F	4	2	90	0	181	364.569	
02 122	0571 131E	Edifício construído (percentual de execução física): 33								364.569
02 122	0571 131E 1685	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista - PE - No Município de Paulista - PE	F	4	2	90	0	100	2.000.000	
		Edifício construído (percentual de execução física): 72								2.000.000
02 061	0571 152R	Reforma e Ampliação de Imóvel para abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região								977.850
02 061	0571 152R 1695	Reforma e Ampliação de Imóvel para abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região - No Município de Recife - PE	F	3	2	90	0	100	977.850	
		Edifício ampliado (percentual de execução): 45								538.551
			F	4	2	90	0	100	439.299	
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>3.342.419</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>	

TOTAL - GERAL		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Especial
												VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR			
0581		Defesa da Ordem Jurídica										2.540.000
0581 14X7		PROJETOS										
03 122	0581 14X7	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Varginha - MG									1.900.000	
03 122	0581 14X7 3176	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Varginha - MG - No Município de Varginha - MG	F	5	2	90	0	100			1.900.000	
03 122	0581 153A	Edifício adquirido (unidade): 1									1.900.000	
03 122	0581 153A 1043	Aquisição de imóvel - Anexo III da Procuradoria da República em Fortaleza - CE	F	5	2	90	0	100			640.000	
		CE - No Município de Fortaleza - CE									640.000	
		Imóvel adquirido (unidade): 1									640.000	
TOTAL - FISCAL												2.540.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.540.000

TOTAL - GERAL		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Especial
												VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR			
0581		Defesa da Ordem Jurídica										3.300.000
0581 14X9		PROJETOS										
03 122	0581 14X9	Aquisição de anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caxias do Sul									2.000.000	
03 122	0581 14X9 4798	Aquisição de anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caxias do Sul - No Município de Caxias do Sul - RS	F	5	2	90	0	100			2.000.000	
03 122	0581 14XA	Anexo adquirido (unidade): 1									2.000.000	
03 122	0581 14XA 4497	Aquisição de anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho no Município de Florianópolis	F	5	2	90	0	100			3.200.000	
		CE - No Município de Florianópolis - SC									3.200.000	
		Imóvel adquirido (unidade): 1									3.200.000	
TOTAL - FISCAL												3.300.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												3.300.000

TOTAL - GERAL

ORGÃO: 34000 - Ministério Público da União  
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO 1  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

ORGÃO: 34000 - Ministério Público da União  
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO 1  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

03 062	0581 152Y	Anexo adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	3.200.000
		Construção do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Cascavel - PR							3.100.000
03 062	0581152Y 4079	Construção do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Cascavel - PR - No Município de Cascavel - PR	F	4	2	90	0	100	3.100.000
		Edifício construído (gerencial de execução física): 100							8.300.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									
<b>TOTAL - GERAL</b>									

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
 UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos

ANEXO 1  
 PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ LIM										VALOR		
			E	S	F	G	R	M	I	T	F	E			
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais													9.100.000		
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>															
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE)													8.000.000
28 846	09090019 0023	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100							8.000.000
28 846	0909 001R	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária													3.000.000
28 846	0909001R 0023	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100							600.000
28 846	0909 001U	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária													600.000
28 846	0909001U 0032	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Espírito Santo	F	5	3	90	0	100							500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>													9.100.000		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>													0		
<b>TOTAL - GERAL</b>													9.100.000		

ÓRGÃO: 17000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR	Crédito Especial	
			E	G	R	M	I			
			S	N	P	O	U	F	T	E
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							17.496.335	
		PROJETOS								
02 122	0569 11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF								17.496.335
02 122	056911RV 3664	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100		17.496.335
TOTAL - FISCAL										
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										17.496.335

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR	Crédito Especial	
			E	G	R	M	I			
			S	N	P	O	U	F	T	E
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							500.000	
		PROJETOS								
02 122	0569 7T89	Construção do Polo Administrativo Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em Ribeirão Preto - SP								500.000
02 122	05697T89 3833	Construção do Polo Administrativo Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em Ribeirão Preto - SP - No Município de Ribeirão Preto - SP	F	4	2	90	0	100		500.000
TOTAL - FISCAL										
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										500.000

ÓRGÃO: 14008 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR	Crédito Especial	
			E	G	R	M	I			
			S	N	P	O	U	F	T	E
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.114.924	

		ATIVIDADES											
												Crédito Especial	
												Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
												VALOR	
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral											
02 122	057020GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia										F	3 3 2 2 90 0 100
												F	3 3 2 2 90 0 127
<b>TOTAL - FISCAL</b>													2.114.924
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>													0
<b>TOTAL - GERAL</b>													2.114.924

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO											
		Gestão do Processo Eleitoral										Crédito Especial	
		PROJETOS										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
												VALOR	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA											E	S
												F	
												G	N
												D	
												M	O
												I	U
												F	T
												E	
02 122	0570 14Q9	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Paracatu - MG											
02 122	057014Q9 2892	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de Paracatu - MG - No Município de Paracatu - MG										F	5 2 90 0 100
<b>TOTAL - FISCAL</b>													650.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>													0
<b>TOTAL - GERAL</b>													650.000

ORGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral  
 UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná  
 ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO											
		Gestão do Processo Eleitoral										Crédito Especial	
		PROJETOS										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
												VALOR	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA											E	S
												F	
												G	N
												D	
												M	O
												I	U
												F	T
												E	
02 122	0570 14EC	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cantagalo - PR											
02 122	057014EC 4074	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cantagalo - PR - No Município de Cantagalo - PR										F	4 2 90 0 100
		Cartório construído (percentual de execução física): 50											
<b>TOTAL - FISCAL</b>													400.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>													0
<b>TOTAL - GERAL</b>													400.000

TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	400.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00											Crédito Especial
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR				
0570		Gestão do Processo Eleitoral											1.500.000
ATIVIDADES													
02 122	0570 20CP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral											1.500.000
02 122	057020GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	F	4	2	90	0	100				1.500.000	
TOTAL - FISCAL												1.500.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												1.500.000	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Rio Grande do Sul ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00											Crédito Especial
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR				
0571		Prestitação Jurisdicional Trabalhista											800.000
PROJETOS													
02 122	0571 134G	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS											800.000
02 122	0571134G 4934	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS - No Município de Lajeado - RS	F	4	2	90	0	181				800.000	
TOTAL - FISCAL												800.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												800.000	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00											Crédito Especial
--	--	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista 3.342.419									
ATTIVIDADES									
02.061	0571.4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							364.569
02.061	05714256.0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	F	4	2	90	0	181	364.569
PROJETOS									
02.122	0571.11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE							2.977.850
02.122	057111A7.1695	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE - No Município de Recife - PE	F	4	2	90	0	100	2.977.850
TOTAL - FISCAL 3.342.419									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 3.342.419									

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
										Crédito Especial	
0581 Defesa da Ordem Jurídica 5.840.000											
PROJETOS											
03.122	0581.1E30	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal							5.200.000		
03.122	05811E30.0001	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.200.000		
03.122	0581.3752	Instalação modernizada (unidade): 6							5.200.000		
03.122	05813752.0001	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais	F	5	2	90	0	100	640.000		
03.122	05813752.0001	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional	F	5	2	90	0	100	640.000		
TOTAL - FISCAL 5.840.000											
TOTAL - SEGURIDADE 0											
TOTAL - GERAL 5.840.000											

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO II

Crédito Especial

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	
	0581	Defesa da Ordem Jurídica						3.100.000
		<b>ATIVIDADES</b>						
03 062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho						3.100.000
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	F	4	2	90	0	100
<b>TOTAL - FISCAL</b>								3.100.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								0
<b>TOTAL - GERAL</b>								3.100.000

**ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União**  
**UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União**

**ANEXO II**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	
	0581	Defesa da Ordem Jurídica						1.900.000
		<b>PROJETOS</b>						
03 122	0581 11EQ	Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União						1.900.000
03 122	0581 11EQ 3664	Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100
<b>TOTAL - FISCAL</b>								1.900.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								0
<b>TOTAL - GERAL</b>								1.900.000

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**  
**UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos**

**ANEXO II**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						3.670.000
		<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>						
28 846	0909 00HZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro -						2.820.000



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 19:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 34, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Secretaria de Portos da Presidência da República e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$182.208.690,00 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 82, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo.

Ao projeto de lei foram apresentadas apenas cinco emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer nº 82, que teve como Relator o Deputado Ricardo Berzoini, concluiu pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2, na forma do substitutivo apresentado, pela inadmissão da Emenda nº 3 e pela rejeição das demais emendas.

Discussão do projeto e do substitutivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto e o substitutivo, nós declaramos encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados, nós passamos à apreciação do projeto no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, nos termos do substitutivo, que tem preferência regimental também no Senado Federal.

Fica, prejudicado, com a aprovação do substitutivo, o projeto, e a matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**SUBSTITUTIVO AO PLN****Nº 34/2013-CN**

*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

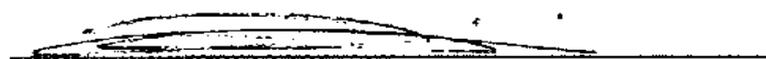
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 8.410.642,00 (oito milhões, quatrocentos e dez mil, seiscentos e quarenta e dois reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 173.798.048,00 (cento e setenta e três milhões, setecentos e noventa e oito mil, quarenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**DEPUTADO RICARDO BERZOINI**

Relator

ÓRGÃO: 12000 Justiça Federal  
 UNIDADE: 12101 Justiça Federal do Primeiro Grau

ANEXO I  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMAÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	A	N	I	F	VALOR
			Z	D	D	D	C	R	
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							42.607.616
ATIVIDADES									
02061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							2.525.986
02061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.525.986
PROJETOS									
02122	0569 1128	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC							4.000.000
01122	0569 1128 4444	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC - No Município de Blumenau - SC	F	4	2	90	0	100	4.000.000
01122	0569 1226	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG							1.509.337
02122	0569 1226 2409	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG	F	4	2	90	0	100	1.509.337
01122	0569 1288	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT							154.979
02122	0569 1288 5296	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT - No Município de Cáceres - MT	F	4	2	90	0	100	154.979
02122	0569 1442	Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE							4.000.000
02122	0569 1442 1091	Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE - No Município de Limoeiro do Norte - CE	F	4	2	90	0	100	4.000.000
02122	0569 1406	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF							400.000
02122	0569 1406 5656	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100	400.000
02122	0569 1A58	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA							7.560.794
02122	0569 1A58 0363	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA - No Município de Santarém - PA	F	4	2	90	0	100	7.560.794
02122	0569 1A59	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG							5.927.000
02122	0569 1A59 2901	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG - No Município de Passos - MG	F	4	2	90	0	100	5.927.000
01122	0569 1A66	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT							3.430.993
02122	0569 1A66 5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - No Município de Sinop - MT	F	4	2	90	0	100	3.430.993
02122	0569 7863	Construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA							5.954.696
02122	0569 7863 1964	Construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA - No Município de Barreiras - BA	F	4	1	90	0	100	5.954.696
02122	0569 7862	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA							5.274.217
02122	0569 7862 1939	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA - No Município de Campo Formoso - BA	F	4	2	90	0	100	5.274.217
02122	0569 7849	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jaquijá - BA							1.658.977
02122	0569 7849 2138	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jaquijá - BA - No Município de Jaquijá - BA	F	4	2	90	0	100	1.658.977
TOTAL - FISCAL									42.607.616
TOTAL - GERAL									42.607.616





ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	E	P	T	VALOR
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								600.000
ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							600.000
02 061	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							600.000
		F	3	2	90	0	100		600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	E	P	T	VALOR
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								350.000
ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							350.000
02 061	0571 4256 5010	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							350.000
		F	3	2	90	0	100		350.000
		F	4	2	90	0	100		100.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	E	P	T	VALOR
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								2.000.000
ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.000.000
02 061	0571 4256 6015	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							2.000.000
		F	3	2	90	0	100		2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000



ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	U	R	N	P	VALOR
		F	D	J	O	D	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista						500.000
		ATIVIDADES					
01 061	0571 4256						500.000
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
01 061	0571 4256 0022						500.000
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí	F	3	2	90	0	100
	TOTAL - FISCAL						500.000
	TOTAL - GERAL						500.000

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
UNIDADE: 15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	U	R	N	P	VALOR
		F	D	J	O	D	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista						121.132
		ATIVIDADES					
02 061	0571 4256						121.132
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
02 061	0571 4256 0064						121.132
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	2	90	0	100
	TOTAL - FISCAL						121.132
	TOTAL - GERAL						121.132

ÓRGÃO: 34000 Ministério Público da União  
UNIDADE: 34101 Ministério Público Federal

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	U	R	N	P	VALOR
		F	D	J	O	D	
0581	Defesa da Ordem Jurídica						4.640.000
		PROJETOS					
01 122	0581 11KE						610.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS						
01 122	0581 11KE 5027						610.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS	F	4	2	90	0	100
01 122	0581 1203						1.260.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS						
01 122	0581 1203 5022						1.260.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS	F	4	2	90	0	100
01 122	0581 124E						370.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campinas Grande - SP						
01 122	0581 124E 1127						370.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campinas Grande - SP - No Município de Campinas Grande - SP	F	4	2	90	0	100
01 122	0581 1286						285.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI						
122	0581 1286 0901						285.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI	F	4	2	90	0	100
01 122	0581 1146						2.115.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Casimiro do Sul - RS						
01 122	0581 1146 4750						2.115.000
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Casimiro do Sul - RS - No Município de Casimiro do Sul - RS	F	4	2	90	0	100
	TOTAL - FISCAL						4.640.000
	TOTAL - GERAL						4.640.000







ÓRGÃO: 12000 Justiça Federal  
UNIDADE: 12103 Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	O	R	E	I	P	VALOR
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.174.985
PROJETOS								
02122	0569 11JB	Construção do Edifício-Sede II do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro - RJ						3.174.985
02122	0569 11JB 3341	Construção do Edifício-Sede II do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ						3.174.985
		F	O	R	E	I	P	VALOR
		4	2	90	0	100		3.174.985
TOTAL - FISCAL								3.174.985
TOTAL - GERAL								3.174.985

ÓRGÃO: 14000 Justiça Eleitoral  
UNIDADE: 14101 Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	O	R	E	I	P	VALOR
0570	Gestão do Processo Eleitoral							7.000.000
ATIVIDADES								
02122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral						7.000.000
02122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional						7.000.000
		F	O	R	E	I	P	VALOR
		3	2	30	0	100		7.000.000
TOTAL - FISCAL								7.000.000
TOTAL - GERAL								7.000.000

ÓRGÃO: 14000 Justiça Eleitoral  
UNIDADE: 14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	O	R	E	I	P	VALOR
0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.861.702
PROJETOS								
02122	0570 140G	Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Camaragibe - PE						3.861.702
02122	0570 140G 160B	Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Camaragibe - PE - No Município de Camaragibe - PE						3.861.702
		F	O	R	E	I	P	VALOR
		6	2	90	0	100		3.861.702
TOTAL - FISCAL								3.861.702
TOTAL - GERAL								3.861.702

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

**ANEXO II** CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	E	M	J	F	VALOR
		P	D	P	D	U	E	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.466.500
PROJETOS								
02122	0571 1A55	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ						3.466.500
02122	0571 1A55 0190	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ						3.466.500
		F	4	2	90	0	100	3.466.500
TOTAL - FISCAL								3.466.500
TOTAL - GERAL								3.466.500

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15109 Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

**ANEXO II** CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	E	M	J	F	VALOR
		P	D	P	D	U	E	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.000.000
PROJETOS								
02122	0571 1769	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA						2.000.000
02122	0571 1769 0249	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA - No Município de Belém - PA						2.000.000
		F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL								2.000.000
TOTAL - GERAL								2.000.000

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho  
 UNIDADE: 15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

**ANEXO II** CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	E	M	J	F	VALOR
		P	D	P	D	U	E	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							350.000
PROJETOS								
02122	0571 3M72	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína - TO						350.000
02122	0571 3M72 0421	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO						350.000
		F	4	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL								350.000
TOTAL - GERAL								350.000



ÓRGÃO: 34000 Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34101 Ministério Público Federal

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	X	P	E	M	C	F	U	T	R	VALOR
0581 Defesa da Ordem Jurídica <span style="float: right;">19.170.000</span>												
<b>ATIVIDADES</b>												
03125	0581 2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei										170.000
03125	0581 2508 0001	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional										170.000
F 4 1 50 0 100												
170.000												
<b>PROJETOS</b>												
03122	0581 1830	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal										10.550.000
03122	0581 1830 0001	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional										10.550.000
F 1 1 50 0 100												
3.600.000												
F 4 1 50 0 100												
6.950.000												
03122	0581 3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais										3.450.000
03122	0581 3752 0001	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional										3.450.000
F 1 1 50 0 100												
4.325.000												
F 4 1 50 0 100												
2.475.000												
F 5 2 50 0 100												
2.550.000												
TOTAL - FISCAL											19.170.000	
TOTAL - GERAL											19.170.000	

ÓRGÃO: 34000 Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	X	P	E	M	C	F	U	T	R	VALOR
0581 Defesa da Ordem Jurídica <span style="float: right;">5.000.000</span>												
<b>PROJETOS</b>												
03122	0581 1302	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião em Brasília										5.000.000
03122	0581 1302 0033	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião em Brasília - No Distrito Federal										5.000.000
F 4 1 50 0 100												
5.000.000												
TOTAL - FISCAL											5.000.000	
TOTAL - GERAL											5.000.000	

ÓRGÃO: 34000 Ministério Público da União  
 UNIDADE: 34104 Ministério Público do Trabalho

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	X	P	E	M	C	F	U	T	R	VALOR
0581 Defesa da Ordem Jurídica <span style="float: right;">10.000.000</span>												
<b>ATIVIDADES</b>												
03062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho										10.000.000
03062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional										10.000.000
F 4 1 50 0 100												
10.000.000												
TOTAL - FISCAL											10.000.000	
TOTAL - GERAL											10.000.000	



ÓRGÃO: 68000 Secretaria de Portos  
 UNIDADE: 68101 Secretaria de Portos

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	L	M	T	P	VALOR
		1	0	2	0	0	0	
<b>0905</b>	<b>Operações Especiais: Outros Encargos Especiais</b>							<b>4.200.000</b>
	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>							
28846	0905 0930 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro							500.000
28846	0905 0930 0033 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							500.000
		F	S	L	M	T	P	
								500.000
28846	0905 0987 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo							1.000.000
28846	0905 0987 0033 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - No Estado do Espírito Santo							1.000.000
		F	S	L	M	T	P	
								1.000.000
28846	0905 0985 Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia							1.000.000
28846	0905 0985 0029 Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - No Estado da Bahia							1.000.000
		F	S	L	M	T	P	
								1.000.000
28846	0905 0990 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará							1.700.000
28846	0905 0990 0015 Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - No Estado do Pará							1.700.000
		F	S	L	M	T	P	
								1.700.000
<b>2074</b>	<b>Transporte Marítimo</b>							<b>4.000.000</b>
	<b>ATIVIDADES</b>							
26121	2074 2101 Desenvolvimento do Setor Portuário							2.000.000
26121	2074 2101 0001 Desenvolvimento do Setor Portuário - Nacional							2.000.000
		F	S	L	M	T	P	
								2.000.000
	<b>PROJETOS</b>							
26784	2074 1387 Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPR) nas Companhias Docas							2.000.000
26784	2074 1387 0001 Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPR) nas Companhias Docas - Nacional							2.000.000
		F	S	L	M	T	P	
								350.000
		F	S	L	M	T	P	
								1.650.000
<b>2101</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>							<b>800.000</b>
	<b>ATIVIDADES</b>							
26122	2101 2000 Administração da Unidade							800.000
26122	2101 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							800.000
		F	S	L	M	T	P	
								800.000
	<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>3.000.000</b>
	<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>9.000.000</b>

ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União  
 UNIDADE: 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	L	M	T	P	VALOR
		1	0	2	0	0	0	
<b>0909</b>	<b>Operações Especiais: Outros Encargos Especiais</b>							<b>56.840.996</b>
	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>							
28846	0909 0011 Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FROPS (Lei n° 12.546, de 2011)							56.840.996
28846	0909 0011 0001 Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FROPS (Lei n° 12.546, de 2011) - Nacional							56.840.996
		F	S	L	M	T	P	
								56.840.996
	<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>56.840.996</b>
	<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>56.840.996</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Penúltimo item da pauta.

**Item 20:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 40, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 40, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$240.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 87, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto de lei foram apresentadas 175 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 87, que teve como Relator o Deputado José Priante, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição ou inadmissão das emendas.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Votação do projeto, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados, nós passaremos à apreciação do projeto, no Senado Federal.

As Senadoras e Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado, a matéria também vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 40, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 120, DE 2013-CN  
(nº 452/2013, na origem)**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 240.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

**Art. 2º** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
 UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E					
	2014		Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização										40.000.000
			ATIVIDADES										
20 698	2014 202V		Fomento ao Setor Agropecuário										40.000.000
20 608	2014 202V 0007		F	4	2	40	0				388	40.000.000	
TOTAL - FISCAL													40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													40.000.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo  
 UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo

ANEXO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E					
	2076		Turismo										90.000.000
			PROJETOS										
23 695	2076 10V0		Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística										90.000.000
23 695	2076 10V0 0031		F	4	2	40	0				388	90.000.000	
TOTAL - FISCAL													90.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													90.000.000



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Último item de projeto de lei.

**Item 21:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 42, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

– Parecer nº 88, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

Ao projeto foi apresentada apenas uma emenda.

Discussão do projeto, que teve como Relator o Senador Walter Pinheiro, que concluiu pela aprovação do projeto e inadmissão da emenda.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Vou colocar o projeto em votação, na Câmara.

As Deputadas e os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados, passa-se à votação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto no Senado Federal, a matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI  
Nº 42, DE 2013-CN  
MENSAGEM Nº 122, DE 2013-CN  
(nº 454/2013, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1<sup>º</sup> Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00 (cinquenta e um milhões, dois mil, seiscentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2<sup>º</sup> Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1<sup>º</sup> decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3<sup>º</sup> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à votação do **Item 22**:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências, tendo

– Parecer nº 2, de 2010-CN, da Mesa da Câmara dos Deputados, concluindo pela aprovação do projeto.

– Parecer nº 26, de 2013-CN, da Mesa do Senado Federal, concluindo pela aprovação do projeto.

Todos nós havíamos assumido um compromisso no sentido de votarmos essa matéria.

Quando estivemos em visita oficial a Portugal, fomos novamente cobrados pela Presidente do Congresso daquele país. Portanto, queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de concluirmos a apreciação desta matéria.

Em discussão o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Cajado. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido apresentou várias emendas a este projeto. Nós gostaríamos de saber se essas emendas foram acatadas e o teor do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O relator desta matéria é o Senador João Vicente Claudino.

Eu queria, para concluirmos esta noite de grande produtividade legislativa, que nós votássemos esta matéria e deixássemos, no entanto, a votação da redação final.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, eu me comprometo com V. Ex<sup>a</sup> de que não votaremos a redação final enquanto nós não verificarmos com o Relator da matéria, Senador João Vicente Claudino, sobre a inclusão das emendas que legitimamente V. Ex<sup>a</sup> defende.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, veja que pode haver um texto que aprovemos

aqui com as emendas que eventualmente possam ser acatadas e que fique um texto desconexo.

Eu assumo o compromisso com V. Ex<sup>a</sup> para que, na próxima sessão do Congresso, parece-me que no dia 10 de dezembro, possamos votar esta matéria e fazermos o acordo com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Compromisso aceito.

**O SR. CLÁUDIO CAJADO** (DEM – BA) – V. Ex<sup>a</sup> há de concordar que estamos transigindo ao máximo, limpamos a pauta, praticamente. Inclusive, volto a repetir, o acordo não foi de limpar a pauta, foi de votar os PLNs 1 e 2 e alguns créditos, não ficou claro isso. No entanto, acabamos de dar ao Governo todos os meios necessários para que ele não possa reclamar e exercer a sua função.

Então, eu não sei se existe, no Planeta, uma oposição tão benevolente, que aquiesça tanto, que ceda tanto, quanto nós aqui no Parlamento.

Portanto, que fique claro que nós marcamos nossa posição de forma muito clara, mas não queremos prejudicar em nada a Nação. Os erros que o Governo comete são exclusivamente dele. Nós apresentamos as nossas críticas, mostramos os erros, mas não fazemos a política do passado, do quanto pior melhor. Não aceitamos essa posição.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que encerre a sessão, até porque temos ainda que discutir. Não sei nem se vamos votar o relatório preliminar agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Aceito a proposta de V. Ex<sup>a</sup> e incluo, desde já, esta matéria na Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional convocada para o dia 12.

Cumprimento o Senador Edson Lobão...  
Dia 10 de dezembro, melhor dizendo.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando este momento de fragilidade do Deputado Cajado, que se comprometeu a ajudar o País, a fazer com que os Ministérios continuem a prestação de serviços através dos seus programas, temos aí o pedido do Senador Pimentel para inclusão extrapauta de apenas seis PLNs, que já foram discutidos no âmbito da Comissão Mista do Orçamento.

Percebo, hoje, que o Deputado Cajado pode ter seu coração abrandado e, portanto, concordar que já estamos nesse esforço, conseguimos votar, através da condescendência de todos os Partidos, heroicamente, 1h30 da manhã, 21 PLNs aqui. Temos apenas mais seis, que já foram discutidos no CMO, foram votados e aprovados, inclusive com o voto do Deputado Cajado.

Então, eu pediria, porque eu queria deixar registrado aqui: são seis Ministérios que estão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... no dia 20 de novembro. Portanto, eu tenho certeza de que cada Ministério desses considera extremamente importante que façamos a aprovação agora, para que os Ministérios possam se utilizar dessas verbas. Eu tenho certeza de que o Deputado Cajado não irá criar obstáculos para uma questão que poderemos resolver aqui em cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Da mesma forma que aceitamos a proposta do Deputado Claudio Cajado, eu faço um apelo, em nome do Senador Lobão, para que V. Ex<sup>a</sup>, em contrapartida, aceite a proposta para concluirmos a votação desses créditos.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Presidente, não há hipótese. E peço a V. Ex<sup>a</sup>, como a pauta está vencida, que encerre a sessão.

E mais, crédito suplementar já é uma extravagância, demonstra duas coisas: ou que o planejamen-

to não está correto ou que o Governo está mudando suas prioridades.

Nós o fizemos agora em função de não sermos tachados de impedir o Governo de funcionar. Os erros do Governo são erros dele. Os tropeços que estão sendo dados são tropeços exclusivos do Governo. Nós não compartilhamos com esses erros.

Agora, extrapauta, não há hipótese de podermos aceitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu agradeço, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup>.

Cumprimento todos e cumprimento, sobretudo, o Congresso Nacional, que, de forma coerente, tornou nula a sessão do dia 1º de abril de 1964, na qual foi declarado vago o cargo de Presidente da República, quando João Goulart ainda estava em solo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão à 1 hora e 19 minutos do dia 21 de novembro de 2013.)*

**COMISSÕES MISTAS**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>

**COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>**

**Presidente:** Senador Lobão Filho (PMDB/MA) <sup>8</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) <sup>8</sup>  
**2º Vice-Presidente:** <sup>8 e 9</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) <sup>8</sup>

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)  
**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)  
**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>
<sup>7 e 9</sup>	2. <sup>5 e 7</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>5</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>4</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>10</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) <sup>7 e 12</sup>
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
<b>PSDB</b>	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
<b>PP</b>	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) <sup>8</sup>
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
<b>PSD</b>	
Marcos Montes (PSD/MG) <sup>13</sup>	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) <sup>13</sup>
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
<b>PR</b>	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) <sup>6</sup>	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>11</sup>	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) <sup>10</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSC</b>	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) <sup>9</sup>
<b>PCdoB</b>	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
<b>PTdoB<sup>1</sup></b>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR**

**COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
<b>PTB</b>	João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b>PSB</b>	Lídice da Mata (PSB/BA)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	José Airtton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
<b>PR</b>	José Rocha (PR/BA)
<b>PSD</b>	Armando Vergílio (PSD/GO)
<b>PSB</b>	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
<b>PTdoB</b>	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
<b>PT</b>	Afonso Florence (PT/BA)
<b>PSDB</b>	

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
<b>DEM</b>	Wilder Moraes (DEM/GO)
<b>PT</b>	Walter Pinheiro (PT/BA)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
<b>PMDB</b>	José Priante (PMDB/PA)
<b>PR</b>	Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PV</b>	Fábio Ramalho (PV/MG)
<b>PPS</b>	Sandro Alex (PPS/PR)
<b>PTB</b>	Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSD</b>	
<b>PP</b>	Roberto Teixeira (PP/PE)

**Notas:**

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados <sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Relator:** Deputado Sarney Filho <sup>16, 20 e 27</sup>

**Instalação:** 27-2-2013 <sup>15, 20 e 27</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<sup>22</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3, 14 e 29</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 29</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3 e 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 24</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) <sup>6, 10, 26, 30 e 31</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2</sup> 19
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Colbet Martins (PMDB/BA) <sup>2 e 21</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 13</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 13</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 20</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 20</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>2 e 17</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13 e 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 e 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 e 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noê, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

**13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

**14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

**17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

**18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

**19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

**20-** Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

**21-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Morais (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) <sup>3, 6 e 7</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

**Notas:**

**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**3-** Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

**4-** Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

**5-** Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

**6-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

**7-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<p><b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)</p>	<p><b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup></p>
<p><b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB/MT)</p>	<p><b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA) <sup>2</sup></p>
<p><b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)</p>	<p><b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>3</sup></p>

(Atualizada em 10.04.2013)

**Notas:**

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
 Senado Federal – Anexo II - Térreo  
**Telefones:** (61) 3303-4561 / 3303-5258  
**E-mail:** scop@senado.gov.br  
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

**1-** Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

**2-** Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

**3-** Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

**4-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**5-** Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

**6-** Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

**7-** Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

**8-** Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

**9-** Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

**10-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

**11-** Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

**12-** Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela (PMDB/GO) <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) <sup>1</sup>
Luiz Pitiman (PSDB/DF) <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto (PP/BA) <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (SDD/PE) <sup>1</sup>	1. João Bittar (DEM/MG) <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho (SDD/DF) <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013  
**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 9-9-2013 <sup>3</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013 <sup>4</sup>

<b>Senado Federal</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013<sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 30-9-2013<sup>4</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013<sup>6</sup>

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) <sup>9</sup>
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>10</sup>
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) <sup>5 e 9</sup>	

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>7 e 8</sup>
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>7</sup>
Jorge Viana (PT/AC)	Ruben Figueiró (PSDB/MS) <sup>11</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5 e 7</sup>	

**Notas:**

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**CONSELHOS E ÓRGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Décio Lima (PT/SC)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL <sup>1</sup>**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA <sup>2</sup>**

Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA <sup>2</sup>**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>VAGO<sup>3</sup></b>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>VAGO<sup>4</sup></b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
 sscn@senado.gov.br  
 www.senado.gov.br/ccs

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

**I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES****Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Coordenador:** Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA****Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>

**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>

**Designação:** 07.05.2013

**Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
<b>PMDB</b>	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame	Carlos Sampaio <sup>3, 10</sup>
Eduardo Azeredo	
Luiz Carlos Haully <sup>4, 11</sup>	
<b>PSD</b>	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
<b>PR</b>	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago <sup>6</sup>	Leopoldo Meyer
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>PTB</b>	
Paes Landim	Jorge Corte Real
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire	Antônio Roberto
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
João Ananias	Chico Lopes
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé	

**Senadores**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim <sup>8</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz <sup>5</sup>
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares <sup>6</sup>	Humberto Costa
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique <sup>9</sup>	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB n°s 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios n°s 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
 e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

**CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 330 páginas

(OS: 17354/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

